

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

JORGE OLMAR MARIALVA COPELLO

EMIGRANTES ALEMÃES E A SUA INSERÇÃO NO PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DA POVOAÇÃO – PALÁCIO DE PETRÓPOLIS (1845 – 1886)

NITERÓI
2009

JORGE OLMAR MARIALVA COPELLO

EMIGRANTES ALEMÃES E A SUA INSERÇÃO NO PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DA POVOAÇÃO – PALÁCIO DE PETRÓPOLIS (1845 – 1886)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Prata de Sousa

NITERÓI
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

C782e Copello, Jorge Olmar Marialva.

Emigrantes alemães e a sua inserção no
processo de formação da povoação - Palácio de
Petrópolis (1845-1886) / Jorge Olmar Marialva Copello.-
Niterói, 2009.

182p.

Dissertação apresentada para obtenção do
Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de
Oliveira, 2009.

Orientador: Dsc. Jorge Prata de Sousa.

1. Alemães - Petrópolis (RJ) - História. 2. Alemães - Brasil -

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

JORGE OLMAR MARIALVA COPELLO

EMIGRANTES ALEMÃES E A SUA INSERÇÃO NO PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DA POVOAÇÃO – PALÁCIO DE PETRÓPOLIS (1845 – 1886)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em 22 de abril de 2009 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Dr. Jorge Prata de Sousa (Orientador) - UNIVERSO

Dr^a. Maria de Lourdes Parreiras Horta (MIP)

Dr^a. Mauricio Alvarez Parada – UNIVERSO

Dr^a. Mary Del Priore - UNIVERSO

Dedico esse trabalho, em primeiro lugar, a um conjunto formidável de indivíduos que ajudaram a construir parte do meu sonho, os quais são:

In memoriam

A. de Paulo Buarque
Major de Eng. Julio Frederico Koeler
Carlota Flaeschen (a matriarca)
Dom José Fernandes Veloso
José Balbino dos Santos (o mãozinha)
Herivelto de Assunção Chaves (Porto Rico do Paraíba)
Santos Copello (pai d'eu)
Antonio Gutierrez Prior (avô das princesas)
Carlos Alberto Marialva Copello
Marcel Luiz de Lara Pinto

E, numa posição muito especial, ao pesquisador petropolitano, a quem recorri inúmeras vezes, onde este, ao permitir fuçar seus arquivos e seus conhecimentos, inúmeras vezes, sutilmente, indicou-me novos rumos para a pesquisa sobre os nossos teutos.

Então, o meu apreço ao Mestre Paulo Roberto Martins de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Concretamente, esta dissertação começou a materializar-se quando, na segunda fase seletiva para o mestrado em História, fui inquirido pelos Professores Doutores Francisco Falcon, Marly Vianna e Márcia Amantino e tentei explicar por que um indivíduo com toda uma formação acadêmica e profissional em ciências exatas poderia acompanhar o currículo obrigatório e, ainda, elaborar uma dissertação no nível exigido pela área. Devo ter sido convincente, pois me aceitaram como aluno, razão de lhes dirigir o meu agradecimento.

Estendo-o igualmente ao apoio fundamental para sua condução, que obtive quando expliquei detalhadamente os possíveis contratempos que a vida tripla de profissional de engenharia, mestrando em História e companheiro iria acarretar para a vida em comum e, mesmo assim, fui entusiasticamente apoiado pela minha companheira Marlene (MSA). Ela manteve essa postura, mesmo depois que vivenciei que as coisas foram um pouco piores do que eu havia falado.

Outro ponto foi o meu redirecionamento no tema de pesquisa, para a região de Petrópolis, que encontraria no Prof. Dr. Calaça, um petropolitano de origem, um grande incentivo e valiosas recomendações – meu obrigado, portanto.

Agradeço também aos meus parceiros do dia a dia, os engenheiros Antonio Celso Thomazelli e Luis Carlos e o advogado Menezes, em darem força ao lerem e criticarem os meus textos; à minha comadre Silvia Dora Guerreiro, junto com a amiga Eunice Dantas, que ajudaram a fazer as revisões iniciais das minhas laudas; ao meu primo Gilson Flaeschen, por buscar as primeiras informações sobre o *hunsbuckler* Andréas Flaeschen.

Também a registrar meu agradecimento pelas conversas com a Prof.^a Dr.^a Mary Del Priore, sempre estimulantes e esclarecedoras, mesmo quando perturbava o seu sossego em Teresópolis, abusando do celular, dirigido também ao Coordenador do Mestrado, Professor Doutor Jorge Prata, de cujas conversas tirei muitos subsídios para a pesquisa sobre as condições reinantes no Rio de Janeiro, no recorte de 1800-1845 e que, posteriormente, se tornou meu orientador.

Agradeço a doçura e a paciência da Prof.^a Nancy Faria,. ao revisar e criticar toda a estrutura da dissertação, alinhando-a com as normas exigidas, sem transigir, transigindo;

Ao Professor Joaquim Eloy, que me abriu as portas do Instituto Histórico de Petrópolis, buscando, pessoalmente, uma série de subsídios para enriquecer o trabalho;

Às minhas três princesas: Kalinca G. Copello, Neftali G. Copello e Mikhaila G. Copello, sempre apoiando e, conforme faço com elas, apertando o “papi” para findar a dissertação e, finalmente, à minha mãe Haydée Flaeschen Marialva, minha fã de carteirinha.

Oh, mas é verdadeiro.

As coisas não precisam ter acontecido para serem verdadeiras. Contos e sonhos são as sombras de verdades que irão resistir quando os meros fatos forem poeira e cinzas, e esquecidos.

Sandman em Sonho de uma Noite de verão (Neil Gaiman)

RESUMO

Este trabalho buscou resgatar a inserção de um grupo de famílias alemãs, oriundas da região do Hunsrück, no processo histórico de colonização e construção da Povoação-Palácio de Petrópolis, no recorte de 1845-1886.

Palavras-chave: Emigração Alemã / Hunsbuckler / Koeler / Povoação Palácio de Petrópolis / Brigue Pampas

ABSTRACT

This study attempted to uncover the history of the insertion of a group of German families, originated from the Hunsrück region, in the historical process of settlement and construction of the Village-Palace of Petropolis, between 1845-1886.

Key words: German immigration / Hunsbuckler / Koeler / Village-Palace of Petropolis / Pampas Ship

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - <i>A Europa Central e Oriental em 1750</i>	27
FIGURA 2 - <i>A Europa Central e Oriental após o Congresso de Viena (1815)</i>	32
FIGURA 3 - <i>Planta da Região do Hunsrück</i>	38
FIGURA 4 - <i>Planta Geral da Cidade do Rio de Janeiro</i>	40
FIGURA 5 - <i>Quadro de Jean Baptiste Debret – Passatempo dos ricos</i>	43
FIGURA 6 - <i>Mapa da região da Serra da Estrela</i>	48
FIGURA 7 - <i>Planta de Koeler</i>	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - <i>Relação dos 13 navios com os colonizadores</i>	47
QUADRO 2 - <i>Aldeias de Origem</i>	74
QUADRO 3- <i>Quarteirões de assentamento dos emigrantes do Pampas – 1846</i>	75
QUADRO 4- <i>Censo dos Teutos em 1845/1859</i>	86
QUADRO 5- <i>Censo Católicos /Protestantes</i>	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO UM – ANTECEDENTES DA EMIGRAÇÃO.....	25
1.1. Preâmbulo	25
1.2. Nas Terras Germânicas – Recorte Histórico (1750 – 1845)	26
1.3. Nas Terras Brasileiras.....	38
CAPÍTULO DOIS – RADICAÇÃO NA REGIÃO SERRANA.....	49
2.1. Preâmbulo	49
2.2. O Palácio de Petrópolis em seu projeto	50
2.3. Escolha dos colonizadores	55
2.4. Distribuição espacial dos emigrantes	63
2.5. Buscando conexões	69
2.6. Evolução da povoação	82
2.7. A involução da colônia alemã de Petrópolis	89
CAPÍTULO TRÊS – IDENTIDADE, CULTURA, ETNICIDADE E ASSIMILAÇÃO.....	97
3.1. Preâmbulo	97
3.2. Primeiro Impacto – Tutela de Koeler	98
3.3. Identidade e Sociabilidade	101
3.4. Assimilação ou Marginalidade	112
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	128
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

Melhorando o acesso para a Província de Minas Gerais

No início de 1800, o acesso pela Serra da Estrela, para atingir o Vale do Piabanha e chegar à Província de Minas Gerais, era feito através do Caminho do Inhomirim, desbravado, como uma variante, por Bernardo Proença, do antigo Caminho Novo e, posteriormente, melhorado com o calceteamento em pedra pelo Capitão Aureliano de Souza e Oliveira, entre 1803 e 1809. Entretanto, mesmo com estas melhorias, continuava a ser quase inacessível para transportes de carga que não fossem a pé ou em lombo animal¹.

Anos mais tarde, a partir da sugestão de construção de uma estrada “européia”, recebeu o autor da idéia, o então Capitão Engenheiro Julio Frederico Koeler², à época chefe da segunda Seção da Diretoria de Obras Públicas, a missão de desenvolver uma solução para essa interligação (entre o Porto de Estrela, no fundo da Baía de Guanabara, até Paraíba do Sul), que encurtasse o seu trajeto, o tempo de percurso e permitisse o trânsito de transporte por tração animal.

Koeler internou-se na área, levantou a topografia da região e, como consequência, definiu, também, os piquetes de encaminhamento para uma nova estrada, que ficaria conhecida como Estrada Normal da Estrela³. Incumbido da execução de parte do projeto, arregimentou, para as turmas de construção, escravos africanos, livres e portugueses açorianos; mão-de-obra de condução difícil e de alto índice de rotatividade e evasão⁴, quando, em 13 de novembro de 1837 ocorre um evento fortuito, que seria habilmente transformado numa oportunidade por Koeler. Aportara, no Rio de Janeiro, o navio *Justine*, com destino a Sidney, Austrália, com

¹ CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos*, Petrópolis: Ed. Gráf. Jornal da Cidade, 1991, pp. 51/55.

² Promovido a Major do Corpo de Engenheiros em 02 de dezembro de 1939, pelo Decreto do Imperador Pedro II. Doc. XIV, p. 93; LACOMBE, Lourenço L., *Centenário de Petrópolis*, Volume VII, Petrópolis: tipografia Ypiranga, 1943.

³ DUNLOP, Charles J., *Petrópolis Antigamente*, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. ERCA, 1989. Ver Capítulo 1 – Fig. 6, Mapa da região da Serra da Estrela.

⁴ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, *O Planejamento Urbanístico de Petrópolis*, IHP, *Tribuna de Petrópolis*, 28/06/2000.

238 emigrantes alemães a bordo. Estes, devido aos maus tratos e às condições a bordo, se recusavam a continuar a viagem⁵.

Koeler, informado, intercede junto ao governo provincial e, também, à Sociedade Auxiliadora da Colonização Européia do Rio de Janeiro, obtendo, então, os recursos para indenizar os valores referentes às dívidas dos emigrantes, especificamente para os que quisessem permanecer, o que foi a opção adotada por 235 deles. Há, também, outra versão de que essa permanência foi forçada pela Sociedade Colonizadora, fazendo ofertas mais atrativas para os emigrantes. Infelizmente, não existem maiores registros sobre o acontecido. Porém, foi inegável a participação de Koeler, permeando o resultado.

Parte desses emigrantes, conforme autorização obtida por Koeler junto ao Presidente da Província, Paulino de Souza, foi contratada para continuação da construção da estrada, substituindo a mão-de-obra que lá estava agregada. Esses alemães trabalhariam durante toda a construção da obra, com resultados elogiosos, pelo excelente desempenho demonstrado.

Nessa época, pelo início de 1838, Koeler conseguiu, também, com os Proprietários⁶ da Fazenda Itamaraty⁷, a cessão de terras para a instalação desses emigrantes. Alguns consideram tal assentamento como marco inicial de uma deliberada experiência-piloto de Koeler, para uma futura colonização germânica da região.

O evento *Justine*, ainda que inesperado, muito provavelmente veio corroborar a sua posição quanto ao melhor desempenho dos trabalhadores livres e, claro, germânicos, sobre os africanos, pretos e pardos livres ou não, usualmente empregados nas obras públicas e, quiçá, criando as bases conceituais para um projeto mais arrojado.

⁵ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*, Coleção Reconquista do Brasil. vs. I/II, Trad. de Gastão Penalva, Prefácio de Afonso D'E. Taunay, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 271-272.

⁶ Estava a propriedade arrendada a Antônio José da Rocha Fragoso (...) Comissão Centenário de Petrópolis, v. IV, Petrópolis: Typografia Ypiranga, 1941, p. 160.

⁷ TAULOIS, Antonio Eugênio, *História de Petrópolis*, Petrópolis, IHP, UCP, Publ. fev./2007. Fazendas Importantes da Região: Fazenda do Rio da Cidade – Fazenda do Padre Correia – Fazenda do Córrego Seco – Fazenda Quitandinha – Fazenda Samambaia – Fazenda Retiro de São Tomás – Fazenda São Luiz – Fazenda Itamaraty – Fazenda Secretário – Fazenda da Engenhoca – Fazenda Mangalarga – Fazenda das Arcas – Fazenda Sumidouro – Fazenda Santo Antonio – Fazenda das Pedras.

Arcabouços da futura povoação

Passados quase sete anos (1843), desde o início de suas atividades como engenheiro a serviço das obras públicas provinciais na região serrana, surge sua grande oportunidade de alçar novos vãos. Essa seria, nada mais, nada menos, a possibilidade de assumir o arrendamento das terras improdutivas pertencentes à família imperial, na área conhecida como Fazenda do Córrego Seco. Entretanto, assumir esse desafio, necessariamente, implicaria em um robusto suporte, pois os riscos, tanto econômicos quanto políticos, eram imensos.

Do ponto de vista econômico, a obtenção de alavancagem financeira privada era praticamente impossível, pois as terras, apesar de distarem da capital algumas poucas léguas, se tornavam longínquas face às dificuldades de acesso. Não eram apropriadas para a agricultura de escala, já que a sua maior parte era formada por elevações, com altas inclinações e mata densa. E, além de tudo, mesmo que conseguisse o capital necessário para iniciar qualquer que fosse a natureza do empreendimento, este estaria vulnerável pela dependência de mão-de-obra para a sua execução. À época, as únicas que poderiam ser buscadas eram: a de emigrantes, na qual, certamente, enfrentaria resistência por parte dos escravocratas, ou de cativos, esses, então, num processo ascensional em seus preços a partir de 1840⁸, seja para sua aquisição ou aluguel, uma insegurança que transformava qualquer estimativa de orçamento numa temeridade.

Do ponto de vista político, era, ainda, mais complicado, pois se tratava de assumir compromissos com o próprio Imperador. Um fracasso teria conseqüências diretas para seu futuro como emigrante naturalizado, empregado no serviço público e, ainda mais, lembrando que, naquela sociedade, as relações políticas e /ou pessoais com o poder significavam ter as portas abertas ou fechadas para almejar qualquer sucesso de natureza expressiva.

Objetivamente, seria uma decisão com repercussão para toda uma vida, tanto nos seus efeitos positivos ou negativos e, portanto, o crucial seria que, antecipadamente, ele identificasse um empreendimento produtivo, onde, ao mesmo

⁸ LIMA, A. M. Carlos, *Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro (1789-1835)*, p. 12. SOUZA, Jorge Prata (org.), *Escravidão: ofícios e liberdade*, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ, 1998.

tempo, equacionasse os fatores econômicos e políticos e, conseqüentemente, viabilizasse a sua consecução.

Em 1843, Koeler assina o contrato de arrendamento das terras da antiga fazenda, onde assume diversos compromissos, tais como edificar um Palácio de Verão para o Imperador, elaborar um projeto urbano para uma povoação na região e a sua conseqüente execução física, nos seus aspectos urbanos e imobiliários (loteamento).

Com isso, todas as possíveis vicissitudes de natureza política foram parcialmente resolvidas. Faltava, agora, escolher os trabalhadores para pôr em prática os compromissos assumidos, e esses começariam a se materializar com a informação na qual a Presidência da Província do Rio de Janeiro, na pessoa do Dr. Aureliano Coutinho, Visconde de Sepetiba, alterara os termos do contrato firmado por Caldas Viana, no ano anterior (1843), com Charles Delrue – *Vice-cônsul do Brasil*, Negociante e Armador em Dunquerque – para estimular a emigração e o embarque para o Brasil de 600 colonos (sem especificação para a nacionalidade germânica) para as necessidades das obras provinciais, onde os homens, prioritariamente, seriam artífices ou trabalhadores qualificados.

Vários imprevistos e coincidências se sucederam, tais como: os agentes da Casa Delrue priorizaram sua atuação de convencimento na região do Hunsrück. Significativamente, a Casa Delrue & Co. interpretou a palavra casal do contrato como famílias; não organizou um planejamento de embarques com os espaçamentos necessários para assentamento das famílias. Além do mais, em seu trabalho de convencimento, disse que: oferecia vantagens como emprego garantido e amplas áreas de terras para os candidatos⁹, não especificadas no contrato.

Os emigrantes cooptados para a emigração para o Brasil, oriundos da região do Hunsrück, a mesma de Koeler, tinham um longo trecho para percorrer até chegarem a Dunquerque. Esse percurso era feito, mormente, em quatro etapas, sendo três por terra (a primeira e a última, e uma por trem, nas intermediárias) e uma por barco, através do Reno. A partir de Dunquerque até o Rio de Janeiro, suportariam uma viagem de várias semanas, em acomodações ruins e alimentação

⁹ Ver Capítulo 1, Antecedentes da emigração.

racionada e de baixa qualidade, acrescidas dos riscos de fatalidades entre os seus durante a travessia oceânica.

Finalmente, ao aportarem no Rio de Janeiro, iniciavam uma segunda etapa da *via crucis*, ou seja, eram desembarcados na Imperial Cidade de Nictheroy, onde, após os interrogatórios da imigração¹⁰, eram, então, conduzidos para alojamentos provisórios, até que fossem definidos os seus destinos.

A chegada “abrupta” de tantos emigrantes, somada, ainda, ao fato de estarem acompanhados de seus filhos menores, parentes colaterais e idosos, justificaria o imediato pedido de auxílio do Presidente da Província ao Conselheiro Paulo Barbosa, para que os abrigasse na Fazenda Santa Cruz. E Paulo Barbosa acionou o Major Koeler para abrigá-los em Córrego Seco.

Emblematicamente, o Imperador D. Pedro II determina ao Conselheiro Paulo Barbosa que lhes aforasse terras por *emphyteusis* perpétuo e os isentasse do foro por oito anos, afora a distribuição de valores em dinheiro, por pessoa, para suas despesas iniciais, até que conseguissem prover-se com seus próprios meios¹¹.

Então, em 29 de junho de 1845, data em que se comemorava São Pedro Apóstolo, chegaria o primeiro grupo de alemães na antiga Fazenda do Córrego Seco e, efetivamente, estabelecendo a fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis¹².

Koeler, como dito anteriormente, já deveria ter em fase final o projeto de urbanização da povoação¹³, com as orientações para a sua divisão em onze quarteirões e duas vilas, pois buscou agrupar o assentamento dos colonos em prazos¹⁴, que, posteriormente, seriam identificadores das regiões de origem dos assentados, tais como Quarteirão Bingen, para os que vieram dessa área; Quarteirão Mosela, para os que vieram das margens do Mosel, etc.

¹⁰ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, “Índice Alfabético dos 361 nomes das 456 famílias de colonos germânicos que chegaram a Petrópolis entre 29/06/1845 e 31/12/1846”, Petrópolis: IHP/Tribuna de Petrópolis, 29/06/2000.

¹¹ Comissão Centenário de Petrópolis, *Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis*, v. II, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1939, p. 37.

¹² RABAÇO, Henrique José, *História de Petrópolis*, Petrópolis: IHP, 1985.

¹³ Ver capítulo 2.

¹⁴ LORDEIRO, Manoel de Souza, *A Atualidade do Plano Urbanístico de Koeler*, Petrópolis, IHP, Tribuna de Petrópolis, 16/03/2000.

O Tema

Emigrantes alemães e a sua inserção no processo histórico de formação da Povoação-Palácio de Petrópolis (1845-1886)

A questão da emigração alemã em Petrópolis há algum tempo, tem sido motivo de indagações, por parte de pessoas que, direta ou indiretamente, têm alguma ligação com a região. A tão propalada propaganda oficial de sua origem germânica não encontra grandes respaldos na historiografia ou vestígios evidentes de traços identitários daquele grupo étnico na região.

Aliás, a expressão “vestígios evidentes”, em realidade, seria “vestígios nenhuns”, se, nas últimas décadas, não viesse ocorrendo um movimento cultural, encabeçado por pesquisadores¹⁵, moradores da região, e não necessariamente correlacionados com os teutos “fundadores” ou descendentes deles, onde esses, às suas próprias expensas, e com focos notadamente na genealogia e nos registros de assentamentos nos antigos quarteirões (bairros) de Petrópolis, não estivessem produzindo contribuições para a historiografia local, ainda que não sistematicamente, através de artigos e publicações.

Em nossas buscas preliminares, na bibliografia sobre a fundação e a emigração no povoamento da cidade¹⁶, por sua vez, também não se acrescentariam fatos novos, pelo contrário, apenas reforçaria a origem do ponto de vista da cultura ou do *status quo*, local de onde a cidade teve uma natural evolução socioeconômica, onde os emigrantes, independente de sua origem, foram, apenas, instrumentos agregados e com uma participação menor.

Em contrapartida, essa etapa permitiu identificar que a futura Povoação-Palácio de Petrópolis fora efetivamente colonizada por mais de quatrocentas famílias teutas, que chegaram em 1845, e que, até 1855, ou seja, dez anos depois, continuavam a ser a população majoritária daquela cidade e, além de tudo, abriu um leque de interrogações e outras informações, que vieram a justificar o tema do nosso projeto e dar as motivações ao seu desenvolvimento.

¹⁵ Instituto Histórico de Petrópolis-IHP, Universidade Católica de Petrópolis-UCP, Colégio Brasileiro de Genealogia-CBG.

¹⁶ Comissão Centenário de Petrópolis, Volumes II a VII, publicados entre 1939 e 1943.

Ficou claro que a emigração e a radicação das treze levas de teutos¹⁷ para aquele assentamento tiveram sua historicidade esmaecida, chegando, inclusive, ao reducionismo de que a única importância da emigração alemã em Petrópolis fora a discussão sobre a data comemorativa da fundação da cidade, ou seja, se esta data deveria ser a do Decreto Imperial de 16 de março de 1843 ou a da chegada da primeira leva de colonos, em 29 de junho de 1845.

Em síntese, o evento colonização alemã na Povoação-Palácio de Petrópolis fora transformado, muito mais em objeto do que em sujeito. Eram tênues as informações, registrando, resgatando ou mesmo reconstruindo o papel desempenhado por mais de dois mil e tantos atores alemães na edificação daquela cidade. Não havia Andréas, Jurgen, Karl, Carlota ou Ingrid, somente alemães.

Descortinar, então, os eventos que levaram à emigração, a sua adaptação ao novo ambiente, os seus costumes, os hábitos, as vias de sociabilidade, o sistema de trabalho, as relações estabelecidas no âmbito político e administrativo com o Império e, para tal, pesquisando, nos fragmentos ou em desdobramentos das fontes disponíveis e em outras, a serem resgatadas, para conseguir, então, reconstruir, sob a ótica de uma História Social, os fundamentos que levaram aqueles teutos colonizadores à invisibilidade, seria o escopo central do nosso trabalho.

Hipóteses

As primeiras reflexões, resultantes das pesquisas de caráter bibliográfico, induziram-nos a estabelecer algumas hipóteses, em que essas, em nosso julgamento, seriam confirmadas ou desconsideradas com o bateamento das fontes. Assim sendo, as hipóteses ou premissas preestabelecidas foram as seguintes:

- Os emigrantes trazidos para Petrópolis tinham os mesmos fundamentos econômicos para ocupação geoespacial, como os dos que vieram para se estabelecer, principalmente, na região Sul/Sudeste, ou seja, dentro dos parâmetros estabelecidos no Brasil, capital do reino unido e, posteriormente, no Brasil Império;

¹⁷ Capítulo 1 - Antecedentes da emigração.

- As prováveis razões para a baixa representatividade social e política daqueles descendentes dos emigrantes, na região de assentamento, seriam decorrentes do êxodo da maioria fundadora para outras regiões, como decorrência de erros institucionais, similares ao ocorrido na colônia de Nova Friburgo;
- Eles seriam emigrantes, aleatoriamente incentivados a ocupar a região, como elementos acessórios de um projeto imobiliário, ao qual se daria uma indumentária européia, refletindo um fundo branco para apresentação externa do empreendimento.

Objetivos

Se havia, ou não, um projeto subjacente à construção de Petrópolis, elaborado por Koeler e Paulo Barbosa, respaldado pelo Imperador D. Pedro II, ele começou a definir com a saída de Paulo Barbosa da Mordomia e sua transferência para a Europa, em meados de 1846, após a descoberta de um possível atentado contra a sua vida, seguido da trágica e acidental morte do Major Koeler, em 1847. Os patronos saíam de cena. Esses eventos seriam acompanhados pela assunção ao poder de notórios inimigos políticos de ambos e, certamente, outro final seria reescrito. Em 1857, eles conseguiriam definitivamente retirar a ingerência do Governo Imperial sobre a povoação; Petrópolis é elevada à condição de município e cidade.

Nos trabalhos de pesquisadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ao Museu Imperial, ao Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), à época, e à Academia de Letras de Petrópolis, constituintes da Comissão Centenário de Petrópolis, que, abalizados por um acervo documental relativo à fundação e à evolução da colônia, produziram sete volumosos códices (1939-1943), que, teoricamente, abrangiam toda a historiografia sobre a criação da cidade, para o marco comemorativo do seu centenário. Entretanto, conforme havíamos antes mencionado, saltava evidenciada a omissão sistemática da inserção dos alemães no processo. Curiosamente, uma posição apócrifa, extraída de um pesquisador local, quando inquirido por nós, em que justificava a ausência dos alemães nos diversos trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis, por haver, à época, um forte sentimento antinazista na região – ou a explicação poderia ser outra?

De qualquer forma, a historiografia relativa à fundação, filtrada em sua concepção pelas classes dominantes que assumiram o cenário, colocou em plano secundário aqueles personagens. Era necessário reconstituir os traços peculiares dos teutos que ali assentaram.

Assim sendo, elencamos um grupo de questões, como norte orientador da nossa pesquisa, que, em seu conjunto, validaria as nossas hipóteses ou estabeleceriam uma nova leitura para aquela historiografia e, portanto, justificando a nossa dissertação sobre o assunto.

1 - Quais foram as razões integrantes da emigração, fazendo com que milhares de profissionais qualificados, compostos por artesãos, professores e até elementos da pequena nobreza teuta abandonassem as terras germânicas?

2 - Qual foi o real papel dos emigrantes alemães no processo histórico de formação da Cidade de Petrópolis?

3 - Por que foram esquecidos?

4 - Quais as condicionantes de tão poucos elos de interligação social da presença desses emigrantes em Petrópolis com outras colônias alemãs, distribuídas pelo Brasil?

5 - Haveria indícios de existir, entre aquela maioria de católicos e a minoria luterana, práticas residuais de outra religião subjacente, omitidas para melhorar a integração?

6 - Haveria algum suporte para a hipótese de a Povoação-Palácio de Petrópolis ser, inicialmente, concebida para estabelecimento de uma cidade branca e europeia para o Imperador?

7 - Ou seria um simples empreendimento imobiliário?

Além das sete questões anteriores, outras deverão ser acrescentadas ao longo dos capítulos, já que, obrigatoriamente, as elaborações das respostas passarão por diversos subitens, tais como informes sobre as regiões de origens dos emigrantes; os fatores de motivação para a sua mobilidade geográfica; as relações de parentescos e de sociabilidade entre eles; quais os fatores políticos, econômicos e sociais, positivos e negativos, na radicação; a existência e o conteúdo das correspondências trocadas com parentes que ficaram na região natal; a sua distribuição geográfica e territorial, condizente ou não com as referências regionais e étnicas que trouxeram do continente europeu; o sistema de trabalho e suas contingências regionais; os sistemas de casamentos, endogâmicos ou exogâmicos,

ou ambos; tendência ou não de assimilação; relações desenvolvidas com setores da esfera política e administrativa; relacionamentos desenvolvidos com indivíduos de outras nacionalidades e outros grupos, tais como lusos, brasileiros livres, escravos, judeus, etc.; a liberdade de culto; as práticas subterrâneas; comportamentos sociais e o fato de terem tido ou não condições para acesso ao poder político e à participação nele.

Recorte histórico e amostra-eixo

Quanto à definição do recorte histórico que abrangesse a pesquisa, estabelecemos, inicialmente, que este fosse balizado com a chegada dos emigrantes e atingisse a segunda ou terceira geração dos seus descendentes, delimitado pelo interstício de 1845-1886. Com relação à amostra-eixo, seria centrada na décima segunda leva de emigrantes, desembarcados em 16/10/1845, e instalados em abrigos provisórios em Petrópolis, em 23/10/1845.

Ressaltando que, dos treze navios, só seria possível correlacionar menos de 50% dos emigrantes, chegados com os mesmos. O brigue dinamarquês *Pampas* foi um dos poucos de que conseguimos obter informações, que permitiram a completa correlação dos emigrantes dele desembarcados.

Teoria e Metodologia

Quando nos referimos a 'reflexões acerca do trabalho do historiador e aos produtos desse trabalho', estamos aludindo a reflexões que se situam, em sua maior parte, fora da oficina da história. Na realidade, trata-se de reflexões que formam verdadeiras constelações de textos teórico-metodológicos onde se discutem tanto o 'fazer' historiador quanto aos seus pressupostos, quase sempre implícitos, relativos à 'matéria' histórica e à natureza do 'conhecimento' histórico¹⁸.

¹⁸ FALCON, J. C. Francisco, *Historiografia Contemporânea*, Porto. Separata da Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol. XI. 1994; Seminário Especial de *Teoria da História e Historiografia*, UNIVERSO/1º Sem. 2007 p. 355.

Definido nosso tema, hipóteses e objetivos, estes estruturados para uma visão abrangente da pesquisa, restava definir se o nosso objeto de estudo se correlacionava, em que grau, com o campo teórico da História Social ou da História Cultural. Entretanto, primeiramente, foi necessário aclarar os contornos ou quais eram os limites para o campo da História Social ou onde este era um subespaço da História Cultural, ou vice-versa. Como exemplos de nossa inquietação, extraímos em Cardoso¹⁹ e Falcon²⁰ as respectivas citações:

Como considerar, pois, a história social como síntese que deve integrar os resultados da história demográfica, da história econômica, da história do poder, da história das mentalidades? (grifos meus).

Claro, sempre é possível discutir-se, por exemplo, a natureza das relações entre a História das Mentalidades e a História Social, ou a Cultural; a mesma coisa se dá com a Micro-História e com outras novidades. Penso que estas e outras 'histórias' constituem na realidade variações ou casos particulares de história social e cultural. (grifos meus).

Estabelecemos, então, a visão de que o campo teórico, mais apropriado, seria abrangido pela História Social. Debruçamo-nos, portanto, nas explanações teórico-metodológicas de diversos autores, que dessem respaldo às nossas indagações e permitissem estabelecer um caminho menos árduo. Nesse estágio de garimpagem para embasamento teórico, estabelecemos, então, centralizar nossas referências com base em Burke²¹, Cardoso²², Falcon²³, Hunt²⁴ e tendo eixo norteador, na questão da metodologia para a qualificação das fontes, em Daumard (1978; 1984)²⁵.

¹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLLI, Héctor Pérez, *Os Métodos da História*, Trad. de João Maia, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 350.

²⁰ FALCON, J. C. Francisco. *História Cultural – dos antigos aos novos problemas*. Seminário Especial de Teoria da História e Historiografia, UNIVERSO/1º sem. 2007.

²¹ BURKE, Peter, *O que é história Cultural?*, Trad. de Sérgio Góes de Paula, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2005.

²² CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLLI, Héctor Pérez, *Os Métodos da História*, op. cit.

²³ FALCON, Francisco José Calazans, *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

²⁴ HUNT, Lynn, *A nova história cultural*, Trad. de Jefferson Luiz Camargo, 2ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²⁵ DAUMARD, Adeline, BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria e GRAF, Márcia Elisa de Campos, *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia*, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984; DAUMARD, Adeline. *Cinco Aulas de História Social*. Trad. de Moema Parente Augel, Aldaísa Novaes Schwebel e Maria Luiza Medeiros Guimarães. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.

Na questão específica da demografia, recorreremos ao trabalho de Mott²⁶, obtendo subsídios importantes para o tratamento de dados, para correlacionar a questão da distribuição etnoespacial dos emigrantes. Finalmente, também em complementação ao aspecto metodológico, tentaríamos seguir a linha expressa por Duby (1971 apud Cardoso, 1979)²⁷ para a História Social, em que ele expõe que essa deve ser resultante da convergência de uma história da civilização material e de uma história da mentalidade coletiva e, para tanto, estabelecendo os seus três princípios metodológicos, que são:

- Primeiro - “O homem em sociedade constitui o objeto final da pesquisa histórica”;
- Segundo – “Dedicar-se a descobrir, no seio de uma globalidade, as articulações verdadeiras”;
- Terceiro – “Reconhecimento, pois, da irredutibilidade dos distintos níveis no estudo de uma sociedade”.

Considerações

Mas como cercar os caracteres da vida em sociedade? (...) Viver é antes de tudo prover às próprias necessidades materiais e àquelas da família, necessidades que, na prática, cobrem todo o leque das condições sociais, necessidades que vão desde as necessidades de sobrevivência às exigências do luxo. Em segundo lugar, toda a vida em sociedade repousa sobre relações dos indivíduos com o seu meio, no seio da família (família conjugal ou extensa), no sentido da atividade profissional, no seio de agrupamentos diversos, constituídos em clientelas ou grupos de pressão. Mas, em terceiro lugar, todo ser vivo é o elo de uma cadeia, ele está colocado entre um passado do qual é herdeiro, e um futuro que contribui para construir; isto implica na necessidade de estudar os antecedentes familiares e individuais, as alianças, as opções ligadas à constituição de um novo núcleo familiar; isto exige a análise das manifestações individuais ou coletivas do cuidado na preparação do futuro, esforço feito pelos pais para

²⁶ MOTT, Luiz R. B., “A Etnodemografia Histórica e o Problema das Fontes Documentais para o Estudo da População de Sergipe na 1ª Metade do Século XIX”, Rev. *Ciência e Cultura*, v. 29(1), 1976.

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLLI, Héctor Pérez, *Os Métodos da História*, op. cit., pp. 350/351.

inserir seus descendentes na sociedade, ou, ao contrário, as tentativas para criar um mundo diferente. (...) Em quarto lugar, a análise da organização social implica no conhecimento disto que constitui as razões de viver de cada um dos membros da sociedade²⁸.

Sintetizando, entendemos que o historiador verifica sua fragilidade diante da metodologia utilizada para abordar seu objeto, principalmente quando não teceu as articulações capazes de dar conta do seu tema ou do domínio em sua totalidade. Na dissertação propriamente dita, que se seguirá, almejamos pretensiosamente, o suporte de uma história social total da região, tendo, entre os princípios, temáticas caras à historiografia, envolvendo:

- 1- A retomada de estudos ou ensaios que impliquem em sistematização que intercalem regiões;
- 2- A erudição do historiador atento às questões em evidência nos estudos clássicos ou nas tentativas de sistematizações recentes e nas pesquisas realizados sobre outras regiões;
- 3- Ainda a erudição para o uso da interdisciplinaridade em ângulos, por vezes opostos, por vezes complementares, mas cujo resultado último é a atenção aos ajustes e aos “desajustes temáticos”, com base na totalidade.

Em suma, o nosso estudo é viável, correspondeu às escritas das laudas que se seguem. Representa a nossa tentativa de retomar a história-síntese, com bases sociais para que possamos dirigir nosso olhar às fontes disponíveis nos diversos arquivos acessados. Temos consciência da responsabilidade que assumimos ao fundirmos um “vivido” por teutos e a nossa atenção integrada ao sentido da realidade concreta, física ou psicológica.

Julgamos que um estudo desta natureza seja repleto de lacunas, mas apostamos que esta História, com sentido e integrada, embora escudada em generalizações, seja melhor que a fragmentação sem referência, cujas lacunas sejam ainda maiores. Portanto, o que se segue enfrenta a análise subjetiva dos acontecimentos – tanto generalidades, como singularidades – dentro do quantitativo, e vice-versa. Fomos guiados por aspectos reivindicados pelos que se dedicam à

²⁸ DAUMARD, Adeline, BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria e GRAF, Márcia Elisa de Campos, *História social do Brasil*, op. cit., pp.15/16.

história local, assim como por temáticas – já anunciadas acima – em pleno vapor na historiografia.

Finalizando, em conformidade com as referências estabelecidas, estruturamos os capítulos que compuseram o trabalho, respondendo às hipóteses e aos objetivos estabelecidos, conforme se segue.

No Capítulo 1 (Antecedentes da emigração), buscamos identificar as condições conjunturais que levaram milhares de indivíduos a abandonarem a região do Hunsrück, e, sequencialmente, fazer uma descrição do ambiente político e socioeconômico da sua região de chegada, ou seja, a Província do Rio de Janeiro. Nessa etapa, os recursos utilizados foram puramente bibliográficos, seja recorrendo a fontes secundárias da literatura histórica, seja em autores brasileiros e estrangeiros, substanciados por fontes primárias, representadas através dos relatos de diversos viajantes estrangeiros que passaram pela região ou nela viveram, no período de 1800-1845.

No Capítulo 2 (Radicação na região serrana), centralizamos o resultado das pesquisas encontradas nos arquivos públicos, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB, no Instituto Histórico de Petrópolis-IHP, acrescidos de outras, de natureza bibliográfica, abrangendo desde a chegada dos emigrantes à antiga Fazenda do Córrego Seco, seus processos de assentamentos, o fim da Colônia Imperial e identificando alguns dos indícios que os levaram à quase completa imersão ou esquecimento.

No Capítulo 3 (Sociabilidade, Cultura, Hábitos, Religião), fixaríamos nele o propósito de resgatar o ambiente social criado e desenvolvido em torno dos emigrantes, buscando respostas fundamentais para a historiografia que trata da emigração, tais como: cultura, etnicidade, saberes, práticas e os componentes de natureza social que os conduziram à migração, à acomodação ou à assimilação, em complemento aos de natureza política, discutidos no capítulo anterior.

Na Conclusão, fizemos, então, o entrelaçamento dos dados apresentados, expondo nossa visão de pesquisador, quanto ao papel dos emigrantes no processo histórico de formação daquela cidade, assim como as possíveis razões, quer do ponto de vista institucional, quer do de Koeler, ao engendrar aquele empreendimento, e o dos emigrantes que interagiram naquele evento.

CAPÍTULO UM ANTECEDENTES DA EMIGRAÇÃO

Do território Germânico ao Rio de Janeiro

1.1. Preâmbulo

Existe uma ampla bibliografia histórica, explicando, de forma pontual ou geral, as condições reinantes nas diversas terras estrangeiras, nos séculos XVII a XX, origem dos diversos fluxos emigratórios que se dirigiram para o Novo Mundo. Essas fontes, de forma concisa, ressaltadas as suas diferentes óticas, explicaram ou justificaram as diversas razões pelas quais, de forma massiva e, em diversos períodos, nos quais ocorreu essa arribação, sem volta.

No nosso estudo, em específico, sobre os teutos que emigraram para a antiga fazenda do Córrego Seco, não ficaria satisfatório se, pelo menos, não incluíssemos uma discussão sobre as questões gerais e pontuais da sua região de origem, que os levaram à decisão de emigrar, assim como, mesmo que breve, não fizéssemos, também, um apanhado sobre as condições sociais, políticas e econômicas existentes no seu ponto de chegada, ou seja: a Província do Rio de Janeiro.

Julgamos esse comparativo importante, principalmente por sabermos das diversas emigrações de teutas, ocorridas antes de 1845 e, também, da existência de diversos negociantes e outros profissionais de mesma origem radicados na Capital da Província, que, mesmo de forma esparsa, muito provavelmente trocavam informações e emitiam suas opiniões sobre o ambiente percebido, para seus parentes, amigos e outras instâncias na sua região ou área de origem, afora viajantes que viveram ou passaram lá, tais como Schlichthorst, Davatz, Spix, Martius, Seidler²⁹, entre outros, que publicaram os resultados de suas vivências.

²⁹ DAVATZ, Thomas, Memórias de um Colono no Brasil (1850), Trad. de Prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, 2ª Ed., São Paulo: Liv. Martins Editora S.A., 1951; HANDELMANN, H., "História do Brasil", vs. I e II (Coleção Reconquista do Brasil), 4ª Ed., Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. 1982; SAINT-HILAIRE, Auguste de, Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil, Trad. de Leonam de Azeredo Penna, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. Republicado em São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974; SCHLICHTHORST, C., O Rio de Janeiro como é – 1824-1826 (Huma vez e nunca mais), Trad. de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, s/data; SEIDLER, Carl, Dez anos no Brasil. Nota de Rubens Borba de Moraes; introdução e notas do Coronel F. de Paula Cidade, trad. e notas do General

Finalizando, complementamos que tínhamos, também, informações sobre os emigrantes que foram contratados para a construção da Povoação-Palácio de Petrópolis, que não eram agricultores, pelo contrário, eram majoritariamente formados por artífices e letrados, o que os dotava, em princípio, de maior capacidade de obtenção de informações prévias sobre o mundo que os esperava e, portanto, reforçando uma provável interação com os que aqui já estavam radicados.

1.2. Nas Terras Germânicas – Recorte Histórico (1750-1845)

Neste item, faremos uma descrição, obtida a partir da consulta à literatura histórica, das condições políticas, econômicas e sociais, abrangendo a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, nos territórios do Sacro Império Romano-Germânico, passando pela Confederação do Reno (1806) e pela posterior Confederação dos Estados Alemães (1815), para identificar, na dinâmica das interações dos três fatores (político, econômico e social), as motivações para o ato extremo de um indivíduo ou grupo de indivíduos abandonarem suas referências mais básicas, ao emigrarem para um mundo novo e desconhecido.

O Sacro Império Romano-Germânico

No início do século XIX, já se encontravam em curso os ventos das mudanças, prenunciando os estertores da velha ordem política do artificial Sacro Império Romano da Nação Germânica ou Primeiro Reich.

A qualificação de “Germânica” ou “Nação Germânica” foi formalmente introduzida a partir do século XV, com a ascensão (restauração) dos Habsburgos ao Trono Imperial, principalmente na figura de Maximiano I (1493-1519)³⁰, com a sua

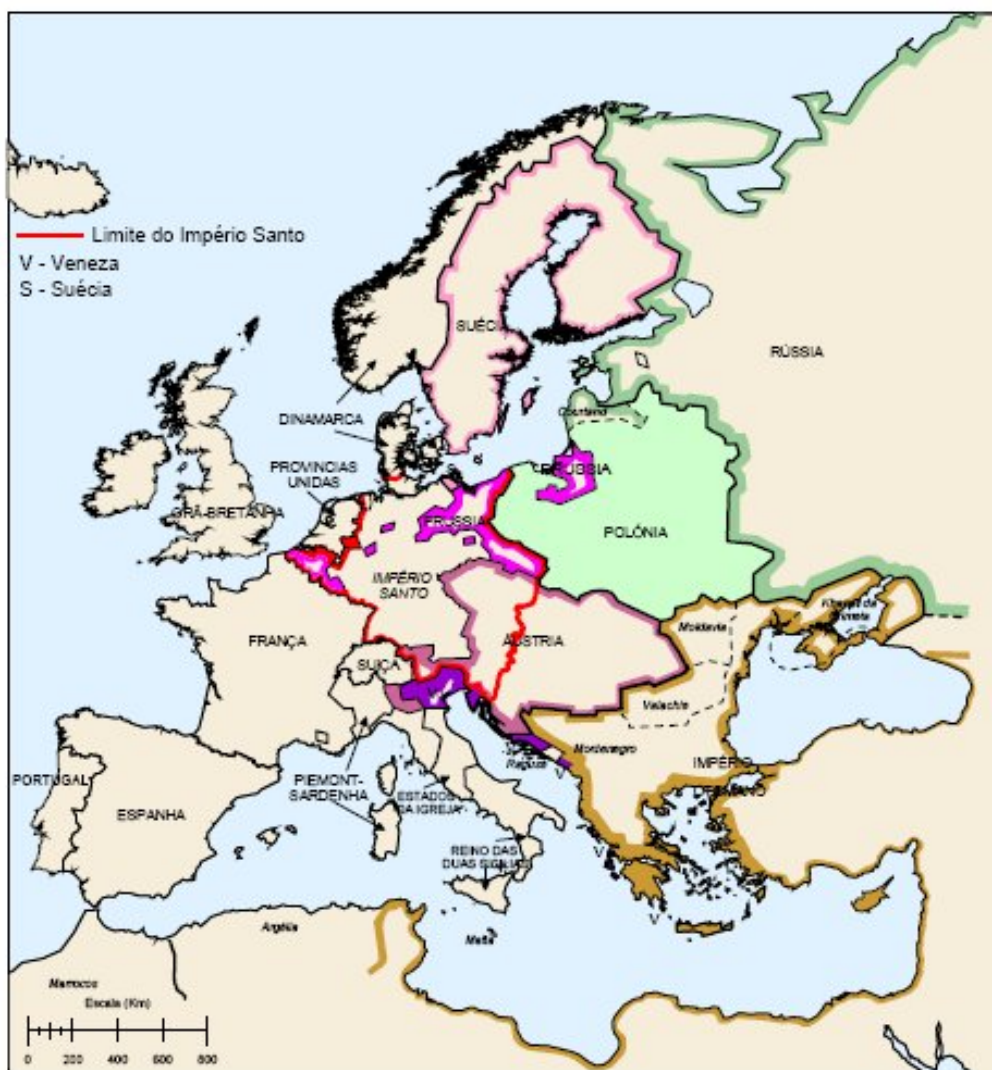
Bertholdo Klinger, Belo Horizonte: Edit. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980; SPIX, Johann Baptist Von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von, Viagem pelo Brasil, 1817/1820, Excertos e Ilustrações, Trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

³⁰ (...) depois de 1500 foi a criação de uma combinação dinástica, a dos Habsburgos, para formar uma rede de territórios que se estendiam de Gibraltar à Hungria, e da Sicília a Amsterdam, superando em tamanho tudo o que já se vira antes na Europa, desde a época de Carlos Magno, 700 anos

tentativa de criação de um estado nacional centralizado e, para isto, a formação de uma Suprema Corte Imperial, o estabelecimento da cobrança de impostos imperiais e, também, a ampliação da atuação e do poder do Parlamento (Reichstag).

FIGURA 1 – A Europa Central e Oriental em 1750

A EUROPA CENTRAL E ORIENTAL EM 1750



Fonte: Séliier, Andre e Séliier, Jean – "Atlas des Peuples d'Europe Centrale".

Artificial e emblemático...

Entretanto, começando pelo fato de ser um Imperador "indicado" por um colégio eleitoral, composto de príncipes laicos e príncipes eclesiásticos, os quais,

antes". KENNEDY, Paul, *Ascensão e quedas das grandes potências; transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*, Trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 40.

por sua vez, eram regentes de reinos autônomos, em constantes relações belicosas entre si, outro não poderia ter sido o resultado senão o malogro das reformas pretendidas. Paradoxalmente, o título imperial, muito mais honorífico do que de efetivo poder, nas mãos dos Habsburgos austríacos, teve seu fascínio habilmente instrumentalizado, garantindo e consolidando a permanência dessa dinastia no “poder imperial” pelos quase quatro séculos seguintes.

Só foi interrompido pela derrocada frente aos exércitos invasores de Napoleão Bonaparte, que determinou, em 1806, a extinção do Sacro Império Romano-Germânico³¹, encerrado com a abdicação da coroa imperial do último imperador Habsburgo, Francisco II. Portanto, buscar compreender as diversas interações que levaram ao ocaso esse complexo aglomerado de reinos e interesses divergentes, no início do século XIX, obrigatoriamente nos induz a retroceder, pelo menos, até meado do século anterior, para identificar algumas das causas, quer políticas ou econômicas, extraíndo as mais evidentes, cujo acúmulo justificaria o fim daquele agregado de reinos e o processo de migração interna e externa de seus súditos. Nos meados do século XVIII, a distribuição do poder geopolítico do Império estava fortemente centralizada em dois Reinos: de um lado, o Reino da Prússia, sob o comando dos Hohenzollerns, cujos territórios ocupavam grande parte do Nordeste (Leste) e, de outro, ocupando o Sudoeste, o Reino da Áustria, dos Habsburgos³².

A delimitação exata de seus territórios torna-se difícil, pois suas fronteiras estavam constantemente em ajustes. As suas políticas expansionistas tornavam-nas geograficamente elásticas³³.

Do ponto de vista econômico, apesar de terem importantes cidades comerciais, portos e bancos mercantis, que lhes davam um destacado papel no contexto europeu, suas economias dependiam estruturalmente da agricultura. No lado prussiano, sob o governo de Frederico o Grande, foram empreendidas algumas iniciativas de estímulo à industrialização e ao comércio, com forte participação do estado, onde estas estavam atreladas ao atendimento exclusivo dos interesses da

³¹ N.do A. Recordando Voltaire: “nem era sagrado, nem romano, nem império”

³² Em face de divergências dos diversos autores pesquisados, em relação às coordenadas geográficas (ocidental, setentrional, oriental, leste, etc.), adotou-se o eixo N-S, passando pela cidade de Berlim, para normalizar a apresentação das diversas regiões que compunham o Sacro Império Romano-Germânico.

³³ Exemplo 1: 1778/1781 – Guerra entre Prússia e Áustria, em torno do controle da Baviera, Exemplo 2: 1788/1791 – Guerra da Áustria contra o Império Otomano.

conservadora elite prussiana, do imperador e da sua máquina de guerra, assim como nele focalizadas. Portanto, as funções destes dois segmentos econômicos eram de “(...) satisfazer as necessidades do país em tempo de guerra, reduzir a sua dependência em relação às importações ou exportar para obter dinheiro” Kemp,³⁴. Tanto a indústria (estatal ou não) quanto o comércio estavam fortemente contidos pelo aparato burocrático dos oficiais da coroa.

Do lado austríaco, a realidade não era muito diferente. Sob a regência de Maria Tereza, e, depois, de seu filho José II, medidas semelhantes foram estimuladas para a modernização política, econômica e cultural do estado, inclusive abolindo a servidão, estabelecendo a tolerância religiosa e secularizando templos e outros bens eclesiásticos.

Assim, a despeito das várias tentativas de modernização dos reinos, dos principados e dos ducados, influenciadas pelos dois maiores entes da coalizão, ou seja, o reino da Prússia e o reino da Áustria, a economia da região germânica ainda era basicamente agrária, distribuída geograficamente com as seguintes peculiaridades³⁵: no **Noroeste**, usava-se, ainda, em grande parte, a cultura do Grundherrschaft, onde a terra era cultivada pelos camponeses e os seus donos recebiam um valor pelo arrendamento ou pela parcela de produção. O **Nordeste**, por sua vez, era fortemente influenciado pela prática do Gutsherrschaft, com a gestão da terra, feita diretamente pelos proprietários sobre seus servos. Estes proprietários eram os grandes suportes sociais da monarquia Hohenzollern. No **Sudeste**, a produção da terra estava nas mãos de camponeses, tornados rendeiros hereditários. A servidão não mais existia. No **Sudoeste**, a terra, em boa parte, era explorada em regime de servidão. No **Centro**, havia uma mescla. Parte era explorada por camponeses rendeiros e pequenos proprietários e a outra parte, sob o Gutsherrschaft.

O ano de 1793 consolidaria uma coalizão de interesses entre a Prússia, a Áustria e o ascendente Império Russo, que, um pouco antes, se haviam unido politicamente, em função de suas ambições de expansão territorial, especificamente para a divisão do botim, representado pelo território do reino da Polônia, e, agora,

³⁴ KEMP, Tom, *A Revolução Industrial na Europa do século XIX*, Trad. de José Marcos Lima, Lisboa: Edições 70, 1985, pp.101/139.

³⁵ Idem, pp.101/139.

viam-se ameaçados pela invasão francesa ao território da Renânia, envolvendo também os Países Baixos e a Itália.

A ameaça àqueles reinos conservadores se tornava ainda mais contundente, pois, junto com as tropas francesas, vinham as perigosas idéias republicanas³⁶. Este início de hostilidades pela República Francesa e, depois, pela sua transformação em Império Napoleônico, iria consumir grande parte das energias do continente europeu pelas duas décadas seguintes.

No âmbito do Sacro Império, acirraria a volatilidade política, econômica e de fronteiras entre as unidades que compunham os reinos germânicos; ora unindo-se contra, ora a favor de Napoleão, evidenciando a sua tênue identidade com o Império dito “Germânico”. Estes, objetivamente, só tinham de comum entre si uma mesma base lingüística, mas não tinham identidade nacional.

A primeira seqüência de conflitos fez surgir, em 1806, um rearranjo territorial, sob os auspícios de Napoleão, com os reinos germânicos da região meridional e a parte ocidental fundidas, com a denominação de Confederação do Reno, e parte do antigo território polonês (parte ocidental) transformado no Grão-Ducado de Varsóvia³⁷.

E a brisa napoleônica para o povo...

Quando as tropas napoleônicas avançavam, eram recebidas como libertadoras pelas classes médias e baixas, pois indicavam que os camponeses estavam livres da opressão dos senhores de terras, da possibilidade de transferência do aparato administrativo e jurídico do estado para a burguesia, assim como do término da ingerência do clero na produção intelectual.

A esperança entre a burguesia começou a se esvaír, quando a República se tornou Império. O sonho democrático liberal desvaneceu...

Acrescente-se que logo sentiriam na carne os valores agregados ao atendimento dessas expectativas. Os custos de manutenção dos exércitos napoleônicos tinham de ser garantidos, assim como a reposição de soldados às

³⁶ MORTON, A. L, *A História do Povo Inglês*, Trad. de Moacyr Félix, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, pp. 307/315.

³⁷ KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda...*, *op. cit.*, p. 129.

tropas pelos “libertados” e, além de tudo, passaram a ser tutelados por uma administração à distância, sediada em Paris, cuja necessidade crescente de recursos para a gestão da máquina da República e, depois, Império, solapava os novos reinos anexados, sem a contrapartida de ganhos reais.

Foi indiscutível que as invasões, num primeiro momento, trouxeram reformas políticas e sociais às regiões diretamente abrangidas pela sua atuação. A França necessitava de recursos e, ao mesmo tempo, da criação de interfaces amigáveis junto às populações submetidas, visando torná-las aliadas confiáveis e passíveis de cooptação ao projeto megalômico de Napoleão. Entretanto, a realidade, infelizmente, é que essas mudanças não tinham consistência social, já que eram oriundas de diretrizes estabelecidas de cima para baixo, sem um processo ideológico ou revolucionário entre a população beneficiada, que lhes desse suporte – portanto, vazio de expectativas quanto à sua solidez.

E a nobreza reage

As conseqüências da ocupação francesa da região, com suas idéias inovadoras, e a aplicação das leis napoleônicas, forçaram a velha nobreza conservadora a transmutar sua visão econômica, abrindo espaço e liberdade para novas iniciativas empreendedoras. A própria Prússia, a principal derrotada nesta etapa do conflito, promoveu uma reforma agrária moderada e de comum acordo com os seus *junkers*; estabeleceu uma política econômica, tendo o estado como principal artífice, mas com menor ingerência e cerceamento do tradicional aparelho burocrático.

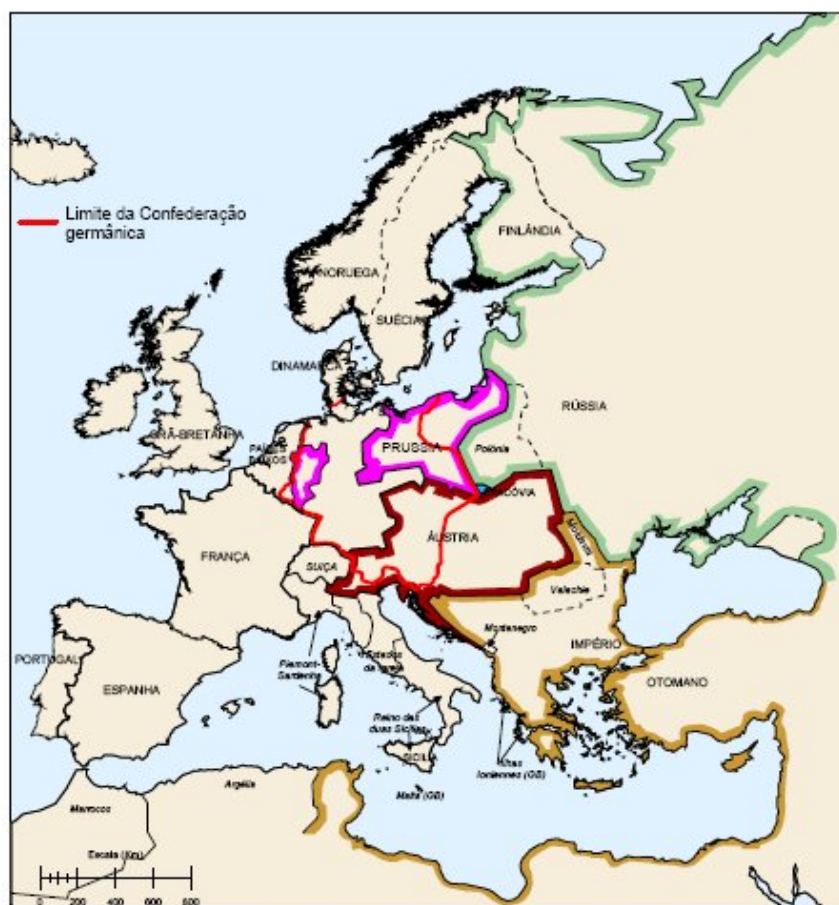
Eliminaram a instituição feudal da servidão, lançando, com isso, os fundamentos para a industrialização de uma força de trabalho livre e a inclusão das propriedades senhoriais numa economia de mercado. Deste modo, modernizava a sociedade prussiana, sem alterar a sua essência e, ao mesmo tempo, precavia-se de um processo revolucionário, que pudesse advir das camadas inferiores da população, que, porventura, fosse influenciada, em função dos apelos libertários da revolução popular francesa.

O ciclo de guerras do período napoleônico, depois de quase duas dezenas de anos, fechou sua última página na região germânica e também no mundo ocidental,

com a derrota das tropas francesas em Waterloo, em 1815. E, como uma das decorrências da Conferência de Viena, foi elaborado para essa região um novo arranjo territorial e político, com a criação da Confederação dos Estados Alemães ou Liga Alemã³⁸, com o intuito de barrar futuras pretensões francesas, na eventualidade de seu possível soerguimento.

FIGURA 2 – A Europa Central e Oriental após o Congresso de Viena (1815)

A EUROPA CENTRAL E ORIENTAL APÓS O CONGRESSO DE VIENA (1815)



Fonte: Séliier, Andre e Séliier, Jean - "Atlas des Peuples d'Europe Centrale".

³⁸ A composição da Confederação dos Estados Alemães, também chamada de Liga Alemã – cuja unidade consistia, essencialmente, no uso do idioma alemão – era politicamente muito diversificada: 35 estados independentes e 4 cidades livres. Consistia numa união pouco coesa de estados soberanos. Além da Áustria (até 1866), dela participaram os reinos da Prússia, Baviera, Württemberg, Hannover (sob o domínio do rei da Inglaterra) e Saxônia; os Grãos-Ducados Mecklemburg-Schwering-Strelitz, Oldenburg, Hesse-Darmstadt, Saxe-Weimar e Baden; o eleitorado de Hesse-Kassel; os ducados de Bruswick, Nassau, Anhalt-Dessau-Benburg-Göthen, Saxe-Koburg-Gotha, Saxe, Saxen-Meiningen-Altenburg-Hildburghausen e Holstein (sob o domínio do rei da Dinamarca); parte dos Países Baixos (sob a jurisdição do Grão-Duque de Luxemburgo); as quatro cidades-livres de Frankfurt/Meno, Bremen, Hamburgo e Lübeck, somados ainda a um grande número de pequenos principados independentes. JOCHEN, Toni, "Texto de Homenagem aos Imigrantes". Disponível em (www.emigracaoalema.com.br), acessado em 14/05/2008.

Confederação dos Estados Alemães

O grande beneficiário desse arranjo passou a ser o reino da Prússia, que, além de ter acrescido a Renânia aos seus domínios, assenhoreou-se, ainda, da liderança daquelas 3 (três) dezenas de administrações políticas, cada uma com os seus sistemas de leis, dinheiro próprio, sistemas de pesos e medida e fronteiras alfandegárias, a despeito da existência e ainda do respeitado Império dos Habsburgos.

O mundo europeu, nos anos que se seguiram, principalmente no período desta pesquisa (1800-1845), gozou de um cenário de relativa calma, o que permitiu o redirecionamento de uma boa parte do fluxo financeiro para as atividades produtivas, visando à atualização de sua capacidade competitiva, em decorrência dos novos padrões industriais e mercadológicos, liderados pelo Império Inglês. Segundo Droz (1967, *apud* Kennedy, 1989), entre 1815 e 1848, as características da economia continuaram a predominar: a superioridade da produção agrícola sobre a industrial, a ausência de meios de transportes rápidos e baratos e a prioridade dada aos bens de consumo, em detrimento da indústria pesada³⁹.

Com a saída do Império Francês do cenário, ficaram para os estados germânicos os seus efeitos diretos, tais como finanças debilitadas, comércio em bancarrota, produção agrária nas propriedades praticamente destruídas e, acrescidas a isso, a invasão de produtos industriais baratos (têxteis e outros), produzidos em escala pela indústria inglesa. Como efeitos indiretos: as expectativas sociais e políticas, absorvidas do original espírito da Revolução Francesa, foram submergidas, porém, sem deixar de estar latente, o que exigiria alguns ajustes e concessões da nobreza, que restabelecia seus poderes.

Para o soerguimento econômico, várias medidas foram acionadas, buscando estimular a produção agrícola, a industrialização e a modernização dos meios de transportes para o escoamento dos produtos.

Seriam também implantadas medidas de unificação aduaneira para a livre circulação de mercadorias, conhecida como *Zollverein*⁴⁰, que se revelaram

³⁹ KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda...*, *op. cit.*, p. 158.

⁴⁰ KEMP, Tom, *A Revolução Industrial na Europa do século XIX*, Trad. de José Marcos Lima, Lisboa: Edições 70, 1985, pp. 116, 117.

fundamentais para o desenvolvimento germânico. Todas as medidas implantadas nesse período tiveram efeitos extremamente positivos para as unidades que compunham a Confederação dos Estados Alemães, com especial relevância para a Prússia.

Motivações para o abandono

As diversas etapas de implantação da reforma agrária nos territórios prussianos, a começar pela extinção do trabalho servil com a reforma de Stein-Hardenberg, iniciada em 1807 e complementada nos três anos que se seguiram, foi um curto alento para as necessidades do campônio alemão, já que, nos anos seguintes (1811 a 1821), elas seriam paulatinamente retiradas. Por exemplo, aqueles que antes eram rendeiros de terras poderiam adquirir a sua parte, desde que entregassem metade dos resultados obtidos com a sua produção; os que possuíam terras por herança, estavam obrigados a entregar um terço; e os que nada possuíam, o que constituía a grande maioria, só tinham duas alternativas: o trabalho assalariado ou trabalhar como agricultor independente, em área cedida pelo senhor de terras, que, em troca, exigia dois terços da produção.

Mesmo com a expansão da procura por produtos agrícolas, que provocou melhoras nos preços, a situação do camponês, incluindo os pequenos e médios proprietários de terra, permanecia estrangulada. Eram sufocados e controlados pelo poder político e econômico dos grandes proprietários.

Os grandes senhores de terras, como principais avalistas dos Hohenzollern, continuaram com posição dominante na economia e como os principais beneficiários de acumulação de capital, resultante da expropriação de recursos em seus domínios, que utilizavam para ampliar ainda mais as suas terras. Foi a reforma agrária à “moda” *Junkers*.

Como necessidade de acompanhar a evolução industrial e, principalmente, superar o seu eterno irmão rival (Império Austríaco), a partir de 1840⁴¹, o Reino da Prússia redirecionou boa parte de seus recursos para a construção de uma sólida base industrial: ferrovias, recuperação da capacidade da navegação em seus rios

⁴¹ KEMP, Tom, *A Revolução Industrial...*, op. cit., pp. 130/131.

(exemplo: o Reno), estradas, etc., o que, concomitantemente, fez ascender uma nova aristocracia capitalista e uma classe média cidadina intelectualmente mais independente.

A crise nas aldeias se refletia principalmente entre camponeses dos diversos extratos, tais como assalariados, rendeiros, pequenos e médios proprietários, desempregados, incluindo-se, aí, os artesãos (trabalhadores manuais), os pequenos comerciantes, atuantes nestas comunidades e nas pequenas cidades. Esses seriam habilmente cooptados pela classe, que era a principal origem e razão dos seus sofrimentos: a velha classe agrária. Inteligentemente, ela transformou o imaginário de seus explorados, introduzindo que a razão de seus infortúnios estava ligada àquela nova classe de capitalistas, representada principalmente pelos banqueiros e pelos judeus.

Infelizmente, a retórica da ideologia desses integrantes, acrescida da substância duvidosa de seus retrógrados argumentos, encontrou eco principalmente entre os pequenos comerciantes, nos círculos provinciais, no exército e nas universidades, com funestas conseqüências futuras⁴². Coroando o sentimento de impotência política e econômica das aldeias, na década de 1840 ocorre a quebra de sucessivas safras de batatas e cereais, introduzindo um novo elemento naquele cenário: a ameaça da fome.

Por que os nossos alemães emigraram?

Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem. A migração, portanto, não começa até que as pessoas descubrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem⁴³.

Os recortes aqui apresentados, correspondendo aos períodos de 1750/1815 e 1800/1845, evidenciaram os fatores políticos e seus respectivos derivativos econômicos e sociais, que atingiram, com contundência, a maioria da população das

⁴² Massacre de judeus e outros grupos étnicos durante o III Reich.

⁴³ KLEIN, Herbert S., *Migração Internacional na História das Américas*. Fazer a América, Boris Fausto (org.), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, pp.13/31.

terras germânicas. As camadas baixa e média, pertencentes aos diferentes reinos, ducados e principados, não conseguiam enxergar saídas para suas aspirações. Havia apenas duas alternativas: aquiescer ou mudar⁴⁴.

Aquiescer, para uns, seria a manutenção do seu *status* de miséria, trabalhando como colono assalariado, rendeiro ou tentando produzir em suas pequenas propriedades. Para outros, como os profissionais qualificados (artífices) ou da classe intelectualizada dos segmentos da classe média, havia a opção da proletarização, com a aceitação de empregos, que surgiam nas indústrias e nas áreas de serviços.

Entretanto, mesmo optando por aquiescer, o mercado emergente não tinha como suprir a demanda necessária, naquele período de reestruturação da Confederação dos Estados Alemães. Para aqueles que não aceitavam a idéia de proletarizar-se ou mesmo de manter o seu *status quo* de falta de perspectivas, abriam-se as possibilidades de reiniciar sua vida em outra região, acumular riquezas e, depois, retornar em uma nova configuração.

Havia acenos, informes através de correspondências, convites formulados por representantes comerciais do Novo Mundo, sobre as maravilhas que se descortinavam para aqueles que estivessem dispostos a colonizar e produzir, em áreas virgens com alta fertilidade. Num determinado momento, até os próprios governos locais estimulavam a emigração, com vistas a resolver potenciais conflitos em regiões com atividades econômicas aquém das suas necessidades.

No caso específico da região dos Hunsrück, representantes comerciais da Casa Delrue & Co. de Dunquerque, convidavam para participar da colonização e da construção de uma cidade para o Imperador brasileiro, oferecendo empréstimos em dinheiro⁴⁵; uma área de terra para produzir, acrescida de um emprego em sua profissão, para participar da construção daquela que seria chamada Povoação-Palácio de Petrópolis.

⁴⁴ Os que mais sofreram foram os artesãos à maneira antiga e os mestres das guildas, cujo estatuto e mesmo a situação material se deterioraram, tendo alguns sectores do campesinato sido forçados pela mudança agrária a deixar a terra e a procurar lugar nas minas ou nas fábricas, ou ainda a embarcar para a emigração (KEMP, Tom, *A Revolução Industrial...*, *op. cit.*, pp. 122 e 130).

⁴⁵ "De acordo com o contrato de imigração os colonos teriam de reembolsar o adiantamento para as passagens, com o abatimento da quarta parte nos jornaes e vencimentos dos solteiros, a quinta parte nos dos casados e a sexta nos dos que tivessem um ou mais filhos", *Jornal O Commercio*, nº 2008, de 18 de junho de 1927.

Nos meados de 1845, na região conhecida como Hunsrück, enclave no triângulo montanhoso formado pelos rios Reno e seu afluente Mosela, o ambiente em diversas aldeias estava tomado pela excitação típica dos últimos preparativos para a partida, somados, ainda, a um quê de nostalgia, antecipando as saudades.

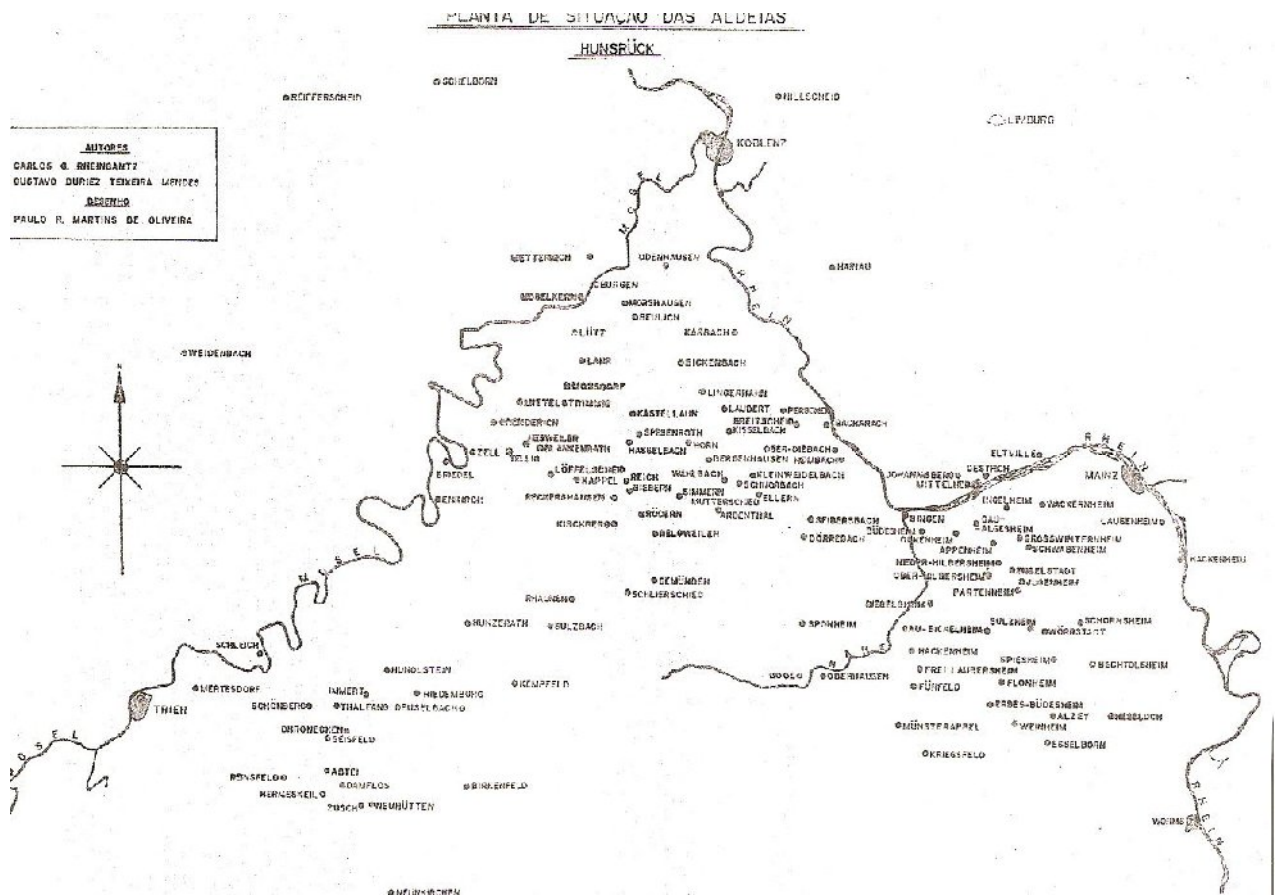
Haviam-se rompido, entre os mais arrojados, os últimos elos que os prendiam à terra. A partida para a América apresentava-se como a melhor alternativa de sobrevivência para si e suas famílias. Tinham proposta concreta para exercerem suas profissões, com oferta de trabalho e uma pequena área de terra para sua instalação. Vários amigos e familiares já haviam partido em outras levas.

Eles eram o penúltimo grupo, que se compunha de: George Diehl, mulher e um filho; Peter Gregorius, mulher e 2 filhos; Joseph Brand, acompanhado de mais seis parentes; Adam Brand, esposa e 6 filhos; Jacob Braun, esposa e 5 filhos; Peter Malmann, esposa e 5 filhos; Reinhard Delvo, esposa e 5 filhos; Peter Kronenberg, esposa, 5 filhos e um agregado; Wilhelm Philippi, esposa e 2 filhos; Caroline Blatt, marido e 2 filhos; Andréas Bender, esposa e 2 filhos; Jacob Trojack, esposa e 5 filhos; Anton Vogel, esposa e 6 filhos; Nicolaus Theobald e 6 filhos; Andréas Simon, esposa e 6 filhos; Johann Schunck e 2 agregados; Johann Hang, esposa e 7 filhos; Balthazar Linden, esposa e 6 filhos; Joseph Wagner, esposa e 3 filhos; Nicolaus Kniebel, esposa e 5 filhos; Johann Peter Flaeschen, mulher e 5 filhos e Nicolaus Stadler, esposa, 8 filhos e a avó.⁴⁶ Partiam, levando consigo suas famílias diretas (mulher e filhos) e, às vezes, indireta (pais, sobrinhos). No dia 23 de agosto de 1845, partia do porto de Dunquerque, sob o comando do Capitão Wordinger, o brigue dinamarquês *PAMPAS*, com 138 passageiros, rumo ao Rio de Janeiro, Capital do Império do Brasil⁴⁷.

⁴⁶ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, "Famílias que vieram no Pampas": Instituto Histórico de Petrópolis (Cadeira 10) e membro do CBG (Colégio Brasileiro de Genealogia). Cópia em 24/05/2007.

⁴⁷ VASCONCELOS, Francisco a. "Dunquerque, 1845" - 150 *Anos da Colonização Alemães em Petrópolis*. Petrópolis: IHP/UCP, 1995

FIGURA 3 – Planta da Região do Hunsrück



1.3. Nas terras brasileiras – recorte histórico (1800-1845)

Para traçar um paralelo entre a região de origem e o ambiente de recepção à chegada de futuros emigrantes, em específico, na capital, utilizamos o recurso representado pelas possíveis impressões de um imigrante, de origem europeia, em instalação na cidade, com base nos diversos relatos de estrangeiros, que passaram pela capital, e de historiadores brasileiros com trabalhos referenciados naquele recorte.

Buscamos, com isso, construir uma descrição do ambiente, presumindo sê-lo o mais próximo possível da ótica particular não portuguesa ou brasileira, ou seja, do olhar estrangeiro em analisar a situação reinante, para dela inferir as facilidades e as

singularidades que possibilitariam, ou não, a vinda de novos emigrantes e o possível sucesso em radicar-se naquela terra e, principalmente, por saber que o cenário e as impressões seriam essas, que se divulgariam para parentes, amigos e outras instâncias da sua relação, no exterior.

Uma visão estrangeira

A vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro. Os *primeiros alemães, classificáveis* como imigrantes, se estabeleceram no Rio de Janeiro, a partir de 1808, com atuação no comércio de exploração e importação⁴⁸.

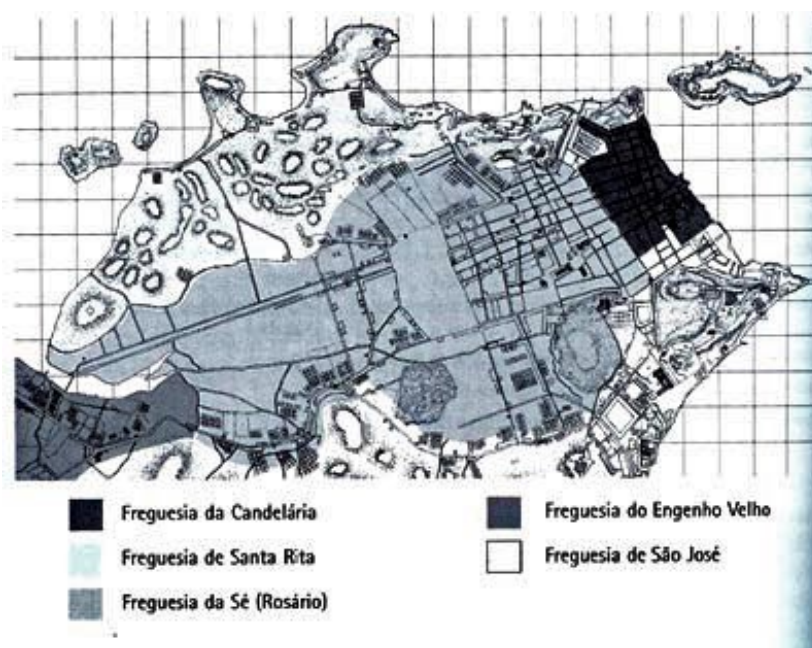
Desde a chegada como imigrante a esta terra, naquele início de 1800, a primeira impressão, que se abria aos olhos estrangeiros recém-aportados à cidade, não era das mais agradáveis, mesmo que descontados o mau humor e o cansaço, derivados de uma viagem marítima tediosa e desconfortável.

Afastando-se ligeiramente do entorno do ponto de desembarque, junto ao Chafariz de Mestre Valentim, no largo do Paço Real, Sede da Administração e residência do Príncipe Regente D. João, dirigindo-se para um dos caminhos que ladeavam a Matriz da Sé, acompanhando os negros que lhes carregavam as bagagens para o seu lugar de destino, já aí, se deparavam com os primeiros aspectos marcantes da cidade: ruelas estreitas, sujas e mal-cheirosas, ladeadas de construções baixas, pequenos sobrados com um ou dois andares, eventualmente três, com comércios variados em seus térreos e uma difusa mistura de gentes e animais, ocupando indistintamente todos os espaços⁴⁹.

As próximas ações, depois de alojados, foram a de começar a conhecer a situação física da região, os tipos de habitantes e suas condições e, principalmente, o ambiente político daquela cidade do Rio de Janeiro, na qual tinham projetado estabelecer-se e, assim, definir as suas mais oportunas chances de ingresso neste novo mundo...

⁴⁸ SEYFERTH, Giralda, "A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito –", in Boris Fausto (org.), *Fazer a América*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p. 275.

⁴⁹ SCHLICHTHORST, C., *O Rio de Janeiro como é, op. cit.*, p. 27.

FIGURA 4 – Planta Geral da Cidade do Rio de Janeiro ⁵⁰

Naqueles idos de 1808, a cidade vivenciava um reboiço, provocado pela chegada da família real portuguesa e de seu imenso séquito, alterando profundamente a modorrenta vidinha dos cidadãos da ex-capital colonial e agora nova capital do Reino⁵¹.

A cidade necessitava de mudanças estruturais, de modo a adaptá-la aos novos habitantes, e de uma nova apresentação que a dignificasse, perante o mundo diplomático, como a nova capital provisória do Reino.

Começariam, então, prenúncios de um grande número de oportunidades para um recém-chegado.

Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. (...) São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e

⁵⁰ CAVALCANTI, Nireu, *O Rio de Janeiro Setecentista – A vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte. Freguesias Urbanas da Cidade do Rio de Janeiro em 1809*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 262.

⁵¹ No dia 29 de novembro de 1807, a esquadra portuguesa, com 36 navios abrigando o corpo burocrático, arquivos, móveis e utensílios, um prelo tipográfico e cerca de 15 mil pessoas, zarpou, sob escolta inglesa, rumo ao Rio de Janeiro. As conseqüências seriam de longo alcance para as regiões portuguesas de ambos os lados do Atlântico. NEVES, Lucia Maria Bastos P. e NEVES, Guilherme Pereira das, "Retrato de um rei", *Revista Nossa História*, nov.2003/Ano 1/nº 03.

substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país⁵².

Entre a chegada da família real até a aclamação de D. João VI como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, vários eventos e ações foram incrementados, provocando desdobramentos importantes para a Cidade e para a Colônia como um todo, dentre os quais se destacam: a abertura dos portos às Nações Amigas (Salvador-28/1/1808), a fundação do Banco do Brasil (Rio de Janeiro-12/10/1808), a declaração de completa liberdade de circulação de moeda (Rio de Janeiro-12/10/1808), a criação do Arsenal de Marinha e da Escola de Marinha, a permissão de instalação de fábricas no Brasil e em todos os domínios ultramarinos (Rio de Janeiro – 01/04/1808), o início do funcionamento da Imprensa Régia e a celebração de Três Tratados com a Inglaterra, contemplando em um deles a liberdade de culto para os ingleses e a tolerância religiosa para outros acatólicos (Rio de Janeiro-19/02/1810).

Nesse mesmo período, a situação da cidade começou a melhorar com a aplicação das primeiras medidas higiênicas: organização da limpeza das ruas, calçamento de algumas delas, aterramento de pântanos na zona urbana.

No período de 1814 a 1818, o principal responsável pela vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, Napoleão Bonaparte, foi deposto, e Luis XVIII, empossado rei de França. O príncipe regente D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves e, após o período de “nojo” pela morte de sua mãe, a rainha D. Maria I, é aclamado rei.

Em 1819, a cidade toma conhecimento do lançamento da pedra fundamental e do início de construção da primeira Igreja Anglicana do Brasil. Um acontecimento que poderia ser encarado como inusitado, em face da postura hegemônica da Igreja Romana. Essa ação, entretanto, estava em estrito acordo com o estabelecido nos Tratados com a Inglaterra, que previa a tolerância religiosa para seus súditos. Este marco foi um avanço considerável.

⁵² PRADO JUNIOR, Caio, *Evolução política do Brasil...*, op. cit., p. 47.

Melhoram as condições de sociabilidade

Uma coisa que não poderia ser esquecida era a monotonia. Os estrangeiros que não tinham acesso às famílias locais, o que era a quase totalidade, viam-se obrigados a uma vida deveras espartana. Os eventos festivos, em sua maioria, eram de caráter religioso e católico. Havia falta de lugares para uma boa conversa e para fumar um bom cachimbo.

Felizmente, para reduzir a solidão, um grupo de negociantes patrícios fundou uma associação, em 1821, que amenizou a tormentosa sensação de isolamento de que eram acometidos⁵³. Foi a *Gesellschaft* Germânia⁵⁴. Nesse período, mais precisamente entre 1808 e 1845, aconteceram esparsos fluxos imigratórios de europeus, independentes dos tradicionais portugueses e escravos africanos; uns poucos suecos para São Paulo, por volta de 1810, depois um grupo de colonos suíços, contratados sob a condição de serem católicos, por D. João VI, em 1818, que fundaram Nova Friburgo.

Em 1824, sob o Império de D. Pedro I, chegaram os primeiros alemães para ocuparem terras em diversos pontos do país, com preponderância na Região Sul, trazendo como consequência a expansão das congregações evangélica.

Ambiente Social e seus subterrâneos

A expressão mais simples seria “Que espantosa balbúrdia!” Aquela miríade de gente em torno da região do Paço Real, com apresentações que variavam dos dorsos nus aos esfarrapados ou mal-vestidos, a outros, vestindo roupas à moda européia. Todos tendo em comum as diversas variações de tons da cor escura, ou seja, negros e mestiços de diversos tipos. Mas um segundo olhar deixava muito clara a sensação de que esses eram os únicos indivíduos que, aparentemente, produziam alguma coisa naquele ambiente.

⁵³ LINDEN, H., “Deutsche und deutscher Handel in Rio de Janeiro”, 1921, *apud* LENZ, Sylvia, *A sociabilidade alemã no Rio de Janeiro (1821-1863): A Germânia, a Igreja Evangélica e a sociedade beneficente*, Lenz. Uhr. 2002 p. 105.

⁵⁴ Em WOLFF, Egon e Frieda, *No dicionário Biográfico II – Judeus no Brasil – Século XIX*, pp. 51, 337, 371 e 425, verificam-se entre os alemães, membros do Germânia, diversos seguidores da Lei Mosaica.

FIGURA 5 - Quadro de Jean Baptiste Debret – *Passatempo dos ricos*⁵⁵

No processo de ambientação, pouco a pouco, posicionando-se como estrangeiro, o emigrante começava perceber as diversas diferenças e os tipos de atividades exercidas por aqueles trabalhadores. Era evidente que essa gente era a principal base de exploração produtiva, na qual estava estruturada aquela sociedade e, portanto, era de crucial importância para um recém-chegado, com projetos de fixação ou negócios, apreender o máximo possível de informações para ter a necessária ambiguidade para ali sobreviver e situar-se.

Como eram divididas as instâncias de poder na Colônia e qual era o panorama em relação à chegada da nobreza da Metrópole? Como funcionava a administração da Colônia⁵⁶ e quais eram os seus principais entraves? Quais eram os principais poderes de fato? Quais as possibilidades econômicas para um imigrante europeu não-católico? Como funcionavam e se relacionavam as diversas forças produtivas, livres e escravas, naquele ambiente? Eram prioridades cruciais para o posicionamento nessa terra ainda desconhecida.

Inicialmente, no complicado ambiente político da recente capital-colônia, alçada à capital do reino, uma revolução silenciosa iniciava a involução da influência

⁵⁵ Quadro de Jean Baptiste Debret - *Passatempo dos ricos*.

⁵⁶ DEL PRIORE, Mary, *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*, Rio de Janeiro: Campus, 2000, cap. 5.

política dos grandes patriarcados (proprietários de terra e engenhos). Nas vilas e nas cidades, acelerava-se a ampliação do perfil dos proprietários dos sobrados, com a inclusão de uma nova burguesia, formada por fornecedores de produtos, intermediários de negócios, magnatas do ouro e da manipulação de pedras preciosas, bacharéis e mascates bem-sucedidos.

Estes novos senhores de sobrados, com o apoio quase ostensivo da Coroa, passaram também a disputar os espaços políticos, até então dominados, quase exclusivamente, pelos patriarcados Nordestino, Mineiro e Paulista. Uma nova classe pouco a pouco passa a dominar o cenário político e administrativo da Colônia e, posteriormente, do Império. Eram os bacharéis “doutores”. Bacharéis brancos e mulatos, filhos legítimos ou bastardos, tanto da grande burguesia patriarcal, quanto da pequena burguesia cidadina⁵⁷.

Aí estariam os primeiros aliados potenciais que fariam a necessária ponte entre a burguesia patriarcal e a nobreza cidadina, que, até então, conduzia as dificuldades e as facilidades do aparelho burocrático da colônia.

O populacho era composto por negros, pardos escravos, negros, pardos e brancos livres, que desempenhavam diversos papéis na subestrutura daquela sociedade, tais como carregadores, barqueiros, vendedores ambulantes, vendeiros, barbeiros, alfaiates, pedreiros, escravos domésticos, escravos de ganho, tropeiros e, não podendo esquecer, é claro, os vadios⁵⁸. Eram todos esses indivíduos os responsáveis diretos pelo funcionamento e pelo espírito daquela cidade.

Na primeira linha de proximidade, estavam os carregadores, que, com a sua força física, faziam a carga, a descarga e o transporte de produtos e suprimentos, abastecendo a área central da capital⁵⁹. Estava, dentre eles, um grupo que teria especial interesse em estabelecer relações cordiais – que era o grupo mais seletto, compreendido pelos estivadores⁶⁰.

⁵⁷ “Às vezes eram rapazes da burguesia mais nova das cidades que se bacharelavam na Europa. Filhos ou netos de ‘mascates’. Valorizados pela educação européia, voltavam socialmente iguais aos filhos das mais velhas e poderosas famílias de senhores de terra”. (FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, 2ª Ed., São Paulo: José Olimpio Editora, 1981, p. 953).

⁵⁸ MELLO E SOUZA, Laura de, *Desclassificados de ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2º Ed., 1986, pp. 64/65 e 72/73.

⁵⁹ SCHLICHTHORST, C., *O Rio de Janeiro como é...*, op. cit., p. 132.

⁶⁰ “Da perspectiva dos senhores de escravos do Rio de Janeiro, havia apenas um papel apropriado para os cativos: realizar todas as atividades manuais e servir de bestas de carga da cidade. Eles eram não somente as máquinas e ‘cavalos’ da capital comercial-burocrática, mas também a fonte de

Além dos estivadores, que mereceriam especial atenção, havia um outro, que fazia as linhas de interligação com o interior das províncias, trazendo e levando produtos das fazendas para embarque no porto. Eram os chamados “tropeiros”⁶¹, indivíduos com conhecimento profundo da geografia de suas regiões de atuação. E, claro, com um imenso potencial para fazer negócios⁶².

Para apoio da manutenção pessoal no dia-a-dia, havia os trabalhadores especializados, tais como alfaiates, músicos, barbeiros e barbeiros-cirurgiões,⁶³ negros e pardos, com uma parcela significativa de livres, cujas manumissões foram obtidas com parte de seus ganhos, conforme valores e temporalidades ajustadas, caso a caso, com seus antigos senhores.

A outra parcela era a dos “não-livres”, conhecidos como escravos de ganho. Eram profissionais já qualificados (mestres ou oficiais) ou em qualificação (meio-oficiais ou aprendizes), que vendiam avulsamente a sua força de trabalho, em que a maior parcela dos rendimentos obtidos era expropriada pelos seus senhores. É claro que, quando não estavam sob “as vistas” dos mesmos, se aproveitavam para aumentar seus míseros ganhos com vistas a acelerar uma futura negociação de compra da sua liberdade.

riqueza e do capital de seus donos (...) Em geral, os escravos cariocas eram forçados a labutar na agricultura e em atividades de subsistência, transporte, manufatura, pedreiras, obras públicas, vendas e serviços e administração. (...) Um dos trabalhos de carregador mais prestigiosos e lucrativos estava no porto e na alfândega, como estivador (...) Os viajantes estrangeiros perdiam frequentemente parte de sua bagagem ao passar pela alfândega; assim, os escravos daquela repartição tinham oportunidade de ‘adquirir’ coisas valiosas do exterior. Por essa e outras razões, o trabalho de estivador era uma das atividades braçais mais lucrativas e de *status* alto”. (KARASCH, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 259-264).

⁶¹ DEL PRIORE, Mary, *Revisão do Paraíso...*, *op. cit.*, cap. 6.

⁶² “Muito embora preso a esse mundo, o tropeiro foi um dos tipos humanos para o qual mais se abriram as possibilidades de integração ao outro lado da sociedade. Especialmente o comércio de burros constituiu um importante canal de ascensão socioeconômica. Bem sucedido em seu lucrativo negócio, o tropeiro “algumas vezes deixa-se seduzir pelo orgulho de fazer de seu filho um doutor. (...) Fixadas na educação do filho, surgem as intenções do tropeiro, homem já de algumas posses e que não aspira senão a entrar definitivamente para os grupos mais favorecidos da sociedade em que vive”. (FRANCO, Maria Silva de Carvalho, *Homens livres na sociedade escravocrata*, São Paulo: Kairós Editora, p. 66).

⁶³ “Uma profissão incomum do século XIX em que os escravos e libertos tinham importância era a de barbeiro-cirurgião. Nas palavras de Debret, o homem que cortava barbas e cabelo era quase sempre ‘negro’, ou, pelo menos mulato. (...) Porém, para ser barbeiro como esses libertos era preciso uma série de habilidades além de cortar e pentear cabelos, pois trabalhavam também como cirurgiões, sangradores, dentistas e músicos, tocando violinos ou clarinetes para seus clientes. (KARASCH, Mary C., *A vida dos escravos...*, *op. cit.*, pp.278/279).

Uma lembrança igualmente forte era a dos empregados domésticos, que serviam aos sobrados e às chácaras. O número de escravos ostentado pelos senhores e pelas senhoras era um dos indícios materiais das suas riquezas. Naquela cultura, os indivíduos tinham seu *status* dimensionado pelo número de serviçais a seu dispor. O mais interessante foi entender a hierarquia estabelecida naquela subestrutura serviçal. Tinha, em seu topo, seja em responsabilidades ou privilégios, a chamada mucama, negra ou mestiça na maior parte das vezes, portadora de alguma relação de parentesco com a família ou de grande intimidade com o senhor. Depois, vinham as governantas e as amas-de-leite, seguidas, finalmente, pelos bastardos (filhos mestiços dos senhores, ou de parentes destes, com suas escravas).

Esse conjunto representava a casta superior entre os cativos domésticos. Os serviços gerais, serviços pesados ou sujos da manutenção do dia-a-dia, ficavam reservados aos negros escravos propriamente ditos⁶⁴.

Não se poderia deixar de mencionar um grupo particular, que marcou lembranças – o dos negros encarregados do transporte dos dejetos e outros lixos produzidos nas habitações⁶⁵. Estes arranjaram uma forma peculiar de expressar o desencanto pelo papel sem futuro a eles destinado. Por onde passavam, carregando seus tonéis de madeira, marcavam os trajetos com um rastro de chorume e fedor, devolvendo à cidade, simbolicamente, aquilo que ela lhes proporcionava...

Esse ambiente nas terras brasileiras, e em específico na Capital da Província do Rio de Janeiro, constituía o cenário a ser percebido pelos emigrantes, vindos do Hünsruck e desembarcados na cidade, durante o seu curto interlúdio, antes do novo reembarque para o local ou locais para o(s) qual(uais) haviam sido contratados. Seria impactante. “As dificuldades a que assistiram ou que passaram, em suas aldeias e nas diversas etapas da viagem, nem de perto serviam como referência para os que estavam deparando. (...) o ardente calor, o desconhecimento da língua, falta de mantimentos e de segurança contra os negros inclinados a roubar e a immoral canalha dos mulatos levarão os deploráveis emigrantes a total

⁶⁴ SCHLICHTHORST, C., *O Rio de Janeiro como é...*, op. cit., p. 142.

⁶⁵ KARASCH, Mary C., *A vida dos escravos...*, op. cit., p. 266.

desesperação”⁶⁶. Por outro lado, dentre eles, os que, porventura, já tivessem relações de parentescos ou sociais com emigrantes já radicados na cidade, teriam certamente uma grande vantagem de partida em relação aos demais.

E assim chegaram as 13 levas, e dentre elas, a leva que veio através do brigue *Pampas*, agora com um passageiro a menos. A travessia tinha cobrado o seu preço.

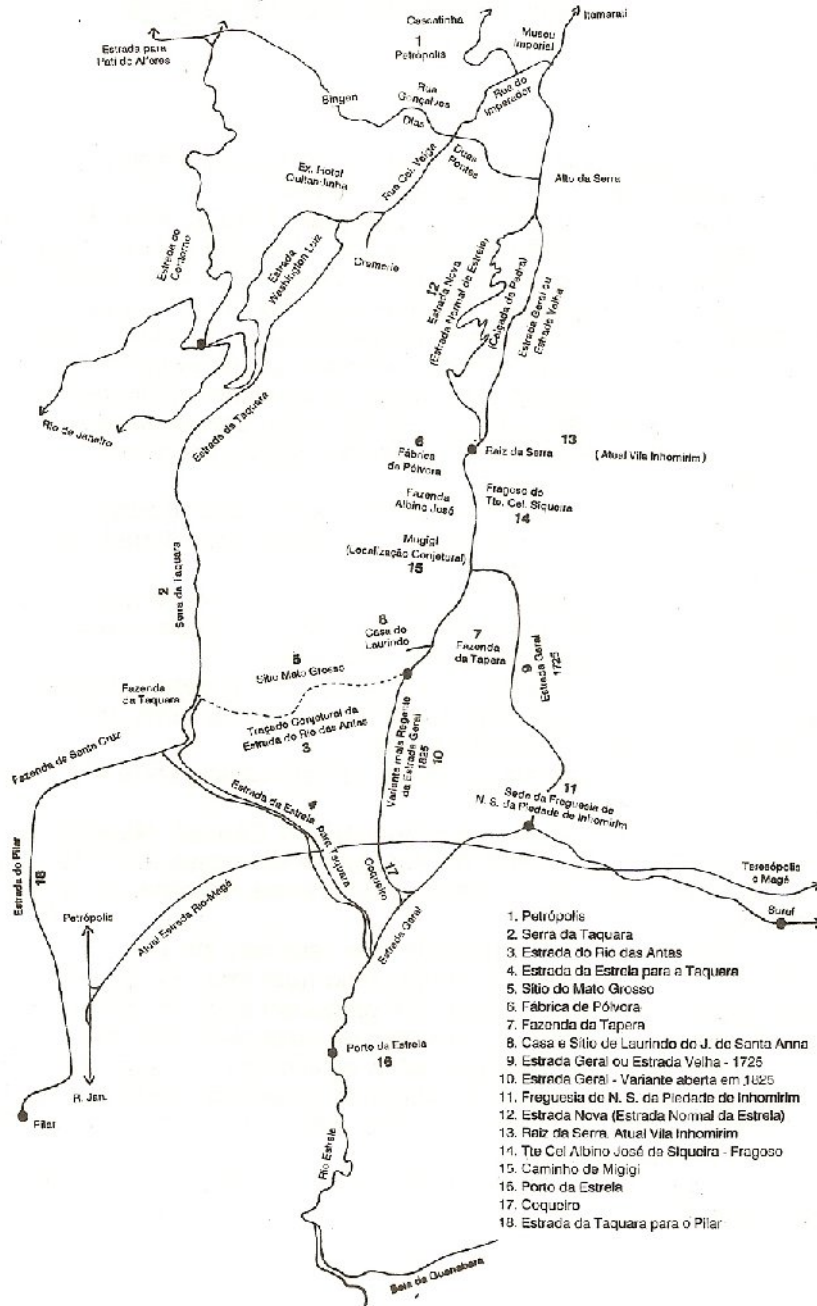
Quadro 1 – Relação dos 13 navios com os colonizadores⁶⁷

NAVIO	SAÍDA 1845	PORTO FRANÇA	COMANDO	PORTO BRASIL	DATA 1845	EMI- GRANTES
<i>Virgine</i> (Francês)	17/04	Dunquerque	Faure	RJ	13/06	161
<i>Marie</i> (Francês)	07/05	Dunquerque	Chastell	RJ	20/07	169
<i>Leopold</i> (Prussiano)	07/06	Dunquerque	Holtz	RJ	21/07	225
<i>Curieux</i> (Francês)	25/05	Dunquerque	Beugard	RJ	24/07	190
<i>Agripina</i> (Inglês)	10/07	Dunquerque	Rodgers	RJ	25/07	210
<i>MarieLouise</i> (Francês)	25/05	Dunquerque	Bouton	RJ	26/07	217
<i>Jeune Leon</i>	-	Dunquerque	-	RJ	11/08	170
<i>Georg</i> (Inglês)	-	Dunquerque	-	RJ	26/08	217
<i>Mary Queen of Scott</i>	20/07	Dunquerque	W.Killey	RJ	01/09	210
<i>Daniel</i> (Dinamarquês)	20/07	Dunquerque	Juul	RJ	07/09	171
<i>Odin</i> (Dinamarquês)	20/07	Dunquerque	Leth	RJ	07/09	182
<i>Pampas</i> (Dinamarquês)	23/08	Dunquerque	Wordinger	RJ	16/10	137
<i>Fyen</i> (Dinamarquês)	10/09	Dunquerque	Kruuse	RJ	08/11	68

⁶⁶ SILVEIRA, João Duarte. “A Colônia de Petrópolis” Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Volume I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, p.56 I-DDs-3.11.865-Roc.do Arquivo histórico do Museu Imperial.

⁶⁷ CASADEI, Thalita de Oliveira, Petrópolis..., op. cit., p. 17 e 25; e disponível em (www.arquivohistorico-mg.com.br/imigracao/listadenavios01), acessado em 09/06/2008.

FIGURA 6 – Mapa da região da Serra da Estrela⁶⁸



⁶⁸ CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos...*, op. cit., p. 49.

CAPÍTULO DOIS

RADICAÇÃO NA REGIÃO SERRANA

2.1. Preâmbulo

Neste segundo capítulo, centralizamos nossas pesquisas nas condições encontradas pelos emigrantes, após as suas sucessivas chegadas, abrangendo desde o processo inicial de assentamento, passando pelo fim institucional da “Imperial Colônia Alemã” e finalizando até sua imersão quase que completa na historicidade daquela região. Para tal, adentramos por terreno árido das estatísticas, dos relatos de época e dos documentos cartoriais, onde desentranhamos números e índices, de que, interpretados, às vezes, com monótonas descrições quantitativas e qualitativas, extrairíamos evidências e análises para uma nova leitura historiográfica das inter-relações que ali foram estabelecidas, ou seja: de cima para baixo e de baixo para cima.

Era-nos crucial investigar se, no projeto da povoação-Palácio de Petrópolis, existiram estratégias que tenham sido filtradas por clivos sociais, principalmente lembrando a nossa opção em pensar o social em termos amplos, que incluiriam a cultura, a política, a condição econômica e o poder. Para isso, foi ou era necessário responder a questões, tais como:

- Por que a escolha ou o fato de serem escolhidos para a fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis os teutos da região dos Hunsrück?
- No projeto Povoação-Palácio de Petrópolis, quais foram os papéis de Koeler, Paulo Barbosa, Aureliano Coutinho e D.Pedro II?
- No projeto de assentamento, houve determinações legais ou indícios que abalzassem os critérios de distribuição de terras para os assentamentos, como tendo um clivo ou viés socioeconômico e/ou sociocultural?
- Haveria um projeto do governo imperial em relação ao processo de assimilação?

- Qual foi a evolução do projeto, suas práticas, comparando seus marcos iniciais com as sucessivas mutações e ampliações ocorridas no recorte estabelecido?
- Durante o transcorrer da implantação do projeto de povoação, quais foram as negociações e as transformações nos aspectos políticos, territoriais, sociais e econômicos e os resultados desses na vida dos emigrantes?

2.2. O Palácio de Petrópolis em seu projeto

Sua Majestade está dando um mau exemplo, ocupando suas bonitas terras com 'escravos brancos'. Ante o protesto do Pastor Lallemand de que não podia falar em escravos, pois Dom Pedro II estava loteando suas terras gratuitamente e doando-as às famílias de colonos que somente após alguns anos passariam a pagar um foro insignificante, o fazendeiro escravagista retorquiu: 'Pois bem, então o Sr. acabará se convencendo pessoalmente da realidade. Onde estes emigrantes irão encontrar lugar lá em cima da serra como proprietários livres? Cada um receberá uma pequena horta onde na melhor das hipóteses poderá engordar alguns porcos, mas seu sustento deverá ser ganho como escravos, por diária, na construção do Palácio Imperial e da nova estrada da serra. E, quando estas obras estiverem prontas subirão do Rio de Janeiro os fidalgos, que um após o outro comprarão 5 ou mais lotes ajardinados aos colonos, que desempregados não terão condições de construir suas próprias casas rurais. E esses pobres colonos iludidos ficarão na miséria⁶⁹.

A conjunção da disponibilidade de terras privadas do Imperador, em estado de abandono, numa região de clima ameno, relativamente próximas da Capital do Império, com os conhecimentos de Koeler sobre a região, aliados às relações institucionais e pessoais de Paulo Barbosa no centro de poder, seriam os ingredientes básicos para a viabilização do empreendimento. Já, a sua fase de

⁶⁹ Exemplo da propaganda negativa escravagista é reportada pelo Pastor Protestante Frederico Avé-Lallemand, em episódio ocorrido na sua visita a Petrópolis em agosto de 1845. (RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis*. Petrópolis: IHP, 1985.

elaboração, em conjunto com o projeto de construção, seriam dados os contornos de natureza econômica, política e social dos seus idealizadores, ou seja, de Paulo Barbosa e Koeler.

Entretanto, esse projeto, para a época, teria todos os ingredientes para o fracasso, acaso não fosse sutilmente conduzido, ou seja, ele teria toda a oposição da maioria escravocrata brasileira⁷⁰, caso esse fosse apresentado como um projeto com a utilização de trabalhadores livres e de origem européia, assim como seria fortemente rechaçado pelo clero católico, na perspectiva de existir, entre esses europeus, elementos que professassem outras crenças.

Portanto, a estratégia que os fatos posteriores demonstraram, evidenciaria que conduziram de forma concatenada a ocorrência de “acontecimentos fortuitos ou inesperados”, de tal modo que passassem o mais despercebido possíveis e, com isso, reduzindo, pelo menos na fase inicial, o tensionamento para sua implantação.

A primeira listagem destes “eventos fortuitos” foi: Koeler torna-se arrendatário da Fazenda do Córrego Seco; é incumbido da construção de um palácio de veraneio para o Imperador, por força do arrendamento; cria uma companhia imobiliária para loteamento e captação de recursos para a construção do palácio e de uma povoação em torno dele; atende aos apelos do Mordomo Imperial e aloja centenas de famílias teutas, contratadas pela Província para trabalharem em suas obras públicas; concedem-se a essas famílias lotes de terras, com isenção do pagamento de taxas foreiras por 8 anos, além de quantias em dinheiro, ferramentas e alimentação, como doação direta do Imperador.

Em um artigo de Bauer⁷¹, discorrendo sobre um Memorial apresentado ao Imperador D. Pedro II, por Koeler, em conjunto com o vice-cônsul do Brasil em Bremen, Luiz Frederico Kalkmann, onde esses explicitam de forma direta, suas visões política, social e econômica das vantagens da emigração de mão-de-obra livre, sobre a mão-de-obra escrava, tais como:

A emigração livre é um dos objetos de utilidade transcendente para o Império. (...) A cessação do comércio da escravatura ameaça a lavoura, e com ela a única fonte de riqueza nacional. Carece acudir a lavoura e dar-lhe

⁷⁰ Capítulo 1 – Nas terras Brasileiras.

⁷¹ BAUER, Gustavo Ernesto. “Memorial que a S.M.Imperial apresentam Luiz Frederico Kalkmann e Júlio Frederico Koeler”, *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis* – IHP, V. II, 1981, p. 1.

braços, que a sustentem e a desenvolvam; não no interesse de senhores de escravos, mas no interesse mais justo e elevado de V. M. Imperial e do Estado. (...) O meio mais fácil e econômico é o de chamar a emigração branca e livre para o país. (...) Um grande capital seria poupado com uma substituição do braço cativo, por braços livres. Com a mesma quantia que se dá por um escravo precário, obterá o Estado uma ou mais famílias de cidadãos inteligentes e trabalhadores. (...) O dinheiro, em lugar de sair para a Costa de África, ficará no País, chamará para o Estado muitos capitais menores, que somados, serão de apreciável importância.

Isto ajudou a confirmar nosso entendimento do porquê da estratégia de Koeler e Paulo Barbosa, em conduzir seus objetivos de forma sutil, para obtenção de resultados esperados, porém aparentando para o público em geral como “acidentais”, pois se essas posições fossem de conhecimento da elite política, majoritariamente conservadora à época do desenlace do projeto, ele seria garantidamente vetado. Uma coincidência é que, alguns meses após esse Memorial ter sido formalizado, em meados de 1847, Koeler foi acidentalmente assassinado.

A viabilização do Projeto

Em 1840, é votada pela Assembléia Provincial, e sancionada pelo Visconde de Baependi, a Lei de 10 de maio, sob o nº. 56, autorizando o governo a promover o estabelecimento de colônias agrícolas e a adquirir terras para loteamento para colonos⁷²; ela versava sobre o estabelecimento de colônias agrícolas e industriais na Província do Rio de Janeiro e estabelecia a figura de um Diretor para a criação e a condução das colônias.

Em 1843, encerrado o prazo de arrendamento da Fazenda do Córrego Seco, pertencente ao Imperador D. Pedro II, estando Koeler, homem de boas relações, informado do fato, se candidata para a continuação do contrato. O responsável pela condução da negociação foi ninguém menos que o Conselheiro Paulo Barbosa – Mordomo da Casa Imperial, oficial do Corpo de Engenheiros e seu grande amigo.

A conexão dos eventos caminhou para um desfecho feliz. Numa sucessão articulada de ações, o Imperador expede o Decreto Imperial nº 155, arrendando a

⁷² Comissão Centenário de Petrópolis, v. II, Petrópolis: Typografia Ypiranga, 1939, pp.13/25.

Fazenda do Córrego Seco para o Major de Engenheiros Koeler, nele estabelecendo as condições para a Edificação da Povoação-Palácio de Petrópolis e da ocupação para um povoamento. O interessante é que o Decreto Imperial versava exclusivamente sobre terras particulares do Imperador, portanto, juridicamente dispensável, mas com um efeito de posicionamento político bem significativo.

A Presidência da Província do Rio de Janeiro, à época ocupada por Caldas Viana (até abril de 1844), já havia posicionado pela institucionalização da região e, numa série de Portarias, havia instituído o nome de Petrópolis para uma futura povoação que, porventura, fosse construída ali, enquadrando-a como o novo 2º Distrito da Freguesia de São José do Rio Preto. Essas ações, apesar de tecnicamente coerentes, estavam politicamente dissonantes e estabeleciam condições desfavoráveis para as futuras ações de implantação do projeto (por exemplo: a gestão administrativa direta das obras públicas do povoamento) de Koeler e de Paulo Barbosa de construir uma Colônia Imperial para o jovem Imperador.

Decreto Lei nº 155, de 16 III 1843

Tendo aprovado o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do meu Conselho, Oficial-Mor, e Mordomo de minha Imperial Casa, de arrendar minha Fazenda denominada 'Córrego Seco', ao Major de Engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nele edificar um Palácio para mim, com suas dependências e jardins, outro para uma povoação que deverá ser aforado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisíveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça.

Hei por bem autorizar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E, outrossim, o autorizo a fazer demarcar um terreno para nele se edificar uma igreja com a invocação de S. Pedro de Alcântara, a qual terá uma superfície equivalente a quarenta braças quadradas, no lugar que mais convier aos vizinhos e foreiros, do qual lhes faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação. Ordeno, portanto, ao sobretudo Mordomo que proceda aos ajustes e escrituras necessários, com as devidas cautelas e circunstâncias de localidades, e outrossim que forneça a minhas expensas os vasos sagrados, e ornamentos para a sobredita Igreja, logo que esteja em termos de nela se poder celebrar.

Paço da Boa Vista, dezesseis de março de 1843, vigésimo segundo ano da Independência e do Império. Dom Pedro Segundo. Paulo Barbosa da Silva. Conforme Augusto Cândido Xavier de Brito.

Providencialmente, Caldas Viana foi substituído na Presidência da Província por Aureliano Coutinho, amigo do Conselheiro Paulo Barbosa.

Existiam, agora, os elementos fundamentais para o empreendimento ser estruturado. De um lado, estava todo um conjunto de compromissos estabelecidos no Decreto e no contrato de arrendamento, tais como: elaboração de projeto e construção do Palácio Imperial; elaboração de um projeto urbano de ocupação; englobando vilas e quarteirões imperiais; construção de uma igreja; construção de um cemitério; expulsão de ocupantes ilegais das terras e, por outro lado, todo apoio político necessário à consecução do empreendimento.

Esses compromissos, para serem atendidos, implicariam em conquistar elementos da nobreza e da burguesia brasileira para compra de aforamentos de prazos de terras, nas áreas nobres das proximidades do futuro Palácio Imperial, como forma de captar recursos e, ao mesmo tempo, criar potenciais investidores imobiliários para a região, assim como em buscar colonos qualificados para a construção e a colonização da futura povoação. Era uma tarefa hercúlea, mas bem-afeita à natureza daquele obstinado e bem-relacionado empreendedor.

Koeler é nomeado Superintendente da Fazenda Imperial (Subordinado ao Mordomo Imperial) e, num passo seguinte, é promovido a Diretor da Colônia (Subordinado à Presidência da Província), acumulando dois cargos, além da posição de arrendatário, da qual, oportunamente, abriria mão. Em 1845, enquanto elaborava os últimos detalhes da planta geral de situação da futura colônia, promove a captação de recursos necessários à urbanização da área e ao início das obras previstas no Decreto; colocando ações da sua recém-criada Companhia de Petrópolis na Bolsa de Valores, as quais seriam negociadas nos quatro meses seguidos ao seu lançamento.

2.3. Escolha dos colonizadores

Está historicamente bem registrado que a arregimentação de colonos para a antiga Fazenda do Córrego Seco foi centralizada em aldeias e cidadelas da região do Hunsrück, da antiga Confederação dos Estados Alemães, subordinados ao Reino da Prússia. Infelizmente, os pressupostos para esse direcionamento geográfico não tiveram, à época, suas razões ou motivos devidamente delineados; as diferentes fontes pesquisadas relatavam o evento da emigração pelas suas conseqüências e, em nenhum momento, questionando suas razões.

Os poucos registros, tais como Contrato com a Delrue, Interrogatórios dos emigrantes na chegada, Relatório de Aureliano Coutinho, Relatório de Paulo Barbosa, Almanak Laemmert⁷³, não continham informações que esclarecessem o assunto. Porém, o conjunto de ações que cercaram ou compuseram os acontecimentos antecedentes àquele evento, levaram-nos à possibilidade de haver uma questão histórica de alta importância, ali entranhada.

A nossa intuição de historiador sinalizava que: “naquele mato havia coelho” e, portanto, precisava ser mexido, para atingir o objeto da nossa pesquisa. **Hipótese:** Seria a escolha dos teutos do Hunsrück mais um sutil “evento fortuito”, resultante de uma articulada ação política e intelectual de direcionamento étnico, ou uma mera decisão comercial da Cia. Delrue?

Para responder à dupla questão dessa hipótese, estabelecemos, para a análise, dividindo-a nos seguintes vieses:

- O primeiro seria quanto à natureza comercial, ou seja, da escolha dos Hunsbuckler ter sido conseqüência de uma decisão pautada na lógica comercial em obter maiores ganhos com o mínimo de custos;
- O segundo seria quanto à qualificação, ou seja, da escolha dos teutos, naquela região, por atenderem a especificações exigidas para a mão-de-obra, em termos de aptidão para as atividades do projeto de Koeler;

⁷³ Ver Referências bibliográficas e Anexo 1.

- O terceiro seria quanto à natureza étnica, ou seja, de a escolha dos teutos do Hunsrück ser uma orientação pré-determinada para a agenciadora Delrue, a despeito da logística envolvida.

Em relação ao viés de natureza comercial, baseamo-nos no conceito de maximização dos lucros, ou seja, analisando a gestão do contrato mercantil estabelecido entre a Delrue e o Governo da Província do Rio de Janeiro. Em relação a essa gestão, havia a probabilidade do seguinte argumento: a centralização da atuação de convencimento pelos seus agentes comerciais fora, em princípio, conseqüência das facilidades operacionais do deslocamento entre aldeias e cidades, situadas geograficamente próximas⁷⁴ e acometidas pela mesma crise econômica que atingira, principalmente, os pequenos e os médios proprietários e os artífices da região.

Entretanto, esse, quando analisado sob a mesma ótica comercial, revelou-se inválido, já que, sendo uma agenciadora remunerada pelos resultados do seu contrato, obviamente, escolheria uma região que tivesse um maior potencial de emigrantes a serem convencidos e, além de tudo, onde os custos e os tempos de convencimento exigidos fossem os menores possíveis, principalmente por sabermos que, naquela época, não faltariam alternativas mais próximas para encher navios de candidatos e, portanto, cumprir o seu contrato⁷⁵. Por conseguinte, o fato de ela escolher uma região mais afastada de Dunquerque, com custos operacionais maiores, tendo que, adicionalmente, estabelecer toda uma logística de divulgação, convencimento e transporte⁷⁶, obrigatoriamente implicaria na existência de uma determinação específica⁷⁷.

⁷⁴ Ver Capítulo 1, Antecedentes da emigração e fig. 3.

⁷⁵ Acresce que o pauperismo reinante em certas localidades européias levava muitas das autoridades da Alemanha e da Suíça a estimular a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais (...) Quanto aos colonos mais jovens e sadios, só lhes eram fornecidos adiantamentos para a viagem, quando aquiescessem em levar consigo os outros. De modo que os indivíduos de boa saúde se viam obrigados a sustentar os velhos e os doentes e mais se responsabilizar pelas suas dívidas caso viessem estes a falecer." (DAVATZ, Thomas, *Memórias de um Colono no Brasil* (1850), Trad. e prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, 2ª Ed., São Paulo: Liv. Martins Editora S.A., 1951, pp.18/19).

⁷⁶ Em 01 de fevereiro de 1845, era publicado um decreto, reduzindo os valores a serem pagos pelos colonos transportados ao império. (*Almanaque Laemmert* - Ano 1846).

⁷⁷ Ver capítulo 1, pp. 25/26.

O mesmo se daria em relação ao segundo viés, que seria um corolário da análise que fizemos para o primeiro, lembrando que não existia nenhum suporte histórico que caracterizasse a região do Hunsrück, como um centro de formação ou aglutinação de mão-de-obra especializada. Em suma, para os dois primeiros vieses, em relação àquela escolha, não encontramos amparo ou justificativas que sustentassem a centralização, salvo se *Os colonos tivessem que ser do Hunsrück*.

Já o terceiro viés, em face da sua delicada natureza, baseada na hipotética possibilidade de haver um específico interesse pela escolha de teutos da região do Hunsrück, e não pelos germânicos da Confederação Alemã como um todo, por estarem conjugadas aos interesses de Koeler⁷⁸ em implantar uma povoação europeia na região e, em específico, *por emigrantes de origem idêntica à sua*.

Esse viés exigiu de nossa parte maiores cuidados na busca de indícios que confirmassem ou desmentissem a sua validade, apesar de a análise das duas premissas ou vieses anteriores conduzir-nos a ela.

- Primeiro indício: o Relatório de Aureliano confirma a mudança do contrato firmado com a Delrue, alterando o perfil de emigrantes europeus para emigrantes germânicos⁷⁹.
- Segundo indício: sob o argumento ou desculpa de uma pretensa inconformidade com o fato de a quantidade sucessiva de navios, com as respectivas levas de emigrantes que chegavam⁸⁰, não estar dentro das previsões do Governo da Província e, portanto, não podendo cumprir em tempo hábil a realocação ou mesmo o abrigo provisório para os mesmos; reforçado, ainda, pela posição do Mordomo Paulo

⁷⁸ BUARQUE, Paulo de A., *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis. Contribuição para o seu centenário em 1945*, Rio de Janeiro: O Livro Vermelho dos Telefones, 1940, pp. 16,17, 108 e 109.

⁷⁹ “Porém, não cremos ter havido qualquer tipo de imprevisão ou casualidade nesse episódio. Quem mais tarde esclareceu tudo isso foi o próprio Aureliano Coutinho em seu relatório dos exercícios de 1844 e 1845, onde citou minuciosamente tudo que ocorrera, desde as injunções iniciais por parte de seu antecessor, bem como as gestões que empreendeu junto a Casa Delrue para adequação do referido contrato aos interesses da ‘especial colônia do Córrego Seco’, até as circunstâncias da chegada ao Brasil”. (FROES, Carlos O., “A ação do Conselheiro Aureliano Coutinho na colônia de Petrópolis e seu relacionamento com o Major Koeler”. Petrópolis, Palestra no IHP, 10/07/200, *Tribuna de Petrópolis*, 13/08/2000.

⁸⁰ “(...) não estando a Província prevenida para localizar tanta gente, pediu os bons officios do Mordomo do Paço, conselheiro Paulo Barbosa, a fim de aloja-a na Fazenda de Santa Cruz ou nas Imperiaes Quintas, e este personagem, tendo em vista o desejo do Imperador de fazer uma colônia sua, mandou chamar o major Koeler e com elle combinou a remessa dos immigrantes para a propriedade imperial de Petrópolis”. Comissão Centenário de Petrópolis, v. III, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1940, p. 230.

Barbosa da impossibilidade de alocá-los na Fazenda Santa Cruz, criando-se o impasse. Então, o Presidente da Província aceitou a sugestão de Paulo Barbosa que os encaminhasse para o Major Koeler.

As análises críticas desses dois indícios mostrariam inconformidades, face ao seguinte: a) Em relação ao primeiro indício, considere-se que, tecnicamente, esses emigrantes eram para as diversas obras em execução pelo governo provincial, com as quais a futura Povoação-Palácio de Petrópolis não tinha relação. Lembrando que esse era um projeto privado de construção, com a inclusão de uma Colônia, sob a égide do Governo Imperial,⁸¹ portanto a alteração, para teutos, no mínimo poderia ser considerado um capricho; b) Em relação ao segundo indício, referindo-se aos diversos problemas relativos à intempestiva chegada e ao deslocamento da totalidade dos emigrantes para o Córrego Seco, quando analisamos os registros e os relatos históricos, ficou evidente que a imprevidência seria o único motivo que carecia de razoabilidade naquelas circunstâncias, pois

1) o cumprimento do contrato de envio de emigrantes pela Delrue já estava atrasado, portanto não tinha fundamento condição de não estarem preparados para o recebimento;

2) por ocasião da decisão de deslocamento dos emigrantes para a região de Petrópolis, onde esses chegaram em 29 de junho de 1845, só havia aportado, até então, o Navio *Virgine*. Os navios seguintes chegariam, aí sim, massivamente, a partir de 20 de julho de 1845;

3) corroborando ainda a provável cumplicidade, não oficial, de interesses entre Koeler, Paulo Barbosa, Aureliano Coutinho e D. Pedro II na gestão do “impasse”, foi a crise ocorrida quando alguns desses emigrantes (Navios *Leopold*, *Marie* e *Agripine*), ao desistirem de se encaminhar para o assentamento, tiveram que pedir autorização e apoio ao Imperador, para alterarem o seu destino⁸².

As pesquisas na busca de fundamentação para aceitação ou rejeição da hipótese estabelecida neste inciso (Escolha dos Colonizadores) nos contemplariam com uma inédita releitura sobre a historiografia relativa àquela emigração de teutos.

⁸¹ Comissão do Centenário de Petrópolis, v. VII (“Os fundadores”), Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1942, p. 62.

⁸² Ver anexo 1: “Carta de Súplica dos Emigrantes”. CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos...*, op. cit., pp.25/26

A agenciadora Delrue foi, efetivamente, orientada a trazer emigrantes do Hunsrück para aquela que seria a Imperial Colônia Alemã⁸³, na Povoação-Palácio de Petrópolis,⁸⁴ ou seja, houve um processo deliberado que, operando de forma subterrânea, impôs os Hunsbucklers como os escolhidos.

A implantação e o descritivo do Projeto

Começaria a ficar claro, no caminhar da pesquisa, que o arrendamento da antiga fazenda do Córrego Seco, se compunha de um verdadeiro mosaico de interesses. Em princípio, o político-institucional, com a construção de um Palácio de Verão para a família imperial, que, por sua vez, daria respaldo ao econômico, já que serviria de atrativo para a venda de prazos de terra, em áreas ditas nobres; vendas essas fundamentais para a alavancagem financeira do empreendimento; um outro, depois, embutindo a visão etnossocial, correspondente à posição do autor em conduzir a sua construção, com mão-de-obra livre, e, quiçá, com seus conterrâneos do Hunsrück.

E, além de tudo, havia uma especial estratégia, urdida sob o pretexto de estar construindo o Palácio para o Imperador, direcionar parte dos custos de urbanização e de infra-estrutura daquela povoação com recursos do tesouro provincial; contando, é claro, com a natural subserviência da classe política aos interesses do Imperador.

⁸³ “No nosso entender, na forma sui generis com que foi, finalmente, institucionalizada a Colônia de Petrópolis, ficou patente uma total diferenciação em relação às demais colônias do império, tendo em vista a inexecutabilidade de sua total compatibilização com a Lei Provincial do Rio de Janeiro de nº 226, de 30/V/1840, que normalizava o “Estabelecimento de Colônias Agrícolas e Industriais na Província do Rio de Janeiro. (...) Enfim, era uma colônia especial ou, quem sabe, uma ‘imperial colônia’ a qual, apesar de ainda não ter sido reconhecida pelo Governo Provincial como tal, fora oficialmente implantada. Até então, toda a documentação oficial vinha se referindo a ela como ‘Colônia de Petrópolis’”. (FRÓES, Carlos O., “A Saga de Um caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano”. Petrópolis: IHP. Disponível em [IHP\(www.ihp.org.br\)](http://www.ihp.org.br), acessado em 07/05/2008.

⁸⁴ “ Ordenou-me erigisse ali um Palácio para si, com suas dependências, (...) e que aforasse terras a quem as pedisse, para fazer ali casas. (...) Encarreguei ao Major Julio Frederico Koeler, da execução de tudo. Feito o plano, tanto do palácio, como da povoação, que o deve avisinhar, foi por S.M.I. aprovado, e começou a obra. Apenas começada, chegou a este Porto um navio com colonos para trabalharem nas obras públicas”. (*Depoimento de Paulo Barbosa*, em *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, v. II, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1939, p. 34.

E – o mais formidável! – manteve os espíritos da classe mais belicosa dos escravocratas em estado de torpor, induzindo-os de que a chegada dos emigrantes teutos ocorrera como um acidente, típico da incompetência da burocracia estatal e não como uma ardilosa maquinação para furar um possível bloqueio por parte deles. Infelizmente, essa maquinação, quando percebida posteriormente, trouxe sérias conseqüências para Paulo Barbosa e Koeler.

No final de 1845 e início de 1846, a totalidade dos emigrantes levados a Petrópolis estava assentada em diversos prazos (lotes), conforme demarcação indicada por Koeler, onde foram priorizadas as relações de proximidades geográficas e sociais entre esses colonos. Posteriormente, em sua planta geral de arranjo urbano, apresentada em 1846, foram denominados os vários agrupamentos de prazos com os nomes de quarteirões e vilas, sendo os primeiros identificados pelos nomes das regiões de origem dos seus ocupantes.

Tal ocupação, concebida como um núcleo urbano, formando o eixo de poder, a ser habitado pela elite dos emigrantes, pela nobreza e pela burguesia, tendo o futuro Palácio Imperial como eixo polarizador⁸⁵, obedecendo ao encaminhamento das bacias hídricas, secundado em sua periferia imediata por uma estrutura suporte de negócios e serviços e, esses dois, consecutivamente, ladeados de quarteirões com prazos de maiores superfícies, com a função, a princípio, de suprir a demanda de mão-de-obra para os serviços em gerais, a produção e o fornecimento de gêneros alimentícios.

No projeto urbano geral de Koeler, publicado em 1846, constavam somente 11 quarteirões e 2 vilas. Entretanto, quando da sua publicação, outros quarteirões já haviam sido constituídos e só foram acrescentados na atualização da planta urbana por Reimarus, em 1854, ampliando, assim, para 22 quarteirões e 2 vilas.

A seguir, apresentamos os quarteirões e as vilas (bairros) , descritas no projeto de Koeler, e as ampliações posteriores registradas por Reimarus.

⁸⁵ Ver Planta urbana de Koeler-1846. Figura 7, p.59.

(Koeler) 1846

- A - Vila Imperial
- B - Vila Teresa
- 1 - Quarteirão Nassau
- 2 - Quarteirão Renânia Inferior
- 3 - Quarteirão Palatinato Inferior
- 4 - Quarteirão Westfália
- 5 - Quarteirão Mosela
- 6 - Quarteirão Renânia Central
- 7 - Quarteirão Ingelheim
- 8 - Quarteirão Palatinato Superior
- 9 - Quarteirão Bingen
- 10-Quarteirão Castelânea
- 11-Quarteirão Siméria

(Reimarus) 1854

- 12 - Quarteirão Brasileiro
- 13 - Quarteirão Darmstadt
- 14 - Quarteirão Francês
- 15 - Quarteirão Inglês
- 16 - Quarteirão Mineiro
- 17 - Quarteirão Presidência
- 18 - Quarteirão Princesa Imperial
- 19 -Quarteirão Renânia Superior
- 20 - Quarteirão Suíço
- 21 - Quarteirão Woerstadt
- 22 - Quarteirão Worms

Classificação e obrigações nos prazos de terras

Em relação ao grupamento de prazos em cada quarteirão ou vila, estavam eles, por suas dimensões, ordenados em classes, em relação às quais os seus foreiros tinham obrigações específicas para cumprir na sua ocupação. É importante ressaltar que a classe do prazo não era uma qualificação hierárquica quanto ao seu posicionamento relativo no projeto urbano e, sim, quanto à superfície.

As dimensões e as qualificações das classes dos prazos eram como se segue.

Prazos de Primeira classe

Eram lotes de menor superfície, mas, nesse caso, de maior importância, em face das proximidades com o Palácio Imperial, fazendo frente com as principais ruas, com dimensões entre cinco e dez braças⁸⁶ de frente e setenta braças de comprimento. Eram basicamente para a instalação da burguesia do império e,

⁸⁶ 1 braça = 2,2 metros.

portanto, financiadora estrutural, em princípio, do empreendimento. Estes prazos não gozavam de nenhum benefício⁸⁷ ou incentivo para sua ocupação, salvo para os emigrantes alemães que lá foram assentados por Koeler.

Exigências: atentar para que os foreiros de prazos de primeira classe fossem obrigados, nos dois anos que se seguiam à posse, a edificar, junto ao alinhamento de ruas e praças, construção com pé direito de no mínimo 20 palmos e de 18 palmos nos andares seguintes. Era expressamente proibida a cobertura com sapê ou palha.

Prazos de Segunda e terceira classe

Eram mais afastados, mas ainda integrantes do núcleo urbano da futura povoação, portanto, com dimensões superficiais um pouco maiores, ou seja, 15 braças de frentes e 100 braças de fundos. Os prazos até terceira classe estavam agrupados em vilas e quarteirões, voltados para a habitação da burguesia urbana, para o comércio e os serviços em geral.

Exigências: Atentar que os foreiros de segunda classe eram obrigados a construir, igualmente nos dois anos seguintes à posse, paralelamente às ruas ou às praças que lhes fossem próximas, habitação com no mínimo de 16 palmos de pé direito, não havendo referência a possíveis andares superiores, mas mantendo a proibição de cobertura com sapê ou palha. Por sua vez, os foreiros de terceira classe estavam obrigados a construir com afastamento de 40 braças do alinhamento, com edificação com no mínimo 18 palmos de pé direito, porém, não havendo, para esta classe de prazo, a menção de proibição quanto ao tipo de cobertura.

Prazos de Quarta Classe

Ficavam em quarteirões mais afastados. Em contrapartida, tinham maior superfície para seu emprego na agricultura, criação animal para subsistência e abastecimento local. Tinham áreas que variavam de 5.000 a 15.000 braças⁸⁸.

⁸⁷ Isenção de foro e pagamentos de taxas anuais.

Atentar que, em relação aos prazos de quarta classe, só era explicitada a obrigação de iniciar o seu cultivo no prazo de um ano, não havendo menção quanto às características definidas para a construção.

Atentar também que os prazos de quarta classe teriam pouca atratividade para os brasileiros, ligados à agropecuária em grandes extensões de terras e seus respectivos séqüitos de escravos. Mesmo para um pequeno sítio ou chácara, as suas condições não eram atrativas para a cultura dos senhores de sobrados da Capital.

2.4. Distribuição espacial dos emigrantes

Analisar a planta de Koeler, quanto à distribuição das Vilas e dos Quarteirões, juntamente com as diversas superfícies de prazos distribuídos por eles, permitiu-nos entender a lógica estabelecida para o desenvolvimento daquela povoação. Ela fora estruturada pela disposição de uma primeira zona, com lotes de menores áreas (1ª classe), típicas para instalação de residências unifamiliares e, à medida que se afastavam do Palácio Imperial, ampliavam-se, também, as superfícies dos lotes (2ª e 3ª classes) para instalação multifamiliares e de unidades de negócios. E, finalmente, nos quarteirões mais distantes, prazos de maiores superfícies, adequados para outras finalidades, tais como oficinas, agricultura, carvoaria, pecuária de ovinos e suínos⁸⁹.

Estabelecendo uma hierarquia em função das suas proximidades do =Palácio Central, obteríamos, então, a seguinte ordem de classificação: Vila Imperial, Quarteirão Nassau, Quarteirão Palatinato Inferior, Quarteirão Westfalia, Vila Teresa (parte inferior), Quarteirão Renânia Inferior e Quarteirão Mosela, ficando os outros seis quarteirões como periféricos.

Essa análise espacial sobre a planta urbana serviu-nos para, em conjunto com o levantamento e a posição relativa dos prazos de assentamento dos teutos

⁸⁸ Em torno de um e meio hectare a três hectares. Insuficientes, face à topologia da região, para uma atividade agrícola para produção de excedentes significativos.

⁸⁹ Diversas famílias do mesmo grupo genealógico foram agrupadas em prazos de maiores dimensões. Conforme verificado por nós, nos números de registros de prazos.

fundadores, constatar, conforme ampliaremos mais adiante, que a sua condução foi amparada pela existência de diferentes perfis socioeconômicos entre eles e, portanto, instalados em prazos adequados a esses e, principalmente, ao papel de integração que deveriam desempenhar naquela povoação.

Assentamentos no eixo urbano

Em relação ao conjunto de 165 famílias (36% do total dos chegados), conforme distribuição a seguir, que foram assentadas nas 2 Vilas e nos 5 quarteirões de assentamentos, pertencentes ao eixo urbano, quando consideramos, além da qualificação da localização, as obrigações que lhes eram exigidas para prazos de primeira a terceira classes, fomos levados a deduzir um primeiro demarcador. Elas, obrigatoriamente, seriam possuidoras de atributos sociais e econômicos, distintos dos outras 291⁹⁰, que foram assentadas nos quarteirões periféricos.

Os registros da época, não permitiram extrair indícios explícitos dessa categorização, porém Koeler, que foi o responsável pelo seu assentamento, certamente os tinha.

▪ **Vila Imperial**

Área no entorno do Palácio Imperial, exclusiva de prazos de terras de primeira classe, destinados ao atendimento à família imperial, aos funcionários da corte e a serviços públicos. *Quarenta* desses prazos foram distribuídos para as famílias germânicas, para habitação e instalação de negócios de suas especialidades.

No ano de 1846⁹¹, ou seja, no ano seguinte à chegada dos emigrantes fundadores, viriam novos grupos de emigrantes germânicos, vindos às suas próprias expensas, que adquiriram, ali, prazos de terras para instalação de seus negócios. No relatório de Paulo Barbosa ao Imperador, ele menciona que alguns prazos mais próximos do futuro Palácio Imperial, que tinham menores dimensões, foram dados a

⁹⁰ O total de famílias chegadas foi de 456. Entretanto, suas denominações familiares correspondiam a 361 sobrenomes, indicativo da existência de várias delas com laços de parentescos.

⁹¹ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco...*, *op. cit.*, vs. I/II, **p. 27**.

determinados emigrantes teutos, em face da qualificação de alguns deles, ou seja, de serem “officiaes mechanicos”⁹².

Na Vila Imperial, identificamos entre os teutos lá assentados, duas famílias. Tinham em comum serem originárias da mesma aldeia dos emigrantes desembarcados do navio *Pampas*. (Peter Klein - Quadro 2 e Peter Gregorius – Quadro 3)

- **Quarteirão Nassau**

Área de prazos de terras de segunda classe, limítrofe com a Vila Imperial, Quarteirão Westfalia e Mosela, iniciando-se na Praça Koblenz, onde foram assentadas *quarenta e oito* famílias.

No quarteirão Nassau, identificamos três famílias teutas do Navio *Pampas* (Johann Schunck, Nicolaus Stadler e Andréas Simon – Quadro 3).

- **Quarteirão Palatinato Inferior**

Área de prazos de terras de quarta classe, limitando-se com o Palácio Imperial ao sul, onde foram assentadas *dezesseis* famílias de emigrantes fundadores.

- **Quarteirão Westfalia**

Área de prazos de terras de quarta classe, na extremidade norte do Palácio Imperial, onde foram assentadas *vinte* famílias.

- **Vila Tereza**

Área com prazos de terras de terceira classe, demarcados no trecho final da estrada principal, Normal da Estrela, até desembocar na Estrada do Imperador, destinada basicamente à habitação e à instalação de negócios que demandassem uma maior área de instalação. Essa vila era parte integrante do núcleo urbano, a oeste do entorno do Palácio Imperial. *Dezoito* famílias dos fundadores receberam prazos nessa vila.

Na Vila Tereza, identificamos três famílias teutas do Navio *Pampas* (Ver Jacob Braun, Johann Hang, George Diehl - Quadro 3).

⁹² Comissão do Centenário de Petrópolis, v. II, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1939, p. 37.

- **Quarteirão Renânia Inferior**

Área de prazos de terras de quarta classe, a sudoeste do Palácio Imperial, onde foram assentadas *dezessete* famílias.

- **Quarteirão Mosela**

Área de prazos de terras de quarta classe, ao longo dos rios Piabanha, Simonsen e Paulo Barbosa, a noroeste do Palácio Imperial, onde foram assentadas *quarenta e seis* famílias.

No Quarteirão Mosela, identificamos, entre os teutos lá assentados, três famílias. Tinham em comum serem originárias da mesma aldeia dos emigrantes, desembarcados do navio *Pampas*. (Peter Kronenberg e Johann Peter Flaeschen – Quadro 3 e Peter Lorang – Quadro 2).

Assentamento nos quarteirões periféricos

- **Quarteirão Ingelheim**

Área de prazos de terras de quarta classe, acompanhando o rio Alpoim, a oeste do Palácio Imperial, entre os quarteirões Bingen e Mosela. Nele foram assentadas *quarenta e duas* famílias.

- **Quarteirão Palatinato Superior**

Área de prazos de terras, ao longo do rio Palatino, acima do Quarteirão do Palatino Inferior e lateralmente à Vila Tereza e a sudeste do Palácio Imperial. Nele foram assentadas *vinte e nove* famílias em prazos de quarta classe.

- **Quarteirão Renânia Central**

Área de prazos de terras de quarta classe, distribuídas ao longo do rio Quitandinha, onde foram assentadas *vinte e seis* famílias.

- **Quarteirão Castelânea**

Área de prazos de terras de quarta classe, atendidos pelos rios Verna, Aureliano e Ribeiro, a sudoeste do Palácio Imperial, onde foram assentadas *quarenta e uma* famílias. Nesse quarteirão, identificamos, entre os teutos lá assentados, três famílias. Tinham em comum serem originárias da mesma aldeia

dos emigrantes, desembarcados do navio *Pampas*. (Adam Brand, Henrich Peter Auler, Georg Zillig – Quadro 2, e Nicolaus Theobald – Quadro 3).

- **Quarteirão Bingen**

Área de prazos de terras, acompanhando o rio Piabanha, em paralelo com o Quarteirão Ingelheim. Era um dos quarteirões mais afastados do núcleo urbano. No Quarteirão Bingen, foram assentadas *trinta e seis* famílias de emigrantes fundadores, em prazos de quarta classe. Neste foi assentado o emigrante do *Pampas* Balthazar Linden (quadro 3).

- **Quarteirão Siméria**

Área de prazos de terras de quarta classe, na extremidade sul/sudoeste do Palácio Imperial, com prazos de quarta classe, onde foram assentadas *vinte* famílias.

FIGURA 7 – Planta de Koeler



2.5. Buscando conexões

A busca por encontrar documentos ou correspondências, trocadas entre radicados no Brasil e os futuros emigrantes da região do Hunsrück, que dessem uma visão adicional àquela, apresentada no capítulo 1, principalmente entre os anos de 1843 e 1846, não resultou em êxito. Havíamos estabelecido para tal intento os seguintes caminhos: a) Consulta à documentação de Koeler, e b) Consulta aos possíveis arquivos de posse de algum descendente.

Na fase em que encerramos a busca, havíamos conseguido identificar alguns teutos radicados no Brasil antes de 1845⁹³, cujos nomes de famílias eram idênticos aos dos emigrantes, que chegaram posteriormente a Petrópolis, mas a comprovação de sua ligação exigiria uma longa pesquisa adicional, que fugiria aos objetivos, ou seja, poderíamos chegar, quando muito, à comprovação de parentesco, mas não teríamos nenhuma garantia de possuírem arquivos de alguma correspondência.

Em relação aos descendentes propriamente ditos, chegamos a tentar com diversos deles, ainda radicados em Petrópolis, não obtendo nenhum resultado. Em relação a Koeler, não chegamos nem a procurar, pois os informes dos pesquisadores do IHP garantiam que não havia nada de correspondência recebida do exterior, anterior a 1845, e as posteriores tratavam somente de sua correspondência pessoal com Paulo Barbosa, a partir de 1846.

Mas, como um adendo imprevisto, tivemos acesso à transcrição de um texto⁹⁴ publicado em fins de 1863, de autoria de um pastor protestante germânico, Georg Stroele, que havia chegado a Petrópolis no ano anterior. Esse, entretanto, exigiria ser qualificado, já que se referia às impressões e aos fatos ocorridos há quase 20 anos antes da sua elaboração pelo referido pastor.

Após as devidas críticas, verificamos que boa parte do seu conteúdo continha informações que, quando confrontadas com os registros históricos, se mostravam

⁹³ WOLFF, Egon e Frieda. Dicionário Biográfico II – Judeus no Brasil – Século XIX. Rio de Janeiro. IHGB. 1987, pp. 62, 78, 93, 111, 119, 130, 132, 138, 187, 291, 239, 348, 423 e 424; LEMOS, Juvêncio Saldanha, Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830), Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, pp. 529/588.

⁹⁴ SILVEIRA, João Duarte. “A Colônia de Petrópolis” Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Volume I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp.54/60; I-DDs-3.11.865-Roc.po Arquivo histórico do Museu Imperial.

compatíveis, além do mais, mereceram ser acolhidas, principalmente porque, a despeito de algumas inconsistências, não deixavam de ser um documento que, indiretamente, exprimia uma visão de “baixo para cima”, oralmente transmitida para o referido pastor.

Atentando, ainda, para o fato de que Stroele, além de estar há pouco tempo na região, também só poderia ter coletado grande parte daquelas informações, quando considerada a natureza do seu teor, exclusivamente junto aos membros mais antigos da comunidade husbuckler protestante de Petrópolis.

(...) Quando chegou o navio ao Rio de Janeiro estava cheio de provisões e estas foram vendidas a altos preços. O capitão scelerado – Castell. A vida de fome ajuntarão-se ainda os castigos corporais e a deshonra das pessoas femininas; se os pais defenderão suas filhas ou os maridos suas mulheres forão por algumas horas amarrados ao mastro no mais queimando calor do sol, e também por muitas vezes maltratados⁹⁵.

No que tange a esse relato colhido por Stroele, ele acrescenta detalhes, principalmente no que se refere à questão do assédio às mulheres, que não foram registrados na reclamação que esses emigrantes fizeram contra a Delrue e o Capitão Castell, junto ao Governo Imperial⁹⁶ – provavelmente por pudor e vergonha. Não esquecendo, também, que parte dos emigrantes que vieram nesse navio solicitaram mudança de destino para acompanhar emigrantes de outros navios que não queriam dirigir-se a Petrópolis (ver Carta de Súplica no Anexo 1).

Uma outra citação pinçada, conforme se segue, exprime, em cores fortes, os sentimentos de frustração de uma parcela de teutos que aqui chegaram para refazer suas vidas. Nela, concordaríamos, especificamente, que foi perfeitamente admissível que as técnicas e os outros apelos utilizados pelos agentes da Delrue, para o convencimento à emigração, foram entremeados de muitos floreios quanto às condições de seus transportes e ao destino, como seria de esperar de um agente

⁹⁵ SILVEIRA, João Duarte. “A Colônia de Petrópolis” Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Volume I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp.54/60; I-DDs-3.11.865-Roc.po Arquivo histórico do Museu Imperial.

⁹⁶ Ver anexo 1: “Carta de Súplica dos Emigrantes”. CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos...*, op. cit., pp.25/28

comercial. Porém, foram efetivamente as condições socioeconômicas da época, naquela região, o principal agente estimulador da emigração.

No anno de 1843 tomou o governo da Província do Rio de Janeiro a resolução de construir estradas e canaes e de estabelecer uma via de comunicação segura com a província de Minas Geraes. Para alcançar de uma maneira barata as forças de trabalho necessárias para a execução desse projecto fez o presidente da província em 15 de junho de 1843 com Eugenio Pisani, agente de Ch. Delrue & Comp, em Dunquerque, um contracto, no qual esta casa de negócio obrigou-se fornecer dentro de 18 mezes 600 famílias para o Rio de Janeiro; (...) Delrue então fez tocar o tambor de engajamento na Allemanha, especialmente no Rheno, na certa presuposição que o manso alemão acreditaria nas falsas apparencias de seus agentes e seguiria com bom animo para a terra das palmeiras e dos diamantes. Assim succedeu. Disse-se a estes pobres que ganhariao sem grande pena diariamente 3 fl. 30 [moeda allemã = 2\$500]; a terra era tão insigne e magnífica que apenas se podia comparar o paraizo com ella; receberião terra á vontade, além de pastores e professores de seu idioma.(...). Em pouco tempo estavam juntas as 600 famílias. Estas venderão por preços baratos os seus bens e deixarão com corações alegres sua pátria. Mas apenas tinham deixado as fronteiras allemãs, começou a miséria. Chegados a Dunquerque não acharão ainda promptos os navios destinados para elles. (...) Diversas noites precizarão passar fora, ficarão roubados e encima disto ainda escarnecidas. Os cônsules allemães negarão-lhes o seu auxilio com o pretexto de que elles agora erão emigrantes e por isso não erão mais allemães. (...) Finalmente forão embarcados. Se já estavam em grande miséria em Dunquerque, acharão à bordo uma existência verdadeiramente horrível⁹⁷.

Posteriormente, conforme viemos a descortinar, eles foram atropelados por acontecimentos que não estavam sob o seu controle, tais como o exílio de Paulo Barbosa, o assassinato de Koeler e, finalmente, a transformação da Povoação em Município, fatos que consolidaram a falência do projeto.

⁹⁷ SILVEIRA, João Duarte. "A Colônia de Petrópolis" *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*. Volume I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp.54/60; I-DDs-3.11.865-Roc.po Arquivo histórico do Museu Imperial.

A leitura do texto como um todo, reputamos como recomendável, porém é visível uma frustração do escritor, permeando todo o conjunto, além de sua visão desse conjunto ser um tanto ou quanto unilateral, o que, entretanto, não tira a sua validade como fonte primária de referência histórica.

Emigrantes teutos

***Naa, mir sein ka Deutsche, mir sein Hunsbuckler*⁹⁸.**

Começando em junho e findando em novembro de 1845, desembarcariam no Brasil aqueles que seriam os fundadores e os colonizadores de Petrópolis. Eram 456 famílias, representadas por 361 sobrenomes comuns, significando que várias delas tinham laços de parentescos, totalizando 2.111 emigrantes (subtraídos os falecidos ao chegarem e os que se dirigiram para outras regiões), onde os menores de 18 anos correspondiam a mais de 1.200 indivíduos. Todas as famílias eram oriundas de diversas aldeias, distribuídas na periferia e no interior do triângulo formado pelos rios Reno e Mosela⁹⁹, integrantes da região conhecida como Hunsrück, o que, em termos identitários, as tornavam, também, um interessante homogeneizador etnodemográfico, principalmente pela posição que esses emigrantes ostensivamente assumiam: “Nós não somos alemães, somos Hunsbucklers.”

Dentre esses emigrantes, destacamos, para uma pesquisa sistemática¹⁰⁰, uma amostra composta pelos 137 emigrantes trazidos pelo Brigue *Pampas*, correspondendo a um percentual aproximado de 6,5% do total ou 5% dos núcleos familiares, o que viria a se constituir numa amostra relevante¹⁰¹, para referência na montagem de alguns quadros censitários.

⁹⁸ “Não, eu não sou alemão. Eu sou Hunsbuckler”. (NAUCK, E. C, 1937, *apud* WILLEMS, Emilio, A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, 2ª Ed., São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 39.

⁹⁹ Ver Capítulo 1 – Figura 6.

¹⁰⁰ É nossa sugestão que sejam desdobradas, futuramente, em pesquisas subseqüentes para as outras levas.

¹⁰¹ DAUMARD, Adeline, BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria e GRAF, Márcia Elisa de Campos, *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984, p. 51.

Aldeias de Origem dos escolhidos

Mais uma descoberta significativa!

Aconteceu quando estudávamos uma pesquisa elaborada por Rheingantz e Mendes¹⁰², contendo um detalhado levantamento das aldeias de origem das famílias fundadoras. Uma análise diacrônica introduziu um elemento novo nas discussões anteriormente feitas por nós, quando da validação da escolha dos teutos do Hunsrück como sendo uma determinação específica e, não, aleatória.

Ela desabrocharia quando, ao sistematizarmos a relação das famílias embarcadas no *Pampas*, com famílias que eram originária das mesmas aldeias, porém pertencentes às outras levas. *Ficou transparente a existência de um processo organizativo de suas partidas bem estruturado, onde, no geral, famílias de mesmo sobrenome embarcavam em levas diferentes e, nos poucos casos em que partiam na mesma leva, eram originários de aldeias distintas.* (Quadro 1).

Portanto, mais uma vez, confirmam-se os nossos entendimentos, de que a Casa Delrue & Co. fora previamente orientada para atuar no cinturão do Hunsrück e executou seu compromisso contratual de uma forma lógica, sistematizando o embarque das 13 levas e que, portanto (Delrue) dispôs do tempo necessário para convencer e organizar os candidatos à emigração e dar-lhes as condições temporais para a resolução de seus problemas sociais e econômicos, tais como venda de bens móveis e imóveis, ajustes e acordos nos casos de atividades em manumissão tributária (ex-servidão)¹⁰³ e, ainda, para o convencimento interno e para as despedidas no âmbito familiar, para os que lá permaneceriam.

Repetindo, foi lógico intuir que as despedidas tinham um caráter quase definitivo, ou mesmo definitivo, pois ao emigrante para o Brasil fora facultado ser acompanhado, além da mulher e dos filhos, também de seus ascendentes e parentes colaterais (primos, sobrinhos, cunhados), todos sob a égide da designação “família”, de acordo com a interpretação dada, ou combinada, na tradução do contrato.

¹⁰² RHEINGANTZ, Carlos G. e MENDES, Gustavo Duriez Teixeira, “Origem dos Colonos Germânicos...”, *op. cit.*, pp. 85/87.

¹⁰³ Ver Capítulo 1, Antecedentes da emigração.

Eram indivíduos de diversas qualificações¹⁰⁴, antegozando os altos salários que receberiam durante a construção do Palácio, das estradas e de outros serviços para atender à povoação do imperador, acrescidos, além de tudo, de grandes extensões de terras que receberiam, conforme promessas feitas pelos agentes da Delrue.

Quadro 2– Aldeias de Origem¹⁰⁵

ALDEIAS/CIDADES DE ORIGEM	EMIGRANTES DO 12º GRUPO (PAMPAS)	EMIGRADOS DAS OUTRAS LEVAS DAS MESMAS ALDEIAS/CIDADES
MITTELSTRIMMIG	FLAESCHEN	JACOBS /KLEIN/ THEIS
ZELL	SIMON	-
ABTEI	DELVO (DELVAUX)	DUPRÉ
HERMESKEIL	KRONENBERG	DELVO/DUPRE
DAMFLOS		KRONENBERG/DELVO
GEISFELD	-	GEHREN/DELVO/GORGES
THALFANG	BLATT	HARRES
ZUSCH	-	DELVO/DUPRE/KRAEMER/ KRONENBERG/LORANG
BIERBERN	BRAND (2)/TROJACK	HART/LUKAS
REICH	KNIEBEL	BRAND/RHEINGANZ
BICKENBACH	BRAUN	
LAUDERT	GREGORIUS	BAUER/AULER//HOELZ
LINGERHAHN	VOGEL (FOGEL)	
KOBLENZ	THEOBALD	WEY/ZILLIG
DORREBACH	WAGNER	GOELLER
FÜRFELD	HANG	-
ALDEIAS NÃO IDENTIFICADAS	MALMANN/ PHILIPPI/ STADLER/BENDER/SCHUNCK/ LINDEN	-
KALBACH	DIEHL	KNEIPP/KRAEMER/KRAUTKRAMER

¹⁰⁴ Delrue mandou por TERRASSIERS muitos cozinheiros, músicos, pasteleiros, confeitores, alfaiates, sapateiros, bordadores, dançadores de corda, etc. Estes indivíduos, logo que reconheceram o Paiz, abandonaram suas terras, para irer fora achar melhor e mais apropriado emprego. Ficaram pois muito reduzidos os agricultores. Os empregados de boa conducta ficaram e prosperaram, tanto que há colonos que possuem 10 e 12 contos. Comissão do Centenário de Petrópolis, v.III, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1940, p. 41.

¹⁰⁵ RHEINGANTZ, Carlos G. e MENDES, Gustavo Duriez Teixeira, "Origem dos Colonos Germânicos...", op. cit. pp. 85/87.

Quadro 3 – Quarteirões de Assentamento dos emigrantes do Pampas – 1846¹⁰⁶

EMIGRANTES PAMPAS	Rel.	ASSENTAMENTOS	BACIA
1 - Andréas BENDER (com mais 3 pessoas) *		DARMSTADT Prazo: 3843	PIABANHA
2 - Philipine Caroline BLATT (com mais 2 pessoas)		Não encontrado.	-
3 - Adam BRAND (com mais 7 pessoas)		PRESIDÊNCIA Prazo: 3420	-
4 - Joseph BRAND (com mais 6 pessoas)		RENÂNIA SUPERIOR Prazo: 4207	-
5 - Jacob BRAUN (com mais 6 pessoas)		VILA TERESA Prazo: 2423	-
6 - Reinhard DELVO (DELVAUX/DELLWO) (com mais 6 pessoas)		FRANCÊS Prazo: 415 e 418	-
7 - George DIEHL (com mais 2 pessoas)		VILA TERESA Prazo 2.410/tit. 989	-
8 - Johann Peter FLAESCHEN (com mais 6 pessoas)		MOSELA Prazo 802 e 821	PIABANHA
9 - Peter GREGORIUS (com mais 3 pessoas)		VILA IMPERIAL Prazo: 246	-
10 - Johann HANG (com mais 8 pessoas)		VILA TERESA Prazo: 2478	-
11 - Nicolaus KNIEBEL (com mais 6 pessoas)		PRESIDÊNCIA Prazo: 3421	-
12 - Peter KRONENBERG (com mais 7 pessoas)		MOSELA Prazo: 802	PIABANHA
13 - Balthazar LINDEN (com mais 7 pessoas)		BINGEN Prazo: 1216	-
14 - Peter MALMANN (com mais 6 pessoas)		PRESIDÊNCIA Prazo: 3422	-
15 - Wilhem PHILIPPI (com mais 3 pessoas)		Não encontrado.	
16 - Andreas SIMON (com mais 7 pessoas)		NASSAU Prazo: 629	-
17 - Johann SCHUNCK (com mais 2 pessoas)**		NASSAU Prazo: 630	-
18 - Nicolaus STADLER (com mais 10 pessoas)		NASSAU Prazo:620 e 630	PIABANHA
19 - Nicolaus THEOBALD (com mais 6 pessoas)		CASTELANIA Prazo: 1634	-
20 - Jacob TROJACK (com mais 6 pessoas)		DARMSTADT Prazo: 3833	-
21 - Anton VOGEL (com mais 7 familiares)		DARMSTADT Prazo: 3.801 e 3833 Tit. 1.255	PIABANHA
22 - Joseph WAGNER (com mais 4 familiares)***		DARMSTADT Prazo (3.801): 3.805	PIABANHA

¹⁰⁶ Cia. Imobiliária de Petrópolis – 19 Livros Primitivos e Arquivos de Paulo Roberto Martins de Oliveira.

Construindo o novo lar

Das treze levadas de emigrantes teutos, na sua maioria constituída por velhos, mulheres e crianças, integrantes da família dos colonos contratados, 56 faleceram antes de chegar ao destino e 19, na chegada a Petrópolis¹⁰⁷. Outros 106 conseguiram autorização para se dirigirem ao Rio Grande do Sul, 26 optaram por permanecer na Capital da Província e, finalmente, 2.111 (99%) efetivamente se instalariam na região.

Em 1846¹⁰⁸, já estavam em franco encaminhamento os arruamentos principais, tais como a Estrada do Imperador, a Estrada da Imperatriz e o início das diversas construções para habitação da nobreza brasileira, da estrangeira e dos emigrantes teutos, que receberam prazos de terras na Vila Imperial, na Vila Tereza e nos quarteirões circundantes no entorno do, também em construção, Palácio de Verão do Império. Conforme Arbos (1938),

(...) 92 dos 216 lotes previstos estavam distribuídos entre negociantes, trabalhadores e pessoas da Corte; dos 169 lotes reservados aos operários, ao longo da estrada, 131 já estavam demarcados e, finalmente, dos 440 lotes destinados aos agricultores, e todos à margem dum rio, 393 estavam repartidos¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Anexo 1 - . Documento 2 – Relatório de óbitos de Inhomirim (agosto/dezembro de 1845).

¹⁰⁸ “A colônia, arroteada e utilizada, transformou-se depressa. Em 1846 havia 512 casas pequenas ou grandes, estando mais de 51 em construção; 22 mil metros de estrada de rodagem e 30 mil metros de estrada para cavalleiros, com 16 pontes sobre os rios, cortando a cidade. Grande parte das obras de escavação dos canaes que correm pelas principaes ruas de Petrópolis, data da administração do Major Koeler, assim como a maior parte dos numerosos caminhos da colônia (...) Em Março d’aquelle anno localizaram-se em Petrópolis 97 estrangeiros de 8 nacionalidades, e 83 brasileiros, que elevaram a população a 2101 individuos. Em 31 de dezembro do mesmo anno a população attingia a cifra de 2293, sendo allemaes 2145, dos quaes 1888 contractados e com débito no thesouro provincial; 215 livres ou sem obrigação alguma e 42 não considerados colonos”. (BUARQUE, Paula de A., *História e Historiographos...*, op. cit.=pp.54/55.

¹⁰⁹ ARBOS, Philipe, *Esboço de Geografia Urbana*, Paris, 1938. Comissão do Centenário de Petrópolis, v. VI, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1943, pp177/225.

Considerações sobre os assentamentos Indícios quanto a “clivos sociais”

Por ocasião da chegada dos emigrantes, o levantamento topográfico da região da antiga Fazenda do Córrego Seco, apesar de não formalizado publicamente, estava com o seu arcabouço nos ajustes finais, tanto é que permitiram a Koeler conduzir os assentamentos, em prazos delimitados, em diferentes quarteirões e vilas, que atenderam à sua visão organizativa quanto ao papel ou à função social dos emigrantes, buscando conciliar as especificidades de suas origens geográficas e sociais, assim como o seu uso para atividades produtivas¹¹⁰.

Não conseguimos nenhum documento que falasse sobre os critérios estabelecidos por Koeler para a seleção e o assentamento dos emigrantes. Entretanto, mesmo não tendo este agente, tínhamos os fatos históricos e, portanto, elementos para reconstruir, em parte, alguns aspectos neles embutidos. Para a historiografia, só ficaram registrados os resultados do projeto. Infelizmente, Koeler guardou para si os rascunhos de suas idéias e as memórias de seus levantamentos e cálculos.

Em relação aos fatos, tínhamos evidências nas quais todos os atos de Koeler foram sistematicamente conduzidos para o sucesso do empreendimento e o bom desempenho desses, seguramente, representaria sua ascensão tanto social quanto econômica. Ele conseguiu obter as condições necessárias para romper a inércia do seu anteprojeto, tais como Arrendamento da Fazenda do Imperador, Suporte Financeiro Imperial e Provincial e – o mais importante – mão-de-obra livre para sua empreitada, num país escravista. Entretanto, para chegar aos resultados esperados, era fundamental que a sua Povoação-Palácio de Petrópolis, em curto espaço de tempo, se tornasse um agente emblemático: um indicador representativo para sua reprodução.

E o mais formidável foi, então, conseguir determinar que essa mão-de-obra livre fosse formada por conterrâneos seus, elementos com os quais tinha afinidades étnicas e culturais, o que agregaria lealdade e produtividade; essas, garantidas, é

¹¹⁰ Ver Planta urbana – p. 57

claro, além de outras, pelo poder de ser o contratador e o assentador e de ser o único interlocutor para a comunicação com eles naquele canto do mundo.

Por ser o autor do projeto, tinha a visão global dos diferentes estágios da sua implantação e das que decorreriam da distribuição espacial. Seria de estratégica importância, portanto, que as formas e as maneiras que ele definisse para a ocupação também tivessem repercussão direta na interação, que, posteriormente, ocorreria entre os emigrantes a serem assentados e os novos habitantes não-germânicos, que para ali, certamente, se deslocariam.

Analisando a forma como ele promoveu os assentamentos, ficou evidente a existência de critérios socioeconômicos em estratificar a distribuição dos assentados¹¹¹. Já que uma criteriosa instalação, obedecendo a parâmetros sociais e, principalmente no que se referia ao potencial econômico, aos seus saberes, capitanearia o desenvolvimento da colônia e a conseqüente manutenção do seu *status* de Colônia Imperial de identidade européia. Aliás, essa não seria a grande conjunção buscada? Uma colônia teuta, para o imperador patrono e filho de teuta?

Os indícios dessa sua sistematização na ocupação ficariam evidenciados, quando promove a instalação de quase 10% (40) das famílias no bairro mais nobre do Projeto, ou seja, a Vila Imperial. Lembrando que, a despeito da regra estabelecida para os emigrantes, isentando-os do pagamento do foro e da taxa anual, essas famílias assumiam compromissos de construir suas residências com características compatíveis, em termos de padrão (qualidade e estética), em face de estarem em torno do futuro Palácio Imperial. Ali, estava evidente a seleção por um clivo de natureza econômica. Só emigrantes com capacidade econômica ou saberes específicos poderiam arcar com tal responsabilidade. Atentar para que essa opção de morar no entorno do palácio implicava em superfície de prazo menor, que era indicativo adicional da natureza da ocupação, o que não acontecia ao optar pelos quarteirões em torno da mesma.

Entretanto, a existência de clivos sociais não pára por aí, pois outras 125 (26,3%) famílias seriam também instaladas em quarteirões em torno do Palácio, em prazos de segunda e terceira classes, que, apesar de as obrigações exigidas serem menores, não elidiam a questão de representatividade de sua localização. Nesse

¹¹¹ N. do A. Ver pp. 53/56.

mesmo grupo, algumas receberiam prazos de quarta classe, para as quais inferimos estarem elas mais limitadas quanto à obtenção de seu sustento econômico e, para tanto, suas sobrevivências seriam, obrigatoriamente, viabilizadas pelas atividades externas, como artífices, nos diversos segmentos que se abriam na construção da povoação, tais como carpintaria, marcenaria, ferraria e outras correlatas, complementadas, na sua área de assentamento, com a tentativa de funcionamento de pequenos arranjos para a produção de leite, queijo, manteiga, embutidos, além do plantio de algumas hortaliças e tubérculos, para isto aproveitando a mão-de-obra caseira de sua, em geral, extensa prole, aliás, uma “práxis” trazida de sua terra natal. Uma grande prole aumentava, a baixos custos, a disponibilidade de braços para a condução das atividades dos pequenos proprietários e artífices.

Mesmo as outras 291 famílias (representando 63% do total), que foram assentadas pelos quarteirões periféricos, não necessariamente indicavam que todas elas pertencessem a um estrato social mais baixo e, sim, que seu negócio potencial poderia necessitar de maior espaço, entretanto estava evidente que, nessas, se concentrava o grande contingente de operários que iria trabalhar nas obras públicas e na construção de imóveis.

Uma providencial ajuda aos trabalhadores e aos artífices, na área de construção nos assentamentos na Vila Imperial e na periferia do futuro Palácio, foi construir um engenho de serrar para a produção de madeirame industrializado para fornecimento às obras civis. A região era bem servida em granitos e pedras de moledo, afora uma mata exuberante, com árvores de grande e médio portes, tais como sangue de adrago, louro branco e preto, óleo vermelho, canela preta, maçaranduba, jacarandá, cedro rosa e muitas outras¹¹², que se adequavam como insumos para as construções.

Quanto aos assentados em quarteirões mais distantes, para uso próprio, relata-se que esses pouco aproveitariam dessa facilidade. Seriam obrigados a utilizar seus próprios recursos; com ferramentas mais rudimentares, para o corte de árvores e a preparação das madeiras para construção de suas habitações, em geral, na sua fase inicial, bem precária.

¹¹² OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, “Raridades da Imperial Colônia de Petrópolis”, Petrópolis: IHP, 23/06/04.

Saberes e empregabilidade

A Povoação-Palácio de Petrópolis exalava uma razão simbólica que entremeava o seu projeto intelectual. Esta, em sua fecundação, ganhou o primeiro empuxo em 1837, quando o engenheiro resgatou os alemães do *Justine*. Intui-se, pelos resultados registrados e a partir da experiência deles apreendida, que ele previu e engendrou critérios para facilitar a integração dos futuros emigrantes ao ambiente desconhecido, tais como a logística para a recepção (abrigo temporário, transporte, alimentação, saúde e serviços religiosos), o suporte para os posteriores assentamentos e a sobrevivência inicial.

Sabemos, agora, que Koeler teve um prazo relativamente curto entre o ato pessoal de D. Pedro II, através de Decreto-Imperial, para estabelecer as bases para a fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis, precisando envolver-se com todos os trâmites e os entraves burocráticos que notoriamente lhe consumiram tempo e, ainda assim, estruturar um projeto de colonização que viabilizasse os assentamentos, pelo critério de competência (deles e do seus respectivos papéis no projeto) e, ainda, promover a sua empregabilidade, até que a sinergia entre as diversas ações os levasse, num futuro próximo, a um estágio de independência.

Aparentemente, em relação à distribuição dos prazos, visando potencializar as competências específicas dos emigrantes e os papéis que deles esperava para alavancar o empreendimento imobiliário, não teria maiores problemas do ponto de vista físico (topográfico), entretanto, duas grandes dificuldades, entre outras, ocorreriam nessa fixação, que foram:

- Primeira – No caso dos agricultores/ou pretendentes a sê-lo: os prazos destinados à agricultura e à pecuária de pequeno porte eram, em sua maior parte, em região de matas virgens, de baixa fertilidade e terrenos íngremes, o que reduzia drasticamente a sua potencialidade; acrescidos, ainda, das dimensões irrisórias, considerando a área útil de uma topografia de diversos níveis, para a implantação de uma atividade produtiva de escala. Essas características físicas da região obstaram o emprego de boa parte das experiências trazidas por esses emigrantes, afora também que a sua

potencialização seria prejudicada pelos seus assentamentos em prazos não contínuos.

- Segunda: No caso dos artífices, mesmo os emigrantes que trouxeram alguns recursos, assentados e isolados num povoado em formação, onde a principal renda era oriunda dos poucos trabalhadores recém-empregados nas obras de construção e dos tropeiros de passagem para a região de Minas Gerais. Portanto, um mercado para negócios de baixíssimas oportunidades.

É claro que a solução da empregabilidade, através do aproveitamento dos emigrantes e das suas respectivas competências nas atividades subordinadas à Superintendência Imperial (Construção do Palácio) e à Diretoria de Obras Públicas (obras de infra-estrutura), deveria ser o principal fator de sustentação, até que o povoado desenvolvesse suas potencialidades econômicas.

Lembrando que, no total de emigrantes chegados, havia em torno de 600 indivíduos¹¹³, plenamente capacitados para trabalhar nas condições árduas da empreitada, entretanto deles dependia quase o triplo de pessoas, correspondentes aos seus agregados e esses, em sua grande maioria, tinham habilidades para, no máximo, exercer atividades acessórias ou secundárias, já que eram, basicamente, mulheres e crianças, adolescentes e velhos.

Infelizmente, não havia, para a fase inicial de colonização, empregos suficientes nas obras de construção, que atendessem à força de trabalho disponível. As doações feitas pelo Imperador, para atendimento das primeiras necessidades de instalação dos imigrantes, não eram suficientes para a manutenção destes, até que suas atividades laborais, em condições desfavoráveis, apresentassem os primeiros resultados.

A situação entre as suas chegadas, ao longo dos primeiros anos, foi uma epopéia de sobrevivência, principalmente para os emigrantes de menor condição sociocultural e, não esquecendo que Koeler, também, os deixaria dois anos depois das suas chegadas.

¹¹³ Número estimado, a partir de várias referências.

2.6. Evolução da Povoação

Esta colônia posto que não apresente uma perspectiva de grande riqueza, nem possa ser considerada agrícola, pela razão que por vezes tenho tido ocasião de expor, pôde contudo ser encarada debaixo do lisonjeiro aspecto. (...) Os colonos em geral continuam a mostrar-se satisfeitos, e a respeitar as leis do país, e quase todos dotados de boa índole e ânimo pacífico.(...) Não encontrando futuro na indústria agrícola, vão-se empregando ultimamente nas obras da Casa Imperial, nas da Província e nas particulares, já como oficiais de diversas artes mecânicas, já como jornaleiros, e empreiteiros de serviços de aterro e escavação.(...) Aplicam-se também ao corte de madeiras, de que fazem não pequena exportação, ao transporte de carga e de passageiros por meio de carros e de seges, de que muitos são proprietários, a fabricar e a diferentes misteres da indústria manufatureira¹¹⁴.

A despeito das dificuldades, e passados cinco anos da fundação da povoação, em 1850, a Rua do Imperador encontrava-se já devidamente compactada e macadamizada, já ostentava um florescente comércio em sua extensão. A povoação já dispunha de edificações de grande porte, tais como o Colégio Petrópolis, o Hotel Bragança, o Hotel Suíço, o Hotel de França, o Hotel do Inglês e o Colégio Calógeras. Nas Vilas Imperial e Tereza, já estava erguido um elevado número de edificações para residência e oficinas de trabalho, dentro das normas previstas para aquela classe de prazo.

Mesmo nos quarteirões adjacentes ao Palácio, as improvisadas construções para abrigo, no início de assentamento, já estavam transformadas em casas de alvenaria e pau-a-pique, com as coberturas apropriadas. A povoação aos poucos evidenciava o seu caráter não agrícola e despontava para o desenvolvimento do comércio, de serviços e da pequena indústria¹¹⁵. Era uma evolução, ainda amparada nas dotações do cofre provincial e da Superintendência Imperial.

¹¹⁴ “Relatório do exercício de 1852 do Presidente da Província Luiz Antonio Pedreira”, *apud* FRÓES, Carlos O., *A Saga de Um caminho...*, *op. cit.*

¹¹⁵ “Agricultura, Indústria e Comércio - Galdino Pimentel (no Relatório anual de 1949) foi a primeira autoridade a manifestar oficialmente que Petrópolis não tinha a menor condição de se tornar uma colônia agrícola, em face do seu limitado potencial nesse setor. (...) Ademais, visualizando bem o perfil profissional dos Colonos Alemães e as condições locais, elaborou um projeto para ‘estabelecimento de oficinas mecânicas’, visando à reorientação das atividades da Colônia para o

Houve dois eventos negativos externos, que não podemos deixar de citar, um, decorrente de uma epidemia de febre amarela e cólera¹¹⁶, que grassava na capital da Província, desembocando em um incremento positivo do comércio e dos serviços da povoação, para o atendimento de demandas da burguesia da capital, em sua fuga ou em sua busca de melhores ares para o tratamento da doença; e o outro, a morte do Príncipe Imperial, em 10 de janeiro de 1850, na fazenda de Santa Cruz, que consolidaria definitivamente a ascensão daquela cidade como residência de verão exclusiva da família imperial.

Naquele ano, já estavam incorporados à geografia da povoação diversos novos quarteirões, que somente seriam formalizados em planta urbana por Reimarus, em 1854. Esses sucessivos acréscimos já permitiam vislumbrar que a expansão urbana de Petrópolis estava demandada, também, por outros processos migratórios e imigratórios, que iriam produzir modificações, pela interatividade social, na germanidade fundadora, ou seja, aos 11 quarteirões e às 2 Vilas, originalmente com topônimos de regiões alemãs, foram acrescentados outros 11, de denominações diversas, decorrentes de outros arranjos do crescimento urbano, representando um incremento de praticamente 100% (cem por cento) no período relativamente curto, compreendido entre 1845 e 1850.

Análise da variação populacional dos teutos

Nesta etapa de levantamento de dados, para montagem dos quadros com dados censitários sobre a evolução da população germânica, tínhamos cartesianamente a certeza de que obteríamos como resultado um crescimento pífio ou negativo daqueles grupamentos, já que informações colhidas em outras etapas acenavam para essa conclusão. Essa pré-conclusão se pautava nas seguintes hipóteses:

segundo termo da sua finalidade regulamentar, expressa pelo binômio 'agrícola-industriosa'. FRÓES, Carlos O., *Petrópolis – A Saga de Um caminho...*, op. cit.

¹¹⁶ CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febre: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, cap. 2.

- Os emigrantes chegaram ao Brasil com suas famílias completas e grande número de filhos, com idades variando da tenra infância à adulta, e, portanto, a retomada do crescimento populacional, face às condições de adaptação a serem enfrentadas, produziria um refreamento na expansão da família original e tanto quanto ao estabelecimento de relações de casamento para os jovens, que se estavam tornando maduros para isso;
- Entre os elementos que compunham a identidade cultural dos emigrantes teutos, havia a preservação dos casamentos do tipo endogâmico, o que geraria conseqüências limitadoras na expansão daquela população¹¹⁷;
- Um outro fator presumido, que, muito provavelmente, estimularia a migração interna e a conseqüente redução do contingente teuto, decorreria da autoritária decisão de Koeler¹¹⁸, em 1847, posteriormente reforçada institucionalmente em 1850¹¹⁹, em estimular a naturalização dos emigrantes em geral;
- Os possíveis efeitos da migração interna de algumas das famílias para outras províncias, principalmente aquelas de vocação agrícola, em busca de maiores áreas para essa atividade, disponíveis nas do Sul do país ou até para se juntarem a emigrantes do mesmo círculo social e familiar, instalados em outras regiões, reduziriam ou, quando muito, não ampliariam os índices demográficos.

Para confirmar as nossas hipóteses, centralizamo-nos no recorte histórico de 1845-1860, interregno abrangendo o início e o fim oficial da colônia, portanto, onde, certamente, estariam presentes os principais elementos de ajustes e contradições, inerentes ao processo de consolidação, ou não, daqueles emigrantes no empreendimento.

¹¹⁷ “De facto, são ainda frequentes em Petrópolis as narrativas acerca das dificuldades com que individuos de outras raças eram recebidos nos quarteiroes da cidade, quando pretendiam a mão de môça germânica. Eram elles corridos a pao e pedradas pelos rapazes do bairro, e o excesso desse ‘ciúme’ chegou a apresentar casos de não ser tolerada siquer a pretensão de pessoa extranha ao valle, ainda que da mesma raça, como uma espécie de orgulho regional entre os próprios povos allemaes, de vez que de várias províncias germânicas provieram os colonos, e isso significa a denominação dos valles petropolitanas: Rhenania, Mosella, Bingen, Westphalia, Palatinado...” Comissão do Centenário de Petrópolis, [idem] v. III, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1940, pp. 241/242.

¹¹⁸ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco...*, *op. cit.*, p. 38.

¹¹⁹ Imperial Decreto nº 518, de 31/1/1850 (FRÓES, Carlos O., *Petrópolis – A Saga de Um caminho...*, *op. cit.*

Em relação à expansão da população, seríamos surpreendidos quando acessamos as pesquisas genealógicas feitas por Rheingantz¹²⁰ e Oliveira¹²¹, constituídas de dezenas de famílias de diferentes levas, inclusive a do navio *Pampas*, onde evidenciariam que a população de husbucklers tinha promovido incrementos significativos. Em decorrência disso, buscamos outros dados que corroborassem para a validade crítica dessa verificação. E essa tornou-se possível, quando conseguimos extrair informações sobre dados populacionais dos germânicos em Petrópolis, em dois períodos extremos, ou seja, 1850 (Quadro 4) e 1859 (Quadro 5), onde, mais uma vez, verificamos que houve um incremento da população teuta, ou seja, era uma característica geral. Invalidavam, em seus dados quantitativos, as nossas hipóteses que apontavam para um baixo ou negativo crescimento demográfico.

Concretamente, os teutos, a despeito das dificuldades iniciais de ajustamento e das relações endogâmicas, continuaram a aumentar a prole.

Entretanto, a natureza ou a qualificação dessa expansão ficou parcialmente prejudicada, pois os dados que conseguimos extrair não separavam as famílias fundadoras (oriundas das 13 levas de 1845) e os novos contingentes, que chegaram entre 1846 e 1855, e, conseqüentemente, tornando inviável separar a parcela decorrente da contribuição demográfica desses novos contingentes teutos.

Ter esses dados em separado daria maior embasamento ao nosso entendimento de que aquele aumento da população fora derivado principalmente das famílias fundadoras.

Censo da Povoação-Palácio de Petrópolis – 1845/1859

Em Ponthoz (1854, *apud* Centenário de Petrópolis, v. 5, 1942), extraímos alguns dados que, após as devidas adequações, permitiram a construção de um censo para a população teuta em 1850. Em Ribeyrolles (1980)¹²², quando de sua

¹²⁰ RHEINGANTZ, Carlo S. G., “Arquivos de pesquisa genealógica de emigrantes alemães” (Cx. Box I/II). Colégio Brasileiro de Genealogia – CBG.

¹²¹ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, “Relembrando alguns colonos e os esquecidos quarteirões”, Petrópolis: IHP, 18/08/2001.

¹²² RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco...*, *op. cit.* p. 275.

passagem por Petrópolis, obtivemos os dados que, também, permitiram a montagem de um quadro censitário dos germânicos em 1859.

Quadro 4 – Censo dos Teutos em 1845/1859

POPULAÇÃO	1845	1850	VARIAÇÃO	1859	VARIAÇÃO	1870	1886
MASCULINA	s/d	1386		1582	(+)14%	s/d	s/d
FEMININA	s/d	1179		1434	(+)22%	s/d	s/d
CASADOS	s/d	1830		s/d		s/d	s/d
SOLTEIROS	s/d	735		s/d		s/d	s/d
VIÚVA	s/d	50		s/d		s/d	s/d
TOTAL	2111	2615	(+)24%	3016	(+)43%/15%	s/d	s/d
Nasc. Brasil	(o)	s/d		1255	(+)41,6	s/d	s/d

Interpretando os dados obtidos para 1850, somente para a população de germânicos, incluindo-se aí os que vieram por conta própria chegados em pequenos grupos a partir de 1846, observamos que, em cinco anos, a população teuta teve um incremento de 24% em relação ao contingente original.

Já, para os dados obtidos para o ano de 1859 observa-se que a população de teutos, havendo passado catorze anos da sua chegada, adicionada, conforme antes mencionado, da inclusão, ainda que não significativa, de outros germânicos, apresentou um crescimento populacional de 43 %, em relação à população de 1845, e de quase 15% em relação a 1850.

É importante ressaltar que, em 1850, o perfil da população da Povoação-Palácio de Petrópolis já se estava expandido, com a chegada de emigrantes ingleses, franceses, italianos, portugueses, açorianos, afora brasileiros¹²³, porém a comunidade teuta ainda era fechada para eles.

Fica evidente, no quadro 4, que a população germânica teve uma expansão ascendente em todo o período da pesquisa (1845-1859), entretanto a curva ascensional de expansão teria sua maior atividade para o período inicial de 1845-1850 e depois se arrefece nos nove anos seguintes (1850-1859). Um outro elemento muito interessante foi verificar que a população de brasileiros de origem teuta, em 1859 já correspondia a 40% do total dos germanos.

¹²³ ABREU, Antônio Izaias da Costa, *A Morte de Koeler*. A tragédia que abalou Petrópolis, 1ª Ed. Petrópolis: Fundação Petrópolis de Cultura, Esporte e Lazer, 1996. pp. 107/111.

Questão quanto à migração interna dos teutos

A migração interna foi um fato concreto. As pesquisas, através dos relatos de época, indicam que essas ocorreram de forma esparsa por todo o período entre 1845 a 1859¹²⁴, acentuando-se a partir da extinção da diretoria da colônia, em 1860. E quem eram os principais candidatos à migração?

Em primeiro lugar, pelos emigrantes que chegaram, em pequenos grupos, posteriores à fundação. Os relatos da época mostram que, pelo fato de não terem o privilégio de receberem prazos de terras e os outros suportes, conforme os que foram dados aos emigrantes fundadores, esses, obrigatoriamente, tinham uma passagem transitória por ali, permanecendo somente aqueles que dispusessem de recursos para o estabelecimento de algum tipo de negócio na região. Em Ribeyrolles¹²⁵, extraímos citação relativa a esses novos emigrantes, onde se dizia:

Em 1846, segunda tropa alemã vem por si mesma, e às suas custas, e reclama lugar no terreno, na oficina, no trabalho. Por quê? Porque os primeiros tinham mandado novas do acolhimento, das concessões a preço módico, da quota (48\$000) estipulada para a habitação e as facilidades de reembolso. Ora, tudo isso serviu de propaganda. E, em 1855, quando a obra de colonização se evidenciava em toda a parte, graças aos corretores europeus que nela se comprometeram, uma terceira legião tedesca apareceu para juntar-se às primeiras em Petrópolis.

Em segundo lugar, os próprios colonos fundadores de menor condição social, que simplesmente abandonaram seus assentamentos, seja pelo insucesso ou por fuga aos pagamentos de seus empréstimos junto à Superintendência, ou mesmo pelo término do prazo de isenção do seu aforamento, que se viam impossibilitados de honrar. E suas saídas eram sempre feitas de forma sorrateira e, conseqüentemente, não deixando nenhuma pista dessa ação.

Em complemento aos motivos do abandono, além das dificuldades naturais da região, outras viriam abater-se sobre estes elementos mais desvalidos da imigração germânica, principalmente os que eram mais dependentes do apoio da

¹²⁴ CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos...*, op. cit., pp. 36/37.

¹²⁵ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco...*, op. cit. p. 272.

Superintendência da Imperial Fazenda de Petrópolis, através da sua Caixa de Socorro Mútuo, que, após a morte de Koeler, sofreria uma paralisação.

Pfeiffer (1846)¹²⁶, visitando a região, escreveu o seguinte:

Petrópolis está situada no meio duma floresta virgem (...) Em torno deste Palácio é que se formará a cidade. Existem, entretanto, numerosas choupanas isoladas, mais próximas da mata. Alguns colonos, como operários e os artífices trabalham em pequenas construções nas imediações do Palácio; os agricultores localizam-se em lugares mais afastados, não excedendo, todavia, a duas ou três geiras.

Infelizmente, não existem documentos diretos que registrem as saídas desses teutos, inclusive que definissem claramente a quais grupos eles pertenceriam, ou seja, das levas de 1845 ou das levas que vieram por conta própria, nos anos seguintes¹²⁷. O interessante foi que, em nossas pesquisas pela lista telefônica de Petrópolis¹²⁸, houvéssemos encontrado descendentes de todas as famílias que integraram a leva da nossa amostra-eixo (navio *Pampas*).

Para nós, essa informação indicou claramente que aqueles husbucklers vieram para ficar e pelo menos o foi para grande parte dos integrantes das 13 levas. Em relação à composição da migração interna, chegamos à conclusão de que essa seria uma exaustiva e longa pesquisa de caráter genealógico, comparando os nomes das famílias chegadas a Petrópolis e, por correlação, com a busca desses por outras colônias de atração e, por exclusão, obter a sua listagem completa. Essa busca, no entanto, deverá ou poderá ser objeto de um extenso trabalho de pesquisa no futuro e não se coloca, portanto, para os objetivos da presente dissertação.

¹²⁶ PFEIFFER, Ida, *Voyage d'une femme autour du monde*, Trad. de W. Suckau, Paris: 1858, p. 59. N.do A., Geira é uma medida antiga de superfície, equivalente a 4.248 varas portuguesas, ou 5.980 jardas inglesas, ou, aproximadamente, 5.000 metros quadrados.

¹²⁷ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, "Dados Genealógicos de alguns colonos Germânicos e ou seus descendentes que saíram de Petrópolis-RJ", Petrópolis: IHP. Disponível em (www.ihp.org.br), acessado em 12/12/2003.

¹²⁸ N.do A. Disponível em (www.telelista.com.br)

2.7. A involução da Colônia alemã de Petrópolis

Para aqueles alemães que ali chegaram, embalando seus sonhos como parte do projeto de um sonhador pragmático, representado pela figura austera do conterrâneo Herr Koeler, as dificuldades pareceriam minoradas¹²⁹. Ele os conduziria para a reconstrução, naquelas terras, do mundo que haviam abandonado, sem as desvantagens daquele. Ele era duro, mas escutava suas queixas, buscava soluções para os seus clamores.

Era um alemão, falando alemão e ajudando-os, no dia-a-dia, a viabilizar aquela que seria a Imperial Colônia Alemã. Naqueles dois anos intensos de relação, entre 1845 e 1847, muitos detalhes daquele projeto foram discutidos entre eles, realimentando suas esperanças, até o fatídico acidente “culposo” em que de Koeler tiraria a vida¹³⁰ e daqueles Hunsbuckler, o mentor dos seus sonhos.

A partir de 1847, as terras chuvosas de Petrópolis, com seus dias cinzentos, ficariam ainda mais escuros. Mas o empreendimento tinha de continuar e novos dirigentes assumiriam a sua condução. Porém, esses, quando muito, se limitariam aos objetivos técnicos do projeto e às suas metas, e nunca com a fibra, o comprometimento e a versatilidade de quem tinha construído, com paixão, a alma e o corpo daquele projeto. Um segundo trecho, que extraímos do documento, já mencionado anteriormente, em Stroeler¹³¹, relativo aos sucessores de Koeler, dá-nos uma idéia dos sentimentos de alguns teutos sobre a situação:

Os sucessores de **Kochler** (*grifo nosso*) forão seus semelhantes. Assim rodeado de necessidades, de miséria e de calamidades, sem pastor que lhes podia distribuir a consolação da religião aqui tão necessária, cahirão os colonos também no mais profundo abandono moral.

¹²⁹ O Major de Engenharia Koeler, quando foi demitido da direção da Colônia, um pouco antes do trágico acidente, que lhe tirou a vida. “O homem ficou com os olhos inxados de tanto chorar.” Comissão do Centenário de Petrópolis, v. II, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1939, p. 46.

¹³⁰ ABREU, Antônio Izaias da Costa, *A Morte de Koeler*, *op. cit.*

¹³¹ SILVEIRA, João Duarte. “A Colônia de Petrópolis” Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp. 54/60.

Nos anos seguintes, a colônia de Petrópolis ficaria isolada do panorama provincial. O seu projeto havia produzido muitos e poderosos inimigos. Ao mesmo tempo em que não podiam bater de frente com o Imperador, faziam-no de forma transversa, criando empecilhos na relação entre o Governo Provincial e a Diretoria da Colônia, na condução de seus afazeres.

Felizmente para ela, a febre amarela, em 1850, produziria um reaquecimento na procura daquela região, para fins terapêuticos, e, posteriormente, como alternativa de moradia para os cortesãos¹³² e negociantes que viviam em torno da corte, já que, na mesma época, houvera a decisão da família imperial de usar o seu Palácio de Verão, ora em construção, abandonando definitivamente a imperial fazenda de Santa Cruz.

Essa nova demanda traria recursos para investimentos e esses tinham como fim criar facilidades e estímulos para manter e atrair novos ocupantes. No início de 1850, dar-se-ia a inauguração do Colégio Kopke . Em 1854, seria inaugurada a estrada de ferro, ligando o porto de Mauá a Frágoso. Nesse mesmo ano, sairia a autorização para início da que seria a Estrada União-Indústria. Enquanto a estrada tinha seu começo de construção em 1856, a segunda etapa da estrada de ferro do Barão já chegava à Raiz da Serra. O mundo isolado dos alemães estava, paulatinamente, sendo penetrado em várias frentes.

Considere-se que esses investimentos e afluxos de novos indivíduos para a região, mesmo que pudessem representar oportunidades de negócios para os teutos mais bem situados, representariam, também, um papel degenerador, decorrente de suas necessidades e comportamentos, principalmente frente a outros grupos de teutos, que se encontravam em condição econômica mais debilitada.

Essa avalanche de indivíduos que ali chegavam, com suas culturas distintas, fatalmente aceleraria o processo de acomodação social e assimilação daqueles órfãos de Koeler¹³³.

¹³² Comissão do Centenário de Petrópolis, v. II, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1939, pp. 48/49.

¹³³ “Todas as heranças sociais, tradição, sentimentos, cultura, técnica são acomodações: elas são ajustamentos adquiridos que se transmitem socialmente (...) segue-se daí que a assimilação ocorre em situações de contatos primários, pessoais e íntimos, ao passo que as acomodações se realizam mediante arranjos formais e externos.” (WILLEMS, Emílio, *A aculturação dos Alemães...*, *op. cit.*, p. 18.

O processo de assentamento, para os Hunsbuckler, teria um outro grande revés, em 1857, com a transformação da Povoação-Palácio de Petrópolis em Município de Petrópolis, cuja mudança implicaria em perder os privilégios de investimentos da Coroa Imperial e, com isso, cortando o apoio, principalmente, aos assentados de menor condição social.

A população alemã perderá, sob a administração municipal, muito mais depressa o seu tipo primitivo do que sob a direção da repartição colonial. A geração nova já aceitou, na maior parte, língua e costumes brasileiros. Mormente a parte feminina, cuja moral, do lado dos nativos, merece poucos elogios. Fome e miséria nos primeiros tempos de vida colonial afrouxaram os vínculos da vida familiar, embotando enormemente o sentimento moral; jamais faltaram tentações contínuas e ocasiões propositalmente arranjas para praticar imoralidades. Os veranistas do Rio de Janeiro são visitas bem vindas em muitas casinhas dos vales da colônia. Também essa situação dificilmente sofrerá uma modificação para melhor. Nome grego, população alemã, língua portuguesa e leis brasileiras encontramos em Petrópolis como também em outras colônias brasileiras. Uma mistura singular de elementos heterogêneos¹³⁴.

Haveria, então, uma mudança de *status* de emigrante germânico, no que seria uma imperial colônia germânica, para o de simples munícipe, pagador de impostos para a manutenção da nova estrutura administrativa que a transformação geraria. Essa data seria o início do epitáfio da Colônia¹³⁵.

Em 1859, é instalada a primeira Câmara Municipal de Petrópolis e, significativamente, não teria, entre seus vereadores efetivos, nenhum integrante dos emigrantes fundadores e, além de tudo, nesse mesmo ano, era exonerado o diretor da colônia de Petrópolis e baixadas as instruções para a sua desativação, jogando a pá de cal definitiva sobre a antiga imperial colônia alemã. À mesma época da

¹³⁴ TSCHUDI, 1866, *apud* WILLEMS, Emilio, *A aculturação dos Alemães...*, *op. cit.* pp. 114/115.

¹³⁵ “A elevação da colonização germânica à categoria de cidade (em 1859) agiu no sentido de desalojar os alemães. Embora nessa época a metade da população fosse alemã, havia um único vereador de origem germânica. A maioria dos alemães foi desalojada para os vales e na cidade, num meio puramente brasileiro, os descendentes de alemães firmavam-se mormente como sapateiros, seleiros, ferreiros etc.” Citação tirada de WILLEMS, Emilio, “Uhles illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-Kalender” [1911, p. 115] *in idem*, (org.), *A aculturação dos Alemães no Brasil: Estudo Antropológico dos Imigrantes e seus descendentes no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 82.

transformação da Colônia em Município, Tshudi¹³⁶, em 1858, calculava que Petrópolis possuía em torno de 6.000 habitantes, dos quais 3.016 eram constituídos pelos fundadores alemães e seus descendentes, nascidos no Brasil. A supremacia numérica já começará a se inverter. Em menos de 15 anos das suas chegadas, a contínua perda de referências levaria os nossos Hunsbuckler para a invisibilidade.

Algumas considerações sobre o fim

Ao longo da construção desse capítulo, novas hipóteses e objetivos foram delineados aditivamente aos estabelecidos na Introdução da dissertação, assim como novas adições para o conhecimento historiográfico foram resgatadas com referências ao episódio da emigração de teutos para a fundação e a colonização daquela região.

Com relação à opção de Koeler e Paulo Barbosa em escolher uma estratégia de dissimulação em relação à emigração, teríamos, agora, a acrescentar que, além do poder que Paulo Barbosa detinha como Mordomo Imperial, era do seu conhecimento a visão de como funcionava a burocracia do estado, principalmente no que abrangia a ótica de melhorar o estanhamento social, através da imigração seletiva, conforme colocada por Alencastro e Renaux¹³⁷.

Se o imigrante viesse trabalhar por conta de outra pessoa, para os fazendeiros, poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse cultivar terras por conta própria, deveria preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império. (...) Para os altos funcionários imperiais, o fim do contrabando negreiro abria, ao contrário, a oportunidade tão esperada de “civilizar” o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca.

¹³⁶ Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis, v. VI, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, 1943, pp. 217/218.

¹³⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, *in idem* (org.) *Historia da Vida Privada: Império* (Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2 pp. 292/335.

É claro que essa postura tinha sua aplicabilidade na ocupação de terras públicas, o que não era o caso deles. Entretanto, a roupagem estabelecida pelo Decreto Imperial nº 155, sobre a criação da povoação-Palácio de Petrópolis, mascarava a real situação de se estar referindo a terras privadas do Imperador. Essa “sutileza”, encoberta pelos imprevistos, os quais já discutimos, permitiu o uso dos recursos provinciais para financiar a contratação e o traslado dos emigrantes para seu empreendimento.

Do ponto de vista do empreendedor, a “coincidência” da recepção de teutos do Hunsrück, antes de tudo, ampliaria as boas graças junto ao jovem filho de teuta, e proprietário das terras, e, adicionalmente, maior apoio para edificação de uma cidade planejada, artificialmente européia, para o entorno do seu futuro Palácio Imperial e suporte aos seus cortesãos, integrantes da corte.

A escolha dos Hunsbucklers foi, efetivamente, uma opção pessoal de Koeler e, com ela, resolveu vários problemas: deu europeus para os olhos do Imperador e, para ele, trabalhadores disciplinados, submetidos a dois tipos de poderes, um temporal, por força das suas atribuições, e outro, mais importante, o simbólico, por força das relações psicológicas e culturais, que ele passou a representar para esses novos apátridas.

Seus assentamentos, claro que com algum grau de desordem, obedeceram a critérios específicos quanto à posição sociocultural dos seus conterrâneos, aliados à melhor eficácia de aplicação de seus saberes e práticas ao projeto. Infelizmente, mal o projeto começou a desabrochar, a luta política interna, primeiramente, afastou Paulo Barbosa do cenário, em seguida, uma articulada acusação de má gestão dos recursos recebidos dos aforamentos, que mais tarde mostraram ser improcedentes¹³⁸, afastaram Koeler da Diretoria da Colônia e, depois, da Superintendência da Fazenda Imperial. A partir daí, aqueles emigrantes, chegados há apenas dois anos, perderiam sua principal referência.

E o jovem Kaiser, grande beneficiário do sucesso do projeto e único que teria poderes para manter o direcionamento original, permaneceu na postura que também caracterizou, até o fim, o seu governo – alheadamente neutro, aliás, omissivo.

¹³⁸ ABREU, Antônio Izaias da Costa. *A Morte de Koeler...*, op. cit. pp. 107/111.

A década de 60 daquele século XIX marcaria o ocaso da comunidade germânica como agente preponderante no processo de evolução econômica e social de Petrópolis. Deixaria de ser uma comunidade, com características culturais diferenciadas, dissolvendo-se e submetendo-se aos novos valores socioculturais, trazidos pelas avassaladoras levas de brasileiros e emigrantes de outras nacionalidades que, paulatinamente, foram ocupando aquele espaço a partir da década de 50. Willens (1980)¹³⁹, em seu trabalho sobre a emigração alemã no Brasil, definiria, com clareza, esse processo, conforme citação a seguir:

No imigrante, as combinações de atitudes e valores que o prendem, emocionalmente, à sua cultura originária, só aos poucos podem ser substituídas por combinações novas resultantes da aquisição de elementos culturais estranhos. O ritmo de substituição varia em função de intensidade e freqüência de contatos estabelecidos com a sociedade nativa. Em caso algum, a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrário a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo.

Diferente das comunidades germânicas que se instalaram na região sul do Brasil, as quais durante um grande período desfrutaram de um razoável grau de isolamento, que lhes permitiu preservar parte de sua identidade e seus valores, dentro do processo inexorável da assimilação, porém o mesmo não ocorreu com os teutos de Petrópolis.

Ao mesmo tempo em que estavam isolados e distantes de outras comunidades germânicas, em Petrópolis, tinham o seu processo de sobrevivência econômica dependente, em alto grau, de uma interatividade física e social, quase total com os luso-brasileiros.

Era uma frente de batalha, rompida por inúmeras “cabeças de ponte”. A rendição, naquelas circunstâncias, seria somente uma questão de tempo, aliás, curto tempo.

Acresce-se que uma das características da economia local era a sua sazonalidade. Havia um processo econômico de sustentação, na maior parte do

¹³⁹ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos Alemães...*, op. cit. p. 119.

ano, traduzido pelas trocas financeiras provenientes das atividades de construção civil de imóveis para a área privada, que demandava mão-de-obra de diferentes especialidades de artífices locais. Na manutenção e na construção de obras públicas, na produção doméstica de excedentes alimentares (laticínios em geral) e nas atividades secundárias prestadas nos hotéis, nas escolas e aos moradores permanentes, que garantiam uma sustentação básica ou mínima, para boa parte daquela população.

E havia os picos, representados pela vinda dos veranistas, que seria grandemente estimulada na proporção em que as diversas etapas da estrada de ferro iam sendo inauguradas e, coroando esses, vinha o principal consumidor dos serviços e dos produtos por lá produzidos, majoritariamente representado pelos cortesãos, e outros burgueses bajuladores, que viviam atrelados às graças e aos pés do imperador. Infelizmente, a relação com esses grandes consumidores e possuidores de capital era conflituosa com relação ao papel dos emigrantes. Eram, de modo geral, conservadores, tanto política como socialmente e, em síntese, eram conservadores empedernidos.

Na ótica escravocrata de então e segundo os conceitos de nobreza transplantados de Portugal ao Brasil, colono sob contrato e ungido a determinadas obrigações, tinha *status* quase servil. Aqui, por razões específicas, ele seria condenado ao insulamento dos guetos, que a própria natureza se encarregou de conformar, confinado nos quarteirões periféricos a gravitarem em torno da Vila Imperial, aristocrática e cortesã¹⁴⁰.

A chegada da estrada de ferro, assim como da construção da estrada união-indústria iriam, por sua vez, desdobrar-se em um outro efeito econômico, ou seja, a valorização dos prazos de terras nas Vilas Imperial e Tereza e outros quarteirões da periferia do centro urbano, os quais levariam os emigrantes germânicos a dividi-los em lotes, vendê-los parcial ou integralmente e, com isso, provocando rupturas nas relações de proximidade com outros teutos.

¹⁴⁰ VASCONCELLOS, Francisco de, "Vicissitudes da Imperial Colônia de Petrópolis – 150 anos da colonização alemã em Petrópolis", *Anais do colóquio e artigos publicados sobre a presença e a influência alemã, Petrópolis: IHP/UCP, 1995, p. 79.*

Esse conjunto de ações e comportamentos, na interação dos emigrantes teutos, seus descendentes e os nativos, conjugados com as relações econômicas, aceleraria, no caso da antiga Colônia Alemã de Petrópolis, compulsoriamente, o processo, tanto físico quanto cultural do desaparecimento da identidade germânica da cidade¹⁴¹. Deixara de ser alemã, para terem alemães.

Non vitam, at tumulum mutant qui transmare currunt¹⁴².

¹⁴¹ Uma causa mais certa da assimilação foi o gênero de vida dos primeiros colonos; eles não eram simplesmente agricultores ligados à terra, mas trabalhadores em construções, artistas e operários, obrigados desde o começo a relações quotidianas com brasileiros e à aprendizagem, por necessidade, da língua portuguesa. (ARBOS, Philipe, *Esboço de Geografia Urbana*, Trad. de Odilon Nogueira Matos, *Revue de Geographie Alpine*, Paris, 1938.

¹⁴² “Os que passam o mar não mudam a vida, mudam o túmulo”. (TAUNAY, Carlos Augusto, “Viagens pitorescas a Petrópolis” (1862). Cidade de Petrópolis, Museu Imperial/MEC, 1957, p. 26.

CAPÍTULO TRÊS

IDENTIDADE, CULTURA, ETNICIDADE E ASSIMILAÇÃO

3.1. Preâmbulo

Os anos sessenta do século XIX poderiam ser marcados, simbolicamente, como: a década em que os teutos quase desapareceram do cenário social, econômico e cultural do jovem município de Petrópolis. As razões, tais como a perda da sua referência mais contundente, representada na figura de Koeler e, indiretamente, na de Paulo Barbosa; a sua submersão social, provocada pelas novas emigrações para a região, com o grande afluxo de estrangeiros e brasileiros, ampliando e ocupando o cenário econômico; esses novos entrantes, estimulados pela instalação da corte e de sua burguesia e, ainda, pelas diversas inversões financeiras direcionadas para a região, representadas pela estrada de ferro, pela construção da estrada União e Indústria, entre outras, e, principalmente, pelas suas ausências ou alijamento na disputa local pelo poder político.

Entrementes, os efeitos da inversão demográfica, assim como o peso da inserção dos investimentos na região, não justificariam integralmente que, num período tão curto, houvesse a dissipação dos traços culturais de um grupo étnico, que foi quantitativa e qualitativamente majoritário durante os primeiros quinze anos (1845-1860) da existência daquela cidade. Portanto, era fundamental que buscássemos respostas em outras vertentes do campo da História Social, para o entendimento mais profundo sobre o ocaso social daquele grupo.

Concentrar-nos-íamos, agora, portanto, nas questões cruciais da historiografia que trabalha com a emigração, com foco em tópicos, tais como cultura, etnicidade, saberes, crenças, práticas, os quais, na sua interação com as vertentes econômicas e políticas, que comporiam, em seu conjunto, a configuração de uma história total, preenchendo as lacunas que levaram os Hunsbucklers à invisibilidade.

Essa etapa, obrigatoriamente, envolveria buscar embasamento nas teorias sociológicas e antropológicas que explicassem algumas singularidades, com que,

certamente, nos depararíamos nos desdobramentos da historicidade daqueles emigrantes.

Assim, para esse capítulo, estabelecemos os seguintes objetivos e indagações, como elementos condutores da pesquisa:

- Poder-se-ia dizer que a colonização dos teutos em Petrópolis gerou algo específico em termos culturais, em especial de etnicidade, se comparada a outros casos de emigração germânica, principalmente com relação à região sul do Brasil?
- Preservaram tradições, costumes, línguas ou dialetos?
- Houve algum embricamento ou dissonância em relação às práticas religiosas?
- Se havia subdivisões entre eles, qual era o seu teor?
- Criaram instituições de sociabilidade ou culturais?
- Qual era a prática desses teutos em relação à assimilação da cultura da nova região?
- Havia a expectativa de reconstruir, no novo lugar, as culturas que traziam de suas regiões de origem?
- Se houve integração (acomodação, assimilação), qual foi sua eficácia, em termos étnicos e sociais?

3.2. Primeiro impacto – Tutela de Koeler

(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes¹⁴³.

Herr Major Köhler já estava no Brasil há mais de 2 décadas. A sua caminhada, iniciada como soldado mercenário contratado pelo Governo Imperial,

¹⁴³ BORDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Todas, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989, pp.163/207.

sua posterior admissão no corpo de engenheiros militares, sua gradativa penetração e seu estreitamento de laços pessoais nos círculos políticos e sociais do império deram-lhe, certamente, uma visão abrangente do comportamento das múltiplas facetas daquela sociedade brasileira, ainda em formação.

A sua estada na região serrana, por sua vez, permitiu conhecer de perto as razões do fracasso da primeira tentativa de uma colonização européia na região de Nova Friburgo, sob os auspícios de D. João VI, e, também, da má repercussão que esse evento desastroso produziu nas terras de origem daqueles emigrantes. Obrigatoriamente, tomou conhecimento de outro fracasso, à mesma época, da implantação da Colônia Alemã na Fazenda da Mandioca, empreendimento estruturado pelo Barão de Langsdorff¹⁴⁴, assim como vivenciou a diáspora de seus primeiros alemães, trazidos por ele em 1837, e o fracasso em tentar fixá-los na região¹⁴⁵. O seu projeto de criação de uma povoação européia na área da antiga fazenda do Córrego Seco, agora denominada Povoação-Palácio de Petrópolis, tinha suportes antecedentes, como balizamento para evitar um novo fracasso.

E Koeler tinha consciência de que, apesar de todos os esforços que estavam sendo realizados, buscando facilitar as suas adaptações, tinha percepção do alto índice de improvisação, como conseqüência natural, ou das pré-etapas dentro do que havia planejado e, ao mesmo tempo, tinha visão global da cronologia de curto e médio prazo, para o saneamento das mesmas. Portanto, não poderia correr o risco de que uma notícia prematura, de natureza negativa, viesse denegrir a imagem do projeto no exterior e, com isso, impedir a vinda de outras levas de emigrantes.

¹⁴⁴ TAULOIS, Antônio Eugênio. "Tentativa de Imigração alemã na Fazenda da Mandioca, do Barão de Langsdorff - 150 anos da colonização alemã em Petrópolis". *Anais do colóquio e artigos publicados sobre a presença e a influência alemã*. Petrópolis: IHP/UCP, 1995.

¹⁴⁵ "A princípio instalou-os no Córrego Seco, única habitação conveniente. Três meses depois, como eles lidassem na estrada de Minas, foram alojados do lado do Itamarati, no próprio campo de trabalho. Aí viviam por famílias, numa espécie de caserna de dois alojamentos, construídos à custa do governo. Koeler pensava ter descoberto a sua gente, o seu viveiro, a sua legião de vanguarda. Era ele o tutor, o amigo, o pai, o compatriota. Mas a administração não o secundava bem. Retardamento de salários, muitos colonos que sucumbiram nas duras lides da gleba. Que resultou daí? A deserção, como em todas as colônias (...)" (RIBEYROLLES, Charles *Brasil pitoresco...*, *op. cit.* p. 271. "Na segunda metade de 1840, teve início a desagregação da 'Pseudocolônia do Itamaraty'. Problemas começaram a surgir quando os colonos se negaram a cumprir cláusulas contratuais a respeito da 'Caixa de Socorro e Auxílio Mútuo'. O Governo Provincial enviou para o local um Juiz de Paz e um destacamento policial e os quatro emigrantes, cabeças do movimento, foram afastados. No final daquele ano, surgiram novos problemas em virtude de atrasos de pagamentos por parte da Província. Naquela ocasião, verificou-se a evasão da quase a totalidade dos 'colonos'. Ficou registrado que o ajuste de contas previsto na regulamentação em vigor não foi efetuado". (FROES, Carlos O., "Petrópolis – A Saga de Um caminho", *op. cit.*, cap. 12.

Seria natural, como manifestação de um colono recém-chegado, enviar correspondência a familiares ou amigos, deixados em sua região de origem, seja para contar as boas novas, caso houvesse, ou falar das suas agruras. Então, para reprimir as más notícias, Koeler assumiu, ostensivamente, o papel de censor. No período entre 1845 e 1847, nenhuma correspondência saíria das mãos dos teutos, sem que, previamente, fosse vista por ele: “Nenhum correio sairá sem que se me tenha perguntado se o pode”¹⁴⁶.

Aliás, essa seria uma das muitas mágoas em relação a Koeler, transmitidas por emigrantes, muitos anos depois, ao Pastor Stroele¹⁴⁷, e por ele registradas, conforme se segue:

Kochler forçou os colonos de entregar a elle as cartas destinadas para a antiga pátria delles, com o pretexto que elle sabia expedir seguramente. Uma carta que dizia a verdade foi destruída mas quem achou tudo bello e magnífico foi gratificado.

Emocionalmente, com essa postura ditatorial, Koeler teria maior contundência face às condições em que se encontravam aqueles emigrantes. Eram apátridas, isolados e dependentes, e ele foi inflexível no uso do poder tutorial que se julgou no direito de expropriar, para levar a efeito o seu empreendimento. Infelizmente, esse comportamento, face às circunstâncias, poderia ser, com reservas, politicamente compreensível, mas provocaria, para o futuro, uma lastimável lacuna de documentação sobre os primórdios daquele assentamento, do ponto de vista dos atores que o encenaram.

Em compensação, todas as ações para minimizar os efeitos negativos aos recém-chegados seriam centralizadas diretamente por ele, seja na imediata colocação dos homens nas diversas frentes de serviços, necessárias à edificação da povoação, tais como arruamentos, retificação dos rios que cortavam a cidade, na construção civil, assim como o suporte às famílias para instalação e sobrevivência nos prazos de terras, compreendidos por alimentos, sementes, ferramentas e empréstimos ou doação de dinheiro, materiais para construção, etc.

¹⁴⁶ SODRÉ, Alcides, “Quando Petrópolis Amanhecia” *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*, v. I, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp. 49/50.

¹⁴⁷ SILVEIRA, João Duarte “A Colônia de Petrópolis”, *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*, v. I, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950, pp. 54/60.

A sua atuação, nesse sentido, foi bem sucedida, já que, no ano de 1846, vieram novos emigrantes teutos para a região, agora, às suas próprias expensas¹⁴⁸. No relatório de Paulo Barbosa, de 1858, ao Imperador, ele menciona a vinda de novos emigrantes teutos, como decorrência das correspondências benfazejas¹⁴⁹ dos emigrados, mas, obviamente, não fez nenhuma menção do artifice desse resultado, depurando o que podia ou não ser escrito.

3.3. Identidade e Sociabilidade

A Identidade cultural

Entre o final de 1845 e início de 1846, os colonos povoadores estavam em fase de instalação nos locais, conforme designados pelo Herr Major Koeler (Köhler) na Imperial Colônia Alemã de Petrópolis. “O termo Colônia, neste contexto, tem significado sociológico bem preciso: remete à organização comunitária dos imigrantes, num sentido étnico” (Seyferth, 1999, 285)¹⁵⁰. Compunham um conjunto de indivíduos homogêneos em seus biótipos, com um dialeto característico, comum aos originários do Hunsrück, e arquétipos sociais substanciados pela superposição de históricos de lutas pela sobrevivência, tais como, guerras contra inimigos externos, rebeliões internas, dissidências religiosas, vivenciadas ou transmitidas pelos ascendentes e parcialmente incorporadas, ao seu perfil sociocultural ou identidade de resistência (Castells, 1999, v. 2) dessa geração sucessora¹⁵¹.

Esses conjuntos de heranças, sociais e culturais, mitificavam externamente uma aparente fortaleza e a impressão de capacidades superiores, para o enfrentamento, a sobrevivência e a mutação de quaisquer que fossem as condições

¹⁴⁸ Comissão do Centenário de Petrópolis, v. II Petrópolis: Tipografia Ypiranga, V.II(1939) p.38;

¹⁴⁹ RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco...*, op. cit., p. 272.

¹⁵⁰ SEYFERTH, Giralda, “A colonização alemã no Brasil...”, op. cit. p. 285.

¹⁵¹ No Capítulo 1 – Nas terras germânicas – Motivações para o abandono; 2 – Reportando-se a Castells, onde ele denomina como Identidade Legitimadora, aquela imposta pelo *status quo*, enquanto a Identidade de Resistência era aquela criada pelos agentes submetidos a dominação, para lhe fazer uma contraposição, como mecanismo de saída e, finalmente, a Identidade de Projeto, quando atores sociais reelaboram uma nova identidade, visando uma transformação de todo o *Status Social*.

apresentadas. A percepção dessa uniformidade era, ainda, reforçada pela existência de laços estreitos de parentescos entre eles. Portanto, essa identidade cultural que amalgamava o comportamento daqueles teutos, estereotipada pelo comportamento e pela cultura da sua origem comum, traduzida por uma língua, uma história cultural, hábitos, religiões, vestimentas e enfeites, que deram uma representação uniforme, naquela fase inicial de assentamento e construção da povoação.

Entretanto, todos esses elementos, percebidos ou identificados na superfície das relações, encobriam cargas emocionais e ambiguidades existenciais (psicológicas) ou vazios sociais, decorrentes do abandono de uma sociedade em fase de transição política e econômica; onde as bases antigas, em processo de transformação, ainda estavam nos seus ajustes iniciais, decorrentes das frustrações em emigrar para fugir do alijamento socioeconômico na terra natal, e a conseqüente descoberta de que o prometido paraíso não tinha suporte na realidade encontrada.

Eram todos cristãos, com uma ligeira maioria católica e o restante, de luteranos¹⁵². Dentre esses cristãos, era possível identificar, pelos nomes de famílias, um número expressivo, de prováveis convertidos do judaísmo¹⁵³, ressaltando que muitos nomes típicos germânicos também poderiam ser utilizados por conversos, que optaram pela adaptação ou sua substituição, por ocasião de seu batismo para o Luteranismo, o Catolicismo ou mesmo o Calvinismo¹⁵⁴.

Quadro 5 – Censo Católicos/Protestantes

POPULAÇÃO	1845	1850	1859
CATÓLICOS	s/d	1580	1925
LUTERANOS	s/d	985	1091

Para os cristãos católicos, a adaptação seria mais tranqüila, já que a religião católica apostólica romana era a oficial do Império brasileiro, enquanto, para os cristãos protestantes, pelas leis vigentes, a livre manifestação de suas práticas religiosas seria um pouco mais dificultada, porém, não impossibilitada.

¹⁵² No Capítulo 2, Quadro 4.

¹⁵³ WOLFF, Egon e Frieda, "Os Judeus no Brasil Imperial", São Paulo: Universidade de São Paulo - Centro de Estudos Judaicos, nº. 1, 1975; Idem, *Dicionário Biográfico*, II – "Judeus no Brasil – século XIX", Rio de Janeiro, IHGB, 1987.

¹⁵⁴ HERTZ, Deborah Sadie, *How Jews Became Germans: The history of conversion and assimilation in Berlin*, United States of America: Thomson-Shore, Inc., Dexter, Michigan, 2007, pp.17/42.

Naquela fase de instalação, numa região onde eles eram pioneiros e tendo como interlocutor e gestor do processo um alemão oriundo da mesma região, fora perfeitamente natural a manutenção de sua identidade cultural e uma decorrente etnicidade, fruto da origem comum. Havia entre eles, no máximo, divisões em relação à prática de suas crenças (católicos ou protestantes), e mesmo essas diferenças eram amenizadas pelo bom nível de sociabilidade religiosa¹⁵⁵, que integrava o conjunto de seus comportamentos.

Poder-se-ia até especular sobre uma possível divergência, tomando como base as diferenças de classes sociais e/ou culturais, existentes entre os emigrados. Entretanto, as atividades de sobrevivência do dia-a-dia, compreendidas pelas múltiplas tarefas, como trabalhadores nas obras públicas, na construção do palácio, nas construções de suas moradias, e a estruturação de negócios por aqueles que possuíam prazos próximos ao futuro palácio, ou mesmo na preparação para tornar seus prazos de assentamentos, principalmente os mais distantes, apropriados para atividades produtivas; garantidamente se constituíam em fatores de arrefecimentos para as possíveis querelas de classe. Só havia eles e, portanto, tinham de estar unidos.

Os relatos de época apenas se referem aos povoadores como um “bloco único”, ou seja, alemães. Buarque¹⁵⁶ substanciaria um significativo dado sobre o comportamento social daqueles povoadores, extraído do Relatório do Conselheiro Couto Ferraz¹⁵⁷ a seguinte informação: referia-se a estatística criminal de Petrópolis – apresenta o insignificante algarismo de 12 crimes, cometidos durante nove anos decorridos desde a sua fundação, sendo 1 homicídio, 1 roubo e 1 furto e outro de menor gravidade”. Atente-se que esses dados se referem ao interstício 1845-1854, portanto, podendo estar contaminados por elementos que chegaram posteriormente à região.

¹⁵⁵ No dia 15/XI/1845 os Colonos Evangélicos promoveram uma celebração religiosa na Praça Koblenz, à qual conferiram o caráter de ecumênico, a esse culto, oficiado pelo Pastor Avé-Lallemant. Teriam comparecido o Presidente Aureliano Chaves, o Mordomo Paulo Barbosa, o Vigário Luiz Gonçalves Dias, outras figuras de destaque e um grande número de Colonos Evangélicos e Católicos. , op. cit. FROES, Carlos O., Petrópolis – A Saga de Um caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano. Petrópolis: IHP. Site IHP Disponível em (www.ihp.org.br), acessado em 10/09/2008.

¹⁵⁶ BUARQUE, Paula de A., *História e Historiographos...*, op. cit., p. 67.

¹⁵⁷ O Conselheiro Pedreira (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) foi nomeado presidente da Província por carta Imperial de 11 de setembro de 1846.

No período de 1845 a 1850, todos aqueles emigrantes estariam irmanados em criar as condições para o seu estabelecimento, seja na construção de escolas, local para as práticas religiosas, associação para auxílio mútuo, buscando, dentro das possibilidades, restabelecerem as suas referências culturais de origem.

Atente-se também que, naquele período, as atividades intensivas e o isolamento lingüístico seriam as maiores barreiras e, também, a maior proteção contra a interatividade sociocultural com os novos habitantes não-teutos, que começariam a se instalar por ali, de 1846 em diante.

Identidade em mutação e esforços de manutenção

Naqueles primeiros anos, os nossos teutos iriam beneficiar-se da temperatura amena nas três estações e do calor, no verão, de um regime de chuva intermitente. A vida era trabalhar, aproveitando ao máximo a luz do dia e as estiadas, para, à tardinha, se recolherem a suas moradas e, então, a sob a luz bruxuleante dos lampiões, complementarem suas tarefas extras nos seus prazos de terras.

Era nesse ambiente que os Hunsbuckler, pouco a pouco, foram reorganizando seus laços internos de sociabilidade. Aproveitavam os seus encontros nos cultos, para, após esses, articularem as comemorações de suas datas sacras, festejos para comemoração de enlaces matrimoniais, batismos ou mesmo folguedos, que compensassem e arrefecessem ânimos da labuta diária¹⁵⁸. Oliveira¹⁵⁹ registra em um dos seus trabalhos sobre a Colônia Imperial de Petrópolis: “(...) tem-se notícias de que a primeira banda de música dos colonos surgiu em novembro de 1845 (apenas 5 meses após o início da Colônia) e composta por 12 pessoas”. Via de regra, as suas relações associativas estavam estruturadas em

¹⁵⁸ “(...) à tarde, as pessoas que gostam de baile, acharão ali o seu *desideratum*; os alemães, êsses laboriosos colonos, entregam-se com fúria a êste divertimento. Nos domingos e dias de festejos principiam a dançar às 6 horas da tarde e finalizam às 6 horas da manhã. Petrópolis não tendo a felicidade de possuir o gás – vejam os leitores como esses filhos da grande raça germânica sabem suprir esta falta de luz”. (KLUMB, Revert Henry, *Doze horas em diligência...*, *op. cit.*, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora”, [1872], Museu Imperial Petrópolis(org.) – Reedição de quatro obras raras, 2ª ed., Petrópolis. Artes Gráficas Uruguay S.A., 1957 p. 66.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, “Imperial Colônia Germânica de Petrópolis. Atividades Sociais, Artes, Hábitos e Costumes”. Petrópolis: IHP, pub. *Tribuna de Petrópolis*, edição de 27/06/1997.

torno dos laços de familiaridade e de vizinhança, sempre conduzidas ou incentivadas pelos respectivos curas católicos e protestantes¹⁶⁰.

A história da radicação dos teutos em Petrópolis só iria registrar efetivamente uma única associação de auxílio mútuo, que buscava resgatar e transmitir saberes, educação, articulação e intercâmbio com a sua região de origem – A Sociedade de Agricultura e Indústria de Petrópolis (*Der Deutsche Gewerbe und Landwirthschaftliche Verein in Petrópolis*). Ela surgiria através de uma ação, encabeçada por teutos que ali chegaram, posteriormente aos Hunsbucklers fundadores, em 16 de dezembro de 1853, desaparecendo em 1862. Sobre essa sociedade, extraímos, de um trabalho apresentado por Sodré¹⁶¹, descrevendo-a conforme se segue.

Refere-se a uma pequena bibliotheca e a desenhos e modelos de machinas, madeiras e mineraes do paiz. Diz que manteve aulas de ensino gratuito (...) que distribui sementes a seus sócios, organizára exposição de productos e tratou de promover uma fabrica de vidro. (...) Essa sociedade, que funcionou durante nove annos, mantinha uma espécie de lyceu de artes e officios. Havia aulas diárias das 7 ás 9 horas da noite de desenho, modulação em cera, portuguez, francez, allemão, arithmetica, álgebra, historia, geographia e chimica prática, com professores pagos, e outros amadores.

Entre os nomes que dirigiram essa sociedade, ele identificou os seguintes: Julio Anders, Frederico Damke, Carlos Spangenberg, Padre Theodor Wiedmann, Pastor Jacob Daniel Hoffmann, A. Chiffelle, Rudolf Waenhelt, *Carl Bölling**, *Sieben**, *Heinrich Kremer**, Lendel, *Johann Roux**, Joseph Geoffroy, Anton Pisters, Kurtenbach, Bernard Wichers, *Joaquim Glassow**, *Anton Schunk** Simon Sloelben, Ludwige Stahmann, Johann G. de Roche, Anton Boff, *Peter Lepsch**, *Nicolas Engelmann**, *Christian Schaeffer**, *Johann Meyer**, Richard-Barão Von Breitenbach, F. G. Busch, Eduardo Bartels e *André Fläschen**.

¹⁶⁰ Há menção de diversas associações de quarteirões (Mosela, Bingen, Nassau, etc.) para atividades musicais, esportivas e encontros para festejos.

¹⁶¹ SODRÉ, Alcides. "Uma obra Allemã de 1853"; Comissão do Centenário de Petrópolis, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, v. II, 1939, pp. 97/99.

Ressaltamos, com asteriscos, os nomes de famílias fundadoras, que participaram dessa sociedade em sua curta existência, nesse único caso, totalizando 11 indivíduos, ou seja, um pouco mais de 30% do total, enquanto os 67% restantes representavam os teutos chegados após 1846.

Outra exceção, essa, porém, de caráter puramente beneficente, seria a *Deutsch Brasilianisch Krankenkasse Brunderbund* (Sociedade Beneficente), criada em 1864, buscando angariar e distribuir auxílios para teutos em dificuldades, na tentativa de substituir o papel da antiga caixa de socorro da fazenda imperial, extinta em 1869.

Outros dois esforços notáveis, na busca de manutenção das suas identidades, seria o lançamento do jornal "*Brasilien*", em 1857, fruto da associação financeira de comerciantes, artesãos e colonos germânicos, tendo F. G. Busch como Editor e Redator, que conseguiu, apesar da falta de regularidade em sua periodicidade, existir até 1862. Outro seria o jornal *O Germânia*, tendo como redator Pedro Mueller, e sua primeira publicação em 1864, findando em 1874, quando, então, passou a ser publicado na capital da província com um novo título *Algemeine Deutsche Zeitung*, até 1888¹⁶².

Numa pesquisa nas obras de Taunay, Klumb, Cameron e Almeida¹⁶³, publicadas, respectivamente, em 1862, 1872, 1879 e 1885, especificamente sobre a Colônia e, depois, sobre o Município de Petrópolis, e no *Almanak Laemmert*, no período de 1846-1885, ficaria subtendida parte das razões que levaram alguns dos teutos, encabeçados pelos novos entrantes, a um esforço no sentido de tentar manter a sua identidade. Nessas obras, escritas e publicadas na época, singularmente, não fazem, praticamente, menção aos alemães.

Eles tiveram a percepção do inexorável processo de submersão, ao qual a comunidade estava sendo conduzida. Nostalgicamente, fizeram esforços em criar instituições de sociabilidade, porém elas não sobreviveriam como fator de aglutinação daquele grupo étnico. Começaram tarde demais e, por isso, foram

¹⁶²Disponível em (www.petropolisnoseculoxx.comunidade.uolk.com.br) e acessado em 20/10/2008.

¹⁶³ TAUNAY, Carlos Augusto, *Viagens pitorescas a Petrópolis*, op. cit.; KLUMB, Revert Henry, *Doze horas em diligência...*, op. cit.; ALMEIDA, José Nicolau de, "Guia de Viagem", CAMERON, Tomás, "Os Estabelecimentos de Petrópolis", Museu Imperial de Petrópolis(org.) – Reedição de quatro obras raras. 2ª Ed., Petrópolis. Artes Gráficas Uruguay S.A., 1957.

varridas, deixando, quando muito, meros, sucintos e desconhecidos registros históricos naquela que foi a Imperial Colônia Alemã.

Crenças e práticas religiosas

Quis eu no começo da colônia fazer uma Igreja comum para todos os cultos christãos. Oh! Que horror! gritaram os pseudos cathólicos. Allegava eu que em toda a Germânia, onde predominava o Calvinismo era permitido ao sacerdote catholico celebrar para os de sua crença nas mesmas Igrejas (...) de sorte que minha tolerância se chocou contra o pseudo zelo desses catholicos que Deus guarde, onde quizer¹⁶⁴.

As crenças religiosas, como uma das vertentes que davam sustentação à identidade psicossocial dos Hunsbuckler, teriam a abrangência de sua componente aglutinadora ampliada, face à diversidade de situações e ambientações desconhecidas com que se depararam, ou seja, da geografia, do clima e da débil infra-estrutura das suas recepções, afora terem todas as suas perspectivas de desenvolvimento atreladas ao suporte, centralizadas em um único indivíduo.

No caso dos nossos teutos, foi óbvio que, além da língua, a tinham como um de seus baluartes estruturais, para ajudá-los naquela fase de ajustamento, entretanto, entre eles havia uma divisão, ou seja, eram cristãos católicos ou cristãos protestantes. Aliás, essa bipartição religiosa se converteria, em médio prazo, em elemento diferenciador significativo para o processo de inserção desses dois grupos na decorrente evolução daquela povoação.

No caso do Brasil, o alemão protestante não somente entrou em contato com uma cultura católica, mas, vindo de uma sociedade em que o Estado e Igreja estavam intimamente associados, ele passou a viver em um meio onde o catolicismo era a religião oficial. Se essa inversão em si já era dolorosa para a suscetibilidade dos crentes habituados à união de trono e altar, muito mais o era pelas suas conseqüências que se relacionavam diretamente à conquista de um status na sociedade adotiva¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Comissão do Centenário de Petrópolis, "Trecho do relatório de Paulo Barbosa, em 1858, dirigido ao Imperador", Petrópolis: Tipografia Ypiranga, v. II 1939 p. 42.

¹⁶⁵ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos Alemães...*, op. cit. pp. 336/337.

Portanto, efetivamente, os católicos teriam melhor acolhida. Porém, foi aí que ocorreu uma sutil desconexão, pois, apesar de a Igreja Apostólica Romana ter unicidade de gestão na sua hierarquia, nos seus dogmas e nos seus ritos, esses, por questão de uniformidade, eram proferidos em latim e complementados pela língua local dos crentes, sob a sua égide.

A Igreja católica no Brasil, como seria natural, era voltada para os falantes de língua portuguesa. Na etapa inicial do povoamento, acomodou-se esse problema com a assistência espiritual dada por padres de origem germânica, mas, com as vindas de brasileiros e outros imigrantes não germânicos, mudando o perfil etnodemográfico com a natural evolução da colônia, criar-se-ia uma dissensão.

A assistência religiosa, ao longo dos anos, prestada por sacerdotes de língua alemã, passou a ter um tratamento secundário e sofreria diversas discontinuidades, o que motivou aqueles católicos a propugnarem por um templo próprio, que fosse dirigido em regime permanente por um pároco germânico¹⁶⁶.

Já os protestantes, diferentemente dos católicos, eram minoria, entretanto não teriam grandes problemas na administração do seu amparo espiritual. A sua formação religiosa protestante lhes calcava uma melhor orientação comunal. Assim, durante os primeiros anos, conduziram suas práticas religiosas em pequenos grupos¹⁶⁷, além de se utilizarem, também, das instalações reformadas do Quartel dos Colonos, a partir de 1848, sob a orientação do pastor Dr. Julius Friedrich Lippold. O fato de ser minoria entre os germanos e, praticantes de uma religião quase herética, provavelmente aumentava-lhes os laços de solidariedade¹⁶⁸, para fazer frente às adversidades. Em 1863, na gestão do pastor Stroele, instalariam o seu próprio templo, muitos anos antes do templo dos católicos alemães.

¹⁶⁶ Em 08 de setembro de 1874, era instalada a Capela do Sagrado Coração de Jesus em missa rezada pelo padre Theodoro Esch.

¹⁶⁷ “O primeiro culto protestante foi celebrado em sala do Quartel dos Colonos, grande barracão que se erguia onde hoje existe o edifício do Fórum, a 29 de agosto de 1845. Depois, ora num, ora noutro local, foram efetuados na velha casa da fazenda, então residência do major Koeler, ou na escola do professor Jacoby.” (TAUNAY, Carlos Augusto, “Viagens Pitorescas...”, *op. cit.*; KLUMB, Revert Henry, *Doze horas em diligência...*, *op. cit.*; ALMEIDA, José Nicolau de, “Guia de Viagem”, *op. cit.*; CAMERON, Tomás, “Os Estabelecimentos de Petrópolis”, *op. cit.* pp. 28 e 221.

¹⁶⁸ “Também em Petrópolis os preceitos legais contrários aos protestantes não foram obedecidos. Quando, por exemplo, o nuncio apostólico exigia do delegado de Petrópolis a remoção dos ornamentos exteriores da igreja protestante, proibidos por lei, ele foi mal sucedido. Não cedeu à queixa embora o delito houvesse sido perpetrado” (SEIDLER, Carl, *Dez anos no Brasil*, *op. cit.*

Indagação interessante nessa senda dos católicos que compunham a maioria dos Hunsbucklers e, ainda, levando em consideração o tempo transcorrido (29 anos) até obterem seu local permanente de adoração, dar-nos-ia a licença de extrair duas ilações, que poderiam ser independentes ou interligadas, a saber: representariam os católicos alemães um estrato social mais baixo ou não eram pródigos como praticantes?

Essas peculiaridades para a prática das suas crenças, seja o católico ou o protestante, produziriam efeitos adversos, quando comparados com os teutos, instalados em outras regiões (Sul do Brasil). Já que, em Petrópolis, à medida que se tornavam minoritários, as suas práticas os tornavam um enquistamento naquela sociedade.

Protestantes e Católicos teutos, usando suas próprias igrejas, em cultos proferidos em seu idioma natal, só ampliaram o seu apartamento em relação ao restante dos outros grupos sociais, não teutos, que integravam a comunidade (Colônia Imperial e depois Município de Petrópolis).

Portanto, essa postura, aliada aos efeitos da avalanche de novos emigrantes, que ocorreria entre o final de 1850 e 1860, aumentaria, ainda mais, o isolamento social dos emigrantes fundadores.

Etnicidade e política

Entretanto, uma base de aquisições constituiu o domínio da etnicidade: i) a atribuição categorial na dialética exógeno/endógeno que constitui o poder de nomear, pela qual os autores se identificam e são identificados pelos outros; ii) as fronteiras do nós/eles, produzidas e reproduzidas pelos atores que as manipulam no decorrer das interações sociais, que são mais ou menos estáveis e sua manutenção não depende da permanência de suas culturas; iii) a fixação de símbolos identitários, que codificam a crença na origem comum; e iv) a questão do 'realce', que abrange o conjunto de processos pelos quais os traços étnicos são destacados na interação social. Barth (1969 *apud* Gonçalves. 1995)¹⁶⁹.

¹⁶⁹ GONÇALVES, Cláudia Pereira. "Política, cultura e etnicidade: indagações sobre encontros intersocietários". Antropologia em Primeira mão/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Santa Catarina, nº 1, Florianópolis, 1995.

Dentre os conceitos que aplicamos, nesse caso, para a etnicidade ela é a materialização, no campo político da identidade de um grupo social, e, no caso dos teutos fundadores, foi possível verificar que eles abriram mão desse exercício. Ao longo da pesquisa, conseguimos detectar muitos dos elementos que contribuíram para essa postura. Destacamos que essa foi uma característica dos fundadores.

Verificamos, também, que a omissão seria o vetor resultante (somatório) de suas atitudes, diante das diversas formas de desapossamentos a que se viram submetidos. A omissão (para eles), em tese, diminuiria os riscos de retaliação econômica, ao conjunto dos teutos, pelas forças políticas que estivessem em busca ou na manutenção do poder local, ou seja, dentro da idéia de que, não estando incomodando, não seriam incomodados¹⁷⁰. Infelizmente, ao abrirem mão da luta política e, conseqüentemente da definição de seu papel naquela sociedade, enquanto um grupo social integrado, porém distinto, e ao optarem pelo seu insulamento, na expectativa de se passarem despercebidos, ver-se-iam, em breve, obrigados a abrir mão, também, dos valores que compunham o que ainda restava de sua identidade cultural.

Confirmando nossas conclusões, a seguir, apresentamos o que consideramos como sendo as sete principais formas de dependência e desapossamentos (culturais, sociais, políticos e econômicos), que incidiram sobre os Hunsbuckler, no recorte histórico de 1845-1859, de acordo com os nossos entendimentos de que esses foram precursores e fundamentais para a postura à qual a grande maioria se submeteu, nas décadas que se seguiram.

Formas de dependências e desapossamentos

- Primeira: eram oriundos de cidadelas e aldeias submetidas a um príncipe, um duque, um bispo ou a um Juncker, onde a participação política lhes era vetada, ou severamente controlada;

¹⁷⁰N. do A. "Na primeira noite, eles se aproximam/e colhem uma flor de nosso jardim. / E não dizemos nada. / Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam o nosso cão. / E não dizemos nada. / Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. / E porque não dissemos nada, / Já não podemos dizer nada." Maiakovski.

- Segunda: vieram a reboque de um projeto diferenciado, que os tornava inteiramente dependentes das ações administrativas e políticas das instâncias do poder Imperial e do governo provincial;
- Terceira: a saída do cenário do tutor Koeler tirar-lhes-ia o principal interlocutor com o mundo circundante, com efeitos psicológicos, provavelmente, muito significativos para os cenários que haviam idealizado;
- Quarta: a não-afluência da esperada burguesia, até fins de 1849, com os conseqüentes investimentos na construção civil, no mobiliário e nos serviços, e a decorrente geração de oportunidades e rendas aumentariam, ainda mais, as dificuldades de sobrevivência econômica e a depressão moral;
- Quinta: a rejeição em aceitarem a naturalização como condição impositiva¹⁷¹, para sua inserção política no direcionamento do Município, como uma das exigências para serem eleitores e elegíveis, e, por conseqüência, apesar de representarem um grande contingente humano, era desprezível em termos eleitorais;
- Sexta: o fato de a cultura política dos brasileiros ser extremamente segregacionista, quando se tratava da participação política de estrangeiros naturalizados na disputa do poder administrativo ou legislativo, aos quais reforçamos com um outro viés, conforme citado por Vasconcelos¹⁷², onde diz:

A esses olhos reacionários e pretensiosos, os colonos se nivelaram aos escravos, aos subalternos de toda a espécie. O tacão discriminador rechaçava-os, negando-lhes o direito de crescer socialmente, de se fazerem partícipes de uma comunidade sem rótulos, sem compartimentos, sem distâncias, e, comensais da distribuição equitativa das oportunidades, da fortuna e dos lucros;

- Sétima: por ocasião da movimentação dos brasileiros de Petrópolis, na busca da emancipação política, os teutos, além de não possuírem as condições exigidas para a participação política, também não tinham o menor interesse em que a emancipação ocorresse.

¹⁷² VASCONCELLOS, Francisco de. *Vicissitudes da Imperial Colônia...*, op. cit. p. 79.

Concluindo, o paradoxo foi que, numa fase inicial, a postura de distanciamento ou insulamento reforçou o conceito, conforme Seyferth¹⁷³ sobre *Deutschtum*, ou direito de peculiaridade étnica, sendo essa omissão uma forma de resistência, mas, em contrapartida, ao abrirem mão de assegurar um posicionamento, diferentemente do acontecido em outras povoações do Brasil por colonização germânica, foram conduzidos à dissolução enquanto grupo étnico.

3.4. Assimilação ou Marginalidade

Todavia, a realidade é complexa e impõe algumas observações. Se o imigrante estiver isoladamente espósto ao impacto das expectativas de um grupo estranho, o ajustamento tornar-se-á uma questão de sobrevivência. Da proporção em que o imigrante incorporar os valores novos, dependerá o papel que lhe será atribuído na sociedade adotiva. É inútil dizer que tais reajustamentos nunca dependem exclusivamente do imigrante, mas em grande parte da intensidade das atitudes etnocêntricas que venha a encontrar no novo meio. (...) Os imigrantes alemães abandonam uma cultura em plena mudança e, em grande parte, por causa dessa mudança. Cada leva representa não somente um tipo de cultura local, mas também certa fase de transformação cujo ritmo acusa variações impressionantes de acordo com as condições regionais ou locais¹⁷⁴.

Os teutos fundadores, além de se tornarem secundários e submergirem na evolução daquela região, na sua grande maioria, não a abandonaram. Por quê? As etapas de assimilação ou marginalização ocorreriam como decorrência de um complexo conjunto de fatores, conforme vimos no subitem anterior. Entretanto, esses, em si mesmos, não justificariam *in totum* a apatia em não abandonarem a região.

¹⁷³ “*Deutschtum* e, num certo sentido, *Heimat* (como evocativo da germanidade) conformam limites intergrupais, interpretados pelos brasileiros como doutrina de enquistamento étnico que, no extremo podia resultar num Estado dentro do Estado.” (SEYFERTH, Giralda, “A colonização alemã no Brasil...”, *op. cit.*, p.301.

¹⁷⁴ WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos Alemães...*, *op. cit.*, pp. 6 /31.

Atravessaram mares em busca de novas terras, então por que não atravessar terras, em busca de novas oportunidades? E se fizessem isso, quais seriam as alternativas?

A primeira delas e a mais óbvia seria deslocar-se para novas regiões de ocupação, principalmente ao Sul do País, para o desenvolvimento da agricultura. Entretanto, essa se tornou inviável por uma razão simplória: em sua maioria não eram agricultores.

Uma segunda alternativa seria migrarem para a capital da província, para desempenharem suas habilidades de artesãos, mas essa opção teria outras dificuldades, já que, nas cidades, o papel de artífices já era executado por escravos de ganho e livres¹⁷⁵. Em Alencastro e Renaux¹⁷⁶, teríamos uma confirmação adicional à nossa pesquisa, apesar de não se estar referindo especificamente à província do Rio de Janeiro ou a teutos, mas às cidades brasileiras, onde se lê:

Torna-se evidente uma realidade social cujos termos eram até antinômicos: a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto de escravos de ganho e do eito, exercendo atividades insalubres e personificando forma de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros,

confirmando, assim, a pouca factibilidade dessa opção. Claro que sempre haveria brechas, mas essas não atenderiam à grande maioria deles.

Portanto, estava claro que as opções de migração eram reduzidas ou nulas e, levando, ainda, em consideração o somatório de todas as pressões, cujos reflexos emocionais os levaram a abrir mão da sua participação na luta pelo poder político, seria perfeitamente admissível que optassem por lá permanecerem, até que uma oportunidade surgisse ou que conseguissem estabelecer um novo rearranjo social, que desse outro direcionamento à sua participação naquela povoação.

Tendo entendido o que foi mais um do conjunto de motivos que os levaram a ficar, interessava-nos, agora, buscar a forma como essa radicação ocorreu. Para isso, elaboramos duas hipóteses de investigação.

¹⁷⁵ Ver capítulo 1 – Nas terras brasileiras.

¹⁷⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. “*Caras e modos...*, *op. cit.* v. 2, pp. 292/335.

- Primeira hipótese: foram assimilados, mas mantiveram sua parte de seus valores, ou submergiram completamente.

É importante salientar que associamos o conceito de assimilação como gerada a partir do momento em que as tribulações exigidas para a manutenção da etnicidade de um grupo não correspondem aos benefícios trazidos pela sua manutenção, ou seja, quando essa permanência se mostra inadequada, no confronto com situações novas, agradáveis ou desagradáveis, que exigem um novo rearranjo. Em síntese, conforme extraído de Willems¹⁷⁷. “O processo de assimilação consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o emigrante vai estabelecendo contatos”;

- Segunda hipótese: socialmente se automarginalizaram.

Nessa hipótese, estamos aplicando o entendimento de que: “A razão da marginalidade cultural está, portanto, num desprendimento parcial da sociedade originária e numa integração parcial na sociedade adotiva” (Stonequist *apud* Willems)¹⁷⁸, que, traduzida em miúdos, quer dizer: o indivíduo ou o grupo abstrai grande parte da sua identidade original, sem conseguir substituir suas lacunas, pela nova que o meio lhe apresenta, levando, com isso, à sua desorganização moral, a sentimentos de inferioridade e à delinqüência comportamental.

Para responder às duas hipóteses, precisaríamos coletar traços de suas passagens. Esses traços seriam representados por indícios e dados, tais como efetiva fixação, sobrevivência e/ou sucesso pecuniário com a aplicação dos seus saberes, interação através da união com famílias não teutas, militância em associações recreativas e culturais. E, para essa busca, selecionamos pesquisar os documentos dos arquivos de duas fontes: a primeira foi através de Estudos Genealógicos, com forte base nos registros cartoriais, imobiliários e igrejas, feitos pelo Engenheiro Carlos E. Rheingantz (IHGB/IHP/CBG) e pelo Pesquisador Paulo Roberto Martins de Oliveira (IHP-CBG), e a segunda, nas atas das sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, centrando-nos nas famílias fundadoras, que chegaram através do Navio *Pampas*, no recorte de e 1860 a 1886.

¹⁷⁷ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos Alemães...*, op. cit., pp. 6 /31.

¹⁷⁸ Ibidem.

Em alguns casos, não foi possível identificar se o descendente mencionado nas atas seria efetivamente daquela leva, entretanto, sua validade seria mantida, já que pertenceria ao mesmo grupo familiar, vindo em outras levadas, conforme a lógica de embarque já discutida no capítulo anterior.

A seguir, apresentaremos de forma condensada, os resultados de nossos compilamentos e deixamos para a finalização do item as nossas conclusões quanto aos objetivos (Assimilação ou Marginalidade).

- **Família Bender**

Nas pesquisas genealógicas¹⁷⁹, está descrita a permanência de seus descendentes, em períodos muito posteriores ao nosso recorte histórico. Esse grupo em sua ascendência e descendência, de primeira e segunda gerações, registra o entrelaçamento com outros grupos de origem teuta, tais como: Diehl, Dohm, Ketzer, Hake, Haterbeck, Braun, Haubrich, Stadler; entretanto, a partir dos descendentes de terceira geração, o entrelaçamento passa a ser com famílias de origem luso-brasileira, majoritariamente. Na ata da 4ª sessão da Câmara de Petrópolis, em 1861, registra-se a autorização para Francisco (Franz) Bender ser liberado de licença, pois sua carroça de 2 rodas é utilizada apenas para transporte pessoal, um indicativo para aquela época, uma situação econômica diferenciada. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais.

- **Família Blatt**

Nas pesquisas¹⁸⁰, está descrita a permanência de seus descendentes, em períodos muito posteriores ao nosso recorte histórico. Esse grupo, em sua ascendência, e descendência de primeira geração, registra o entrelaçamento com outros grupos de origem teuta, tais como: Phillip, Pick (ou Beck) Karl, Wehring, Gall, Marx, Pfeiffer, Schmidt, Burger, Noel, Molter, Licht, Rippel, Sindorff, Exel, Süss (Sies), Wershagen, Krauss e Kreischer, entretanto, no período abrangido por essa pesquisa genealógica, verifica-se um baixo índice de entrelaçamento com famílias

¹⁷⁹ Rheingantz, Carlo S. G., "Genealogia Bender", Arquivos de pesquisa genealógica de emigrantes alemães do CBG (Cx. Box I/II).

¹⁸⁰ *Idem*, "Genealogia Blatt".

de origem brasileira ou outras. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais, assim como não identificamos que o recebimento de prazo de terras pela viúva Blatt, que perdeu o marido durante o trajeto para o Rio de Janeiro. Sabe-se que ela se instalou com os filhos no prazo de parentes seus.

- **Família Brand**

Nas pesquisas ¹⁸¹, está descrita a permanência de seus descendentes, em período posterior ao nosso recorte histórico. Esse grupo, em suas ascendência e descendência, registra o entrelaçamento com outros grupos de origem teuta, tais como Sindorff, Neumann, Kloh, Münch, Kneipp, Theobald, Tesch e Muller, e, conforme esperado, a partir dos descendentes de terceira geração, o entrelaçamento passa a ser com famílias de origem brasileira ou outras, não teutas. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais.

Na ata da 17^a sessão da Câmara de Petrópolis, em 1885, registra-se a autorização de pagamento a José Brand Filho do valor 5\$400 (cinco mil e quatrocentos réis), pelo fornecimento de alcatrão para a municipalidade, também um indicativo de ser comerciante ou pequeno fabricante na região.

- **Família Braun**

Encontramos apenas uma única folha de pesquisa genealógica¹⁸², sobre Jacob Braun, entretanto, os poucos descendentes pesquisados evidenciam sua permanência em Petrópolis, em período posterior ao nosso recorte histórico. Esse grupo, em suas ascendência e descendência, registra o entrelaçamento com outros grupos de origem teuta, tais como Lamberth, Kneipp, Voigt, Gorges, Noel, Muller, Reise, Hass e Weckmuller.

Nas atas das sessões da Câmara de Petrópolis, encontraríamos os traços de dois Brand(s), um na 4^a sessão de 1861, referindo-se ao patriarca Jacob Braun, sendo dispensado do pagamento de licença para sua carroça de duas rodas, e outra, em 1873, na 13^a sessão daquele ano, que menciona a autorização de

¹⁸¹ *Idem*, "Genealogia Brand".

¹⁸² *Idem*, "Genealogia Braun".

pagamento para Guilherme Braun, pelo fornecimento de 53 carroças de pedra à municipalidade. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais, enquanto as menções extraídas das atas denotam uma situação econômica diferenciada.

- **Família Delvo (Delvaux)**

Rheingantz¹⁸³ fez uma pesquisa genealógica bem detalhada dessa família e, como seria de esperar, a trajetória de seus descendentes também comprovava que continuavam ligados a Petrópolis. Sua ascendência e sua descendência, nas primeiras gerações, estavam entrelaçadas a famílias teutas, tais como Gerhard, Schneider, Surerus, Hendrichs, Debold, Schmitt, Weinschütz, Lukas, Hoffmann, Blass, Moebus, Prinz, Lahr, Kronenberg, Nienhaus, Esch, Kratz e Nicolay. Da segunda geração em diante, já entraria num extenso entrelaçamento com famílias brasileiras e outras, não-teutas.

Nas atas da Câmara Municipal, encontraríamos diversos traços da passagem de elementos daquela família, tais como: na 7ª sessão do ano de 1878, reconhecendo Pedro Delvo (Peter) como pedreiro e proprietário, oferecendo proposta para executar, por empreitada, as obras do Matadouro Público e, nas 10ª e 12ª, onde se confirma a execução de serviços para a municipalidade e obtendo autorização para recebimento de suas contas. Uma outra sessão, em abril de 1879, onde a Câmara confirma ter celebrado dois contratos para obras públicas, no período de 1873 a 1878, sendo um deles com Pedro Delvo. Na 24ª sessão, no ano de 1879, informando contas processadas com o “pague-se”, uma delas se refere a Henrique José Delvo, por trabalhos no matadouro municipal.

Esse grupo familiar tem uma história muito ligada à região de Petrópolis.

- **Família Diehl**

George Diehl, conforme dados da pesquisa¹⁸⁴, chegou ao Brasil somente com a mulher, Elisabeth Keller, e o filho, Johann. Esse, por sua vez, teria, em Petrópolis, do seu casamento com Anne Catherine Werner, cinco filhos, que, ao

¹⁸³ *Idem*, “Genealogia Delvo”.

¹⁸⁴ *Idem*, “Genealogia Diehl”.

constituírem família, escolheram seus pares entre brasileiros, ou descendentes de brasileiros com alemães, estabelecidos na região.

Os registros que verificamos indicam que esse grupo familiar permaneceu em Petrópolis. Não encontramos, nas atas municipais, nenhuma passagem em que algum membro dessa família fosse mencionado.

- **Família Gregorius**

Um documento de pesquisa, ainda sob a forma manuscrita¹⁸⁵ sobre essa família, mostra a descendência de Peter Gregorius em seus dois casamentos (Bárbara Wolf e Catharina Ritter), evidenciando, já na segunda geração, o processo quase total de relações matrimoniais com não-teutos. Esse grupo familiar também, no período do nosso recorte histórico (1845-1886), estava radicado em Petrópolis.

Nas atas da 4^a, 5^a e 6^a sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, no ano de 1867, registram-se as etapas e a obtenção da naturalização do colono Johann Peter Gregorius II (João Pedro Gregorius II), filho do segundo casamento de Peter Gregorius com Catharina Ritter.

Nas atas das sessões de 1880, 1882 e 1885, faz-se menção a Pedro Gregorius e Bernardo Gregorius, esse último, inclusive, recebendo pelo fornecimento de pávio de algodão, empregado no serviço de iluminação da cidade. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara, de pedido de naturalização dos membros originais. Em relação às atividades como comerciante ou pequeno fabricante de seu membro, fica evidenciado um patamar socioeconômico diferenciado.

- **Família Hang**

As pesquisas¹⁸⁶, mostram-se os entrelaçamentos com as famílias teutas, tais como Arnold, Beck, Ghren, Gorges, Pitzer, entretanto, como todas as demais famílias descritas até agora, as novas relações dos descendentes desse grupo familiar seriam de casamentos com nativos não-teutos.

Registro encontrado nas atas da 8^a sessão da Câmara Municipal, no ano de 1880, sobre Jacob Hang, cobrando valores, e, na 4^a sessão, em 1885, fazendo

¹⁸⁵ *Idem*, "Genealogia Gregorius".

¹⁸⁶ *Idem*, "Genealogia Hang".

proposta para fornecimento de madeiras para a municipalidade, que seria indeferida, por não apresentar fiador. Seria um indicador adicional da radicação daquele grupo familiar na região. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais.

- **Família Kniebel**

Não conseguimos encontrar o restante do material de pesquisa de Rheingantz¹⁸⁷, salvo uma folha. Não localizamos, também, registro de passagem de algum membro dessa família nas atas da Câmara Municipal. Entretanto, na única folha dos originais, manter-se-ia a posição que permeia os documentos, ou seja: casamentos com nativo não-teutos e radicação em Petrópolis.

- **Família Kronenberg**

Encontramos na ata da 24ª sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, de 1882, menção de pagamento a Frederico Kronenberg, referente a serviços prestados à municipalidade. Não encontramos nenhuma solicitação formal à Câmara de pedido de naturalização dos membros originais

- **Família Linden**

Não encontramos nenhum registro sobre essa família ou seus descendentes nas fontes que utilizamos.

- **Família Malmann**

Repetiu-se, aqui, mais uma lacuna nas pesquisas genealógicas de Rheingantz. A família era encabeçada por Peter Malmann, esposa e cinco filhos.

Há indicações de que parte dessa família se deslocou para Brusque, Santa Catarina, e lá se radicou¹⁸⁸. Entretanto, em relação às sessões da Câmara Municipal, encontramos 2 registros sobre Jacob Malmann, nas atas da 23ª sessão do ano de 1878, e na 23ª sessão do ano de 1880.

¹⁸⁷ *Idem*, “Genealogia Knibel”.

¹⁸⁸ Informação obtida com o pesquisador de genealogias Sidnei Kohler – Grupo emigração alemã. Disponível em (www.imigracaoalema.yahoogrupos.com.br), acessado em 06/10/2008.

- **Família *Phillipi*¹⁸⁹ (*Phillip*)**

Repete-se, aqui, o mesmo hiato, tanto em relação ao trabalho genealógico, em pesquisar a família encabeçada por Wilhem Phillipi, mulher e 2 filhos, como também não encontraríamos traços de membros dessa família nas atas da Câmara Municipal.

- **Família *Simon***

A família de Andréas Simon, esposa e seis filhos, não teve a sua genealogia levantada por Rheingantz.

Iríamos encontrar registro da passagem de um de seus membros nas atas da Câmara Municipal de Petrópolis, conforme se segue: ata da 10ª sessão de 1862, onde Pedro José Simon tem haveres a receber da municipalidade. Na ata da 8ª sessão do ano de 1863, onde Pedro José Simon requer sua naturalização. Nas atas da 1ª e da 3ª sessão da Câmara, no ano de 1864, onde Pedro José Simon pede sua demissão do cargo de Primeiro Coveiro do Cemitério Municipal.

- **Família *Stadler***

A família de Nicolau Stadler, com esposa, oito filhos e avó, não teve sua genealogia levantada por Rheingantz.

Na ata da 16ª sessão da Câmara Municipal, do ano de 1878, encontraríamos o registro de contas apresentadas a Pedro Stadler por consertos no matadouro municipal.

- **Família *Theobald***

Também não encontramos nenhuma pesquisa de Rheingantz sobre a família de Nicolau Theobald, viúvo, com seis filhos. Obtive, através de um descendente dessa família, Sr. Malfred Lewalter¹⁹⁰ – residente na Alemanha, a informação de que parte dessa família se deslocou para o Rio Grande do Sul, entre 1857 e 1863, porém sem outros dados. Essas datas são especialmente singulares¹⁹¹.

¹⁸⁹ Samuel Phillips & C. representante dos Rotschild, no Rio de Janeiro. 1824; WOLFF, Egon e Frieda, *Fatos Históricos e Mitos da História dos Judeus no Brasil*, Rio de Janeiro: IHGB, p. 99.

¹⁹⁰ Integrante da equipe de pesquisadores em genealogia do Grupo Emigração Alemã.

¹⁹¹ Ver Capítulo 2 – E quem eram os principais candidatos a migração?

Nas sessões da Câmara Municipal, aparecem diversas menções ao nome de Pedro Theobald, desde o ano de 1870 até 1886, onde paramos nossa pesquisa. Também é mencionado o nome de Miguel Theobald na ata da 9ª sessão do ano de 1883. Pelo teor das inclusões, identificamos o Pedro Theobald como possuidor de madeiraria e de boa situação econômica.

- **Família Wagner**

Em relação aos emigrantes trazidos pelo *Pampas*, essa família também não foi objeto de pesquisa por parte de Rheingantz. Era encabeçada por Joseph Wagner, esposa e três filhos.

Encontraríamos a primeira menção ao sobrenome Wagner na ata da 30ª sessão da Câmara Municipal, no ano de 1860, onde aparece o nome de Pedro Wagner, como recebendo 4 votos para sua candidatura à vereança e, na ata da 19ª sessão de 1864, como recebendo um voto. Dois outros Wagner, que apareceriam em atas da Câmara Municipal, seriam Ricardo Wagner e Felipe Wagner, nos anos de 1873 e 1878. No ano de 1878, apareceria, mais uma vez, o de Pedro Wagner.

- **Família Schunck**

Em relação a essa família, encabeçada por Johann Schunck e sua mulher, Maria Catharina Graeff, encontramos, nos manuscritos de pesquisa¹⁹², a indicação de que veio com os filhos Peter Joseph Schunck, Johan Friedrich Schunck e Maria Catarina Schunck. Parte dessa família deslocou-se para o Rio Grande do Sul, na região de Três Coroas.

- **Família Trojack**

Há uma robusta pesquisa genealógica¹⁹³ sobre a família Trojack, encabeçada por Jacob Trojack, com sua esposa, Marie Elisabeth Bender, que chegou à futura colônia imperial com três filhos e, aqui, teve mais 5. Essa primeira geração estabeleceu laços familiares de relação, através do casamento com famílias de origem teuta, tais como Fliess, Pitzer, Reith, Chanteleau, Sisterhenn, Morschke,

¹⁹² Rheingantz, Carlo S. G., "Genealogia Schunck".

¹⁹³ *Idem*, "Genealogia Trojack".

Vogel (Foguel) e Kronenberg. A segunda geração, daí em diante, consolidaria a posição de relações matrimoniais com brasileiros e outros não-teutos da região.

As atas da Câmara Municipal de Petrópolis apresentam citações sobre Jacob Trojack e sua viúva, respectivamente, nos anos de 1861 e 1879.

- **Família Vogel (Foguel)**

Essa e outras famílias mereceram uma extensa pesquisa genealógica por parte de Rheingantz¹⁹⁴ e Oliveira¹⁹⁵. Tem essa família ascendência e descendência entrelaçadas com famílias teutas, tais como Strieder, Kneipp, Vogt, Windhauser, Justen, Gehren e Spangenberg.

Seus descendentes fixaram raízes em Petrópolis, no período do recorte da dissertação, assim como estabeleceram relações de matrimônio com não-teutos. Nas atas das sessões da Câmara Municipal de Petrópolis, iríamos encontrar diversas menções a esse grupo familiar, até o ano de 1886.

- **Família Flaeschen**

A esse grupo familiar, daremos um enfoque especial, pois foi a data de nascimento de seu patriarca, Johann Peter Flaeschen, que estabeleceríamos como o ano inicial para o recorte histórico de 1800-1845, utilizado no capítulo 1, para a pesquisa da situação político-social do período nas terras germânicas e da etapa concernente aos mesmos aspectos para terras brasileiras. Por sua vez, seria a data de nascimento da sua bisneta, Carlota Flaeschen, em 1886 (segunda geração de brasileiros), que estabeleceríamos como marco final do recorte histórico da dissertação.

Essa família¹⁹⁶, era encabeçada por Johann Peter Flaeschen e Elizabeth Preil e mais cinco filhos. Suas ascendência e descendência, até a primeira geração, estariam interligadas a famílias teutas, tais como Jung, Koras, Monken, Dupré, Gerhard, Lorang, Schneider, Moebus e Prinz.

¹⁹⁴ *Idem*, "Genealogia Vogel (Foguel)".

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, "Família Vogel". Petrópolis: IHP, pub. Na *Tribuna de Petrópolis* em 05/11/2000.

¹⁹⁶ Rheingantz, Carlo S. G., "Genealogia Flaeschen".

Nesse grupo familiar, destacou-se, em nossa pesquisa, o filho mais velho, Hunsbuckler, de nome Andréas Flaeschen (Nasc: 6.7.1831 – Fal. 16/10/1889), nascido em Mittelstrimmig, que se casaria, em Petrópolis, com a teuta Sophie Jung e, juntos, tiveram 8 (oito) filhos brasileiros. Ele destacou-se, em nossa pesquisa, por integrar, como representante dos Hunsbucklers, na direção da Sociedade de Agricultura e Indústria de Petrópolis (*Der Deutsche Gewerbe und Landwirthschaftliche Verein in Petrópolis*); assim como ser citado como capitalista em diversas edições do *Almanak Laemmert*¹⁹⁷ e ter seu nome mencionado em diversas atas de sessão da Câmara Municipal de Petrópolis, entre 1863 e 1880, inclusive sendo dono do imóvel onde funcionou, por vários anos, a Câmara Municipal.

Dentre os fatos relatados nas atas ou mesmo no *Almanaque Laemmert*, teríamos a atenção despertada para o seguinte: a) As reiteradas cobranças de alugueres atrasados, devidos a ele, pela Câmara Municipal; b) apesar de ser um homem de negócios de sucesso, não encontramos nenhum registro que indicasse sua intenção de participar ou sua efetiva participação no processo de divisão de poder político na municipalidade.

Algumas considerações

Mesmo se defrontando com muitas lacunas, ficaria claro que os Hunsbucklers se adaptaram àquela sociedade em construção, encontrando formas específicas de integração, sobrevivendo e ascendendo socialmente com a aplicação dos seus saberes; seus descendentes estabelecendo casamento exogâmicos e evitando, ao máximo expor-se ao jogo político do poder.

O interessante é que essa postura ficou tão introjetada no inconsciente coletivo daquele grupo que Pedro Wagner apresentou sua candidatura em 1860 e 1864, tendo respectivamente quatro e um voto. Muito provavelmente, essa sua candidatura fora arranjada, como um tapa-boca para expressar que todos os segmentos do município estavam representados no pleito, aliás houve um único descendente teuto que viria a se destacar naquele período, seria Henrique Kopke,

¹⁹⁷ Anexo 1 - (Mapas e Ilustrações) – *Almanak Laemmert* anos:1849/1860/1861/1870.

que não era originário das famílias fundadoras. Era português, descendente de alemães.

Num período posterior ao nosso recorte de pesquisa, Petrópolis veio a ter um Prefeito de origem teuta, porém descendente de famílias que povoaram a região Sul do Brasil.

Finalizando, usando como base a amostra das famílias do *Pampas*, foi possível verificar que os teutos de Petrópolis foram assimilados e, diferente do ocorrido em outras regiões de colonização germânica, esses se diluíram completamente.

Não ficaram marginalizados, porém tornaram-se invisíveis.

CONCLUSÃO

Faz já annos que nos esforçamos em reunir dados, cuja divulgação possa auxiliar a escrever a historia dos estrangeiros no Brasil, mórmente no Rio de Janeiro, e, comquanto tenhamos conseguido boa cópia d"elles, ainda não nos consideramos habilitados para organizar satisfatório trabalho. Jubileu de Petrópolis (1845-1895) Henri Raffard¹⁹⁸.

A elaboração dos capítulos antecedentes permitiu, com base na amostra selecionada e no recorte histórico, remontar, parcialmente, a saga dos Hunsbucklers desde a saída da região do Hunsrück até a sua dissipação, no decorrer da formação da Povoação-Palácio de Petrópolis.

Quando começamos a pesquisa, tínhamos como foco buscar entender o papel dos emigrantes teutos no processo histórico de formação de Petrópolis e tentar descobrir, como consequência, os motivos pelos quais foram levados ao desaparecimento. Por isso, a questão-síntese que direcionou, inicialmente, o nosso propósito fora a seguinte: *Qual o real papel dos emigrantes alemães no processo histórico de formação da Cidade de Petrópolis?*

À medida que nos aprofundamos no desvelamento das fontes e das bibliografias, ficou-nos clara a obrigatoriedade de reestruturar o teor daquela questão, já que ela, em si, não mais açambarcava os fatos que se abriram ou muito menos representava uma correta pertinência com as revelações descortinadas pelas nossas deduções. Assim, fizemos a sua reelaboração, tornando-a, então, agora sim, a questão central da nossa dissertação, ou seja: *Haveria algum suporte para a hipótese de a Povoação-Palácio de Petrópolis ser, inicialmente, concebida para estabelecimento de uma cidade branca e européia para o Imperador, e qual foi o real papel dos emigrantes alemães naquele processo histórico de formação daquela povoação?*

Recapitulando as abordagens que fizemos, ficaram evidentes que os teutos fundadores de Petrópolis, como todo emigrante, traziam o sonho de reconstruir suas vidas e manter suas raízes étnicas e, nesse caso, não alcançaram esse intento. A

¹⁹⁸Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis, Petrópolis: Tipografia Ypiranga, V.II, (1939)pp.229/232.

análise que fizemos mostrou que as suas interações, no dia-a-dia, diante das pressões decorrentes de conjunturas sociopolíticas adversas, produziram depressores emocionais, que os levaram, como atitude de sobrevivência, a abandonar suas tradições, seus costumes e, principalmente, sua língua mater.

Desvendamos, também, que essas pressões tiveram seus fundamentos no instante em que as forças políticas, principalmente as que eram contrárias ao emprego de mão-de-obra livre, conseguiram perceber que aqueles teutos faziam parte de um grupo de escolhidos para participarem de um especial projeto, do qual foram aliados e, mesmo não conhecendo o teor do projeto, tiveram a percepção de que o sucesso deste poderia representar uma ameaça ao seu modo de vida.

Ressaltamos que essa elite conservadora tinha ciência do especial apreço que a máquina burocrática imperial demonstrava em estimular a emigração européia para ocupação do espaço territorial do Império com mão-de-obra livre e, claro, branca. Porém, tinha controle sobre essas ações. Lembre-se que todas as colônias de povoação, que até então se instalaram no Brasil, foram em terras devolutas, fora dos seus focos de atuação, portanto, sem ameaça aos seus interesses.

Mas, a estruturação, em 1845, de uma colônia com mão-de-obra livre, diante de seus olhos, em terras privadas do imperador e a poucas léguas da capital da província, poderia tornar-se um prenúncio ou um exemplo, de que não havia o menor interesse em vê-lo bem sucedido.

Ficou evidente que a estruturação da Povoação-Palácio de Petrópolis, teve fundamentos distintos das outras povoações por emigração, ocorridas em outras regiões do país. Quando muito, poderia estabelecer-se uma ligeira semelhança com a tentativa fracassada, feita por Langsdorff, privativamente em suas terras na Fazenda da Mandioca. O primeiro fundamento distinto, que se destacou para nós, seria no que tange ao projeto urbano de loteamento, em que estava bem explícita a existência de bem urdidos critérios de peneiramento social, no arranjo de distribuição dos prazos pelas vilas e quarteirões e as respectivas obrigações para a sua aquisição.

Para os teutos escolhidos, foram distribuídos lotes ou prazos de terras, conforme suas competências ou saberes, liberados do sinal de aforamento, recebendo enfiteuse perpétua e, ainda da isenção do pagamento do laudêmio pelos oito anos seguintes, a contar de 1846. Para todos os outros emigrantes ou

migrantes que chegassem posteriormente, nenhuma regalia. O interessante é que essas regras, com seus preços e condições de ocupação, eram uma barreira quase intransponível para pobres.

Salvo a exigência de naturalização, forçada por Koeler e, depois, pela promulgação de leis facilitando-a, não houve nenhuma política determinada, por parte do poder público, em conduzi-los a uma integração forçada. As tentativas de retomada da identidade cultural, através da ativação de mecanismos de sociabilidade por parte dos teutos que chegaram nas levas posteriores a 1845, não encontrariam eco entre os Hunsbucklers fundadores.

Finalmente, chegamos ao epíteto de nosso trabalho, respondendo àquela que se tornou questão central da nossa dissertação, que, seguramente é: o projeto da Povoação-Palácio de Petrópolis, sob a camuflagem de um empreendimento imobiliário, concebido com claros padrões de classificação socioeconômica, embutidos no projeto de urbanização, definia parâmetros de inserção ou cerceamento de potenciais candidatos à ocupação; e, ainda, esses futuros ocupantes teriam que dividir sua vizinhança com os previamente instalados Hunsbucklers. Esses foram convenientemente distribuídos por Koeler para garantir a natureza germânica ou européia da povoação, além de serem, também, as suas mãos e olhos.

Koeler foi o autor, mas, para o sucesso da peça, aqueles teutos conterrâneos seriam os atores principais e, o grande expectador e beneficiário seria D. Pedro II, que teria, sem grandes incômodos, a sua cidade branca, européia e próxima, para refugiar-se das fastidiosas atribulações na capital do Império, aquela cidade do Rio de Janeiro, quente, suja e escurinha. Infelizmente, o Diretor Koeler retirou-se da direção da peça e seus atores, órfãos de seu comando, eclipsaram-se do palco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

- **Cronistas e Viajantes**

ALMEIDA, José Nicolau de, *Guia de Viagem*, [1885]. Museu Imperial Petrópolis (Org.)-Reedição de quatro obras raras. 2ª ed. Petrópolis. Artes Gráficas Uruguay, 1957.

CAMERON, Tomás, *Os Estabelecimentos de Petrópolis* [1879]. (org) Museu Imperial Petrópolis (org)- Reedição de quatro obras raras, 2ª Ed., Petrópolis: Artes Gráficas Uruguay S.A., 1957.

DAVATZ, Thomas, *Memórias de um Colono no Brasil* (1850), Trad. de prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, 2ª Ed., São Paulo: Liv. Martins Editora S.A., 1951.

HANDELMANN. H., *História do Brasil*, vs. I e II (Coleção Reconquista do Brasil) 4ª Ed., Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda., 1982.

KLUMB, Revert Henry, *Doze horas em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, [1872]. Museu Imperial Petrópolis (Org.)-Reedição de quatro obras raras. 2ª ed. Petrópolis. Artes Gráficas Uruguay, 1957.

RIBEYROLLES, Charles, *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*, vs. I/II, Trad. de Gastão Penalva, Prefácio de Afonso D'E. Taunay, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, Trad. de Leonam de Azeredo Penna, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. Republicado em São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHLICHTHORST, C., *O Rio de Janeiro como é - 1824-1826* (Huma vez e nunca mais), Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, s/data.

SEIDLER, Carl, *Dez anos no Brasil*, nota de Rubens Borba de Moraes; introdução e notas do Coronel F. de Paula Cidade; Trad. e notas do General Bertholdo Klinger, Belo Horizonte: Edit. Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SPIX, Johann Baptist Von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von, *Viagem pelo Brasil* – 1817/1820, Excertos e Ilustrações, Trad. de Lucia Furquim Lahmeyer, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

TAUNAY, Carlos Augusto, *Viagens Pitoresca a Petrópolis*, [1862] - Museu Imperial Petrópolis (Org.)-Reedição de quatro obras raras. 2ª ed. Petrópolis. Artes Gráficas Uruguay, 1957.

- **Seção de Periódicos**

Almanak Laemmert, 1846-1887

- **Memorialistas e biográficos**

Prefeitura Municipal de Petrópolis – Comissão do Centenário de Petrópolis

- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis. Volume II – 1939.
- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis. Volume III – 1940.
- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis. Volume IV – 1941.
- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis. Volume V – 1942.
- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis. Volume VI – 1943.
- Trabalhos da Comissão – Diversos Autores, Petrópolis, Volume VII –1943.

- **Arquivos**

Câmara Municipal de Petrópolis

- Atas de sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, no recorte 1859-1886.

Companhia Imobiliária de Petrópolis (Antiga Superintendência da

Fazenda Imperial)

- Livros Primitivos de Registro de Aforamentos

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

- Decreto Imperial de 16 de Março de 1843

- Império do Brasil – Colleção das Leis e Decretos – Rio de Janeiro, 1827/1835, Imigração – Relatórios Anuais
- Imperiais Resoluções do Conselho de Estado

Instituto Histórico de Petrópolis – IHP

- Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Volume 1. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950
- Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Volume 2. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis. 1981
- 150 anos da colonização alemã em Petrópolis. – *Anais do colóquio e artigos publicados sobre a presença e a influência alemã*. Petrópolis: IHP/UCP, 1995.

• Genealógicos

Colégio Brasileiro de Genealogia - CBG

- Arquivos de pesquisa genealógica de emigrantes alemães (Cx. Box I/II) de Rheingantz, Carlo S. G

Instituto Martius Staden

- MOYA, Salvador e FOUQUET, Carlos (orgs.), Subsídios Genealógicos – Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. I, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/Instituto Hans Staden, 1962.
- _____, (org.), Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. II, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/Instituto Hans Staden, 1962.
- _____, (org.), Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. III, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/Instituto Hans Staden, 1964.
- _____, (org.), Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. IV, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/Instituto Hans Staden, *Revista Genealógica Latina*, 1965.
- _____, (org.), Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. V, São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro/Instituto Hans Staden, *Revista Genealógica Latina*, 1967.
- HERKENHOFF, Elly e Rosa (org.), Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica, v. VI, São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975.

- HERKENHOFF, Elly e BÖBEL, Maria Thereza (orgs.), *Subsídios Genealógicos - Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, v. VII, São Paulo: Staden Institut Staden, 1989.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

- WOLFF, Egon e Frieda, *Fatos Históricos e Mitos da História dos Judeus no Brasil*, Rio de Janeiro: IHGB, 1996.
- _____, *Dicionário Biográfico I – Judaizantes e Judeus 1500-1808*, Rio de Janeiro: IHGB, 1986.
- _____, *Dicionário Biográfico II – Judeus no Brasil – século XIX*, Rio de Janeiro: IHGB, 1987.
- _____, *Dicionário Biográfico V – Judaísmo e Judeus na Bibliografia em Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
- _____, *Dicionário Biográfico VI – Genealogias Judaicas Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
- _____, *Documentos II – Contratos Comerciais L-Z Século XIX*, Rio de Janeiro: IHGB, 1988.
- _____, *Os Judeus no Brasil Imperial*, São Paulo. Universidade de São Paulo-Centro de Estudos Judaicos, nº 1, 1975.
- Leo Baeck Institute – For Study of the History and Culture of German-Speaking Jewry. Disponível em (www.lbi.org/stammbaum). Acessado em 23/06/2008.
- BUCK, Gerhard, *Genealogical Research For German Landjuden in Nassau*, Part Two: “The Períod of Vital Registers”, Issue 27 – Summer 2005.
- KESSLER, Gerhard, “*Family Names of Jews in Germany*”, Leipzig: Translated by George E. Arnstein, Issue 6&7, December 1995.

Livros e Artigos

ABREU, Antônio Izaias da Costa, *A Morte de Koeler. A tragédia que abalou Petrópolis*. 1ª Ed. Petrópolis: Fundação Petrópolis de Cultura, Esporte e Lazer, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, RENAUX, Maria Luiza, “Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes”, Fernando A. Novais (coord.), Luiz Felipe de Alencastro (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, v. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. 6.

ARBOS, Philipe, *Esboço de Geografia Urbana*, Trad. de Odilon Nogueira Matos, Paris: *Revue de Geographie Alpine*, 1938.

ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, Trad. de Sérgio Bath, 2º Ed., Brasília: Edit. da Universidade de Brasília, 1986.

BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, Trad. de Silvia Mazza, São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUARQUE, Paula de A., *História e Historiographos da Cidade de Petrópolis*, Contribuição para o seu centenário em 1945, Rio de Janeiro: O Livro Vermelho dos Telefones, 1940.

BURKE, Peter, *O que é história Cultural?* Trad. de Sérgio Góes de Paula, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLLI, Héctor Pérez, *Os Métodos da História*, Trad. de João Maia, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Preconceito Racial no Brasil Colônia – Os Cristãos Novos*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CASADEI, Thalita de Oliveira, *Petrópolis: Relatos Históricos*, Petrópolis: Ed. Graf. Jornal da Cidade, 1991.

CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial – São Paulo*: Companhia das Letras, 1996.

DAUMARD, Adeline, BALHANA, Altiva Pilatti, WESTPHALEN, Cecília Maria e GRAF, Márcia Elisa de Campos. *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984

DAUMARD, Adeline. *Cinco Aulas de História Social*, Trad. de Moema Parente Augel, Aldaísa Novaes Schwebel e Maria Luiza Medeiros Guimarães, Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.

DEL PRIORE, Mary, *Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DUNLOP, Charles J., *Petrópolis Antigamente*, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Erca-Editora e Gráfica Ltda., 1989.

ECO, Humberto, *Como se faz uma Tese*, Trad. de Gilson César Cardoso de Souza, São Paulo: Perspectiva, 2006 (Estudos: 85).

FALCON, Francisco José Calazans, *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*, 2ª Ed., São Paulo: Atica, 1974 (1976 reimpressão), Ensaio 3.

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 20ª Ed., São Paulo: José Olympio Edit. S.A., 2005.

FREITAS, Marco Cezar de, *Da micro-história à história das idéias*, São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1999.

FRIDMAN, Fania, *Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FRÓES, Carlos O, "A ação do Conselheiro Aureliano Coutinho na colônia de Petrópolis e seu relacionamento com o Major Koeler", Petrópolis: IHP. Palestra proferida em 10/07/2000.

_____, *Petrópolis – “A Saga de Um caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano”*, (Cap.12), Petrópolis: IHP. Disponível em, (www.ihp.org.br), 2006

GRINBERG, Keila (org.), *Os Judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*, Trad. de Maria Betânia Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HERTZ, Deborah Sadie, *How Jews Became Germans: The history of conversion and assimilation in Berlin*, United States of America: Thomson-Shore, Inc. Dexter, Michigan, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, (org.), *O Brasil Monárquico*, v. 5: “Reações e Transações”, por Francisco Iglesias et al., 8ª ed. Livro 2º, caps. III e IV, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004,

HUNT, Lynn, *A nova história cultural (O homem e a história)*, Trad. de Jefferson Luiz Camargo, 2ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KEMP, Tom, *A Revolução Industrial na Europa do Século XIX*, Trad. de José Marcos Lima, Viseu-Portugal: Edições 70 Ltda., 1987.

KENNEDY, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação e Conflito Militar de 1500 a 2000*, Trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KLEIN, Herbert S., “Migração Internacional na História das Américas”, Boris Fausto (org.), *Fazer a América*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 13/31.

KOWARICK, Lúcio, *Trabalho e Vadiagem – A Origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo: Edit. Brasiliense, 1987.

LENZ, Sylvia, *Sociabilidade Alemã no Rio de Janeiro (1821-1863): A Germânia, a Igreja Evangélica e a Sociedade Beneficente*, Weimar/Wien: Jahrbuch Für Geschichte Lateinamerikas, 2002.

LEMONS, Juvêncio Saldanha, *Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LORDEIRO, Manoel de Souza, “A atualidade do plano urbanístico de Koeler”, Petrópolis: IHP, publicado na *Tribuna de Petrópolis*, edição de 16/03/2000.

MACHADO, Cacilda da Silva, “De uma família imigrante: Sociabilidade e Laços de Parentescos, Curitiba, 1854-1991”, Public. Rev. *Cativeiro & Liberdade*, Jan/jun., 1996.

MOTT, Luiz R. B., “A Etnodemografia Histórica e o Problema das Fontes Documentais para o Estudo da População de Sergipe na 1ª Metade do Século XIX”, Public. Rev. *Ciência e Cultura*, v. 29(1), 1976.

MORTON, A. L., *A História do Povo Inglês*, Trad. de José Laurênio de Melo, Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira S/A, 1970.

MUSEU IMPERIAL. Arquivo Histórico – *Catálogo manuscrito relativo à Escravidão*, Petrópolis: Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.

OBERACKER Jr. & Carlos H. A., *Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*, vs. I e II, 4ª Ed., Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, “Brigue Dinamarquês Pampas”, Petrópolis: IHP, 2007.

_____, “Índice Alfabético dos 361 nomes das 456 famílias de colonos germânicos que chegaram a Petrópolis entre 29/06/1845 e 31/12/1846”, Petrópolis: IHP, 29/06/2000.

_____, “Planejamento Urbanístico a ser lembrado”, Petrópolis: IHP, 29/06/2000.

_____, “Os Anjos de Inhomirim”, Petrópolis: IHP, 29/06/2003.

_____, “O *quarteirão Mosela através dos tempos*”, Petrópolis: IHP, 15/06/1998.

_____, “Imperial Colônia Germânica de Petrópolis Atividades Sociais, Artes, Hábitos e Costumes”, Petrópolis: IHP, 27/06/1997.

_____, “Família Vogel”, IHP, 05/11/2000.

_____, “Raridades da Imperial Colônia de Petrópolis”, Petrópolis: IHP, 2004.

_____, Relembrando alguns colonos e os esquecidos quarteirões, Partes 1/2/3, Petrópolis: IHP, 2004.

_____, Religiosos e as religiosas descendentes dos colonos germânicos de Petrópolis (OS), Petrópolis: IHP, Palestra de 13/06/2005;

PRADO Junior, Caio, *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense (1942), publicada pelo Círculo do Livro (s/data).

_____, *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*, 26ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 2006.

RABAÇO, Henrique José, *História de Petrópolis*, Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1985.

RAMOS-OLIVEIRA, A. *História Social y Política de Alemanha*, v. 1, 2ª Ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

RHEINGANTZ, Carlos G. e MENDES, Gustavo Duriez Teixeira, *Origem dos Colonos Germânicos que povoaram Petrópolis*, Petrópolis: IHP, *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*, pp. 85/87.

SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos, "Colonização? Nem Tanto!", Petrópolis: IHP, pub. Tribuna de Petrópolis, edição de 29/06/2000

SEYFERTH, Giralda, "A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito", Boris Fausto (org.), *Fazer a América*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 273/313.

_____, "A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade", *Horizonte Antropológico* v. 10, n. 22, Porto Alegre, July/Dec.2004

SOUSA, Jorge Prata (org.), "Escravidão: ofícios e liberdade". Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ, 1998.

TALOIS, Antonio Eugenio, *História de Petrópolis*, Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis/IHP, 2007.

VAINFAS, Ronaldo, *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WILLEMS, Emílio, *A aculturação dos Alemães no Brasil: Estudo Antropológico dos Imigrantes e seus descendentes no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

ANEXOS

ANEXO A

Documento 01 - Suplica ao Imperador

Senhor!

Com infinitésima veneração que é devida a Vossa Majestade Imperial, dizem os colonos abaixo assinados, para esta Côrte chegados, expedidos pela casa Delrue & Cia., na cidade de Dunquerque, com a nau prussiana "Leopold", o francês "Marie" e o inglês "Agripina", por custas da Província do Rio de Janeiro.

Eles os ditos Colonos são obrigados à Província, pôr este ato de benignidade e amarrados a ela com suas qualidades. Porém os suplicantes são gente bem destra na cultura do arroz e em nenhum ramo da indústria eles podem ficar tão útil neste Império e explicar seus sentimentos de agradecimentos, como naquele. Por consequência disto, eles dirigem-se humildemente para a clemência de Vossa Majestade Imperial rogando que lhes queira conceder aos suplicantes ir para a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, aonde a Agricultura está na maior flor e aonde eles já tem seus parentes e conhecidos, dos quais eles receberão assistência para o seu estabelecimento econômico.

Os suplicantes confessam com muita vontade, como eles ante a evidência disto, tem de restituir ao Governo da Província do Rio de Janeiro, as despesas de viagem da Alemanha para o Rio de Janeiro; e com muita vontade eles declaram-se prontos a prestar a sua obrigação; porém uma parte deles está inteiramente tão pobre, que não tem nada; uma outra parte tem só pouco, assim que para os tais é impossível; desta razão êles rogam a Vossa Majestade Imperial que lhes queira terminar a restituição das despesas por sua viagem da Alemanha para lá, que foi a Província do Rio de Janeiro; e êles declararam-se prontos assinar um documento por cuja virtude êles serão obrigados a pagar as suas dívidas na Tesouraria do Império em tempo de três anos, e por certeza do Governo, eles prestarão fiança com todos os seus bens, especialmente com o terreno que eles esperam da benignidade de Vossa Majestade Imperial, com todas as suas benfeitorias; sobre isto prestarão todos juntos fiança por cada um em espécie, assim se um escapar os outros todos pagarão pôr ele ao Governo a sua dívida, a respeito das despesas de viagem.

Finalmente os Suplicantes dirigem ainda mais esta petição para clemência de Sua Majestade Imperial de conceder-lhes o benefício, mandá-los para o Rio Grande de São Pedro do Sul com uma Nau do Império e livre das despesas de viagem. Nunca eles acabarão de oferecer os sacrificios de seus agradecimentos pela sua diligência e fidelidade na sua esfera da atividade e veneração com que serão de Vossa Majestade Imperial submissos vassallos. Por isto. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1845.

- 1- Nicolau **Schuck**, com mulher e 8 filhos
- 2- Pedro Wolf, com mulher
- 3- Nicolau Schaefer, com mulher e 5 filhos
- 4- Miguel **Bender**, com mulher e 5 filhos
- 5- Matias Ohlweiler, com mulher e 10 filhos
- 6- Pedro Scherer, com mulher e 5 filhos
- 7- Jacob Wilbert, com mulher e 4 filhos
- 8- Henrique Filper, com mulher e 6 filhos
- 9- Pedro Borniger, com mulher
- 10- Ludovico Grassmann, com mulher e 3 filhos
- 11- Francisco Filipo Filper, com mulher e 3 filhos
- 12- George Palen, mulher e 5 filhos
- 13- Plenz Henrique, solteiro

- 14- *Andreas Zanius, mulher e 4 filhos*
- 15- *João Link, com mulher e 2 filhos*
- 16- *Cristovão **Bender**, com mulher e 7 filhos*
- 17- *Matias Muller, com mulher e 4 filhos*
- 18- *João Kopp, com mulher e 4 filhos*
- 19- *Henrique David Heidrich, com mulher e 4 filhos*
- 20- *I.D. Heidrich, solteiro*
- 21- *Francisco Sauvrassig, com mulher e 2 filhos*
- 22- *Jacob **Wagner**, solteiro*
- 23- *(sic)- Nicolau Engelmann, com mulher*
- 24- *Henrique Strassburger*
- 25- *Pedro Jacob Wasen, com mulher e 4 filhos*
- 26- *Jacob Kaspar*
- 27- *Filipo Strassburger*

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS 361 NOMES DAS 456 FAMÍLIAS DE COLONOS GERMÂNICOS QUE CHEGARAM EM PETRÓPOLIS, ENTRE 29/06/1845 E 31/12/1846

Adams*, Alfeld*, Andreas*, Arweiler*, Auler*, Bach, Balter, Barten*, Bauer, Bauermann, Baumgatner, Bechtluft, Beck, Becker, Behrens, Benchel, Bender, Berlandi, Berr, Beuren, Biehl, Blaeser, Blaesius, Blankenberger, Blatt, Blatten, Blum, Boelling, Boller, Bonacker*, Borchtelmann, Borrê, Brahm*, Brand, Braun, Breuer, Brunner*, Buehler, Buhl, Bumb*, Burger, Capalo*, Castor*, Christ, Dahlen*, Debald*, Deister*, Delvo, Dengler, Deroche, Deubert, Diehl, Dietrich, Dietz, Doerscheid, Dohm, Dorr*, Dupont, Dupré, Ebeling*, Eberhardt, Ebertz, Echternacht, Eckardt, Eiffler*, Einsfeld, Elbert, Emmel, Engelmann, Eppesheimer, Eppinghaus, Erbes*, Esch, Espenschied*, Essinger, Ev, Exel*, Faber, Faulhaber*, Fecher, Feldmann, Finkennauer, Firmes, Fischer, Flaeschen, Flesch, Fliess, Forster, Franz*, Friedrichs, Gabelmann, Gabrich, Gall, Gehren, Geoffroy, Georg, Gerhard, Gietz, Gimpel, Glassow*, Goehl, Goeller, Goettbauer*, Goetz, Gorges, Graeff, Gregorius, Groess, Grotz, Gudehus, Guenster, Guntermann*, Gutmann, Hamm, Hammes*, Hang, Hansen, Happe*, Harres*, Hart, Hartmann, Haubrich*, Hees*, Hehn, Heiderich*, Henemann*, Henrichs, Hilgert*, Hill, Hillen, Hinkel, Hinerscheid*, Hippert*, Hoefner, Hoelz*, Hoenes*, Hoffmann, Huegel*, Hummel*, Husch, Indstein*, Jacobs, Jacoby, Jaeger, Jahn, Jantz, Jenz, Jochem, Joras, Jost*, Jung, Justen, Kaercher*, Kalkuhl*, Kallenbach, Kappaum, Kappler, Kapps, Karl, Kauert, Keck, Keuper, Kind*, Klaes*, Klaudi, Klein, Kling*, Klingel, Klippel, Kloh*, Knecht*, Kneipp, Kniebel*, Knuth, Kober*, Kochems, Koetzer, Kolling, Konflanz, Kopf, Kopp, Korndorfer*, Korth, Kraemer, Kramm, Kratz, Kraus, Krautkraemer*, Krebs, Kreis, Kreisler*, Krings, Kronemberger*, Kuhn, Kunz, Kurtenbach*, Kustermann, Lahr, Latsch, Laufersweiler*, Lauterbach, Licht, Licker*, Linden, Link*, Littig, Lochem*, Loepsch, Loos*, Lorang, Luebe*, Luetger, Lukas, Mahler, Mainartz, Maiworm*, Malmann, Martini, Marx, Mathis, Maul, Mayer, Mebus, Mees*, Merker, Mertens, Meures, Michel, Moehlig*, Molter, Monken, Morsch, Muenich, Muller, Munch, Mundstein*, Mussel, Neisius*, Neumann, Nichtern*, Nicodemus, Nicolai, Nienhaus*, Noel*, Ohlweiler, Orth, Petry, Pfeiffer, Philippi, Pitzer*, Plantz, Platten, Platz*, Plenz, Rablais*, Raeder, Reinsfeld*, Reiss, Reissinger, Reith, Reitz, Renzler, Retzmann, Reuther, Rheingantz, Richter, Rippel, Rockenbach, Rody, Rosenbach*, Roux*, Ruhl, Sattler*, Sauer, Saueressig, Schaefer, Schanuel, Scheid, Scherer*, Schimmels, Schimidt, Schimitt, Schimitz, Schneider, Schnoeneck, Scholl, Schorsch, Schroeder, Schuessler, Schumacher, Schunck, Schwabenland, Schwartz, Schweickardt, Seitz, Sieben, Silbernagel, Simon, Sindorf, Sisterhenn*, Sixel*, Sommer, Sperle, Stadler, Starck*, Steinborn, Stoffel, Straub, Stulpen, Stumm, Stumpf, Stutzel, Suss, Surerus*, Sutter, Tannein, Ternes, Tesch, Thees, Theis, Theisen, Theobald, Thomas, Trojack*, Uhlweiler, Ulrich, Vetter, Vogel, Vogt, Vones*, Wagner, Waldhelm, Weber, Webler, Weckmuller*, Weiand, Weinem*, Weinschutz, Weirich, Weitzel, Wendling, Werkhauser, Werner, Wetzler, Wey, Wichers, Wilbert, Wildberger, Willems, Willing, Windhauser*, Winter*, Wirsch, Wolf, Woll, Zacher*, Zerban, Zillig*, Zimmler e Zoebus*. Pesquisa: Paulo Roberto Martins de Oliveira Obs.* Famílias com levantamentos genealógicos

ANEXO B

Documento 2 – Cemitério de Inhomirim

Fol. 181 —	Regina Wagner (inocente)	21-8.1845
	João Beiker	25-8.1845
	Izabel Borr	27-8.1845
	Pedro Wenheuser	30-8.1845
	Catharina ? (18 meses)	2-9.1845
	Margarida (16 anos) (colonos alemães)	6-9.1845
	Magdalena (1 1/2 mês)	6-9.1845
	Christina Lettig (inocente)	16-9.1845
	Catharina Steil "	16-9.1845
	Catharina Greff	19-9.1845
	Margarida Kraul "	20-9.1845
	João Malmann "	21-9.1845
	Margarida Kremer "	23-9.1845
	Catharina Stilpen 1 1/2 anno.....	30-9.1845
	Bernardo Ebert 6 meses	30-9.1845
	Anna Maria Bitzer 3 annos.....	30-9.1845
	Jacob Kretzer 2 1/2 annos.....	2-X.1845
Fol. 182 —	Izabel Kemann 2 1/2 annos	2-X.1845
	Jacob Exel (inocente)	2-X.1845
	Anna Maria Schwartz (inocente)....	4-X.1845
	Margarida Tabes "	8-X.1845
	Henrique Hanbrich "	9-X.1845
	João Blas "	10-X.1845
	Anna Maria Hillen (adulta).....	12-X.1845
	Pedro Tabes (inocente).....	13-X.1845
	Maria Weigerich (inocente).....	13-X.1845
	Christina Linscheid "	13-X.1845
	Maria Francisca Statler (inocente)..	17-X.1845
	Innocente filho de Jacob Sorge.....	18-X.1845
	Antonio Blatt (inocente)	20-X.1845
	Pedro Wendling "	20-X.1845
	? Schneider "	20-X.1845
	Pedro José Andreas (inocente).....	22-X.1845
	Filho de Wenceslau "	25-X.1845
	Filho de Lucas "	25-X.1845
Fol. 183 —	Filho de Antonio Reu "	28-X.1845
	Maria Catharina Wilpert (cas.).....	30-X.1845
	Filho de José Geofroy (Inocente)..	3-XI.1845
	Catharina Reitz (casada)	7-XI.1845
	Jacob Krautkremer (inocente).....	4-XI.1845
	Filippe Kneipp "	12-XI.1845
	José Sattler	12-XI.1845
	Adão Paul	14-XI.1845
	Filho de Antonio Vogel (inocente)..	20-XI.1845
	Eva ? (adulta)	23-XI.1845
	Gertrudes ? (inocente)	23-XI.1845
	José Lodorich "	25-XI.1845
	Maria Catharina Michel (cas.).....	27-XI.1845
	Luiz Lucas (inocente).....	3-XII.1845
	Filho de Jacob Luvezur (inocente)..	3-XII.1845
	Filho de Filippe ? "	5-XII.1845
	Rosa Farina "	7-XII.1845
	Innocente alemão	10-XII.1845
	João Jung (adulto)	12-XII.1845
	Anna Maria Scheffer (inocente)....	12-XII.1845
	Margarida Lucas (adulta)	13-XII.1845
Fol. 184 —	Mulher de Pedro Schimitt (adulta)..	23-XII.1845

Vigário: José Gomes Marques e Cunha.

ANEXO C

Documento 3 – Lista de aforamentos inventariados em caderno de Koeler

p. 45 30

Relatório dos papéis que pertencem á casa real de feitoria de São Paulo, segundo o estado dos aforamentos em seu caderno.

Procurador J. de Silva	100000
Carlos Paul	100000
João Humann	100000
João Bento Barreira	100000
Antônio Joaquim Valente	200000
João Gualberto Rotta	200000
Joaquim Ignácio da Costa Almeida	100000
Joaquim Antônio Pereira da Cunha	100000
Theodoro Florentino Grotte (5 prazos)	500000
Franco João Fraga	200000
Antônio José da Rocha Fraga	100000
João Tiburcio	100000
Franco José da Costa	100000
Antônio Franco da Silva	200000
João Paulo da Silva	100000
Alvaro Simão	200000
Antônio José da Rocha Fraga	100000
João Alves de Brito	100000
Franco M. de Brito	100000
Luiz Brás de Almeida	100000
Antônio Carlos de Almeida	100000
Antônio José de Almeida	100000
Luiz Brás de Almeida	100000
Luiz Brás de Almeida	200000
Antônio José de Almeida	100000
Thomaz de Almeida (2 prazos)	200000
João Fraga	100000
Jacob Hochberg I	100000
Emmanuel Costa	100000
Total 4.000.000	

XXX.—MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

Camara Municipal.

Vereadores.

Presidente. — Tenente-Coronel Amaro
Emilio da Veiga.

Jeviano Varella.

Dr. Thomaz José da Porciuncula.

Commendador Francisco José Bernardes.

Commendador Albino José de Siqueira.

Dr. Henrique Kopke, N° 6.

Augusto Rocha.

José d: Calazans Rodrigues.

João Mayer.

Subdelegado.

Dr. Modesto Cassiano Pinto Coelho da
Cunha.

Escrivão.

Antonio Luiz Machado.

Inspectores de Quarteirão.

1. José Francisco da Rocha.

2. João Meyer, interino.

3. João Meyer.

4. Godofredo Augusto Schmidt, interino.

5. Godofredo Augusto Schmidt.

6. Lucas Antonio Villa-Real.

7. Antonio Luiz Campeão.

Officiaes de Justiça.

Eleuterio José Garcia (carcereiro).

Custodio Antonio dos Santos.

Juizes de Paz.

1. Amaro Emilio da Veiga.

2. Dr. Henrique Kopke, N° 6.

3. Dr. Thomaz José da Porciuncula.

4. Manoel Francisco de Paula.

Escrivão.

Antonio Luiz Machado.

Fiscal.

Henrique Scheid.

Vigario da Vara e da Freguezia.

Padre João Hygino de Camargo Lessa.

Agente do Correio.

Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudante.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de
Albuquerque Lacerda.

Professores Publicos.

Jesmino José Alves.

Pedro Taborda Corrêa de Bulhões.

Professora Publica.

D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões.

Procurador.

Antonio José da Rocha.

Rancheiros.

Pedro Maria Itamaraty.

Antonio Pereira Novato, Rumo.

Antonio Ferreira Vaz, Sambambaia.

Antonio Luiz Campeão, Ponte.

Satyro José Vieira, Olaria da ponte.

José Martins Ramos, Manga larga.

Fazendeiros e Lavradores.

Alferes Carlos Pinto Carneiro, Ca-
chambú.

D. Maria Ignez Marques de Sá, Corrêa.

Viuva D. Anna L. da Costa Moreira,
Olaria.

Joaquim Carneiro de Mendonça, Itama-
raty.

Satyro José Vieira, Olaria da ponte.

Florentino de Souza Mello, Boa-Vista.

Capitão Manoel da Cunha Barbosa, ju-
nior, Chacarinha.

Thomaz José Fernandes, Araras.

José Maria Monteiro de Barros, Bom
Sucesso.

Barão de Mauá, N° 4, S. Antonio.

Thomaz Gonçalves Dias Goulão, N° 3,
Engenhoca.

**Superintendencia da Fazenda Im-
perial.**

Superintendente.

Capitão José Maria Jacintho Rebello,
 N° 3, N° 6.

Escrivão.

Francisco Alves de Brito Maia.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de
Albuquerque Lacerda.

Mestra das Obras do Palacio.

José Francisco Dias.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

Colonia.

DIRECTORIA.

Director.

Major Sergio Marcondes de Andrade.

Vice-Director.

Dr. Thomaz José da Porciuncula.

Escrivão.

Godofredo Augusto Schmidt.

Engenheiros Agrimensores.
 Adriano Mynsen.
 Otto Reimarus.
Fiel interino e Amanuenses.
 Francisco José Pinto Benevente.
Apontador.
 Henrique Scheid.
Cura.
 Catholico.—Padre Germain.
 Protestante.—Padre Jacob D. Hoffmann.
Professores das Escolas da Colonia.
 Pedro Jacobi, r. do Imperador.
 Henrique Monkem, Nassau.
 Carlos Sager.
 Martinho Dupont, Rhenania.
Sociedade Allema de Industria e Agricultura.
 (Tem 61 socios)
Presidente.—Frederico Spangenberg.
Vice-Presidente.—F. G. Busch.
 1º *Secretario e Bibliothecario.*—Ricardo Barão de Breitenbauch.
 2º *Secretario.*—Eduardo Bartels.
Hospital.
Medico.
 Dr. Thomaz José da Porciuncula.
 Além do medico ha um enfermeiro mór, uma enfermeira, dous ajudantes enfermeiros, e um pharmaceutico.
Engenheiros Civis.
 Otto Reimarus.
 Adriano Minsen.
Medicos.
 Dr. Thomaz José da Porciuncula.
 Dr. Napoleão Touzet, nº 3.
Boticarios.
 José da Cruz Pinto, junior, r. do Imper.
 José Ant. de Carvalho, r. do Honorio.
Principaes Negociantes.
 Leon Tridon, r. do Imperador.
 Manoel Candido do Nascimento Brito.
 Ant.º Tavares Bastos, r. do Imperador.
 Francisco Tavares Bastos, r. de D. Januaria.
 Joaquim Martins Corrêa, r. do Imperador.
 Pedro Maria Monteiro Torres, Moço Fidalgo com exercicio.
 Ignacio José da Silva, r. do Imperador.
 Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.
 Freitas Irmão & C.
 Firmino Alberto Carneiro.
 Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.
 Schaefer & Flescher, r. do Imperador.
 Rozendo Manoel Pereira.

Antonio José da Silva Guimarães, r. do Imperador.
 Bittancourt & Rocha, r. do Imperador.
 Bernardino de Araujo Costa.
 José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.
 João Alves de Brito, Palatinado Inferior.
Collegio de Meninas.
 M^{me} Diemer, r. de Joinville.
Collegio de Meninos.
 Henrique Kopke, nº 6, Nassau.
 João Baptista Callogeras, nº 6, Palatinado.
Hoteis.
 De Bragança, de M^{me} Charbonnier, r. do Imperador.
 De Europa, na r. de D. Maria II.
 Inglez, Henrique Carpenter, r. do Honorio.
 João Meyer, r. do Imperador.
 Said Ali, Hotel Oriental, r. dos Artistas.
 (Vide Notabilidades.)
Casas de Pasto.
 José Maria Garcia, r. do Imperador.
 Henrique Wilbeck, r. de D. Januaria.
Fabricas de Cerveja.
 Carlos Rey & C., Villa Thereza.—Augusto Chedel.—Henrique Leiden.
Carros de Aluguel.
 Companhia da Estrada de Ferro.—* Jacob Thomas.—Baltar & Land.
Olarias.
 Thomaz Holden, r. do Imperador.
 Nicoláo Becker, Darmstadt.
Açougues.
 Piot & C., r. do Imperador.—Thomaz Tavares Bastos, r. do Imperador.
Padarias.
 * João Wendling.—Pedro Caheins.—José Pinto da Cunha Fernandes.—Antonio Thomé, r. de D. Januaria.—José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.
Alfaiates.
 Baltner.—José Almeida Marques & C.—Antonio Duarte Pinto.
Sapateiros.
 * João Crotz.
 * José Christ & Irmão, r. do Imperador, ao pé do hotel de Bragança, tem sempre um grande sortimento de calçado prompto, e encarrega-se de qualquer encomenda tanto para homens como para senhoras.
 * Adão Rosenberger.
 Guilherme Weinschutz, r. do Imperador.
 José da Cunha Fernandes.

* Os nomes precedidos deste signal * indicão os estabelecimentos dos Colonos.

Carpinteiros.
 João Ferreira Campinho.—Joaquim de Faria.—João Guilherme Henrique.—
 * Mathias Biel.—Martim José de Souza.—
 * Carlos Jaeger.—* Pedro Gregorius.
Pedreiros e Canteiros.
 Francisco Ignacio.—Domingos Francisco Baptista.—* Pedro Schmit.—José Gomes Salvador.
Pintores.
 * Felipe Wagner.—Antonio Pister.—Alberto Berg.—J. F. M. Gremaud.
Marceneiros Ebanistas.
 * Adolpho Knuth.—* Henrique Brohm.—Conrado Vogt, com armazem de mobílias.—Henrique Lemcke.—José Zimmermann.—* Guilherme Nicolai.—* Theodoro Epinghaus.—Pedro Deschepper.
Torneiro.
 * Leonardo Knuth.
Escultor de Bengalas.
 Carlos Spangenberg, r. dos Protestantes.
Carpinteiros de Carros.
 * Nicoláo Echternach.—* Henrique Faulhaber.—E. Augusto Schoen.
Ferrarias.
 * Volger & Alfeld.—* Limpricht.—* Jacob Monken.—José Sargaça.
Funileiros.
 Carlos Kalkuhl, r. do Imperador, 82.—
 * Carlos Lange, r. de D. Francisca.—
 Augusto Lendel, r. do Imperador.
Armazens de trastes.
 André Forest, r. do Imperador.—Conrado Vogt, r. da Imperatriz.
Casas de commissões para a Côte.
 * Guilherme Gerhard, S. Thereza.—André Forest.

Serralheiros.
 * Fred. Eppelsheimer, r. de D. Januária.—H. Limpricht.
Ferradores.
 M. A. Monteiro.—Francisco Martins Corrêa.—Manoel da Silva.
Cobridor de Ardosias.
 * Henrique Kraemer.
Relojoeiros.
 Eugène Colon.—José Prosper.—José Siebler
Estatuario.
 Luigi Baronto.
Selleiro.
 João Fermes.
Jardineiro Florista.
 João Baptista Binot, Nassau.
Tamanqueiro.
 Antonio Gomes de Fontes, Palatinado Inferior.
Tanoeiro.
 João Lopes, Villa Thereza.
Cuteleiro.
 João Baptista Nicolleau, r. de D. Francisca.
Colchoeiro e Estufador.
 Francisco José Moraes.
Ourives.
 Carlos Rittmeyer.—Frederico Guilherme Von-Cöllen, r. do Imperador.—José Siebler, r. do Imperador.
Barbeiros.
 Antonio Duarte Ferreira, r. do Imperador.—José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.
Perfumista e Licorista.
 José Marcos Cossi, r. do Imperador.
Chapeleiro.
 Victor Duriez.

**SERRALHEIRO
 DA CASA
 RUA DE S. PEDRO
 Nº 332 A
 RIO DE JANEIRO**



**MACHINISTA
 IMPERIAL
 RUA DE JOINVILLE
 Nº 16
 PETROPOLIS**

JOÃO BAPTISTA DALL'ORTO.

Faz e concerta relógios grandes de torre, de qualquer qualidade, machinas, engenhos tocados por braços, animaes, agua e vapor; todas as qualidades de obras para predios, e lavoura; fogões, camas de ferro; para-sol de portas e janelas, etc., etc.—As obras sahidas de sua officina são garantidas pela perfeição, s gurança, e preço commodo.

FIM DA PROVINCIA DO RIO.

74 **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.****FREGUEZIA DA JURUJUBA.**

<p>Vigario. Padre Alexandre Francisco de Cerbelon Verdeixa.</p> <p>Subdelegado. Antonio José de Carvalho.</p> <p>Escrivão. José Joaquim Alves.</p> <p>Juizes de Paz. João Antonio de Aranjó e Silva. João Jorge Vidal, Sacco de S. Francisco. Luiz José de Menezes Fróes, dito. José Rodrigues de Moraes, Jurujuba.</p>	<p>Escrivão. O mesmo do Subdelegado.</p> <p>Negociantes de seccos e molhados. Luiz de Fontes Soares. Antonio Nunes de Souza. José Luiz Travassos. Innocencio Antonio Belisario. Antonio Luiz Travassos. Leopoldino Rodrigues de Moraes. Luiz Francisco. Manoel José de Freitas, junior.</p>
---	---

II. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.**FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).**

<p>Camara Municipal. Vereadores. <i>Presidente.</i>—Augustoda Rocha Fragoso. Commendador Albino José de Siqueira. Capitão Manoel Francisco de Paula. Dr. Thomaz José da Porciuncula, ✱ 6. Ignacio José da Silva. Dr. Henrique Kopke, ✱ 6. Commendador Pedro José da Camara. João Baptista da Silva. Tenente-Coron. Amaro Emilio da Veiga.</p> <p>Supplentes. João Meyer. Roberto Malpas. Francisco Caetano do Valle. Joviano Varella. Commend. Manoel Machado Guimarães. Manoel Candido do Nascimento Brito. Victorino José de Faria. José Antonio da Rocha. Major Sergio Marcondes de Andrade.</p> <p>Juiz Municipal e Orphãos. Dr. Antonio Moreira Tavares.</p> <p>Substitutos. Vagos.</p> <p>Delegado de policia. Dr. Antonio Moreira Tavares.</p> <p>Substitutos. Vagos.</p> <p>Subdelegado do 1º districto. Modesto Cassiano Pinto Coelho da Cunha.</p>	<p>Escrivão. Antonio Luiz Machado.</p> <p>Eleit res. Vide pag. 30 da Provincia.</p> <p>Inspectores de Quarteirão. 1. G. A. Schmidt. 2. Thomaz Gomes Machado. 3. João Meyer. 4. Vago. 5. Vago. 6. Vago. 7. Antonio Luiz Campeão.</p> <p>Juizes de Paz. 1. Amaro Emilio da Veiga. 2. Dr. Henrique Kopke, ✱ 6. 3. Dr. Thomaz José da Porciuncula, ✱ 6. 4. Manoel Francisco de Paula.</p> <p>Escrivão. Antonio Luiz Machado.</p> <p>Fiscal. Henrique Scheid, interino.</p> <p>Vigario da Vara e da Freguezia. Padre Nicoláo Germain.</p> <p>Irmandade do SS. Sacramento. <i>Provedor.</i>—Balthazar Joaquim de Souza Machado. <i>Secretario.</i>—Augustoda Rocha Fragoso. <i>Thesoureiro.</i>—Ignacio José da Silva. <i>Procurador.</i>—José Antonio da Rocha.</p> <p>Agente do Correio. Antonio José Corrêa de Lima.</p>
--	--

Ajudante.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Professores Publicos.

Jesuino José Alves.

Pedro Taborda Corrêa de Bulhões.

Professora Publica.

D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões.

Procuradores.

Antonio José da Rocha.

Antonio José Corrêa Lima.

Rancheiros.

João Pedro Villa Real, Itamaraty.

Antonio Pereira Novato, Rumo.

Antonio Ferreira Vaz, Sambambaia.

Antonio Luiz Campeão, Ponte.

Satyro José Vieira, Ponte da Olaria.

Basilio Zeferino Ribeiro, Manga larga.

Fazendeiros e Lavradores.

Joaquim José Pereira Palha, Cachambi.

Luiz Marques de Sá, Corrêa.

Viuva D. Anna L. da Cunha Moreira, Olaria.

José Candido Monteiro de Barros.

Joaquim Carneiro de Mendonça, Itamaraty.

Satyro José Vieira, ponte da Olaria.

Florentino de Souza Mello, Boa-Vista.

Manoel da Cunha Barbosa, Chacarinha.

Thomaz José Fernandes, Araras.

José Maria Monteiro de Barros, Bom Sucesso.

Francisco José de Mello e Souza, * 4, Santo Antonio.

Thomaz Gonçalves Dias Goulão, † 3, Engenhoca.

Superintendencia da Fazenda Imperial.*Superintendente.*

Tenente-Coron. Vicente Marques Lisboa.

Escrivão.

Ricardo Narciso da Fonseca.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Mestre das Obras do Palacio.

José Francisco Dias.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

Colonia.**DIRECTORIA.***Director.*

Major Sergio Marcondes de Andrade.

Vice-Director.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, † 6.

Escrivão.

Godofredo Augusto Schmidt.

Engenheiros Agrimensores.

Adriano Mynsen.

Otto Reimarus.

Fiel interino e Amanuense.

Francisco José Pinto Benevente.

Apontador.

Thomaz Gomes Machado.

Curas.

Catholico.—Padre Germain.

Protestante.—Padre Jacob D. Hoffmann.

Professores das Escolas da Colonia.

Pedro Jacobi, r. do Imperador.

Henrique Monken, Nassau.

Sebastião Klaeser.

Martinho Dupont, Rhenania.

Sociedade de Industria e Agricultura.

(Tem 61 socios)

Presidente.—Carlos Spangenberg.

Vice-Presidente.—Augusto da Rocha Fragoso.

1º Secretario e Bibliothecario.—Godofredo Augusto Schmidt.

2º Secretario.—F. G. Busch.

Thesoureiro.—João Meyer.

Hospital.*Medico.*

Dr. Thomaz José da Porciuncula, † 6.

Além do medico ha um enfermeiro mór,

uma enfermeira, dous ajudantes enfermeiros, e um pharmaceutico.

Engenheiros Civis.

Otto Reimarus.

Adriano Mynsen.

Medicos.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, † 6.

Dr. Napoleão Touzet, † 3, † 3.

Dr. Aloys von Hohenfeld.

Boticarios.

José da Cruz Pinto, junior, r. do Imper.

José Ant. de Carvalho, r. de D. Januaria.

Principaes Negociantes.

Leon Tridon, r. do Imperador.

Manoel Candido do Nascimento Brito.

Freitag & Abreu Lima, Villa Theresa.

Franco Tavares Bastos, r. do Imperador.

Jeronymo José Ferreira, secco e molhados, Itamaraty.

Joaquim Martins Corrêa, r. do Imperador.

Antonio José da Rocha Silveira.

Ignacio José da Silva, r. do Imperador.

Victor Rodrigues de Figueiredo, idem.

Custodio José da Silva Braga.

Andreas Fleschen, r. do Imperador.

Antº Vieira Machado, villa Thereza, 11.

Francisco Ignacio da Silveira, Rhenania.

Freitas Irmão & C.

MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

247

A importação comprehende todos os generos de que se faz uso entre nós e em grande quantidade; merecendo especialisar o genero alimenticio — carne secca — de que se importa avultadissima porção.

Para este importante trafego, emprega o commercio vinte barcos de lotação de 1,200 a 2,000 arrobas, fazendo termo médio 80 viagens redondas annuaes cada um. A tripolação destes barcos é com-

posta de 1 mestre e 1 contra-mestre que são livres e de 4 marinheiros escravos.

Possue uma Estrada de ferro que segue até a raiz da Serra de Nova Friburgo com duas estações muito bem construidas. Ja principia a funcionar e no principio do mez de Março vai ser entregue ao publico.

A população da freguezia orça por 5,000 pessoas de ambos os sexos, livres e escravas.

XXIII. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.**FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).****Camara Municipal.***Vereadores.*

Presidente. — Albino José de Siqueira.
Manoel Francisco de Paula.
Augusto da Rocha Fragoso.
Manoel Candido do Nascimento Brito.
João Baptista da Silva.
Ignacio José da Silva.
José de Calazães Rodrigues de Andrade.
João Meyer.

Secretario. Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Procurador. Gregorio José Teixeira.

Fiscal. Thomaz Gomes Machado.

Eugenheiro. Ricardo Soares.

Porteiro. Guilherme Nicolai.

Juiz de Direito.

Dr. José Cactano de Andrade Pinto.

Juiz Municipal e de Orphãos.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

Dr. Henrique Kopke.
José Pinheiro de Siqueira.
João Vidal Leite Ribeiro.
Joviano Varella.

Delegado de policia.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

José Pinheiro de Siqueira.
João Baptista da Silva.

Subdelegado do 1º districto.

Ricardo Narciso da Fonseca.

Escrivão.

Joaquim Julio da Silva.

Inspectores de Quarteirão.

1. João Meyer.
2. Thomaz Gomes Machado.
3. Maximiano Gonçalves Paim, junior.
4. Godofredo Augusto Schmidt, interino.
5. Godofredo Augusto Schmidt.
6. Lucas Antonio Villa-Real.
7. Antonio Luiz Campeão.
8. Bento José Gomes.
9. Vago.
10. Vago.
11. Francisco Ignacio da Silva.

Officiaes de Justiça.

Eleuterio José Garcia (carcereiro).
Antonio Joaquim da Silva.
Antonio Dias de Moura.

Juizes de Paz.

1. Amaro Emilio da Veiga.
2. Dr. Henrique Kopke, § 6.
3. Dr. Thomaz José da Porciuncula, § 6.
4. Manoel Francisco de Paula.

Escrivão.

Francisco Antonio Soares da Costa.

Tabellião e Escrivão de Orphãos.

José Zeferino Dias.

Tabellião e Escrivão das Execuçoes.

Joaquim Julio da Silva.

Distribuidor.

Maximiano Gonçalves Paim, junior.

Contador e Partidor.

José Schefer.

Depositario publico.

Módesto Cassiano Pinto Coelho da Cunha.

Porteiro dos Auditorios.

Eleuterio José Garcia.

collectoria.
Collector. Modesto Cassiano Pinto Coelho da Cunha.

Escrivão. Ricardo Thompson.

Superintendencia da Fazenda Imperial.

Superintendente.

Tenente-Coronel. Vicente Marques Lisboa.

Escrivão.

Ricardo Narciso da Fonseca.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Mestre das Obras do Palacio.

José Francisco Dias.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

Colonia.

DIRECTORIA.

Director.

Serve interinamente o chefe do 4º Districto Capitão Antonio João Rangel de Vasconcellos.

Curas.

Catholico.—Padre Germain.

Protestante.—Vago.

Vigario da Vara.

Padre Germain.

Irmadade do SS. Sacramento.

Provedor.—Tenente-Coronel Vicente Marques Lisboa.

Secretario.—Augusto da Rocha Fragoso.

Thesourero.—Joaquim Martins Corrêa.

Procurador.—Ricardo Narciso da Fonseca.

Agente do Correio.

Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudante.

Francisco José Pinto Benevente.

Professores Publicos.

Jesuino José Alves.

Pedro Taborda Corrêa de Bulhões.

Professora Publica.

D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões.

Professores das Escolas da Colonia.

Pedro Jacobi, r. do Imperador.

Henrique Monken, Nassau.

Carlos Sager.

Anna Maria Klaeser, Nassau.

Maria Beck, r. de D. Jauuaría.

Martinho Dupont, Rhenania.

Sociedade de Industria e Agricultura.

(Tem 150 socios.)

Presidente.—Augusto da Rocha Fragoso.

Vice-Presidente.—Godofredo Augusto Schmidt.

1º *Secretario e Biblioth.*—G. F. Busch.

2º *Bibliothecario.*—Rieger.

Thesourero.—Augusto Lendel.

Hospital

Medico.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, 6.

Além do medico ha um enfermeiro, uma enfermeira, um ajudante enfermeiro, e um pharmaceutico.

Engenheiros Civis.

Rodolpho Waehmelt.

Augusto Vallienne.

José Joaquim da Nobrega.

Medicos.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, 6.

Dr. Napoleão Touzet, 3; 3 e Cavº

da Ord. Austriaco de Francº José I e

da Ord. Prussiana d'Agua Vermelha.

Boticarios.

José da Cruz Pinto, junior, r. do Imper.

José Ant. de Carvalho, r. de D. Jauuaría.

Principaes Negociantes.

Leon Fridon, r. do Imperador.

Manoel Candido do Nascimento Brito.

Carlos Herculano Freitas, Villa Theresa.

Franº Tavares Bastos, r. do Imperador.

Joaqº Martins Corrêa, r. do Imperador.

Antonio José da Rocha Silveira.

Ignacio José da Silva, r. do Imperador.

Victorº Rodrigues de Figueiredo, idem.

Custodio José da Silva Braga.

Andreas Fleschen, r. do Imperador.

Francisco Ignacio da Silveira, Rhenania.

Freitas Irmão & C.

Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.

Antº José da Sª Guimarães, Quissamãa.

Joaquim Gomes da Rocha, r. do Imper.

Bernardino de Araujo Costa Quissamãa,

r. do Imperador.

José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.

João Alves de Brito, Villa Theresa.

Collegio de Meninas.

Mª Cramer, r. de Joinville.

Collegios de Meninos.

Henrique Kopke, 6, Nassau.

Felisberto Alexandrino Drumond, r. do

Imperador.

Bernardo José Faletti, Palatinado.

Hoteis.

De Bragança, de José Narciso Coelho, r.

do Imperador.

Da Europa, de Bernachaud, r. D. Maria

II. Inglez, Henrique Carpenter, r. do

Honorio. João Meyer, r. do Imperador.

Said Ali, Hotel Oriental, r. dos Artistas.
 João Mendes Cirnes, r. do Imperador.
 Viuva Wiebecke, r. de D. Januaria.
 Luiz Richter, r. do Imperador, 41.
 José Rodrigues Folhas, r. de D. Januaria.

Café e bilhares.

Pedro Deschepper, 6 bilhares, r. de D. Januaria.

Fabricas de Cerveja.

José Bernasconi, Villa Theresa.
 Augusto Chedel, r. Theresa.
 Henrique Kremer, Fabrica Imperial, r. dos Artistas.
 Timotheo Durier, r. do Imperador.
 Joaquim Chedel, r. de D. Januaria.
 Pedro Gerhard, Palatinado (em ponto pequeno).

Carros de Aluguel.

Para a Serra. — Baptista & C., r. do Imperador, 17; na côrte, Trapiche Mauá. — Jacob Thomas. — Baltar & Land.

Olarias.

Maximiano José Gudelus, Darmstadt.

Açougues.

André Koslovsky. — Custodio Ribeiro Catão. — Thomaz Tavares Bastos, r. do Imperador.

Padarias.

* João Wendling. — Pedro Cahens. — Henr. Goebel, r. do Imperador. — Mr. Constant, Padaria franceza, r. do Imperador. — Carlos Latsch, r. do Imperador. — Antonio Thomé, r. de D. Januaria. — José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.

Alfaiates.

* Antonio Meiworn.
 Baltner. — José Almeida Marques & C. — Antonio Duarte Pinto.
 * João Hammes.
 * João Kistermann.
 * João Pedro Theisen.
 Jacob Latsch, Rhenania.

Sapateiros.

* Adão Rosenberg.
 * Conrado Crotz.
 Carlos Schroeter.
 Guilherme Weinschutz.
 * João Proetz, r. Monte Caseros.
 José da Cunha Fernandes.

* José Christ & irmão, r. do Imperador, loja do hotel de Bragança; tem sempre um grande sortimento de calçado nacional e estrangeiro, e encarrega-se de qualquer encomenda tanto para homens como para senhoras.

* Philippe Einsfeld, r. Monte Caseros.
 * Philippe Wagner.

Carpinteiros.

João Ferreira Campinho. — Joaquim de Faria. — Mathias Biel. — Martim José de Souza. — Pedro Gregorius. — Antonio Schunk Munch. — Adão Rieppel.
 Machinista José Gueit.

Pedreiros e Canteiros.

Francisco Ignacio. — Domingos Francisco Baptista. — Pedro Schmitz. — José Gomes Salvador, José Fecher, Jacob Baumgaertner, Jacob Bechtluft.

Pintores.

* Felipe Wagner. — Antonio Pister. — Carlos Dupont. — Albert Berg.

Marceneiros Ebanistas.

* Adolpho Knuth. — Henrique Erolim. — Conrado Vogt, com armazem de mobílias. — José Zimmermann. — Jacob Nicolai. — Pedro Nicolai. — João Nicolai. — Pedro Eppinghaus. — Pedro Deschepper.

Torneiro.

* Leonardo Knuth.

Escultor de Bengalas.

Carlos Spangenberg, r. dos Protestantes.

Carpinteiros de Carros.

* Nicoláo Echternach. — Philippe Faulhaber. — E. Augusto Schoen. — João Krancher. — Schroeder. — Frederico Goetz.

Ferrarias.

* Limpricht. — Jacob Monken. — José Sargaça. — Frederico Eppelsheimer. — Christovão Schorch. — Daniel Theis. — Philippe Dietz. — Guilherme Geyer.

Funileiros.

* Carlos Kalkubl, r. do Imperador, 82. — Carlos Lange, r. do Imperador. — Augusto Lendel, r. do Imperador. — João Becker, r. Aureliana.

Armazens de trastes.

Conrado Vogt, r. da Imperatriz.

Casas de commissões para a Côrte.

* Guilherme Gerhard, r. do Imperador, 7. — André Forest, r. do Imperador, tem tambem casa na côrte. — José Webler, r. Bourbon.

* Os nomes precedidos deste signal * indicão os estabelecimentos dos Colonos.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Serralheiros.

* Fred. Eppelsheimer, r. de D. Januária.—H. Limpricht.—Reicheld.

Ferradores.

M. A. Monteiro.—Manoel da S.—Baltar & Land.

Cobridores de Ardosias.

* Henrique Kraemer.—Jacob Nähr.—Carlos Kober.—Kilian Webler.

Relojoeiros.

Eugène Colon.—José Siebler.

Tamanqueiro.

Antonio Gomes de Fontes, Palat. Inf.

Typographias.

Do Parahyba, r. do Imperador, 51.

Do Mercantil, r. Aureliana, 5.

Brasília, largo do Imperador, 5.

Armarinhos.

Olive Irnão, r. do Imperador, 21.

M^{me} Gossi, dito.

Modistas.

Catharina Armand.

Estatuario.

Luigi Baronto.

Selleiro.

João Fernes.

C. E. Schroeder, senior, r. de D. Januária.

Jardineiro Florista.

João Baptista Binot, Nassau.

Cutileiro.

João Baptista Nicoláo, r. Theresia.

Colchoeiro e Estufador.

Francisco José Moraes.

Ourives.

Carlos Rittmeyer.—Frederico Guilherme

Cöllen, r. do Imperador.—José

Siebler, r. do Imperador.

Barbeiros.

Antonio Duarte Ferreira, r. do Imperador.

José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.

Julio Mex. Barreira, r. do Imp.^o, 18.

Perfumista e Licorista.

José Marcos Gossi, r. do Imperador.

Chapeleiro.

Victor Duriez.

Tanoeiro

João Lopes, Villa Theresia.

Repartição do Telegrapho.—R. do Imperador.

Estacionario. José Francisco de Mattos.

Ajudante. David Carlos da Rocha.

FREGUEZIA DE S. JOSÉ DO RIO-PRETO.

Subdelegado.

Capitão Roberto Malpas, $\frac{1}{2}$ 3, $\frac{1}{2}$ 6.

Substitutos.

1^o Tenente Francisco Caetano do Valle.

2^o Antonio Luiz Bandeira de Gouvêa.

3^o João Vieira do Nascimento.

4^o Luiz Martins Ramos.

5^o Reginaldo Dias Alves.

6^o Victorino José de Faria.

Juizes de Paz.

1^o Jorge Mathias de Oliveira.

2^o Capitão Roberto Malpas, $\frac{1}{2}$ 3, $\frac{1}{2}$ 6.

3^o Reginaldo Dias Alves.

4^o Victorino José de Farias.

Inspectores de Quarteirão.

1^o José Martins Ramos.

2^o Antonio Dias Alves.

3^o Joaquim José de Sant'Anna.

4^o Lauriano Martins Ramos.

5^o José Alves Malta.

6^o Serve o mesmo interinamente.

Escrivão.

Severino José do Valle.

Negociantes.

Antonio Tavares Bastos, Estação.

Joaquim Luiz Bibeiro, Pedro do Rio.

Francisco da Cunha Telles, P. do Rio.

Viuva Bastos, Alto do Pegado.

Tenente Francisco Caetano do Valle, Sumilouro.

Antonio Martins Ramos, Itaipava.

Antonio Luiz Gomes Campeão, Eng. - ovo

Luiz Martins Ramos, Tabuões.

João Lopes, Tapera.

Manoel José do Nascimento, morro do Ramos.

Torquato da Silva Fimentel, Taquaril.

Joaquim Antonio dos Passos & Filho, Ventania.

Pedro Berini, Barra-Mansa.

Francisco Machado de Avila, Ponte dos Engenhos.

Jeronymo, Ponte dos Engenhos.

Manoel Gomes da Silva, Estrada-Nova.

Pedro Berini, Jacuba.

Cunha & Irmãos, Itaipava.

José Francez, Estrada-Nova.

Hotel.

Meyer & Wismer, na Estação.

Padeiros.

Joaquim Luiz Bibeiro, Pedro do Rio.

Cunha & Irmão, Barra-Mansa.

Berrini, Barra-Mansa.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Modista.

D. Joaquina, r. Direita, 36.

Ourives fabricante.

Jacintho de Collinhan, r. Direita.

Retratista.

José Machado Corrêa, r. Larga do Comm.

Olarias.

Antonio José da Silva.

José Antonio da Silva.

José Frederico da Motta.

Manoel Gonçalves Ferreira do Nascimento.

Manoel Joaquim de Figueiredo.

Pintores.

Jacintho Alves Corrêa, r. da Conceição, 15.

Manoel José Pereira, r. do Casseribú.

Cesar, r. da Madureira.

Pedreiros.

Manoel da Trindade, Bota-telha.

José Antonio de Magalhães, Iguá.

Manoel Pereira, r. do Casseribú.

Selleiro.

José Joaquim Moreira Telles, r. da Madureira, 7.

Sapateiros.

Antonio Maria de Oliveira, r. Direita, 10.

Domingos da Costa Baptista, r. Larga do Commercio, 4.

Manoel Ignacio de Mendonça, r. Estreita do Commercio, 5.

Tamanqueiros.

Magalhães & Guimarães, r. Larga do Commercio, 2.

Tanoeiro.

Manoel Antonio da Silva Freitas, r. de Santo Antonio, 7.

Fabrica de velas.

Estulano Corrêa Dias de Moura, r. da Conceição, 1.

Açougue.

Felix Jº Perº Lobo & C., r. da Madureira, 20.

Cocheiras de carros e animaes.

Fernando Antonio Alves, r. Larga do Commercio, 16 A.

Laurentino José Teix. da Fonseca, Sampaio.

Nestas cocheiras encontra-se não só animaes para alugar, como também carros de 2 e 4 rodas para passeios e viagens.

Capellas.

N. Sra. da Conceição, orago e matriz da freguezia, na rua deste nome, fundada em 1749 por Francisco Pinto Cardoso e sua mulher, que lhe fizeram doação de 100 braças de terra para seu patrimonio.

Santo Antonio, na rua que tem seu nome. Deve-se a sua edificação a Antonio Alves de S. José, no anno de 1828.

VII. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

Camara Municipal.*Veredores.**Presidente.* — Albino José de Siqueira.

José Pinheiro de Siqueira.

Augusto da Rocha Fragoso.

Dr. Henrique Kopke, § 6.

Dr. Thomaz José da Forciuncula, § 6.

Machado Guimarães, § 4.

Francisco Caetano do Valle.

J. C. de Barros.

Secretario. Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, serve interinamente Frederico Damcke.*Procurador.* Gregorio José Teixeira.*Fiscal.* Thomaz Gomes Machado.*Engenheiro.* Ricardo Soares.*Porteiro.* Guilherme Nicolai.**Juiz de Direito.**

Dr. José Caetano de Andrade Pinto.

Juiz Municipal e de Orphaos.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

Dr. Henrique Kopke.

José Pinheiro de Siqueira.

João Vidal Leite Ribeiro.

Joviano Varella.

Delegado de policia.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

José Pinheiro de Siqueira.

João Baptista da Silva.

José de Souza Lima.

José Joaquim da Nobrega.

Augusto da Rocha Fragoso.

José Candido Monteiro de Barros.

Subdelegado de 1º districto.

Ricardo Narciso da Fonseca.

MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

91

Substituto.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Escrivão.

Joaquim Julio da Silva.

Inspectores de Quarteirão.

1. João Meyer.
2. Thomaz Gomes Machado.
3. Maximiano Gonçalves Paim Junior.
4. Vago.
5. Vago.
6. Lucas Antonio Villa-Real.
7. Antonio Luiz Campeão.
8. Bento José Gomes.
9. Vago.
10. Vago.
11. Francisco Ignacio da Silva.

Officiaes de Justiça.

Eleuterio José Garcia (carcereiro).
Antonio Joaquim da Silva.
Antonio Dias de Moura.

Juizes de Paz.

1. Dr. Henrique Kopke, ✱ 6.
2. Dr. Thomaz José da Porciuncula, ✱ 6.
3. José Pinheiro de Siqueira.
4. João Baptista da Silva.

Escrivão.

Francisco Antonio Soares da Costa.

Tabellião e Escrivão de orphãos.
José Zeferino Dias.

Tabellião e Escrivão das Execuções.
Joaquim Julio da Silva.

Distribuidor.

Maximiano Gonçalves Paim Junior.

contador e Partidor.
José Schefer.

Depositario publico.

Modesto Cassiano Pinto Coelho da Cunha.

porteiro dos Auditorios.
Eleuterio José Garcia.

collectoria.

Collector geral. — Capitão João Bezerra Cavalcanti.

Collector Provincial. — Antonio Francisco Corrêa Vianna.

Escrivão. — Ricardo Thompson.

Superintendencia da Fazenda Imperial.

Superintendente.

Tenente-Coron. Vicente Marques Lisboa.

Escrivão.

Ricardo Narciso da Fonseca.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.

Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

Mestre das Obras do Palacio.

José Francisco Dias.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

Vigario da Vara.

Padre Germain.

Irmadade do SS. Sacramento.

Provedor. — Tenente-Coronel Vicentê Marques Lisboa.

Secretario. — Augusto da Rocha Fragoso.

Thesoureiro. — Joaquim Martins Corrêa.

Procurador. — Ricardo Narciso da Fonseca.

Agente do Correio.

Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudante.

Francisco Ignacio da Silveira.

Professores Publicos.

Jesuino José Alves.

Pedro Taborda Corrêa de Bulhões.

Professora Publica.

D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões.

Professores das Escolas da Colonia.

Pedro Jacobi, r. do Imperador.

Henrique Monken, Nassau.

Carlos Sager.

Anna Maria Klaeser, Nassau.

Maria Beck, r. de D. Januararia.

Martinho Dupont, Rhenania.

Sociedade de Industria e Agricultura.

(Tem 150 socios.)

Presidente. — Augusto da Rocha Fragoso.

Vice-Presidente. — Godofredo Augusto Schmidt.

1º Secretario e Biblioth. — G. F. Busch.

2º Bibliothecario. — Rieger.

Thesoureiro. — Augusto Lendel.

Hospital.

Medico.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, ✱ 6.
Além do medico ha um enfermeiro, uma enfermeira, um ajudante enfermeiro, e um pharmaceutico.

Engenheiros Civis.

Rodolpho Waehnelde.

Augusto Vallienne.

José Joaquim da Nobrega.

Medicos.

Dr. Thomaz José da Porciuncula, ✱ 6.

Dr. Napoleão Touzet, ✱ 3; ✱ 3 e Cavº da Ord. Austriaco de Francisco I e da Ord. Prussiana d'Águia Vermelha.

Boticarios.

José da Cruz Pinto Junior, r. do Imperador.

José Antonio de Carvalho, r. do Imperador.

Principaes Negociantes.

Andreas Fleschen, r. do Imperador.
 Antonio José da Rocha Silveira.
 Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.
 Bernardino de Araujo Costa Quissamã, r. do Imperador.
 Custodio José da Silva Braga.
 Francisco Ignacio da Silveira, Rhenania.
 Francisco Tavares Bastos, r. do Imperador.
 Freitas Irmão & C.
 Ignacio José da Silva, r. do Imperador.
 Joaquim Martins Corrêa, r. do Imperador.
 Joaquim Gomes da Rocha, r. do Imperador.
 José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.
 João Alves de Brito, Villa Thereza.
 Leon Tridon, r. do Imperador.
 Manoel Candido do Nascimento Brito.
 Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.

Collegio de Meninas.

M^{me} Cramer, r. de Joinville.

Collegios de Meninos.

Henrique Kopke, 6, Nassau.
 Felisberto Alexandrino Drumond, r. do Imperador.
 Bernardo José Faletti, Palatinado.

Hoteis.

De Bragança, de José Narciso Coelho, r. do Imperador.
 II. Inglez, de Martim Giraud.
 João Meyer, r. do Imperador.
 Said Ali, Hotel Oriental, r. dos Artistas.
 Viuva Wiebecke, r. de D. Januaria.

Café e bilhares.

Pedro Deschepper, 6 bilhares, r. de D. Januaria.

Fabricas de Cerveja.

José Bernasconi, Villa Thereza.
 Augusto Chedel, r. Theresia.
 Henrique Kremer, Fabrica Imperial, r. dos Artistas.
 Timotheo Durier, r. do Imperador.
 Joaquim Chedel, r. de D. Januaria.
 Pedro Gerhard, Palatinado (em ponto pequeno).

Carros de Aluguel.

Para a Serra. — João Meyer & C. — Baptista & C., r. do Imperador, 17; na côrte, Trapiche Mauá. — Jacob Thomas. — Baltar & Land.

Olaria:

Maximiano José Gudehus, Darmstadt.

Açougues.

André Koslowsky. — Custodio Rib^o Catão — Thomaz Tavares Bastos, r. do Imperador.

Padarias.

* João Wendling. — Pedro Cahcins. — Henr. Goebel, r. do Imperador. — Mr. Constant, Padaria franceza, r. do Imperador. — Carlos Latsch, r. do Imperador. — Antonio Thomé, r. de D. Januaria. — José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.

Alfaiates.

* Antonio Meiworm.
 Baltner. — Antonio Duarte Pinto.
 * João Hammes.
 * João Kistermann.
 * João Bretz.
 * João Pedro Theisen.
 Jacob Latsch, Rhenania.

Sapateiros.

* Adão Rosenberg.
 * Conrado Crotz.
 Carlos Schroeter.
 Guilherme Weinschutz.
 José da Cunha Fernandes.
 * José Christ & Irmão, r. do Imperador, loja do hotel de Bragança; tem sempre um grande sortimento de calçado nacional e estrangeiro, e encarregão-se de qualquer encomenda tanto para homens como para senhoras.
 João Christ, Rhenania.
 * Philippe Einsfeld, r. Monte Caseros.
 * Philippe Wagner.

Carpinteiros.

João Ferreira Campinho. — Joaq^m de Faria. — Mathias Biel. — Martim José de Souza. — * Pedro Gregorius. — Antonio Schunk Munch. — Adão Rieppel.
 Machinista José Gueit.

Pedreiros e Canteiros.

Francisco Ignacio. — Domingos Francisco Baptista. — * Pedro Schmitz. — José Gomes Salvador, J^o Fecher, Jacob Baumgaertner, Jacob Bechtluft.

Pintores.

* Felipe Wagner. — Antonio Pister. — * Carlos Dupont. — Albert Berg.

Marceneiros Ebanistas.

* Adolpho Knuth. — * Henrique Brohm. — Conrado Vogt, com armazem de mobílias. — José Zimmermann. — Jacob Nicolai. — * Pedro Nicolai. — * João Nicolai. — Pedro Eppinghaus. — * Pedro Deschepper.

Torneiro.

* Leonardo Knuth.

Escultor de Bengalas.

Carlos Spangenberg, r. dos Protestantes.

* Os nomes precedidos deste signal * indicão os estabelecimentos dos Colonos.

MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

93

Carpinteiros de Carros.

* Nicoláo Echternach. — * Philippe Faulhaber. — E. Augusto Schoen. — * João Krancher. — * Schroeder. — * Frederico Goetz.

Ferrarias.

* Limpricht. — * Jacob Monken. — José Saragaça. — * Frederico Eppelsheimer. — * Christovão Schorch. — * Daniel Theis. — * Philippe Dietz. — * Guilherme Geyer.

Funileiros.

* Carlos Kalkubl, r. do Imperador, 82. — Carlos Lange, r. do Imperador. — Augusto Lendel, r. do Imperador. — * João Becker, r. Aureliana.

Armazens de trastes.

Conrado Vogt, r. da Imperatriz.

Casas de commissões para a Côrte.

* Guilherme Gerhard, r. do Imperador, 7.
* José Webler, r. Bourbon.

Serralheiros.

* Fred. Eppelsheimer, r. de D. Januaria. — H. Limpricht. — Reicheld.

Ferradores.

M. A. Monteiro. — Manoel da Silva. — Baltar & Land.

Cobridores de Ardozias.

* Henrique Kraemer. — Jacob Bähr. — Carlos Kober. — Kilian Webler.

Relojoeiros.

Eugène Colon. — José Siebler.

Tamanqueiro.

Antonio Gomes de Fontes, Palatinado Inf.

Typographias.

Do Parahyba, r. do Imperador, 51.
Do Mercantil, r. Aureliana, 5.
Brasília, largo do Imperador, 5.

Armarinhos.

Olive Irmão, r. do Imperador, 21.
M^{me} Gossi, dito.

Modista.

Catharina Armand.

Estatuario.

Luigi Baronto.

Selleiro.

João Fermes.

C. E. Schroeder, senior, r. de D. Januaria.

Jardineiro Florista.

João Baptista Binot, Nassau.

Cutileiro.

João Baptista Nicoláo, r. Theresia.

Colchoeiro e Estufador.

Moraes & Primo.

Ourives.

Carlos Rittmeyer. — Frederico Guilherme Cöllen, r. do Imperador. — José Siebler, r. do Imperador.

Barbeiros.

Antonio Duarte Ferreira, r. do Imperador.
José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.
Julio Alexandre Barreira, r. do Imp.^o, 18.

Perfumista e Licorista.

José Marcos Gossi, r. do Imperador.

Chapeleiro.

Victor Duriez.

Tanoeiro.

João Lopes, Villa Theresia.

Repartição do Telegrapho. — R. do Imperad.
Estacionario. — José Francisco de Mattos.
Ajudante. — David Carlos da Rocha.

FREGUEZIA DE S. JOSÉ DO RIO-PRETO.

2^o districto de Petropolis.

Subdelegado.

João Vieira do Nascimento.

Substitutos.

1.^o Tenente Francisco Caetano do Valle.
2.^o Vago.
3.^o Vago.
4.^o Luiz Martins Ramos.
5.^o Reginaldo Dias Alves.
6.^o Victorino José de Faria.

Juizes de Paz.

1.^o Reginaldo Dias Alves.
2.^o Luiz Martins Ramos.

3.^o Tenente Francisco do Valle.
4.^o Victorino José de Faria.

Inspectores de Quarteirão.

1.^o José Martins Ramos.
2.^o Antonio Dias Alves.
3.^o Joaquim José de Sant'Anna.
4.^o Lauriano Martins Ramos.
5.^o José Alves Malta.
6.^o Serve o do 5^o interinamente.

Escrivão.

Vago.

Negociantes.

Antonio Tavares Bastos, Estação.

VI. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

Camara Municipal.*Vereadores.*

Presidente. — Joaquim Vidal Leite Ribeiro
(ausente).

Coronel Amaro Emilio da Veiga (dito).

Capitão Manoel Francisco de Paula (dito).

João Baptista da Silva.

Tenente Ignacio José da Silva Papai.

João Meyer.

José Antonio da Rocha.

Augusto da Rocha Fragoso.

Alferes Ricardo Narciso da Fonseca.

Servem 3 supplentes :

Ten^c Manoel Candido do Nascimento Brito.

Antonio José Corrêa Lima.

Dr. Francisco Ferreira de Assis Pinto.

Secretario. — Alferes Carlos de B. F. C. de
A. Lacerda.

Porteiro. — Silvestre Antonio de Araujo.

*Administrador interino do Matadouro Pu-
blico.* — Guilherme Nicolay.

Juiz de Direito.

Conselheiro João Lustosa da Cunha Parana-
guá, $\frac{1}{2}$ 5.

Juiz Municipal e de Orphãos.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

Dr. Henrique Kopke.

José Pinheiro de Siqueira.

Joaquim Vidal Leite Ribeiro.

Joviano Varella.

Delegado de policia.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

José Pinheiro de Siqueira.

João Baptista da Silva.

José de Souza Lima.

José Joaquim da Nobrega.

Augusto da Rocha Fragoso.

José Candido Monteiro de Barros.

Subdelegado do 1º districto.

Alferes Ricardo Narciso da Fonseca.

Substitutos.

Capitão Manoel Francisco de Paula.

Alferes Carlos de B. F. C. de A. Lacerda.

Escrivão do subdelegado.

João Gonçalves Paim.

Officiaes de Justiça.

Eleuterio José Garcia (carcereiro). — Antonio

Joaquim da Silva. — Antonio Dias de Moura.

Juizes de Paz.

1. João Baptista da Silva.

2. Gregorio José Teixeira.

3. João Meyer.

4. José Pinheiro de Siqueira.

Escrivão.

João Gonçalves Paim.

Tabellião e Escrivão de Orphãos.

Justiniano Julio de Carvalho.

Tabellião e Escrivão das Execuções.

Joaquim Julio da Silva.

Distribuidor.

Maximiano Gonçalves Paim Junior.

Contador e Partidor.

José Scheffer.

Depositario publico.

Vago.

Borteiro dos Auditorios.

Eleuterio José Garcia.

Collectoria.

Collector geral. — Capitão João Bezerra Ca-
valcanti.

Collector Provincial. — Antonio Francisco
Corrêa Vianna.

Escrivão. — Ricardo Thompson.

Superintendencia da Fazenda Imperial.*Superintendente.*

Tenente-Coronel Vicente Marques Lisboa.

Escrivão.

Alferes Ricardo Narciso da Fonseca.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.
Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albu-
querque Lacerda.

Mestre das Obras do Palacio.

José Francisco Dias.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

Vigario da Vara.

Padre Germain.

Irmandade do SS. Sacramento.

Provedor. — Tenente-Coronel Joaquim Vidal
Leite Ribeiro.

Secretario. — Alferes Carlos de B. F. C. de
A. Lacerda.

Thesoureiro. — Joaquim Martins Corrêa.

Procurador. — Ignacio Francisco da Silveira.

Agente do Correio.

Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudante.

Antonio José Alves Cabral.

Professores Publicos.

Jesuino José Alves.

Pedro Taborda Corrêa de Bullhões.

Noel da Gama Moret.

Professora Publica.

D. Zeferina Josepha Pinto Bullhões.

Professores das Escolas da Colonia.

Pedro Jacobi, r. do Imperador.

Henrique Monken, Nassau.

Maria Beck, r. de D. Januaria.

Martinho Dupont, Rhenania.

Sociedade de Industria e Agricultura.

(Tem 150 socios.)

Presidente.—Augusto da Rocha Fragoso.*Vice-Presidente.* — Godofredo Augusto Schmidt (ausente).*1º Secretario e Biblioth.*—G. F. Busch.*2º Bibliothecario.*—Rieger (ausente).*Thesoureiro.*—Augusto Lendel.**Hospital.***Medico.*

Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.

Além do medico ha um enfermeiro, uma enfermeira, um ajudante do enfermeiro, e um pharmaceutico.

Engenheiros Civis.

Augusto Vallienne.

Adriano Minssen.

Medicos.Dr. Napoleão Touzet, $\frac{1}{2}$ 3; $\frac{1}{2}$ 3 e Cavº da Ord. Austriaca de Francisco I e da Ord. Prussiana d'Agua Vermelha.

Dr. José Ribeiro do Val.

Boticarios.

José da Cruz Pinto Junior, r. do Imperador.

José Antonio de Carvalho, r. do Imperador.

Principaes Negociantes.

Andreas Fleschen, r. do Imperador.

Antonio José da Rocha Silveira.

Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.

Bernardino de Araujo Costa Quissamãa, r. do Imperador.

Custodio José da Silva Braga.

Francisco Ignacio da Silveira, Rhenania.

* Jacob Baumgaertner, r. do Imperador.

J. Molitor.

Francisco Tavares Bastos, r. do Imperador.

Freitas Irmão & C.

Ignacio José da Silva, r. do Imperador.

Joaquim José da Silva Leite & C., r. de Bragança.

Joaquim Martins Corrêa, r. do Imperador.

Joaquim Gomes da Rocha, r. do Imperador.

José Gomes Barbosa, r. dos Protestantes.

João Alves de Brito, Villa Thereza.

Leon Tridon, r. do Imperador.

Manoel Candido do Nascimento Brito.

Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.

Collegio de Meninas.M^{me} Cramer, r. de Joinville.**Collegios de Meninos.**Henrique Kopke, $\frac{1}{2}$ 6, Nassau.

Felisberto Alexandrino Drumond, r. do Imperador.

Bernardo José Faletti, Palatinado.

Hoteis.

De Bragança, de José Narciso Coelho, r. do Imperador.

Hotel Inglez, de Martim Giraud.

João Meyer, r. do Imperador.

Hotel de Europa, de Roemer.

Said Ali, Hotel Oriental, r. dos Artistas.

Viuva Wiebecke, r. de D. Januaria.

Café e bilhares.**Fabricas de Cerveja.**

José Bernasconi, Villa Thereza.

Augusto Chedel, r. Therezia.

Henrique Kremer, Fabrica Imperial, r. dos Artistas.

Timothéo Durier, r. do Imperador.

Joaquim Chedel, r. de D. Januaria.

Carros de Aluguel.

Baptista & Pinheiro.

Jacob Thomas.

Baltar.

Olaria.

Maximiano José Gudehus, Darmstadt.

Açougues.

André Koslowsky.—Custodio Rilº Catão.—

Thomaz Tavares Bastos, r. do Imperador.

Padarias.

* João Wendling.—Pedro Calcins.—Henr. Goebel, r. do Imperador.—Mr. Constant,

* Os nomes precedidos deste signal * indicão os estabelecimentos dos colonos.

Padaria franceza, r. do Imperador. —
 Carlos Latsch, r. do Imperador. — Antonio
 Thomé, r. de D. Januaría. — José Gomes
 Barbosa, r. dos Protestantes.

Alfaiates.

Antonio Duarte Pinto.
 Baltner.
 * João Kistermann.
 * João Bretz.
 * João Pedro Theisen.
 Jacob Latsch, Rhenania.

Sapateiros.

* Conrado Crotz.
 Carlos Schroeter.
 José da Cunha Fernandes.
 * José Christ & Irmão, r. do Imperador, loja
 do hotel de Bragança; têm sempre um
 grande sortimento de calçado nacional e
 estrangeiro, e encarregão-se de qualquer
 encomenda tanto para homens como
 para senhoras.
 * Pedro Hees, r. do Bourbon.
 João Christ, Rhenania.
 * Philippe Einsfeld, r. Monte Caseros.
 * Philippe Wagner.

Carpinteiros.

João Ferreira Campinho. — Joaq^m de Faria. —
 Mathias Biel. — Martim José de Souza. —
 * Pedro Gregorius. — Antonio Schunk. —
 Muench. — Adão Rieppel.
 Machinista, José Gueil.

Pedreiros e Canteiros.

Francisco Ignacio. — Domingos Francisco
 Baptista. — * Pedro Schmitz. — José Gomes
 Salvador. — J^c Fecher. — Jacob Baum-
 gaertner. — Jacob Bechtluft.

Pintores.

* Philippe Wagner. — Antonio Pister. —
 * Carlos Dupont. — Albert Berg.

Marceneiros Ebanistas.

* Adolpho Knuth.
 * Henrique Brohm.
 Viuva Vogt, com armazem de mobílias.
 Jacob Nicolay.
 * João Nicolay.
 * Pedro Nicolay.
 Pedro Eppinghaus.
 * Pedro Deschepper.

Torneiro.

* Leonardo Knuth.
Escultor de Bengalas.
 Carlos Spangenberg, r. dos Protestantes.

Carpinteiros de Carros.

* Nicoláo Echternach.
 * Philippe Faulhaber.
 E. Augusto Schoen.
 João Krancher.
 * Schroeder.
 * Frederico Goetz.

Ferrarias.

* Alfeld.
 * Jacob Monken.
 * Frederico Eppelsheimer.
 * Christovão Schorch.
 * Daniel Theis.
 * Philippe Dietz.

Funileiros.

* Carlos Kalkubl, r. do Imperador, 56. — Car-
 los Lange, r. do Imperador. — Augusto
 Lendel, r. do Imperador. — * João Becker,
 r. Aureliana.

Armazem de Trastes.

Viuva Vogt, r. da Imperatriz.

Casas de comissões para a Córte.

* Guilherme Gerhard, r. do Imperador,
 7. — * José Webler, r. Bourbon.
 * Victor Duriez.

Serralheiros.

* Fred. Eppelsheimer, r. de D. Januaría. —
 H. Limpricht. — Reicheld.

Ferradores.

M. A. Monteiro. — Manoel da Silva. — Baltar

Cobridores de Ardosias.

* Henrique Kraemer. — Jacob Bähr. — Car-
 los Kober. — Kilian Webler.

Relojoeiros.

Eugène Colon. — José Siebler.

Tamanqueiro.

Antonio Gomes de Fontes, Palatinado Inf.

Typographias.

Do Mercantil, r. Aureliana, 5.
Brasília, r. do Imperador,

Armarinhos.

Olive Irmão, r. do Imperador, 21.
 M^{me} Gossi, dito.

Modista.

Catharina Armand.

Estatuario.

Luigi Baronto.

Selleiros.

João Fermes.
 C. E. Schroeder, senior, r. de D. Januaría.

Jardineiro Florista.

João Baptista Binot, Nassau.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Colchoeiro e Estufador.

Moraes & Primo.

Ourives.

Carlos Rittmeyer.
Cöllen, r. do Imperador.
José Siebler, r. do Imperador.

Barbeiros.

Antonio Duarte Ferreira, r. do Imperador.
José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.

Julio Alexandre Barreira, r. do Imp.^o, 18.

Perfumista e Licorista.

José Marcos Gossi, r. do Imperador.

Tanoeiro.

João Lopes, Villa Thereza.

Repertição do Telegrapho.

Rua do Imperador.

Estacionario. — José Francisco de Mattos.
Ajudante. — David Carlos da Rocha.

FREGUEZIA DE S. JOSÉ DO RIO-PRETO.

2º districto de Petropolis.

Vigario Collado.

Manoel Florentino Cassiano de Campos.

Subdelegado.

João Vieira do Nascimento.
Substitutos.

- 1.º Vago.
- 2.º Vago.
- 3.º Vago.
- 4.º Luiz Martins Ramos.
- 5.º Reginaldo Dias Alves.
- 6.º Victorino José de Faria.

Juizes de Paz.

- 1.º Luiz Martins Ramos.
- 2.º Antonio Martins Ramos.
- 3.º Francisco Caetano do Valle.
- 4.º Victorino José de Faria.

Inspectores de Quarteirão.

- 1.º João José do Valle.
- 2.º Francisco José do Valle.
- 3.º José da Cunha Telles.
- 4.º José Paulino Neves.
- 5.º José Alves Malta.
- 6.º Antonio Dias Alves.

Escrivão.

Candido José Valle d'Almeida.

Agente do correio.

João Vieira do Nascimento.

Negociantes.

Antonio Tavares Bastos, Estação.
Antonio Martins Ramos, Itaipava.
Antonio Luiz Gomes Campeão, Eng.-Novo.
Viuva Bastos, Alto do Pegado.
Francisco Machado de Avila, Ponte dos Engenhos.
Francisco da Cunha Telles, Pedro do Rio.
Tenente Francisco Caetano do Valle, Sumidouro.
José Francez, Estrada-Nova.
João Lopes, Tapera.
Joaquim Antonio dos Passos & Filho, Ventania.

Luiz Martins Ramos, Tabuões.

Manoel Gomes da Silva, Estrada-Nova.
Torquato da Silva Pimentel, Taquaril.

Hotel.

Meyer & Wismer, na Estação.

Casa de alugar cavallos.

Meyer & Wismer, Estação. Recebem animaes a trato.

Marceneiro.

Frederico Lanek, Pedro do Rio.

Casa de grosso trato.

Antonio Tavares Bastos, Estação.

Estação de Pedro do Rio, da Companhia União e Industria.

Administrador Geral, Instructor e Consultor.

Manoel Henrique da Silva.

Administrador.

Vago.

Fieis.

Fortunato Antonio da S.^a Pinto (das cargas).
Antonio Corrêa da Silva (do café).

Empregados.

Joaquim Estanislão d'Ascensão.
José Joaquim Gavinho.
Germano Neves da Silva Campos.

Conductores das Diligencias.

João da Silveira.
Antonio Brandão.

Cocheiros das Diligencias.

Alberto Waltz.
João Pedro Thomaz.
Jacob Wagner.
José Francisco de Sá.

Capatazes dos carros.

Manoel Tavares. — João Eloy. — Bello. — Francisco Raymundo. — Manoel Baptista.

VI. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

PRIMEIRO DISTRICTO.

Camara Municipal.*Vereadores.*

Presidente. — João Baptista da Silva.
 Major Rodrigo De Lamar Koeler.
 José Candido Monteiro de Barros.
 Dr. Francisco Ferreira de Assis Pinto.
 José Antonio da Rocha.
 Luiz Martins Ramos.
 Bartholomeu Pereira Sudré.
 Augusto da Rocha Fragoso.
 Ricardo Narciso da Fonseca.
Secretario. — Alferes Carlos de Barros Falcão
 Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
Procurador. — Gregorio José Teixeira.
Porteiro. — Silvestre Antonio de Araujo.
*Administrador interino do Matadouro Pu-
 blico.* — Guilherme Nicolay.

Juiz de Direito.

Conselheiro João Lustosa da Cunha Parana-
 guá, 5, Commendador da Ordem de
 S. Gregorio Magno de Roma, deputado á
 assembléa geral.

Escrivão do Jury.

José Schaeffer.

Promotor publico da comarca.

Gervasio Mancebo Junior.

Juiz Municipal e de Orphãos.

Dr. João Carlos Garcia de Almeida.

Substitutos.

1.
2. Dr. José Ribeiro do Val.
3. Capitão José Pinheiro de Siqueira.
4. Tenente-Coronel João Baptista da Silva.
5. Capitão José Candido Monteiro de Barros.
6. Major Rodrigo De Lamar Koeler.

Delegado de policia.

José Henrique de Paiva.

Substitutos.

Capitão José Pinheiro de Siqueira.
 Tenente-coronel João Baptista da Silva.
 Capitão Augusto da Rocha Fragoso.
 Capitão José Candido Monteiro de Barros.

Escrivão da Delegacia.

Serve interinamente Antonio Baptista Tho-
 maz de Aquino.

Subdelegado do 1º districto.

Capitão Ricardo Narciso da Fonseca.

Substitutos.

1. Alferes Carlos de B. F. C. de A. Lacerda.
2. Henrique José Gomes.
3. Francisco Ignacio da Silveira.
- 4., 5º e 6º, vagos.

Escrivão do subdelegado.

João Gonçalves Paim.

Juizes de Paz.

Tenente-Coronel João Baptista da Silva.
 Tenente Francisco Ignacio da Silveira.
 Tenente Antonio Baptista de Oliveira.
 Maximiano Gonçalves Paim Junior.

Escrivão.

João Gonçalves Paim.

Tabellião e Escrivão de Orphãos.

Justiniano Julio de Carvalho (com licença,
 serve interinamente Antonio Thomaz de
 Aquino.)

Tabellião e Escrivão das Execuções.

Joaquim Julio da Silva.

Distribuidor e Partidor.

Maximiano Gonçalves Paim Junior.

Contador e Partidor.

José Schaeffer.

Depositario publico.

Gregorio José Teixeira.

Porteiro dos Auditorios.

Eleuterio José Garcia.

Collectoria.

Collector geral e provincial. — Capitão João
 Bezerra Cavalcanti.

Escrivão. — Joaquim de Azevedo Thompson.
Agente da collectoria. — José Antonio da
 Rocha.

Superintendencia da Fazenda Imperial.*Superintendente.*

Serve interinamente o escrivão Ricardo Nar-
 ciso da Fonseca.

Ajudante do Escrivão e Fiel das Obras.
 Alferes Carlos de Barros Falcão Cavalcanti
 de Albuquerque Lacerda.

Apontador.

Maximiano José Gudehus.

3º Districto de Obras Publicas.*Chefe.* — Capitão Bacharel Antonio João Rangel de Vasconcellos de Antas, © U.*Ajudante.* — Vago.*Administrador.* — Capitão Luiz Carlos da Costa Lacé.**Cura Evangelico.**

Pastor Georg Ströle.

Vigario Collado.

Padre Nicoláo Germain, ¶ 3.

Irmadade do SS. Sacramento.*Provedor.* — Tenente-Coronel Joaquim Ribeiro de Avellar.*Secretario.* — Alferes Carlos de B. F. C. de A. Lacerda.*Thesoureiro.* — Joaquim Martins Corrêa.*Procurador.* — Tenente Ignacio Francisco da Silveira.**Agente do Correio.**

Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudantes.

Francisco Herculano da Silva Santos.

José Schaeffer.

Inspector Parochial das Escolas.

Tenente Dr. José Ribeiro do Val.

Professores Publicos.

Pedro Taborda Corrêa de Bulhões.

Professoras Publicas.

D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões.

D. Maria Viagel.

Professores das Escolas da Colonia.

Pedro Jacobi, r. dos Protestantes.

Henrique Monken, Nassau.

Maria Wiard, r. do Imperador.

Martinho Dupont, Rhenania.

Casa de Caridade.*Medico.*

Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.

Além do medico ha um enfermeiro, uma enfermeira, um ajudante do enfermeiro, e um pharmaceutico.

Engenheiros.

Capitão Bacharel Antonio João Rangel de Vasconcellos de Antas, © U.

Capitão Lassé.

Adriano Miussen.

Advogado.

José Henrique de Paiva.

Sollicitadores dos auditorios.

Candido José Valle de Almcida.

Joaquim Fran^{co} dos Santos r. Bourbon, 19.**Medicos.**

Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.

Dr. Francisco Ferreira Assis Pinto.

Dr. João Maria Lopes da Costa, r. Nassau, 17.

Dr. José Ribeiro do Val.

Dr. Napoleão Touzet, ¶ 3; ¶ 3, Cav^o da Ord. Austriaca de Francisco I, da Ord. Prussiana d'Agua Vermelha, da legião de honra, da muito distincta Ordem Sueca da Estrella Polar, e da Ordem Italiana de S. Mauricio e S. Lazaro.**Boticarios.**

José Antonio de Carvalho, pharmaceutico da Casa Imperial, r. do Imperador.

José da Cruz Pinto da Silva Junior, r. do Imperador.

Casa de Saude.

Director, Dr. Napoleão Touzet, ¶ 3, etc.

Medico, Dr. D. L. Ferreira de Brito.

Principaes Negociantes.

Andreas Faeschen, r. do Imperador.

Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.

Antonio Joaquim Tinoco, r. do Imperador.

Antonio José da Silva Guimarães, r. do Imperador.

Antonio J.º Teixeira de Siqueira, r. Theresia.

Antonio Moniz da Silva & Irmão, r. do Imperador.

Bento José Gomes, r. de Monte Caseros.

Bernardino Antonio Pereira Bastos, r. dos Mineiros.

Costa & Cunha, r. do Honorio.

Costa & Varella, r. do Imperador.

Ernesto José Oliva, r. do Imperador.

Francisco Ignacio da Silveira, Rhenania.

Francisco José de Moraes, r. do Imperador.

Francisco Tavares Bastos, r. do Imperador.

Freitas Irmão & C., r. de Monte Caseros.

Ignacio José da Silva Papai, r. do Imperador.

J. Molitor.

Joaquim Gomes da Rocha, r. do Imperador.

Joaquim José da Silva Leite & C., r. de Bragança.

Joaquim Martins Corrêa, r. do Imperador.

José Antonio de Araujo, r. de Paula Parboza.

José Geraldo Pinto Machado, r. dos Protestantes.

José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.

Leon Tridon, r. do Imperador.

Luiz Antonio Gomes, r. do Imperador.

Manoel José de Moraes, r. do Imperador.

Manoel Martins d'Oliveira Pinto, r. Theresia.

Pedro Berrini, r. do Imperador.

Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.

Collegio de Meninas.M^{me} Desmarais, r. de D. Alfonso.

Collegios de Meninos.

Henrique Kopke, # 6, Nassau.
Carlos Matson.
Pastor Georg Ströle.

Hoteis.

De Bragança, de Pedro Olive, r. do Imperador.
Hotel Inglez, de Guilherme Morrit.
Hotel Mayer, r. do Imperador.
Said Ali, Hotel Oriental, r. dos Artistas.
Viuva Wiebecke, r. de D. Januaría.
Hotel Duval, de Roberto Macdal.
Hotel dos Estrangeiros.

Fabrica de Tabaco.

Joaquim Martins Corrêa.

Fabrica de Serrar.

Joaquim Martins Corrêa.

Fabricas de Cerveja.

Joaquim Chidal, r. de D. Januaría.
José Bernasconi, Villa Thereza.
Henrique Kremer, r. dos Artistas.

LUIZ AUGUSTO CHEDEL

VILLA THERESA N. 143

antiga fabrica de cerveja a vapor, premiada na exposição nacional com a medalha de prata. Deposito, na córte, praça da Constituição n. 15.

Timotheo Durier, r. do Imperador.

Carros de Aluguel.

Augusto da Rocha Fragoso.
Fernando Thomaz.
Guilherme Gerhard.
Martins & Irmão.
João Baptista da Silva.

Olarias.

João Baptista Dallot.
José Martins Corrêa.

Açougues.

André Koslowsky.—Placido Viardt.—Piot, r. do Imp.—Julio Piat, r. do Imperador.

Padarias.

* João Wendling.—Pedro Caheins.—Henr, Goebel, r. do Imperador.—Carlos Latsch, Francisco José da Silva, r. dos Protestantes.—João Martins Corrêa.

Alfaiates.

Baltner.
Domingos Diniz.

Jacob Latsch, Rhenania.

* João Bretz.

José da Cruz Loureiro.

Valentim Galm, r. do Imperador.

Sapateiros.

* Bernardo Gregorius.

* Conrado Crotz.

Francisco D'Hem.

João Antonio de Abreu.

* Johann Enesfeld.

* João Christ, Rhenania.

* José Christ & Irmão, r. do Imperador, loja do hotel de Bragança; têm sempre um grande sortimento de calçado nacional e estrangeiro, e encarregão-se de qualquer encommenda tanto para homens como para senhoras.

Manoel Fernandes Carneiro.

* Pedro Hees, praça de D. Alfonso.

* Philippe Einsfeld, r. Monte Caseros.

* Philippe Wagner, r. dos Artistas.

* Zobus.

Carpinteiros.

João Ferreira Campinho.—Joaq^m de Faria.—

José Francisco Dias.—Mathias Biel.—

Martim José de Souza.—* Pedro Gregorius.—Muench.—João Tavares Avelino.

Machinista.

José Gueit.

Pedreiros e Canteiros.

Francisco Ignacio.—Jacob Kappler & Fi-

lho.—Guilherme Karl.—* Pedro Schmitz.

—José Gomes Salvador.—J^c Fecher.—

Jacob Bechtluft.—João de Oliveira.—

Pintores.

* Philippe Wagner.—Gaillard.—* Carlos

Dupont.—João Oradeur.—Albert Berg.

Marceneiros Ebanistas.

* Adolpho Knuth.

* Jacob Nicolay.

* João Nicolay.

* Pedro Nicolay.

* Pedro Eppinghaus.

* Pedro Deschepper.

Viuva Vogt, com armazem de mobílias.

Torneiros.

* Andreas Brunner.

Clemens Bauer.

* João Esch.

* João Webler.

* Killian Webler

* Leonardo Knuth.

* Pedro Esch.

* Os nomes precedidos deste signal * indicão os estabelecimentos dos colonos.

Escultor de Bengalas.

Carlos Spangenberg, r. dos Protestantes.

Carpinteiros de Carros.

Augusto Jeoufroy.

* Francisco Koetz.

* Frederico Goetz.

* Henrique Kreischer.

* Philippe Faulhaber.

* Schroeder.

* Henrique Sperle & Miguel Sixel.

Ferrarias.

* Alfeld.

* Daniel Theis.

Francisco Koetz.

* Frederico Eppelsheimer.

* Henrique Sperle & Miguel Sixel.

* Jacob Monken.

Funileiros.

Constanz, rua dos Protestantes.—Augusto Lendel, r. do Imperador.—*João Becker, r. Aureliana.

Armazem de trastes.

Viuva Vogt, r. da Imperatriz.

Casas de commissões para a Côrte.

* Guilherme Gerhard, r. do Imperador, 7.

—Pedro Lucas.—George Thomaz Land

—* José Webler, r. Bourbon.

Serralheiros.

A. Cayon, r. do Imperador.—* Fred. Eppelsheimer, r. de D. Januaria.—H. Limpricht. —Reicheld.

Ferradores.

Martins.—Manoel da Silva.

Cobridores de Ardosias.

* Henrique Kraemer. —Jacob Bähr.—Carlos Kober.—Kilian Webler.—José Jouffroy.—Leonardo Franz.

Relojoeiros.

Eugène Colon.—José Siebler.—Luiz Antonio Gomes.—J. Gerhardt Mozelle.

Tamanqueiro.

Antonio Gomes de Fontes, Palatinado Inf.

Typographias.*Do Mercantil*, r. Aureliana, 5.*Da Germania*, de Pedro Mueller, r. do Imperador, 80; publica tambem o *Relator* duas vezes por semana.**Amarinhos.**

José Molitor.

José Siebler, r. do Imperador.

Olive Irmão, r. do Imperador, 21.

Lapidario.

W. Siebler, r. Bourbon, 3.

Photographos.

João Meyer Filho, r. Honorio, 7.

João Nogueira de Souza.

Modista.

Catharina Armand.

Selleiros.

* Jacob Weirich, r. de D. Januaria.

João Fermes.

* José Hehn, Garganta.

Leonardo, r. do Imperador.

Jardineiro Florista.

João Baptista Binot, Nassau.

Colchoeiro e Estufador.

Francisco José de Moraes.

Ourives.

Antonio José Gomes.

Carlos Rittmeyer.

José Siebler, r. do Imperador.

Barbeiros.

Antonio Duarte Ferreira, r. do Imperador.

Dionysio José Ferraz.

José Bento Vizeu.

José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.

Casas de Pasto.

José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.

Manoel José de Araujo Aranha.

Manoel Joaquim Pinto Machado.

Charuteiros.

Antonio José Gomes.

Manoel Rodrigues de Carv^o, r. do Imperador.

Jacintho Flôres, r. do Imperador.

Severino Fernandes, r. do Imperador, 42.

Perfumista e Licorista.

José Marcos Gossi, r. dos Protestantes.

Vidraceiro.

Christovão Schäfer, pr. do Imperador.

Repartição do Telegrapho.

Rua do Imperador.

Estacionario. — José Francisco de Mattos.**Fazendeiros.**

D. Anna Leocadia da Cunha Morcira, fazenda Olaria.

D. Anna Ramos do Valle Devisa.

Antonio Vicente Corrêa.

Bazilio Zeferino Rib^o, Manga Larga.

Florentino de Souza Mello, Ponte do Piabana.

VII. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

PRIMEIRO DISTRICTO.

Camara Municipal.

Vereadores.

Presidente. — Tenente-Coronel João Baptista da Silva, § 5. (Renunciou.)
 Dr. José Ribeiro do Val.
 José Antonio da Rocha. (Renunciou.)
 Coronel Bernardo Ferraz d'Abreu, § 4.
 Major José Candido Monteiro de Barros, Moço Fidalgo da Casa Imperial.
 Major Rodrigo de Lamare Koeler, § 3, § 4.
 Dr. Manoel Antonio Bordini.
 Capitão Augusto da Rocha Fragoso, § 3.
 Antonio José Corrêa Lima.
 Bartholomeu Pereira Sudré.

Supplentes juramentados.

Bento José Gomes.
 Antonio Baptista de Oliveira.
 Dr. José Henriques de Paiva.
 Pedro Maeller.
 Francisco Ignacio da Silveira.

Secretario. — Francº José Pinto Benevente.

Procurador. — Gregorio José Teixeira.

Fiscal. — João Manoel Justino da Silva.

Porteiro int. — Vicente F. de Cerqueira.

Ha tambem mais 1 guarda fiscal.

Guarda do matadouro.

Guilherme Nicolay.

Illuminação publica.

Emprezario: Gregorio José Teixeira.

Juiz de Direito.

Conselheiro João Lustoza da Cunha Paragná, § 3; § 2.

Supplentes do Juiz de Direito.

1.º O Juiz Municipal de Petropolis.
 2.º O Juiz Municipal da Parahyba do Sul.
 Depois seguem os supplentes do Juiz Municipal de Petropolis.

Juiz Municipal e de Orphãos.

Dr. Manoel de Azevedo Monteiro.

Substitutos.

1. Dr. José Henriques de Paiva.
 2. Tenente-Cor. João Baptista da Silva, § 5.
 3. Major José Candido Monteiro de Barros.
 4. Dr. João Maria Lopes da Costa.
 5. Vago.
 6. Henrique Kopke, § 6.

Promotor Publico.

Dr. Rufino Furtado de Mendonça. (Parahyba do Sul.)

Delegado de policia.

Dr. Manoel de Azevedo Monteiro.

Substitutos.

1. Coronel Bernardo Ferraz d'Abreu, § 4.
 2. Major José Candido Monteiro de Barros.
 3. Rodrigo de Lamare Koeler, § 3, § 4.
 4. José Ferreira da Paixão.
 5. Tenente Luiz Mariano dos Santos.
 6. Dr. Manoel Antonio Bordini.

Escrivão da Delegacia.

Ignacio da Gama Morel.

Subdelegado do 1º districto.

Dr. José Bibeiro do Val.

Substitutos.

1. Antonio Baptista de Oliveira.
 2. Ignacio José da Silva Papai.
 3. João Cardoso de Lemos.
 4. Antonio Carlos de Magalhães.
 5. Satyro José Vieira Filho.
 6. Vago.

Escrivão do Subdelegado.

João Manoel Justino da Silva. (Interino.)

Juizes de Paz.

Tenente-Coronel João Baptista da Silva, § 5.

Capitão Antonio Baptista de Oliveira.

Dr. João Maria Lopes da Costa.

Capitão Augusto da Rocha Fragoso, § 3.

Escrivão.

João Manoel Justino de Silva. (Interino.)

1.º *Tabellião e Escrivão de Orphãos.*
 Ignacio da Gama Morel.

2.º *Tabellião, e Escrivão Privativo das Execuções Civeis e Criminaes.*

Francisco Julio de Mello e Silva.

Official do Registro Geral das Hypotheças da Comarca.

Francisco Julio de Mello e Silva.

Distribuidor e Partidor.

Maximiano Gonçalves Paim Junior.

Escrivão do Jury.

José Schaeffer.

Contador e Partidor.

José Schaeffer.

Depositario publico.

Gregorio José Teixeira.

Collectoria das Rendas Gerais e Provincias.*Collector.* — João Guilherme Pinto de Souza.
Escrivão. — Joaquim de Azevedo Thompson.
Ajudante do Escrivão. — Candido José Valle de Almeida.*Agente.* — Antonio José Corrêa Lima, N° 3.
*Instrução Publica.**Inspector da Comarca.*Bacharel Ignacio José Fogueira da Gama.
Inspector Parochial.

Capitão Antonio Baptista de Oliveira.

*Professores Publicos.*Pedro Corrêa Taborda de Bulhões, 3^a classe,
r. do Imperador.

Pedro Jacoby, r. dos Pr. testantes.

Henrique Monken, r. do Monte Caseros.

Martinho Lapont, r. Thereza.

Noel da Gama Moret, r. de Bragança.

*Professoras Publicas.*D. Zeferina Josepha Pinto Bulhões, 3^a classe,
r. do Imperador.

D. Maria Viard, idem.

Collegio das Irm. de Carid., r. do Imperador.

Collegio de Meninas.M^{me} Desmarais, r. de D. Affonso.**Collegios de Meninos.**Collegio Kopke, de H. Kopke, N° 6, r. Nassau.Collegio de S. Luiz, de J. Ferreira da Paixão e
Bacharel Affonso de Almeida e Albuquerque,
r. dos Artistas.

Escola de Frederico Stroele, r. do Imperador.

Almoxarifado da Casa Imperial.*Almoxarife do Paço e Administrador da
Imperial Fazenda de Petropolis.* — Tenente
Francisco Ferreira da Costa.*Piel.* — Luiz Carlos Ramos.*Feitor.* — José Duarte da Silveira.**Obras Publicas.***Chefe do 2^o Districto.* — Bacharel Ednardo
dos Guimarães Bonjean.*Ajudantes.* — Dr. Luiz Antonio Paes de Bar-
ros Leite, Vassouras.

Antonio Alves da Silva e Sá, Barra Mansa.

Administrador. — Vago.*Feitor.* — João José Monken.**Irmadade do Santissimo Sacramento.***Provedor.* — Dr. José Henriques de Paiva.*Secretario.* — José Antonio de Lyra.*Thesoureiro.* — Joaquim Martins Corrêa.*Procurador.* — José Teixeira de Azevedo.*Mesarios.* — José Martins Corrêa.

Antonio José Ferreira Gomes da Costa.

João Lisboa.

Gregorio José Teixeira.

Domingos Gomes Ferreira da Costa.

Antonio José Corrêa Lima.

Bartholomeu Pereira Sudré.

Francisco Ferreira da Costa.

Vigario da Vara.

Padre Nicoláo Germain.

Padre Evangelico.

Dr. H. G. Borchard.

Hospital de Caridade.*Commissão Administrativa.**Presidente.* — Bernardo Ferraz de Abreu.

— João Van Erwan. — José Candido Mon-

teiro de Barros. — Tenente-Cor. João Bap-

tista da Silva. — Padre Nicoláo Germain.

Medico. — Dr. Domingos de Lima Ferreira
de Brito.1.^o *Enfermeiro, Boticario e Escriptuario.*

— Jorge Henrique Kubn.

2.^o *Enfermeiro.* — Miguel Suess.**Cemiterio Publico.***Administrador.* — Tenente Joaquim d'Aze-
vedo Thompson.*Guarda e cocheiro.* — Jacob Justen.**Agente do Correio.**

Antonio José Corrêa de Lima.

*Ajudantes.*1.^o Manoel José Coelho.2.^o Luiz A. Gomes Campião.**Engenheiros.**

Capitão A. de Almeida Albuquerque.

Dr. Eduardo dos Guimarães Bonjean.

Dr. Manoel Antonio Bordini.

Advogado.

Dr. José Henriques de Paiva.

Solicitadores dos Auditorios.

Candido José Valle de Almeida.

José Antonio da Rocha

Procuradores.

Dr. Henriques de Paiva.

José Antonio da Rocha.

Antonio José Corrêa Lima.

Candido José Valle de Almeida.

Medicos.

Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.

Dr. Felix Antonio Vaz.

Dr. João Maria Lopes da Costa, r. Nassau, 17.

Dr. José Ribeiro do Val, r. de Bragança.

Dr. Napoleão Touzet, N° 3; N° 3, Cav^o da

Ord. Austriaca de Francisco I, da Ord.

Prussiana d'Águia Vermelha, da Legião de

Honra, da muito distincta Ordem Sueca

da Estrella Polar, e da Ordem Italiana de

S. Mauricio e S. Lazaro, Commend. da

Ord. Russiana de S.^o Estanislão da Polónia e Official da Ord. Grega do Salvador; r. de Joinville.

Commissario Vaccinador.

Dr. José Ribeiro do Val.

Dentista.

J. Ancède, r. D. Januaria.

Parteiras.

M.^{me} Julia Strombach, r. de Bourbon.

M.^{me} Douly, r. do Imperador.

Deutsch Evangelische Kirche.

Conselho administrativo: W. Lindscheim.

— H. Kreischer. — J. Tannein. — J. Jung.

— Ph. P. Jung. — Georg Diehl.

Organista. — Pedro Jacoby.

Edifício proprio á r. Joinville.

Leiloeiro.

Francisco Ignacio da Silveira.

Telegrapho.

Estacionario. —

(Está interrompida a comunicação ha muito tempo.)

Estação do Telegrapho da Empresa Kieffer.

Rua do Imperador, canto da praça do Imperador.

Barreira da Estrada normal da Estrella, desde Petropolis á Raiz da Serra.

Cobrador. — José Antonio de Lyra.

Estrada da Serra.

Administrador. —

Boticarios.

José da Cruz Pinto da Silva Junior, da Casa Imperial e de SS. AA. os Srs. Conde d'Eu

e Duque de Saxe. r. do Imperador, 52 B.

Pinheiro, Azevedo & C., pharmaceuticos da

Casa Imperial, r. do Imperador.

Casa de Saude.

Director, Dr. Napoleão Tonzel, 3, etc.

Medico, Dr. D. L. Ferreira de Brito.

Agentes consulares.

De Portugal: José Martins Corrêa, 6, 3,

Agente, r. de Bragança.

Da Prussia e Allemanha do Norte: Rodolpho

Waehnelde, Consul, r. do Imperador.

Residem em Petropolis.

O ministro residente da Allemanha do N.^o

O ministro da Russia.

O ministro da Austria.

O ministro da Belgica.

O ministro do Perú.

O ministro da França.

O ministro da America do Norte.

Principaes Negociantes.

André Flaeschen.

Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.

Antonio Moniz da Silva, r. do Imperador.

Antonio José de Oliveira e Silva.

Pento José Gomes, r. de Monte Caseros.

Christovão Schorsch, r. do Imperador.

Custodio José Teixeira.

Domingos Gomes Fer.^o da Costa, r. dos Min.

Ernesto José Olive, r. do Imperador.

Francisco Tavares Bastos.

Freitas & Irmão.

I. Crespes, r. Monte Caseros.

Ignacio José da Silva Papai, r. do Imperador.

J. Bernasconi.

João Lisboa, r. do Imperador.

J. Molitor, r. do Imperador.

Joaquim Martins Corrêa, 6; 3 de P., r. do Imperador.

Joaquim Leite.

José Antonio Ribeiro de Araujo, r. do Imp.

José Joaquim da Silva Leite.

José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.

Leon Tridon, r. do Imperador.

Manoel Antonio da Silva.

Pedro Berrini.

Schäfer & Irmão, r. do Imperador.

Siqueira Leite & C.

Teixeira & Braga.

Timotheo Duriez.

Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.

(Ha mais alguns negociantes em pequena escala nos diversos lugares da colonia.)

Hoteis.

De Bragança, r. do Imperador.

Das Estrangeiras, de Felipp Schwabenland, r. do Imperador.

De Mac Dowall, r. de D. Januaria.

De D. Dujardin, r. do Imperador, 38, antigo hotel de França.

Café e Bilhar.

Pedro Deschepper, r. do Imperador, 10.

Casa de Banhos.

Valbert Robbe, r. do Imperador.

Imperial Fabrica da Rhenania, de serras taboas de pinho e madeiras do paiz.

Premiada em diversos ramos nas exposições nacional de 1866, com menções honrosas, e universal de Paris de 1867 com grande medalha e menções honrosas; fabrica tabaco, sabão e velas, torra café e tem serrarias. Proprietario, Joaquim Martins Corrêa, 6; 3 de P.

Fabricas de Cerveja.

Augusto Kremer & C., r. dos Artistas.

João Becker, r. Aureliana.
Joaquim Chidal, r. dos Protestantes.

Fabricas de Chapéus de Sol.

François D'Hem.
Thimotheo Duriez, r. do Imperador, 74.
Carros de Aluguel.

Bastos, Gerhardt, Brügg & C.
Fernando Thomaz.
Guilherme Gerhard
Martins & Irmão.

Lojas de fazendas e Armazinhos.

Christovão Schorsch, r. do Imperador.
Costa & Varella, dito.
Ernesto José Olive, dito.
José Molitor, dito.
João Lisboa, dito.
Magdalena Mooret.
Viuva Casqueira, r. de D. Francisca.

Açougues.

A. Droeger & Rico.
Christiano Finkenauer.
Plácido Viard, fornecedor da Casa Imperial.

Padarias.

Valbert Robbe.
Pedro Cabéis.
P. Pradet & S. Pascal.

Alfaiates.

Antonio José da Costa. — Domingos Alves Diniz. — João Bretz. — José da Cruz Loureiro. — Theodor Schäffer. — Valentim Galm. — J. Deister.

Sapateiros.

Bernardo Gregorius. — João Ant' de Abreu. — João Christ. — José Christ & Irmão. — Manoel Fernandes Carneiro. — Nicoláo Hees. — Philipp Mueller. — Viuva Grotz. — Wagner. — Zillig. — A. Nicodemus. — Jacob Kassanu. — Miguel Kind.

Lojas de calçado.

João Antonio de Abreu.
Manoel Fernandes Carneiro.
Felippe Mueller.

Ourives.

Carlos Rittmeyer.

Barbeiros.

Barbade & Garcia, r. do Imperador. — Dionysio José Ferraz. — José Pinto de Oliveira, r. do Imperador.

Casas de Pasto.

José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.
Machado & C.
Manoel José de Araujo Aranha.

Charuteiros.

Jacinto Flores, r. do Imperador.

José de Vargas.
Manoel Rodrigues de Carvalho, r. do Imperador.
Severino Fernandes.
Thomaz Vieira Maciel.

Vidraceiro.

J. Bernasconi.

Lojas de ferragens, e objectos de ferro batido.

J. Bernasconi.
Valbert Robbe.

Ferreiros.

Felippe Faulhaber. — Jacob Monken. — João Gabrich. — Paul Sixel & Irmão. — Johann Reith. — Pedro Echternacht & C.

Professor de Musica.

Gustavo Eckhardt.

Sociedades de Musica.

Do Maestro Schaefer.
De Gustavo Eckhardt.
Dos menores do collegio S. Luiz.

Sociedade Allemã de Beneficencia Bruderbund.

Director. — Pedro Mueller.
Secretario. — Peter Hees.
Caixa. — H. Kreisler.

Sociedades de Canto.

De Henrique Monken.
De Fr. Stroele. (E' tambem dramatica.)
De Pedro Jacoby. (E' tambem dramatica.)

Carros entre Petropolis e raiz da Serra.
Bastos, Gerhardt & C., Agencia Imperial, r. do Imperador.

Empreza Imperial de João Alves de Brito.

Photographos.

Pedro Hees, praça de D. Afonso, 2

Carpinteiros de Carros.

Henrique Kreisler. — Paul Sixel & C^o. — Pedro Bauer. — Ph. Faulhaber. — Pedro Fläschen. — Pedro Echternacht & C.

Carpinteiros.

João Ferreira Campinho. — João Webler. — José Francisco Dias. — José Stuelpen. — J. Jung.

Pedreiros e Canteiros.

Carl Kling & Irmãos. — Guilherme Karl. — Jacob Kappler & Filho. — João Weinschitz. — José Fecher. — José de Oliveira Morado. — Pedro Schmitz. — Ventura José Castro. — Carlos Hertel.

Pintores.

Henrique Bäder. — Carlos Dupont.

Marceneiros Ebanistas.

Felippe Stumpf. — Jacob Nicolay Junior. — João Webler. — Pedro Eppinghaus. — Viuva Vogt, com armazem de mobílias.

Tanoeiro.

J. M. da Silveira, r. do Imperador
Officina de Joaquim Martins Corrêa.

Torneiro.

Clemens Baur.

Funileiros.

Carvalho Junior. — J. Kallenbach. — Joaquim Martins Corrêa, 6, 3 de P.

Escultor de Bengalas.

Carlos Spangenberg, com um variado sortimento de lindos objectos de fantasia, esculptados em madeira; r. dos Protestantes. Iremiado em diversas exposições nacionaes e de Paris.

Serralheiro.

M. Reicheld.

Ferradores.

Fernando Thomas. — Martins.

Relojoeiros.

Charles Olive. — Eugène Colon. — J. Gerhardt.

Tamancaria.

Manoel José de Almeida.

Modista.

M^{me} Magdalena Moser.

Viuva Diehl, r. Thereza.

M^{me} Anna M. Gossi, trabalhos de mão e crochê; ensina estes trabalhos á meninas.

Confeitaria.

Valbert Robbe.

Lapidario.

W. Sieber, r. do Imperador.

Selleiros.

Jacob Weirich, r. do Imperador. — João Fernes. — José Hehn, r. Thereza. — Franz Grünwald, r. dos Protestantes.

Jardineiro-Florista

João Baptista Binot, Nassau.

Colchocero e Estufador.

Francisco José de Moraes.

Typographias.

Do Mercantil, r. de D. Januária, 3.

Da Germania, de Pedro Mueller, r. de Dom Affonso, 6.

Casas de comissões para a Côrte.

François d'Hom. — George Thomaz Land. —

Guilherme Gerhard, r. do Imperador, 7.

Pedro Lucas. — Carvalho Junior.

Claria.

Satyro José Vieira.

Fazendeiros.

D. Anna Leocadia da Cunha Moreira, fazenda Olaria.

D. Anna Ramos do Valle Devisa.

Antonio Vicente Corrêa.

Pazilio Zeferino Ribeiro, Manga Larga.

João Cardoso de Lemos, fazenda da Sambambaia.

D. Joaquina Maria de Jesus.

Laurindo Antonio Corrêa.

Viuva Bastos, Alto do Pegado.

SEGUNDO DISTRICTO DE PETROPOLIS (PEDRO DO RIO).

Subdelegado.

Tenente Luiz Mariano dos Santos, 6.

Substitutos.

1.^o Major José Innocencio de Oliv.^o Mattos.

2.^o Victorino José de Farias.

3.^o Antonio Vicente Corrêa.

4.^o Luiz Augusto de Farias.

5.^o Luiz Martins Ramos.

6.^o Vago.

Inspectores de Quarteirão.

1.^o Laurindo José do Valle.

2.^o Antonio Vicente Corrêa.

3.^o Francisco da Cunha Telles.

4.^o Laurindo Antonio Corrêa.

5.^o José Augusto de Faria.

6.^o Lauriano Castor Maciel.

Juizes de Paz.

Major José Innocencio de Oliveira Mattos.

Tenente Luiz Mariano dos Santos, 6.

Victorino José de Faria.

Antonio da Cunha Telles.

Escrivão.

Antonio Joaquim Ferreira.

Agente do correio.

Salustiano Alves da Silveira.

Ajudante. — Vago.

Negociantes.

Antonio Belindo de Carvalho, Barra Mansa.

Ant^o José Martins Vianna, Alto do Pegado.

Antonio Tavares Bastos, Pedro do Rio.

Ten^{te} Franc^o Caetano do Valle, Sumidouro.

Francisco Luiz Vaz, Barra Mansa.

José Claverio, Itaipava.

José Pinto da Cunha, Alto do Pegado.

Hotels.

Antonio Belindo de Carvalho.

Fazendeiros.

D. Anna Luiza da Freitas Valente, Pedro do Rio.

Antonio da Cunha Telles, Pedro do Rio.

Antonio Martins Ramos, Itaipava.

Antonio Tavares Bastos, S. José.

Antonio Vicente Corrêa, Cuyabá.

D. Brigida Maria Frugoso, Arca de Noé.

Francisco Caetano do Valle, Sumidouro.

Francisco Machado de Aiba, Boa-Vista.

João Martins Ramos, Taboas.

Tenente Luiz Mariano dos Santos, 6.

Barra Mansa.

Victorino José de Faria, Cuyabá.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

José Borges de Oliveira.	Capitão José Marcellino de Oliveira.
José Esteves Penna Firme.	Manoel Antonio de Almeida.
José Ignácio da Silva.	Capitão Manoel Antonio Vasco da Gama.
José Joaquim dos Santos, (2. ^o vice-consul de Portugal.)	Manoel Gonçalves Valladão.
José Jordão da Silva Vargas.	Manoel Rodrigues Barreto.
	D. Theodora Ignacia de Araujo.

2) FREGUEZIA DE NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY-MIRIM.

Foi creada com a denominação de S. João Baptista de Mamanguá pela Lei provincial n. 63 de 17 de Fevereiro de 1836; mas pela Lei provincial n. 658 de 14 de Outubro de 1853 foi a séde transferida para Paraty-mirim; e pela Lei provincial n. 717 de 21 de Outubro de 1854 mudou a invocação para a de « Nossa Senhora da Conceição de Paraty-mirim. »

(2.^o DISTRICTO DA CIDADE DE PARATY.)

Vigario Collado.	Professor de Primeiras Letras.
Vago.	João Nepomuceno da Silva Rios.
Subdelegado.	Negociante.
Capitão João José Moreira.	Manoel Serafim de Souza.
Substitutos.	Engenhos de Aguardente.
1. ^o Leopoldo de Souza Magalhães.	Alferes Antonio Alves de Souza.
2. ^o Alferes Antonio Alves de Souza.	Galdino José Pimenta.
3. ^o José Antonio Moreira.	João Gomes da Silva.
Juizes de Paz.	Capitão João José Moreira.
1. ^o Capitão João José Moreira.	José Antonio Albino.
2. ^o Alferes Antonio Alves de Souza.	Dr. Luiz da Costa Ferreira França.
3. ^o José Antonio Moreira.	Padre Manoel Alves Velludo.
4. ^o João Gomes da Silva.	Manoel José Avelino Coelho.
Escrivão do Juiz de Paz e Subdelegado.	Herdeiros de Manoel Francisco Pacheco Bastos.
José Olympio de Oliveira Lopes.	D. Theresa Maria de Jesus Souza.
Fiscal.	
Alferes Quintino de Oliveira e Souza.	

XXI. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

Foi erecto em Cidade pela Lei provincial n. 964 de 29 de Setembro de 1857, anexoando-se ao seu municipio o 2.^o districto da Freguezia de S. José do Rio Preto, e installada em 27 de Junho de 1859.

(NUMERO DOS ESCRAVOS MATRICULADOS: 674.)

1) FREGUEZIA DE S. PEDRO DE ALCANTARA (CIDADE).

(Até 1846 foi simples Curato; mas, pela Lei provincial n. 397 de Maio desse anno, foi elevado a Freguezia, passando a fazer parte do Municipio da Estrella até á data da installação da Cidade.)

1.^o DISTRICTO.

Camara Municipal.	Tenente Antonio Carlos de Magalhães.
Vereadores.	Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.
Presidente. — Paulino Afonso Pereira Nunes, 5; 2.	Dr. João Maria Lopes da Costa.
Capitão Augusto da Rocha Fragoso, 3.	Dr. Henrique Köpke Junior.
Capitão Satyro José Vieira.	Alferes Bartholomeu Pereira Sudré.
	José Antonio da Rocha.

Supplentes. — José Ferreira da Paixão.
 Coronel Bernardo Ferraz de Abreu.
 Bacharel Ignacio José Nogueira da Gama.
 Dr. José Rodrigues Ferreira.
 Pedro Müller.
 Dr. Luiz Pires Garcia.
 Tenente Luiz Mariano dos Santos.
 Antonio José Corrêa Lima, ¶ 2.
 Dr. Alfonso de Almeida e Albuquerque.
Secretario. — Tenente Antonio José de Araujo Pinheiro.
Procurador. — Maximiano Goncalves Paim.
Porteiro. — Francisco Ant^o da Silva Novato.
Fiscal. — Alferes José Francisco da Franca e Silva.
 Ha tambem mais 1 guarda-fiscal.
Administrador do matadouro. — Carlos Herculano Freitag.
Administradores do Cemiterio. — Antonio Simões da Silva Junior (do 1.^o Distr.)
 Antonio Dias Alves (do 2.^o Districto).
Guarda. — Jacob Justen.

Juiz de Direito.

Dr. Manoel Pedro Alvares Moreira Villa-
 boim. (Reside na Parahyba do Sul.)
Substitutos. — O Juiz Municipal de Petropolis.
 O Juiz Municipal da Parahyba do Sul.

Promotor Publico.

Dr. Candido Drummond Furtado de Men-
 donça. (Reside na Parahyba do Sul.)
Adjunto. — Serve como Promotor *ad-hoc*
 nos processos o Tenente Antonio José de
 Araujo Pinheiro.

Juiz Municipal e de Orphãos.

Dr. Henrique Köpke Junior.
Substitutos. — Major José Candido Monteiro
 de Barros.
 Dr. Manoel Antonio Bordini.
 Antonio José Corrêa de Lima.

Delegado de Policia.

João Pedro Nunes.
Substitutos. — 1.^o José Antonio da Rocha.
 2.^o Adolpho Kistermann.
 3.^o Manoel José Moreira Guimarães.
Escrivão da Delegacia. — Ignacio da Gama
 Morel.

Subdelegado.

Tenente Antonio Carlos de Magalhães.
Substitutos. — 1.^o Alferes Bartholomeu Pe-
 reira Sudré.
 2.^o Capitão Satyro José Vieira.
 3.^o Bento José Gomes.
Escrivão da Subdelegacia. — José Schäffer.

Juizes de Paz.

Tenente Francisco Ignacio da Silveira.
 Capitão Ricardo Narciso da Fonseca.

Major José Candido Monteiro de Barros,
 Moço Fidalgo.

Major José Innocencio de Oliveira Mattos.
Escrivão. — José Schäffer.

2.^o DISTRICTO.**Subdelegado.**

José Innocencio de Oliveira Mattos.
Substitutos. — 1.^o Satyro José Vieira Filho.
 2.^o Antonio Augusto de Oliveira Mattos.
Escrivão. — João José do Valle.

Juizes de Paz.

Ten. Luiz Mariano dos Santos (renunciou).
 Lauriano José do Valle.
 Luiz Alves de Souza.
 Vicente Antonio Correa
Supplente juramentado. — Antonio Luiz Go-
 mes Campeão.
Escrivão. — João José do Valle.

Collectoria.

Collector. — João Guilherme Pinto de Souza.
Escrivão. — Antonio Joaq. da Rocha Tinoco.

Obras Publicas.

Chefe do 5.^o districto. — Dr. Geraldo Can-
 dido Martins.
Administrador. — José Ferreira Pinheiro
 Estrella.

Hospital de Caridade.**Commissão Administrativa.**

Bernardo Ferraz de Abreu, ¶ 5.
 — João Van Erven. — Major José Candido
 Monteiro de Barros. — Tenente-Coronel
 João Baptista da Silva. — Padre Nicoláo
 Germain.

Medico. — Dr. Domingos de Lima Ferreira
 de Brito.

1.^o *Enfermeiro, boticario e escripturario.*
 — Jorge Henrique Kuhn.
 2.^o *Enfermeiro.* — Miguel Sues.

Superintendencia da Imperial Colonia.

Superintendente. — Miguel Cordeiro da Silva
 Torres e Alvim, ¶ 2.
Escrivão. — Luiz Carlos Ramos.

Vigario da Vara.

Padre Nicoláo Germain.
Coadjutor. — Padre Theodoro Esch.
Pastor Evangelico Alemão.
 Johannes Vorster.

Padre Presbyteriano.

(De vez em quando vem o Rev. Blackford
 celebrar o officio divino.)

Irmandade do SS. Sacramento.

Provedor. — Cor. Bernardo Ferraz de Abreu.
Secretario. — José Antonio Lyra.
Thesourero. — João Lisboa.

Procurador. — Antonio Pereira Campos.

Mesarios. — Carlos Alves de Mesquita.

Domingos José da Silva Costa.

Domingos Pinto Nunes.

Joaquim Antonio dos Passos.

Antonio José Corrêa Lima.

Antonio José de Oliveira Silva.

Antonio da Silva Araujo.

Joaquim José da Silva Leite.

José Gomes de Oliveira Braga.

Agentes Consulares Estrangeiros.

Allemanha. — Pedro Müller, Consul.

Portugal. — José Martins Corrêa, Agente Consular.

Tabelliães.

1.º *Officio, Escrição de Orphãos e Ausentes.* — Ignacio da Gama Moret.

2.º *Officio, Escrição do Judicial, Notas e Official de Hypothecas.* — Tenente Francisco Julio de Mello e Silva.

Inspectores das Escolas.

Municipal. — Bacharel Ignacio José Nogueira da Gama.

Parochial. — Antonio Luiz Gomes Campeão.

Professores Publicos.

Pedro Corrêa Taborda de Bulhões, r. do Imperador.

Noel da Gama Moret, r. de Bragança.

Henrique Monken, r. de Monte Casseros.

Pedro Jacoby, r. de D. Izabel.

Izidoro José Pereira Bastos Junior, Retiro.

João Cancio Bastos.

Professoras Publicas.

D. Zeferina Josepha Bulhões, r. do Imperador.

D. Maria Viard, r. de D. Januaria.

D. Cornelia Luiza David, r. de D. Izabel.

D. Adelaide da Veiga Bastos, Retiro.

D. Escolastica M. C. Bastos, Barra Mansa.

Externatos.

Antonio Francisco de Assis Góes, praça de D. Pedro II.

Padre Esch, r. de Monte-Casseros.

Frederico Stroele, r. do Imperador.

Collegios particulares.

Internatos.

José Ferreira da Paixão, Palatinato.

Dr. Alfonso de Almeida e Albuquerque, r. de D. Leopoldina.

Dr. Henrique Köpke, r. Nassau.

Collegio das Irmãs de Caridade, r. do Imperador.

Escola Domestica de N. Senhora do Amparo (para creação de orphãos desvali-

dos). Fundador e administrador: o Rev.^{mo} Padre João Francisco de Siqueira Andrade.

Escola Scientifica de S. José (Curso de Preparatorios), dirigido pelo Sr. Queiroz Carreira, no Corrêa.

Internato do Coração de Maria (Destinado á educação do sexo feminino), dirigido por D. Leonor C. de Sá e Benevides de Queiroz Carreira, na fazenda da Olaria.

Agente do Correio.

Agente — Antonio José Corrêa de Lima.

Ajudantes. — 1.º Manoel José Coelho.

2.º Luiz Antonio Gomes Campeão.

Escrivão do Jury.

José Schäfer.

Contador.

José Schäfer.

Partidor.

Maximiano Gonçalves Palm Junior.

Depositario Publico.

Serve o Porteiro da Camara.

Agente de Leilões.

Francisco Ignacio da Silveira.

Advogados.

Dr. Henrique Köpke Filho.

José Antonio da Rocha (provisionado).

Solicitador.

Candido José Valle de Almeida.

Procuradores.

José Antonio da Rocha.

Candido José Valle de Almeida.

Engenheiros-Agrimensores.

Bacharel Ignacio José Nogueira da Gama.

Pedro Müller, r. de D. Alfonso, 6.

Casa de Saude.

Rua de Joinville. — Propriedade e dirigida pelo Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito.

Medicos.

Dr. Domingos de Lima Ferreira de Brito, r. de Joinville.

Dr. Eloy Ottoni, r. de Bragança.

Dr. Felix Antonio Vaz, r. de Bragança.

Dr. Queiroz Carreira, ☼ 6, ☼ 9, fazenda da Olaria.

Dr. Manoel do Rego Macedo, ☼ 3, ☼ 5.

Pharmaceuticos.

José da Cruz P. da S. Junior, r. do Imperador.

José de Oliveira Motta Azevedo, r. do Imp.

Sociedade em commandita do Theatro Petropolitano.

Paulino Nunes, José Candido, Placido Viard e outros. Encarregado da gerencia Sodré.

Empresas de Carros da Serra.

Leão Fridon, r. do Imperador.
Paulino Nunes, Siqueira & C., gerente Paulino Nunes, r. do Imperador.

Fabricas de tecidos de algodão.

Azevedo Roehler & C., Rhenania.
Bernard Caymari, Retiro.
Sociedade Petropolitana.

Hoteis.

Bragança, Antonio Per. Campos, r. do Imp.
Mc. Dowalls R. Mills, r. de D. Januaria.
Dos Estrangeiros, Felipe Schwabeland, r. do Imperador.

Hospedarias.

João de Jesus Henrique, r. do Imperador.
José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.
Silva Lima, r. de D. Januaria.

Sociedade Beneficente Allemã Bruderbund.

FUNDADA EM 1864.

Presidente. — Pedro Müller.
Secretario. — Pedro Hees.
Caixa. — Nicolaus Hees.
Conselheiros. — Johann Bretz.
Franz Grünewald.

Sociedade Geral de Beneficencia Allemã.**Conselho Administrativo.**

Consul Pedro Müller.
Padre Johannes Vorster.
Padre Theodoro Esch.
Secretario. — João Bretz.
Caixa. — Fr. G. Lindscheid.

Deutsch-Evangelische Kirche.

Edificio proprio, á r. de Joinville.
Conselho administrativo: W. Lindscheid.
— H. Kreischer. — J. Tannein. — J. Jung.
— Ph. P. Jung. — Georg Diehl.
Organista. — Pedro Jacoby.

Companhia Mutualidade.

Gerente. — João José Dias.

Bilhares e Botequim.

Pedro Delchepper, r. do Imperador.
Do Hotel de Bragança.
O grande salão de Billiars, r. do Imperador.

Typographia.

Mercantil. r. de D. Januaria, B. P. Su. Iré,
Editor Proprietario.

Açougues.

André Koslowsky, r. do Imperador.
Carlos Krueger, r. de D. Leopoldina.
Christiano Finkenauer, r. de D. Izabel.
Mathens, r. do Imperador.
Plácido Viard, r. do Imperador.
Pedro José Roxo, r. de D. Izabel.

Padarias.

Gustavo Robbe, r. do Imperador.
J. José da Silva Venancio, r. de D. Januaria.
Pedro Calheins, praça de D. Pedro II.

Olarias.

Joaquim José Gonçalves, Fargem do Urubá.
José Antonio de Lyra, Villa Thereza.
José de Barcellos, Retiro de S. Thomaz.
D. Maria Ignacia da Silva, Carangola.
Satyro José Vieira, Ponte da Olaria.
Satyro José Vieira Filho, idem, idem.
Simeão & Rodrigues, Itaipava.

Loja de trastes.

Viuva Conrado Vogt, r. da Imperatriz.

Loja e officina de Colchoeiro.

Francisco José de Moraes, r. do Imperador.

Officinas e lojas de Correiros.

Francisco Grünewald, r. de D. Izabel.
Jacob Weirich, r. do Imperador.
Jorge Deister, r. de D. Izabel.
José Hehn, r. Thereza.

Officina de Pintor.

Carlos Dupont, r. Bourbon.
Henrique Roeder, r. de Paulo Barboza.
L. Hingel, r. Bourbon.

Officinas de Marceneiros.

Felipe Duriez, r. do Imperador.
Henrique Esch, Westphalia.
Jacob Nicolay, r. do Imperador.
Leonardo Knutt, r. do Imperador.
Viuva Vogt.

Officinas e lojas de calçado.

Bernardo Gregorius, r. do Imperador.
Christ & irmão, r. do Imperador.
Felipe Müller, r. do Imperador.
Felipe Wagner, r. de D. Leopoldina.
Francisco Ferreira Barcellos, Retiro.
Franz Gall, r. de D. Izabel.
Guilherme Linck, r. Thereza.
João Antonio de Abreu, r. do Imperador.
Manoel Fernandes Carneiro, r. do Imperador.
Miguel Kind, r. do Imperador.
Nicoláo Hees, r. Bourbon.
Thomé José Ferreira da Costa, r. do Imperador.

Grande Loja de Calçado, r. do Imperador, 3

Lampista.

M^{me}. Lesmele, r. do Imperador.

Tinturaria.

Felix Schmitz, r. de D. Januaria.

Lapidario.

Guilherme Sieber, r. do Imperador.

Tamanqueiro.

Manoel José de Almeida, r. Thereza.

Serralheiro.

Maurício Retchel, r. Bourbon.

Officinas de Ferreiros e Carpinteiros.

Fellippe Faulhaber, r. Thereza.

João Gabrich.

João Rêith, r. do Palatinato.

Luiz Echternach & Irmão, r. do Imperador.

Paulo Sixel, r. do Imperador.

Pedro Flaeschen, Westphalia.

Pedro Gabrich, r. Thereza.

Officina de Ourives.

Viava Rithemeyer, r. Bourbon.

Officinas de Carpinteiro.

Henrique Kreicher, r. de D. Maria II.

Henrique Esch, Westphalia.

L. Sahlöw, praça da Conferencia.

Officinas e lojas de Alfaiates.

Domingos Alves Diniz, r. do Imperador.

João Bretz, r. de D. Izabel.

José da Cruz Loureiro, r. do Imperador.

Theodoro Schäfer, r. Aureliana.

Valentim Galm, r. do Imperador.

Lojas e fabricas de charutos.

José Vargas, r. do Imperador.

Thomaz Vieira Maciel, r. do Imperador.

Officinas de relógios.

Carlos Miguel Olive, r. do Imperador.

Eugenio Coulon, r. do Imperador.

João Marcello Saint Martin, r. do Imperador.

Lojas e officinas de Funileiros.

Adão Boller, r. do Imperador.

Carlos Grigerich, r. do Imperador.

José Kalemback, r. do Imperador.

Officinas de chapéus de sol.

D'Hem, r. do Imperador.

Viava Duriez, r. do Imperador.

Ferrarias.

Joaquim Corrêa dos Santos. (É também ferreiro).

João Gabrich, r. do Imperador.

Jacob Monken, r. Nassau.

Manoel José da Silva, r. do Imperador.

Moinhos de fubá.

Antonio Carlos de Magalhães, Retiro.

Henrique Goebel Junior, Bingen.

Lojas de Barbeiro e Cabelleireiro.

Barbado e Garcia, r. do Imperador.

Dionysio José Ferraz, r. do Imperador.

Dentista.

Antonio de Almeida Garcia, r. do Imperador.

Deposito de vinhos e licôres.

Eugenio Coulon, r. do Imperador.

Cocheiras de carros e anima s.

Fernando Thomaz, r. dos Mineiros.

Guilherme & Wagner, r. do Imperador.

Salvador Joaquim Martins, r. do Imperador.

Negociantes de seccos e molhados.

Anastacio Mesquita do Paço, Bingen.

André Flaeschen, r. do Imperador.

Antonio Alves da Cunha, r. do Imperador.

Antonio Belindo de Carvalho, Barra Mansa.

Antonio Esteves Pereira, r. do Imperador.

Antonio Duarte Pinto, r. do Imperador.

Antonio Mouiz da Silva, r. do Imperador.

Antonio Moreira da Cunha Leite, Duas Pontes.

Antonio Rodrigues de Lima, Quitandinha.

Antonio Vicente Corrêa, Santo Antonio.

Bento José Gomes, r. de Monte-Casseros.

Carlos Alves de Mesquita, r. do Imp., 31.

Cunha Freitas & Irmão, r. de Monte-Casseros.

Custodio José Nogueira, Mosella.

Custodio José Teixeira, r. de D. Izabel.

Custodio Mendes de Vasconcellos, Retiro.

Domingos Gomes F. da Costa & C., Palatinato.

Herdeiros de José Caetano do Valle, Sumidouro.

Jacob Schäfer & Irmão, r. do Imperador.

Joaquim Gomes da Rocha, r. de Bourbon.

Joaquim José da Silva Leite, r. do Imperador.

Joaquim Martins Souto, Bingen.

João Jung & C., Mozela.

João José Martins Branco, Retiro.

José Antonio Crespo, r. de Monte-Casseros.

José Antonio Leite.

José Antonio Ribeiro de Araujo, r. do Imp.

José Clavay, Itaipava.

José Gomes de Oliveira Braga, r. de D. Izabel.

José Gomes de Pinho, Retiro.

José Joaquim da Silva Leite, r. de Bragança.

José da Silva Braga, Retiro.

José Teixeira de Azevedo, r. do Imperador.

Jorge Finkenauer, Rhenania.

Lino Gonçalves de Sá, r. do Imperador.

Lucas de Carvalho Alvim, r. Thereza.

Manoel José de Araujo Aranha, r. Thereza.

Manoel Martins de Oliveira Pinto, r. Thereza.

Moreira & Silva, Pente de Santo Antonio, e Pedro do Rio.

Pereira & Santos, Rhenania.

Rodrigues & Costa, r. do Imperador.

Satyro José Vieira Filho, Fonte da Olaria.

Silva & Oliveira, Corrêa.

Simão Manoel Ferreira de Oliveira & C., Mosella.

Victorino de Magalhães Bessa, r. Aureliana.

Victorino Rodrigues de Figueiredo, r. do Imperador.

2) FREGUEZIA DE NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE PARATY-MIRIM. (*)

(Foi creada com a denominação de S. João Baptista de Mamanguá, pela Lei Provincial n. 63 de 17 de Fevereiro de 1836; mas, pela Lei Provincial n. 658 de 14 de Outubro de 1853, foi a séde transferida para Paraty-mirim; e pela Lei Provincial n. 717 de 21 de Outubro de 1854 mudou a invocação para a de Nossa Senhora da Conceição de Paraty-mirim.)

Superficie 278,40 kilometros quadrados. Habitantes por kilometro quadrado 10. População livre 2,687. Escolas de ambos os sexos... Eleitores 8.

XXI. — MUNICIPIO DE PETROPOLIS.

A cidade de Petropolis está situada a 800 metros de altura sobre o nivel do mar, em terrenos foreiros á Casa Imperial, e sua população é de cêrca de 10,000 almas, elevando-se este Algarismo de 15, a 16,000 na estação calmosa, pela affluencia dos moradores da Côrte, que procurão a amenidade do seu clima. A distancia a percorrer da raiz da serra até o alto é de 13 kilometros pela estrada de rodagem, propriedade da Provincia; e sua maior altura attinge a 847 metros. Esta cidade deve sua origem á benigna iniciativa de S. M. o Imperador, o qual teve por fim proteger uma turma de colonos Allemães, que, contratados pelo Presidente da Provincia, João Caldas Vianna, com a casa de Carlos Debreu, negociantes de Dunkerque, em 17 de Junho de 1844, chegarão ao Rio de Janeiro a 9 de Junho de 1845, e o Governo da Provincia, vendo-se embaraçado para accommoda-los, pois que de 600 *casas* que fôrão contratados vierão 2,303 colonos, mandou então S. M. o Imperador seu Mordomo, o Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, offerecer á Presidencia as terras da sua fazenda do *Corrego-Secco* para ali estabelece-los. Por esse tempo estava então na Presidencia da Provincia o Visconde de Sepitiba, que, aceitando tão magnanimo offerecimento, de accordo com o Mordomo de S. M. o Imperador, para ali os enviou, e estabelecerão a colonia de Petropolis, cujo primeiro Director foi o Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler. O Mordomo, fazendo dividir as terras da fazenda do *Corrego-Secco* para da-las de aforamento, S. M. o Imperador isentou os colonos desse fôro, primeiramente por oito annos, findos os quaes, não só prorogou aquelle prazo a muitos delles, como a outros perdou-lhes o pagamento; e até hoje tem soccorrido do seu bolsinho áquelles que recorrem á sua philantropia. Um anno depois de estabelecida a colonia, isto é, a 20 de Maio de 1846, foi ella elevada á categoria de Freguezia de S. Pedro de Alcantara, em virtude da Lei Provincial n. 397, desmembrando-se o seu territorio da Freguezia de S. José do Rio-Preto, do termo da Parahyba do Sul, a que pertencia, e passou a nova Freguezia a fazer parte do termo da Estrella. Para Vigario dessa nova Freguezia foi nomeado o Conego Luiz Gonçalves Dias Corrêa, proprietario da fazenda da Samambaia, situada nas vizinhanças da colonia, sendo celebrante da primeira missa o Internuncio Monsenhor Bidini, a 30 de Junho de 1846, no *Campo da Confluencia*, onde existe ainda hoje uma Cruz assignalando aquelle acto religioso. Nesse mesmo anno, e a 19 de Julho, os colonos protestantes tambem celebrão a sua primeira cerimonia religiosa, officiendo o Pastor Lalleman. A 8 de Outubro de 1847, veio pela primeira vez de visita á colonia a Familia Imperial, e foi residir na antiga casa da fazenda do *Corrego-Secco*, onde está actualmente estabelecido o grande Hotel Mc. Dawel, por ser a casa mais decente e espaçosa que então existia, excepção feita da do Commendador Pedro José da Camara, Collector aposentado de Nitherohy, primeiro foreiro que construiu na colonia, á praça municipal. A população e o commercio da colonia crescerão tão rapidamente que oito annos depois, isto é, a 19 de Setembro de 1854, foi a colonia elevada á Cidade, por Lei Provincial n. 961; porém, por complicações que houve nas eleições para Vereadores, só fôrão estes

(*) Vide nota á pag. 45.

empossados a 17 de Junho de 1859. Fôrão oitcos primeiros Veredores da Camara: Presidente, o Coronel Albino José de Siqueira, Dr. José de Calazans Rodrigues de Andrade, Augusto da Rocha Fragoso, João Baptista da Silva, Capitão Manoel Francisco de Paula, Dr. Thomaz José da Porciuncula, Manoel Candido do Nascimento Brito, Ignacio José da Silva Papan e o Coronel de Engenheiros Amaro Emilio da Veiga. Esta Camara foi empossada pelo Presidente da da Villa da Estrella, o Dr. Bernardino Alves Machado, e por acto do Presidente da Provincia, Silveira da Motta, de 5 de Janeiro de 1860, ficou extincta a colonia, e com ella a sua Directoria, que honra a memoria do primeiro Director, Major Julio Koeler, fallecido desastrosamente em 21 de Novembro de 1847, victima do descuido de um de seus amigos, em uma reunião em que se distrahião atirando ao alvo. Dentro da área urbana existião 638 casas, em 1874, entre as quaes se distinguem muitos palacetes de apurado gosto e subido valor, como seião os do Visconde de Silva, Padre Bacellar, Barão de Carapebús, Coronel Avellar, Viuva Mairink, Frias, Coelho de Souza, Joaquim dos Passos, Collegio Paixão, Commendador Queiroga e outros, sem contarinos os lindos palacios de verão em que residem SS. MM. Imperiaes e SS. AA. os Senhores Conde e Condessa d'Eu. Tres estabelecimentos de primeira ordem, pela sua grandeza e utilidade, merecem especial menção, como seião as fabricas de tecidos de algodão, representando a industria e o trabalho, e o hospital de Santa Theresa, representando dignamente os sentimentos de caridade dos seus augustos protectores, pois que SS. MM. contribuirão em grande parte para a sua construcção, fazendo-lhes avultados donativos, com os quaes pôde a Provincia levar a effeito a construcção desse vasto edificio, que é por ella costeado com uma quota das loterías extrahidas a beneficio das casas de caridade. A população desta cidade distingue-se pela sua indole pacifica, amor ao trabalho e sentimentos nimiamente religiosos. Dando esta breve noticia da fundação de Petropolis, devemos consignar que coube a esta cidade a inauguração da primeira exposição horticultura e agricola do nosso paiz, devida á iniciativa de S. A. a Princeza Imperial, que dignou se nomear uma commissão que se encarregasse de promover os trabalhos dessa festa industrial, recabindo a escolha da mesma Augusta Senhora nos Srs. Commendador Paulino Affonso Pereira Nunes, Padre Francisco de Castro Abreu Bacellar, Commendador Antonio Ribeiro Queiroga e a pedido do Commendador Pauline foi aceito o Capitão Augusto da Rocha Fragoso, os quaes, tomando no devido apreço a iniciativa de Sua Alteza, esforçarão-se para bem desempenhar a honrosa missão de que fôrão incumbidos, preparando convenienteinte o jardim publico onde teve lugar a exposição. Todas as ressoas da Familia Imperial associarão-se ao pensamento de Sua Alteza, concorrendo com o mais vivo interesse para o bom exito desta festa. Debaixo de taes auspicios e com o valioso auxilio da Exma. Sra. Baroneza de Barral, o seu resultado não poderia deixar de ser esplendido! Com effeito, no dia 2 de Fevereiro de 1875, á 1 hora da tarde, teve lugar a inauguração da exposição, sendo honrada com a presença de SS. MM. e AA. Imperiaes, corpo diplomatico estrangeiro, autoridades da provincia e locaes, e grande concurso de familias das mais distinctas da sociedade. O jardim publico então apresentava o mais brilhante effeito, ostentando as g las consagradas a um dia festivo da industria do paiz, offerecendo ás vistas dos seus numerosos visitantes uma admiravel profusão de plantas, flôres rarissimas, muitas e delicadas frutas, sementes, madeiras, hortaliças e outros vegetaes. Esta festa durou oito dias, tendo-se feito nas noites dos tres primeiros dias uma lindissima iluminação veneziana em todo jardim e edificio da exposição. O Jury, a quem foi incumbido o julgamento dos productos expostos, compôz-se dos Srs. Barão do Cattete e Drs. Ladisláu Netto e Glaziou, sendo distribuidos os premios destinados aos expositores que mais se distinguirão nesta festa industrial, os quaes premios constarão de medalhas de ouro, prata e cobre, mandadas fundir na Casa da Moeda da Côte, a expensas de S. M. o Imperador, e de uma valiosa joia de prata, commemorativa da exposição, offerecida pela Camara Municipal. Esta joia, que foi considerada o premio de honra, coube ao membro da commissão Vereador Capitão Augusto da Rocha